

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

BRACARA AUGUSTA

SUMÁRIO

Uma lição de política para a Europa — Conferência, Eng. Daniel Barbosa. — *Oestrymnis*, Dr. Francisco José Velozo. — *Antologia de Poetas: Abraço ao Carlos Queiroz — Lembrança de Fernando Pessoa — Despedida de Francisco Bugalho*, Alberto de Serpa. — *Confiteor — Prisão — Amor e trevas — Poema de Londres — Mas a vida continua — Primavera*, Adolfo Casais Monteiro. — *Signo — Tantos outros — Quase romantismo*, António Manuel Couto Viana. — *Sinfonia incompleta — Música ainda*, António Pedro. — *Sonetos imperfeitos: I Genese, II História, III O Super Homem*, António Ramos de Almeida. — *Notas bio-bibliográficas de* Amândio César. — *Novissimas Inscrições Romanas de Braga*, P.e Arlindo Ribeiro da Cunha. — *No Bom Jesus do Monte — Esboceto de impressões íntimas*, D. António Pereira Coutinho. — *Mais duas palavras sobre o Sarcófago bizantino de Braga*, Dr. Alberto Feio. — *Onde teria sido o porto Romano de Braga*, Dr. M. J. Oliveira Machado. — *A Fonte do Idolo e o culto de Asklepius em Bracara*, Dr. F. Russell Cortez. — *Gabinete de leitura*, António Alvaro Dória. — *Homenagem ao Dr. Manuel Monteiro no 1.º aniversário do seu passamento, Discursos de* — António Maria Santos da Cunha, Dr. Sérgio da Silva Pinto, *e* Prof. Dr. Machado Vilela. — *Arquivo Municipal*, Redacção. — *Livro das Vereações*. Redacção. — *Semanas Sociais Portuguesas*, Redacção — *Efemérides Municipais*.

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. IV AGOSTO DE 1953 N.º 4 (25)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME IV — FASCÍCULO 4 (25)

Directores { Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro de Cultura
José Constantino Ribeiro Coelho, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de José Henrique Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

AGOSTO DE 1953

SUMÁRIO

Uma lição de política para a Europa — Conferência	Eng. Daniel Barbosa	163
Oestrymnis — Atlantida — Campo Eliseo	Dr. Francisco José Velozo	186
Antologia de Poetas		
Abraço ao Carlos Queiroz — Lembrança de Fernando Pessoa — Despedida de Francisco Bugalho	Alberto de Serpa	228
Confiteor — Prisão — Amor e trevas — Poema de Londres — Mas a vida continua — Primavera	Adolfo Casais Monteiro	231
Signo — Tantos outros — Quase romantismo	António Manuel Couto Viana	235
Sinfonia incompleta — Música ainda	António Pedro	237
Sonetos imperfeitos: I Genese. II História. III O Super Homem	António Ramos de Almeida	239
Notas bio-bibliográficas de	Amandio César	
Novissimas Inscrições Romanas de Braga	P.e Arlindo Ribeiro da Cunha	242
No Bom Jesus do Monte — Esboceto de impressões íntimas	D. António Pereira Coutinho	253
Mais duas palavras sobre o Sarcofago bizantino de Braga	Dr. Alberto Feio	256
Onde teria sido o porto Romano de Braga	Dr. J. M. de Oliveira Machado	260
A Fonte do Ídolo e o culto de Asklepius em Braga	Dr. F. Russell Cortez	265
Gabinete de Leitura — Cry, the beloved Land, por Alan Paton	António Álvaro Dória	281
Homenagem ao Dr. Manuel Monteiro no 1.º aniversário do seu passamento. Discursos de	António Maria Santos da Cunha, Dr. Sérgio da Silva Pinto e Professor Dr. Machado Vilela	298
Arquivo Municipal — *Livros do Registo*	Redacção	310
Livro das Vereações	Redacção	313
Semanas Sociais Portuguesas	Redacção	316
Efemérides Municipais		317

Uma lição de política para a Europa

Conferência para a Câmara Municipal de Braga

(Encerramento do ciclo de conferências de 1952)

Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores

O convite com que VV. Ex.as me honraram para encerrar este ciclo, até hoje brilhantíssimo, de conferências, tocou-me profundamente de tal modo que apesar dos trabalhos que me ocupam, dos deveres e compromissos que me prendem, não consegui fugir a responder com uma aquiescência imediata a essa atenção, para mim tão desvanecedora e tão amiga.

Tenho pensado muita vez que esta Câmara de tantas tradições, marca galhardamente face ao país inteiro um novo rumo na política das autarquias locais; não lhe basta o viver febril que se traduz nas obras de tanto vulto que dia a dia realçam esta cidade tão bela, tão portuguesa, e tão nobre — vai mais longe, visto procurar, também, nos campos da arte, da intelectualidade e da cultura, marcar firmemente posições que a acreditem aos olhos dos pensadores e dos artistas.

Em consequência, os seus monumentos mais antigos, que tanto carácter dão a este centro nortenho, não constituem sòmente recordação venerável de actividades de outrora: são pano de fundo magnífico para viver, nos dias de hoje, a certeza alentadora de que Braga não desiste de querer ser maior ainda no futuro que a aguarda.

Por isto mesmo, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, nunca lhes poderão ser dados, de momento, os agradecimentos que merecem homens como V. Ex.as, para quem os problemas mais correntes da administração camarária não obliteram a atenção para os seus problemas culturais: não se es-

quecem de ir colocando ao lado das novas edificações que o técnico realiza com a pedra fria e sem alma, outras construções não menos belas que ao campo espiritual são tão precisas como essas que se destinam a dar bem estar e alegria aos meios habitacionais.

Só mais tarde, num futuro que, aliás, não estará longe, se poderá avaliar do bom serviço de aqueles que, em plena consciência do seu dever a cumprir, se lembram que a par dos cuidados materiais que a Câmara deve à Cidade, há certos cuidados de espírito que a sua Vereação e Presidência devem, também, à sua gente.

Por isso, e por mim, peço licença para juntar aos agradecimentos que lhes devo pela atenção delicadíssima que me quizeram conferir, o testemunho mais sincero da admiração que me merecem a inteligência e o bom critério com que V. Ex.as, neste campo como noutros, vêem servindo a cidade bracarense a que, afinal, também pertenço pelo sangue e pelo coração.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não é tão fácil como muitos julgam, para quem cultiva o ramo da Ciência que desde há muito me prende, encontrar tema agradável para expor e para ouvir num meio que, embora culto como este, repudiaria com certeza aquelas especializações, tão áridas e tão em moda, que marcam tendências de hoje e que as Universidades acarinham como pedras de melhor toque para os seus professores e para os seus cursos.

Por isso mesmo hesitei profundamente no assunto a trazer aqui, certo de que à inteligência e à sensibilidade de tão escolhidos ouvintes não poderiam interessar aqueles temas quase estéreis que o homem — esquecendo o homem — julga dominar inteiramente, talvez porque os traduz em linguagem matemática.

Preferi, portanto, abordar alguma coisa que nos obrigue a pensar sem deixarmos de atender ao bater dos corações; não venho com o desejo de propor teses originais ou arrojadas que à Ciência prestassem culto, mas sim de mostrar caminhos pelos quais a Humanidade sofredora pode encontrar justiça, tranquilidade e bem-estar.

A Europa vive — porque não dizer: o Mundo vive — numa desorientação tão grande quanto à solução dos seus problemas, que a paz que todos desejam a cobrir a Terra inteira se vai tecendo e forjando com metralhadoras e canhões; triste sinal dos tempos, que levaria Vegêncio a reafirmar o seu conceito de que quem deseja a paz prepara a guerra...

Na esperança, porém, de a evitar ainda, na procura traduzida em ansiedade de dar aos povos a tranquilidade e a abundância que a nossa civilização — tão rica em meios — parece ter-se apostado em pagar ou destruir, fazem-se as tentativas mais ousadas, lançam-se as experiências mais afoitas, para encontrar — quantas vezes! — um caminho que a moral e o bom senso há muito que nos traçaram na esperança de o ver seguir.

Creio, por mim, que no meio dessa agitação tão doentia que o Mundo vem vivendo em desatino, que por cima de toda a confusão imensa das leis, dos princípios, dos conceitos que os mais materialistas da política buscam a toda a hora para resolver problemas que são tortura do corpo, e fazem sangrar as almas, tem faltado a simplicidade dos processos que traduzem sentimentos de cristianismo e de concórdia que Deus inculcou aos homens para bem da própria humanidade.

Pergunto: ¿Como estaremos caminhando? De que maneira, e até que ponto, os princípios formativos da reforma em que assentamos quanto ao social e económico — convergência transcendente e delicada de toda a luta política que se debate pelo Mundo — podem constituir exemplo que mereça meditar-se ou, pelo contrário, fantasia sem interesse que se impõe substituir, e nada mais?

Será precisamente para este ponto, minhas Senhoras e Senhores, que me atrevo a esperar a vossa esclarecida atenção visto ele constituir, pràticamente, o tema que vim tratar.

★

Não teria, decerto, novidade lembrar aqui, entre nós, o que a Europa tem vivido de lutas e de experiências de administração e de governos, na ânsia de conseguir prosperidade, sossego, estabilidade e bem estar; revolveu-se duramente este velho e nobre continente, entre sangue generoso e penosos sofrimentos, em busca dum equilíbrio que não consegue atingir.

Na mutação sucessiva de entendimentos e fronteiras, no aniquilar constante de concepções e preconceitos que tinham na moral, outrora, a força indiscutida e autoritária das mais poderosas razões, a segurança dos povos pouco mais passou a ser do que um mito para muitos, e as regras mais acatadas do direito e da justiça pouco mais, também, do que vãs palavras sem sentido, que se invocavam — quando muito — para cobrir violências com véus de aleatória hipocrisia.

Ruíram reinos, estados lançou-se o ódio entre irmãos, e a esperança do respeito social, a inquietação da liberdade, foram sempre as bases mais

procuradas para apoiar propagandas com que nas Nações se adormecia o receio compreensível de a perder, como perderam.

Pouco a pouco, porém, se foi notando que no extremo ocidental desta pobre Europa conturbada, um povo aliás modesto, sem ambições e sem desmandos, ia estruturando uma política própria, numa experiência curiosa que passou a interessar a muita gente; e a crítica ou a defesa, o elogio ou o anátema, nem sempre de desligavam da análise subjectiva que o processo motivava.

Isolado, por assim dizer, quanto aos métodos que adoptara, irmanado no anseio compreensível de poder contribuir para a paz e segurança da comunidade mundial de que faz parte, tinha profundamente mergulhado raízes da sua vida num sistema de desequilíbrio, de desorganização e de pobreza que o deixavam na dependência estreita de poderosas Nações.

Vivia com um património vasto, mas era tão pobre e tão fraco que o apontavam no mundo como um país sem valor; tinha uma História brilhante, mas só no recordar dos «feitos» podia encontrar alento para suportar a amesquinhante indiferença de povos mais poderosos, e que ele outrora vencera ou ajudara a vencer.

Vivia-se recordando, a enaltecer o passado, no fito de conseguir um mínimo de coragem para encarar o futuro; e os novos pareciam velhos, pelo desalento destrutivo com que olhavam, sem esperança, para o dia de amanhã.

Pois bem; quando a Europa procurava intensamente sistemas governativos, reformas de economia, processos de administração, capazes de resolver os problemas sociais que dia a dia sentia cada vez mais delicados, mais prementes, quando aqui e além se clamava por estatismos violentos ou por uma liberdade sem limites que desse, a cada país segurança, e a cada lar, a cada um, trabalho, tranquilidade e pão, Portugal foi pouco a pouco ressurgindo para a vida, retomando confiança no futuro e acreditando valores no consenso das Nações.

E pôde viver em paz quando o mundo estava em guerra.

Milagre, disseram muitos, e eu creio também que sim, mas milagre que indiscutìvelmente se apoia num conjunto de princípios doutrinais, de normas de conduta, de trabalhos, que qualquer — seja quem for — num campo objectivo da política, pode com certeza analisar sem calor, sem sofisma e sem paixão.

★

Comecemos por olhar às directrizes em que desde há muito assentamos

com vista às soluções conducentes ao equilíbrio desejado entre a remuneração do trabalho e o custo da nossa vida.

Ponhamos de lado e por agora, corajosamente, a discussão do problema na parte quantitativa, isto é, quanto às posições relativas dos números ou dos valores que, na realidade, os representam; por eles concluiríamos, de certeza, do muito que falta ainda para dar por terminada essa tarefa imensa que tem de constituir a preocupação dominante dos homens a quem esteja cometido o pesado encargo do governo.

Há muito para ajustar, é certo, muito para emendar, é verdade; mas a emenda e o ajuste que o país vem a exigir, podem caber, talvez, numa directriz que está traçada, buscando em complemento de acção e em maior actividade e segurança de trabalho, aquilo que ainda nos falta fazer.

E mal iria então de nós se na ânsia de emendar, ou de ajustar, fossemos largar precisamente os caminhos que nos podem conduzir à meta que visionamos: loucura deixar estradas que outros procuram ter, para seguir por veredas tortuosas de onde os povos que se abrigam na Civilização do Ocidente querem anciosamente fugir.

Tal como qualquer país Portugal tem frente a si esse grave problema a resolver, que é o de procurar o equilíbrio desejado e indispensável entre o custo da produção nacional e o fraco poder de compra da massa trabalhadora; o problema, tanto hoje como amanhã ou como ontem, é essencialmente social, fugindo do campo calmo das teorias e estudos para se amarrar — quantas vezes! — ao clamor e aos protestos das classes operárias, por exemplo.

E sendo assim, não há dúvida de que se a ponderação e a análise objectiva lhe podem buscar — ou tentar buscar — soluções criteriosamente estruturadas que apelidarei de **mediatas,** a verdade é que certo sentido da «política» pode tentar, também, os governantes a manterem soluções de fraco alcance, **imediatas,** à laia de paliativos que, de momento, agradam mas que, depois, a todos prejudicam muito mais.

Sabem V. Ex.as quanto mal tem acarretado para o mundo aqueles salários de ficção que é corrente apelidar de «políticos»; sem base que lhes dê firmeza, sem justiça ou equilíbrio que os defendam, levam a situações delicadíssimas, de que as revoluções, as lutas de classe ou partidárias, constituem muitas vezes pedras fiais ,de fecho, e sem que ao fim e ao cabo, se tenha na verdade progredido na esteira do bom equilíbrio social. A título de simples apontamento poderíamos lembrar o que se passou na França, na Inglaterra e em Espanha antes da guerra civil; e o que se está passando, por exemplo, na Argentina e no próprio Brasil, também.

Deixemos de lado simpatias, agrados, tendências ou paixões, e temos de reconhecer que não fugiamos à regra no que respeita a toda essa luta lamentável entre o Trabalho e o Capital; viviamos, como tantos outros, naquele estado doentio, naquela situação que não constrói, em que pouco a pouco se firmavam a desconfiança e a inimizade entre o operário e o patrão: para este, a produção seria o meio de ganhar quanto pudesse, para aquele o executá-lo deveria ser a forma de obter um salário tão alto quanto possível. Puramente entregue à velha lei da oferta e da procura, o trabalho era afinal, e além de tudo, mercadoria a obter, e o Homem — irmão do homem — simples ferramental de movimentos capaz de o executar.

Quando o sacerdote na homilia dizia «meus caríssimos irmãos», todos o escutavam decerto, mas quase só os pobres, ou mais desprotegidos, reconheciam a beleza, e a grandeza, dessa forma vocativa tão cristã.

Alma, personalidade, direitos, tudo isso o que contava no jogo do mercado livre em que a quantidade — mais do que todo o resto —, regulava o valor daquilo que se vendia? A miséria moral e material firmava arraiais no mundo, e o trabalhador sem esperança e revoltado, era o elemento ideal para receber propagandas deletérias, ou criar ambientes e climas que acabaram por arrastar a Europa e o Mundo a essa guerra tremenda que fica a manchar a História da nossa Civilização com o estigma vergonhoso dos ferretes da ignominia e da barbárie.

Os governos mostravam-se ineptos ou impotentes para solver a questão, e os políticos caiam no descrédito por prometerem sempre aquilo que tanto os **preocupava** para poderem subir mas que, depois, ràpidamente esqueciam para se poderem **manter;** o «trabalho», centro melindrosíssimo de interesses e de equilíbrio humano, estava afinal na própria base das lutas sociais, visto que, no ambiente de egoísmo que imperava, não se tornava possível ajuntar os critérios aparentemente tão opostos de considerar a sua retribuição indispensável como um custo para uns e um rendimento para outros.

Vivia-se na falência da doutrina que, durante largo tempo, defendera o princípio essencialmente fisiocrata, tão ao geito de Quernay ou de Turgot, de que a harmonia económica podia ser atingida, e defendida, pelo valor relativo dos interesses individuais em jôgo.

A experiência demonstrava o insucesso, tecendo-se na miséria, firmando-se na revolta, consolidando-se na dor; e as armas que se buscavam para atacar ou defender direitos, fixar ou derrubar posições, evitar ou conseguir deferimentos de exigências ou protestos, encontravam nas greves e «lock-outs» novas razões de incompreensão e discórdia para afastar ainda mais

aqueles que tendo de colaborar no dia a dia, o faziam no espírito envenenado de inimigos em presença.

Tudo se ignorava nos contratos, que um puro individualismo estabeleceria; a sociedade familiar, a sociedade profissional, a sociedade política, nada tinham de ver, como é evidente, com o drama que se vivia: o salário olhava, quando muito, ao rendimento do trabalho, cuja fórmula friamente se buscava na máquina ou no motor sem alma da vida industrial moderna.

À sombra duma reacção inevitável, na consciência de classe que a ia permitindo e levantando, na ansiada revisão de injustiças e processos, as escolas socialistas espalharam pelo mundo a teoria aliciante daquilo a que chamavam a justa remuneração; o trabalhador revoltava-se contra a pejorativa iniquidade de o olharem como uma **«coisa qualquer»:** e o mundo sente-o viver, então, na disposição de obedecer ao imperativo de conduta que um operário ousado ameaçadoramente formulara em Longwy — «de entrada trabalharás em silêncio, depois ficarás desempregado e, no final, hás-de bater-te».

Creio que, também para nós chegara a fase final.

Por muito que se pretenda distinguir conceitos socialistas uns dos outros, indo dos associacionistas como Owen, Fourier, Blanc e Proudhon, aos mais pretensamente científicos como Marx e Rodbertus, fica sempre a igualdade da remuneração que lhe é devida e que deixou de ser portanto, um prémio de serviços para se apresentar, sobretudo, como remuneração indispensável.

De passo em passo, de luta em luta, de queda em queda, apareceu finalmente o comunismo a aliciar as massas, não já como correctivo procurado ao mal que o capitalismo acarretara, mas fundamentalmente, essencialmente, como uma expressão por completo diferente de outra maneira de agir e de pensar no domínio do social e do económico.

Repugnava — é certo — à dignidade do homem viver num sistema tal, em que sentia os seus direitos humanos desprezados ou perdidos; reclamou, lutou, e trabalhou por uma justiça social maior mas foi encontrar, afinal, no outro extremo um conceito novo de sociedade e de vida que lhe impõe o sacrifício daquilo que como Ocidental não quere nem saberia perder: a sua personalidade e a sua liberdade.

E é neste desequilíbrio em que cada escola vai cedendo, em que os diferentes sistemas se procuram adaptar às condições circunstanciantes, buscando a solução eclética num tumultuar desorientado de esperanças, desenganos e paixões, que o trabalhador vive o drama do trabalho, no desespero pelo que é o dia de hoje, na incerteza preocupante do que será o de amanhã.

E isto continua a ser, em grande parte, o germe das convulsões sociais da Europa, o germe das convulsões sociais do Mundo.

★

Governos, sociólogos, economistas, políticos, passam a vida buscando a tal solução eclética, ou nova, que a todos possa satisfazer e servir na certeza talvez de que nunca como aqui se poderia aplicar o axioma Aristotélico de que a virtude é quase sempre o justo meio entre extremos que a limitam.

Pois bem; nas Encíclicas «Rerum Novarum» e «Quadragesimo Anno», podemos nós encontrar normas orientadoras, o bom caminho a seguir, entre tanto escolho e tanto abismo pelos quais os passos, desorientados e hesitantes, desta velha Europa se perdiam; é na conduta cristã preconizada e defendida por esses extraordinários Sociólogos que foram Leão XIII e Pio XI que, sem abdicar de tradições, simpatias, preconceitos, nos poderemos unir quanto ao melhor critério de justiça social para quem trabalha e para quem o remunera.

Temos de reconhecer, dentro dele, que o trabalho recebeu da Natureza como um duplo cunho, visto que é **pessoal** por, na verdade, ser propriedade inalienável de quem a exerce toda a força activa que procura uma actividade produtiva; e é **necessário,** porque o homem o não pode relegar se quiser defender, como precisa, a sua própria existência e à existência dos seus.

O trabalho tem de ser considerado de acordo com o seu carácter individual e social, nele se encontrando a triple função que se respeita para bem dos indivíduos e dos povos: constitui a base, a segurança, do sustento e bem estar da família do operário — tem de se integrar, como é evidente, no interesse defensável da entidade patronal que o ocupe — impõe-se que largamente contribua para a economia pública, permitindo entre os mais ricos e pobres uma concórdia cristã.

Não é o desacordo ou a luta que se busca quando se actua na certeza de que nunca um país se pôde erguer da pobreza ou da miséria a uma fortuna melhor, sem a colaboração de toda a sua gente, tanto daqueles que vivem para o trabalho como dos outros que o dirigem ou fomentam.

O trabalho tem sempre de ser para nós, como escrevia Leão XIII, a verdadeira fonte da riqueza nacional, sem que por isso e de qualquer forma se possa pretender, porém, que «as profissões lucrativas sejam menos consideradas, ou tidas como pouco conformes à dignidade humana»; não se proíbe aos homens, como afirmava Pio XI, que se preocupem com a produção, a fim de poderem aumentar, nos justos e devidos termos, a fortuna que os tenta: é justo tornar-se mais rico, e próspero, «aquele que servindo a comunidade a

enriquece com o aumento de bens». Basta, para tanto, que tudo se procure sem prejudicar, diminuindo ou ferindo, os privilégios e os direitos dos restantes indivíduos que são parte da Nação.

Não praticaremos a utopia de querer apagar das nossas vidas as desigualdades sociais, que hão-de sempre existir e ter lugar no mundo até pela razão bem simples de ser a própria natureza que as motiva e legitima; devemos querer simplesmente atenuá-las nos seus efeitos nocivos, procurar ùnicamente enquadrá-las nos mais salutares princípios da moral, da equidade e da justiça.

Daqui a grande razão que nos tem de levar a considerar indispensável a intervenção do Estado neste campo, definindo através dos contratos colectivos de trabalho, do salário mínimo e dos abonos de família, uma política assente no princípio de tirar de cada um a sombra do desemprego e a cada um garantir, no agregado que chefia, o mínimo indispensável à sua existência material.

Deixa de existir, portanto, a lei da oferta e procura para regular, em muitos campos, o mercado do trabalho, na certeza em que assentamos de que sendo como ele é indispensável para a sociedade em que vivemos, se impõe retribuí-lo de tal forma que essa mesma sociedade tire em tudo benefício, tranquilidade, bem estar.

Mas se o Estado interfere, então, como árbitro consciencioso para avaliar direitos, para julgar e ponderar circunstâncias e razões, no plano superior dos mais altos interesses nacionais em que os interesses de cada um se integram, participando num fim e partilhando dum todo, não poderia deixar a cada qual a liberdade para exercer pressões que se traduzam nas suspensões de actividades ou trabalho: deverá facilitar, sim, a associação dos interessados, corporizando as organizações consequentes, de modo a poder conferir-lhes a força da representação indispensável à defesa imprescindível dos seus sagrados direitos.

Creio que estamos caminhando, sem hesitações e sem desvios, para tirar do nosso vocabulário social a palavra rendimento no seu sentido mecânico, substituindo-o pelo da relação entre a produtividade do trabalho e a fadiga que o operário acaba por sentir ao realizá-lo; quer dizer, que vamos aberta e confiadamente para a fórmula que contém a inegável vantagem de pôr todos de acordo, visto que tanto o patrão como o operário, desejam o valor que a mede tão alto quanto possível.

E hão-de ser, ainda, as habitações a baixo preço, os serviços de previdência e de saúde, a protecção para a viuvez, para a orfandade e para a velhice, que terão de constituir os melhores pontos de apoio da obra que

tanto queremos e devemos realizar; não há dúvida que temos já, hoje em dia, bem firmes e bem assentes, os melhores princípios doutrinários neste campo, de forma a que amanhã, quando em **quantidade** a solução for suficiente, poderemos dizer, também, que em **qualidade,** de há muito que satisfaz.

O trabalho que nos resta — e é bem grande — estará em **completar** como se impõe, mas nunca em substituir por lamentáveis utopias as nossas realidades de conduta a que a experiência vivida pelos homens, pelas Nações, pela terra inteira, deu foros de melhores, de mais justas, de mais sãs.

Na estabilidade da vida dos que trabalham, na tranquilidade feliz do modesto lar de cada um, no sossego de espírito do chefe de família perante as possíveis contingências que o futuro lhe possa reservar, tem de estar a base mais segura duma vida social mais calma, o apoio insofismável da prosperidade dum país.

Em linguagem rigorosa ou, pelo menos com um pouco mais de pretenções, poderíamos dizer que tudo isto se traduz, afinal e simplesmente, no salário psico-sociológico do tipo de «François-Menton»; na nossa linguagem mais corrente, dentro da expressão simples que buscamos para as coisas, podemos ser mais modestos, mas mais claros, também: vamos buscar ùnicamente à fonte que sempre deu à velha Europa a luz mais brilhante e mais pura, ao meio de onde saiu toda a ideia orientadora para a sua projecção no mundo inteiro, aquele princípio eterno de boa irmandade entre os homens, que deve, para bem de todos, comandar firmemente a Humanidade.

★

Foi para nós, desde há muito, ponto assente que se tornava preciso organizar, intensificar e valorizar a produção portuguesa, se quiséssemos retribuir da melhor forma o trabalho nacional; tornava-se indispensável — e há um quarto de século que foi dito — «resolver o problema económico, aumentar riquezas, para que a todos pudesse vir a caber maior quinhão».

E como quem quer deixar marco bem claro e bem firme na rota trabalhosa que se impunha, o Estatuto do Trabalho Nacional, a própria Constituição Política, impôs à organização económica do país o fito de realizar o máximo da produção e riqueza socialmente útil, e ao Estado a obrigação e o direito de regular e coordenar a nossa economia, com o objectivo, entre outros, de conseguir para a produção o menor preço, a par do maior salário e uma remuneração mais justa para os outros factores da produção.

Pelo aperfeiçoamento do crédito, da técnica e dos serviços, se deveria — e teria — de conseguir todo este renovar de Portugal. E escusamos, minhas

Senhoras e Senhores, de realçar todo o programa imenso que cabe num imperativo assim; não é só propôr caminhos novos na ideia de corrigir caminhadas de insucesso, visto que é sobretudo fazer tábua raza dum passado, para partir, apoiando-se naquilo que quase inteiramente se perdera: uma fé inquebrantável nas possibilidades nacionais.

Toda a vitória ou sucesso que neste caso surgisse não beneficiaria ùnicamente a classe dos operários, ou trabalhadores rurais, mas também todo o conjunto enorme dessa classe média que era, é, e continuará a ser, o suporte por excelência da própria vida social; temos de a ver, para o efeito, no seu sentido económico, e não num sentido de hierarquia que a prenda, de qualquer modo, a posições burguesas: vemos nela, ùnicamente, o conjunto amorfo de pessoas que, pelo seu trabalho ou rendimento, estão fracamente dotadas para poderem vencer as necessidades da vida no nível social que lhes compete.

Ao tentar equilibrar o custo da produção com o poder de compra do consumo, através duma reorganização revolucionária de métodos, princípios e processos, não se olha sòmente ao cavador que maneja, de sol a sol, a sua enxada, ou ao operário industrial que na oficina, ou na fábrica, entrega o melhor esforço da sua atenção ou dos seus braços para coordenar, completando, as possibilidades sem conta da mecanização moderna.

Vemos, também, aquele agregado imenso que não tem comissões que o represente, que não pode fazer greves que o imponham, que não dispõe de associações, nem sindicatos, que reforcem, numa união orientada, os direitos e os protestos isolados de qualquer; vemos toda essa gente que constitue o funcionalismo do Estado, o professorado das Escolas, Universidades e Liceus, os empregados tão diversos das variadas gamas do comércio, os militares, os artistas, que sei eu!

Vemos todos, afinal, que àrduamente trabalham para obter o amargo pão de cada dia, que outro fito não tem o labutar constante e intenso de toda a humanidade sofredora.

Há quase trezentos anos, um grande jesuíta português — o Padre António Vieira — fazia num Domingo da Quaresma, uma das suas mais notáveis pregações; e perguntava aos fiéis que o escutavam, o que faz o lavrador na terra, cortando-a com o arado, cavando, regando, mondando e semeando? O que faz o soldado na campanha, carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue? O que faz o navegante no mar, içando, amainando, sondando, lutando com as ondas e com os ventos? O mercador nas casas de contractação, passando letras, ajustando contas, formando companhias? Os estudantes nas Universidades, tomando postilhas, revolvendo livros, quei-

mando as pestanas? O requerente nos tribunais pedindo, alegando, replicando, dando, prometendo, anulando? Todos buscam o pão e em buscá-lo se resolve tudo, e tudo se aplica em o buscar.

Pois tínhamos, e continuamos ainda a ter, de olhar ao conjunto dessa gente, cujo número dia a dia se avoluma e que vai buscar aos seus haveres insuficientes o mínimo indispensável para lançar os filhos no preparo da vida social em que se integra; dela vem hoje em dia a maior parte da gente que há-de formar — e está formando — as elites nacionais, e mal irá aos povos que não procurem alimentar de possibilidades todo o esforço enorme que ela está disposta a dar para manter, cumprindo, a transcendente função social que lhe compete: seria, então, a miséria espiritual que se atingia, como inevitável consequência da outra miséria económica que as circunstâncias da vida lhe tinham ocasionado.

E temos, ainda hoje, como tivemos ontem, de lutar com ideias feitas, com gastos lugares comuns que nos venciam, destruindo sem piedade, sem quartel, desânimos, prejuízos, desconfianças, que tinham tomado foros de verdades nacionais.

Como pensarmos, nós, em levantar cabeça sendo, como éramos, tão pobres, tão dependentes do exterior?

Como poderíamos supor vir a ser possível vencer a concorrência estrangeira com os números que nos mediam o consumo nacional? Onde tínhamos nós o ferro e o aço, o carvão para o calor e para a energia, que foram os pilares potentes dessa revolução industrial que se espalhou no mundo, e mais nos marcou, ainda, a pequenez e a penúria, em recursos materiais? Como organizar, no nosso Ultramar tão vasto, aqueles mercados ideais, a constituirem o alicerce da divisão do trabalho em grande, que justificou, e permitiu, a mecanização dos últimos 100 anos?

A Técnica e a Ciência tinham trazido aos povos, que a sorte especialmente bafejara, solícitos escravos para o trabalho, a auxiliá-los no seu mister de produção: nasciam das novas fontes energéticas, que a inteligência e o saber do Homem permitiram ir buscar à natureza, levando-o a produzir numa escala e num ritmo diferente daquele que, até então, limitava o seu esforço muscular.

A produção, a utilização da energia mecânica, transformaram-se em condições fundamentais do próprio progresso humano, passando a constituir pontos de apoio da independência política e económica dos povos e das Nações. Criara-se, assim, um novo conceito geográfico: o da «geografia da energia», definindo regiões, delimitando zonas, marcando possibilidades, em

que se afirmavam potências capazes de orientar o Mundo, comandando o seu comércio.

A nós pouco, porém, nos cabia e, assim, com um aumento demográfico dominante, sentindo numa agricultura rotineira as «possibilidades nacionais», iamos vivendo apagadamente, sem outro desejo que não fosse o de manter esta espécie de reforma até ao fim.

O mar — esse sim! — sempre nos dera tudo, mas de há muito que, parecia, não nos daria mais nada.

Simplesmente, a Técnica e a Ciência iam progredindo sempre, avolumando descobertas, criando facilidades, reajustando processos, num deambular sucessivo de valores e posições; já não serão então, ùnicamente, os minérios mais ricos e mais puros sobre os quais se pode erguer a siderurgia: os nomes de Thomaz, de Siemens-Martin, de Bessemer, de Kieffer, entre tantos outros, ligam-se à série imensa de novas aplicações que trazem ao primeiro plano países até então empobrecidos.

E nessa mutação tão grande, que alterou profundamente influências e mercados, Portugal sente a riqueza dos seus minérios de Traz-os-Montes ou de África, com possibilidades de utilização e de reservas que nos abrem, para o futuro, inesperados horizontes.

Desde a descoberta, a tanto título notável, de Werner von Siemens, que a electricidade libertara o homem, no seu papel produtivo, do condicionamento do lugar; mas a electricidade era, e é, fundamentalmente manifestação interessantíssima duma forma nova de energia, mas não fonte energética em si. Valorizava, portanto, o carvão e os petróleos, reforçando largamente a posição dominadora dos países que os tivessem no seu solo em condições de interesse ou pudessem dispor deles dentro duma boa economia.

E Portugal, que olhando em toda a sua extensão vastíssima, se tinha de considerar pobre em recursos energéticos minerais, vai encontrar, por seu lado, na hidro-electricidade, um potencial magnífico capaz de lhe garantir a independência precisa para reorganizar a sua enfraquecida economia.

É a África, tão pobre de recursos carboníferos e agora, de certeza, o centro principal de recursos hidro-eléctricos do mundo, que deixa ao seu dispor, só em Angola, mais de 30 biliões de kWh; é na parte continental que nos pertence, onde pouco mais se havia aproveitado do que uns parcos 3 % das possibilidades existentes neste campo, que se assenta num plano de realizações e de progresso que nos levou a dobrar já, em menos de quatro anos, toda a nossa produção de electricidade. E fica-nos mais ainda de 80 % de recursos como garantia indispensável para a electrificação que se quere levar a cabo no país, no fito de fomentar, reorganizar, e enriquecer, como se impõe, a indústria e a agricultura nacionais.

Temos, hoje, possibilidades de energia: podemos por electrosiderurgia buscar o ferro, também.

Nada há que contrarie directrizes de governo que nos levem abertamente a uma política nova, de fomento, que enriquecendo a Nação enriquece a todos nós; não poderíamos relegar o bom princípio de aplicar o máximo que podermos para a abertura de estradas, desenvolvimento de portos, construção de aeródromos, reorganização da frota mercante, num esforço, para nós enorme, de promover ligações entre mercados, facilitando o movimento de comércio e de turismo entre Portugal e o mundo inteiro. E queira Deus que se não pare de estender, de lés a lés, as linhas distribuidoras, que hão-de levar a cada canto, a cada leira, a cada lar, possibilidades valiosas de conforto, possibilidades de auxílio para regar e produzir que não temos dificuldade em obter.

A Ciência, no seu caminhar veloz, abriu-nos possibilidades para a produção por via da síntese, levando-nos a obter produtos industriais de interesse que, outrora, só em certas circunstâncias, muito próprias, se obtinham; a água, a celulose, o próprio ar que respiramos, são novas matérias primas que a Técnica nos ofereceu, e a prova é que a lavoura portuguesa começa a dispor de adubos em grande parte obtidos pela água e pelo ar de Portugal.

Os horizontes são vastos, e as linhas que os definem, não se marcam ali ao pé da porta, à laia de extrema de courela, sem valor nem protecção; estendem-se pelo mundo fora, através de oceanos e de terra, deixando ao nosso dispor mais de 2 milhões de km² que a Técnica actual nos permite aproveitar duma maneira inesperada.

Deixamos de ser país pequeno: está na nossa mão deixarmos de ser pobres, também. De facto, não poderíamos recuar, agora, neste trabalho que procura fomentar a economia nacional, visto de modo algum traduzir fantasia condenável por falta de riqueza a explorar; pelo contrário sentimos que, hoje em dia, tudo se mostra a desmentir que somos um país pobre, sem recursos: é toda a natureza em nosso torno que se ergue numa revolta amiga, a fazer surgir, por toda a parte, riquezas que nos oferece na sua grandeza imensa e que nós, portugueses, tantas vezes esqueciamos, na mesquinhez sem perdão duma hesitação que nos perdia.

Temos frente a nós uma tarefa rude, que só se poderá cumprir se acelerarmos o passo pelo caminho em que entramos e que, decerto, trairiamos se voltássemos convencidos àquele velho abandono que não trouxe a Portugal senão desalento e carências. Temos de conquistar à natureza esta terra que, outrora, tão zelosa e corajosamente soubemos defender dos invasores e a prova que se recuperou largamente a confiança para o efeito, e de que esta

é, hoje e em toda a gente, tão arreigada e tão firme, está no facto provado de que as críticas mais vivas e mais acerbas que se encontram neste campo nascem principalmente, justamente, de se querer mais e melhor.

Temos, portanto, uma «certeza» que nos leva a construir, e nos dá incontestável direito de repúdio por tudo quanto a pudesse comprometer ou anular.

Mas pode perguntar-se, ainda: e será lógica a forma de encarar o problema nas directrizes de base para a sua solução?

Creio que não valeria a pena perder tempo discutindo qual o aspecto primacial que a nossa economia deve ter, visto que não interessa impor axiomàticamente, o carácter que se recolhe dum país agrícola ou dum país industrial, à laia de discussão por desavenças que constitue característica de alguns pequenos países da Europa Central e Oriental, interessa-nos, sim, defender a nossa economia por meio de uma coordenação inteligente, no máximo aproveitamento de tudo quanto possa, na realidade, existir à disposição da nossa capacidade de realizar.

A nossa economia tem de ser essencialmente nacional, sem perda de ligação bem firme entre a metrópole e o ultramar, sem perda dos melhores contactos com as economias variadas das mais diversas Nações.

E esta disposição que nos respeita, interessa aos outros, também.

De facto, no conjunto da nossa economia, não dividimos mercados por disposições convencionais, visto devermos procurar ùnicamente aproveitar quanto melhor valha para podermos fornecer o meio que mais convenha.

No Continente, nas Ilhas, nas províncias do Ultramar, em quaisquer das costas africanas, na Índia, em Macau ou em Timor, há centros definidos de consumo que queremos alimentar como convém, seja por nós ou pelos outros; mas há igualmente, a par deles, possibilidades de interesse no campo da produção agrícolo-industrial, e as quais deveremos fomentar à custa dos nossos mercados próprios ou de mercados exteriores.

Como princípio posto a toda esta tarefa que se lançou, e se vai afirmando pouco a pouco, também, entre crises, convulsões e rearmamentos, sofrendo-lhe as contingências, retardando o seguimento, quantas vezes nós desviando os caminhos melhores e mais seguros que uma paz tranquila permitia, temos de olhar sempre ao da «melhor alternativa» como base do trabalho a realizar.

Quer dizer: não procuramos, decerto, obter tudo por tudo, visto não querermos obter possibilidades de fechar em nossa volta muralhas intransponíveis que nos tirassem contacto com as economias exteriores: não interessaria sacrificar, sem razão, o custo da nossa vida, só pelo deleite egoísta

de **«não ligar a ninguém».** O fim que desde sempre nos moveu, e move ainda, está num plano bem mais alto do que essa pobre ambição: queremos seguir, e obedecer, às boas leis da economia, considerando sem interesse partidarismos, paixões.

Criar, na produção, a segurança precisa para, em qualquer contingência, poder viver no país, é solução tão objectiva que dispensa comentários para a apresentar ou defender; mas tudo quanto não interesse económica ou estratègicamente produzir, em Portugal, ou que até se justifique a sua compra como garantia indispensável para vender certos produtos que nos interessa a nós, portugueses, colocar, queremos ter possibilidades de os poder adquirir no estrangeiro, sem ter receios de faltas que esse dispêndio nos cause: contribuiremos, assim, para o progresso, riqueza e bom entendimento das Nações.

Produzir, sim, aquilo que nos valer a pena para poder comprar quanto nos convier.

Enriquecer, para nós, não se virá a traduzir portanto, num conceito de avareza, ou preocupação condenável de criar mais embaraços a tantos que conhecemos; o mundo sente que o seu espaço se aperta, em face do que precisa e das lamentáveis condições que o egoísmo dos homens lhe vieram a criar a pouco e pouco: cada um deve, portanto, valorizar o seu próprio território, para afirmar o direito em que se encontra de o considerar como seu. Só assim poderá contribuir para a comunidade restante, visto que só assim contribuirá, para que o seu povo, a sua gente, possa comprar aos outros muito daquilo que precisa e que esses, por sua vez, tenham desejos e precisão de vender, também.

A regularidade das trocas internacionais — uma base de paz para as Nações! — só se poderá obter devidamente no dia em que cada um não esqueça, nem deixe diminuir, o sentido universalista da sua política económica; caminhando de acordo com princípios que desde há muito defendeu, Portugal virá a dar, neste campo, um exemplo objectivo, buscando nesse conceito tão apagado de egoísmo, tão rico de compreensão e de justiça, a sua directriz actuante no campo do seu fomento.

E de lamentar é, portanto, que as circunstâncias actuais nos obriguem, muitas vezes, a retardamentos e desvios desta política que todos tem de aceitar como a melhor e a mais sã.

★

E no que respeita à política financeira do Estado, às suas directrizes e tendências, que poderemos nós dizer?

Que todos sentem a necessidade em que os governos se encontram de realizar despesas; que não poderiam, sem elas, atender às necessidades mais correntes da própria governação, da defesa e segurança do território que governam, da valorização e protecção do património de que cuidam, da saúde pública, do ensino, da economia, do bem estar da colectividade, do mais que se quiser.

Que só por elas, ou através delas, se conseguem realizar as obras indispensáveis ao interesse e ao bem comum, mas que a colectividade, por si só, não poderia nem saberia realizar.

A civilização no seu progresso, a Técnica e a Ciência nas suas consequências revolucionárias, a política na sua valorização perante o reconhecimento dos deveres para os mais desprotegidos ou os mais pobres, a preocupação cada vez mais intensa da justiça social, da defesa da saúde, da protecção aos carecidos, etc., vieram dar às despesas públicas uma importância enorme na vida nacional; e porque a função de quem governa se projecta no futuro, pelo preparo e defesa das condições de vida para as gerações que hão-de vir, o Estado aparece a intervir, directa ou indirectamente, em muitos trabalhos públicos, de que o país só mais tarde tirará todo o proveito.

As finanças públicas participam assim, e actualmente, em todas as manifestações da vida económica, impondo directivas que devem tender, por todos os meios e em todas as circunstâncias, para garantir à colectividade, como diz Masoin, «aquele mínimo de abundância, de segurança e de justiça que são as condições económicas e sociais do bem comum».

Todos os meios duma judiciosa política financeira devem ser mobilizados para melhorar o bem dos povos, aumentando a soma das riquezas contribuíveis; razão sobrava ao Prof. Lanfenburger, detentor da cadeira de Finanças da Faculdade de Direito de Paris, ao afirmar, por isso mesmo, que «as despesas públicas constituiam a alma política do Estado».

Ora se o Estado tem por objectivo assim, e entre outras coisas, intervir na vida nacional, com vista a regular e a coordenar as várias actividades individuais, no fito de defender o bem comum, se procura, dentro das suas atribuições, fomentar a economia do país, equilibrar a produção-consumo, aumentando o poder de compra da sua população, não há dúvida, também, que não teria, dentro dos princípios do liberalismo económico que Adam Smith defendeu, o ponto de apoio preciso para a sua política condutora.

Não seria, portanto, dentro das normas e conceitos do liberalismo clássico que se iria encontrar, para as Finanças Públicas, a função que lhe compete dentro do sistema actualmente aceite em Portugal; se num determinado momento a economia particular se encontra comprometida, se as camadas

sociais vivem desorganizadas, se o capital privado não acorre, por não poder ou não querer, às obras de tanto vulto como aquelas que se tornam precisas, é, decerto, indispensável facilitar a criação de riqueza, alterando portanto a própria função financeira do Estado, até há anos, ainda, simples consumidora ou repartidora dela.

O fluxo das despesas públicas contribuindo, directa ou indirectamente, para a produtividade no circuito económico nacional, pode preparar o refluxo das receitas em grau maior ou menor, podendo contribuir, portanto, para o aumento da riqueza utilizável do Estado; e, assim, se alargará a função deste, à laia de juro acumulado que enriquece a conta de qualquer.

Quere dizer que as finanças públicas passam de uma função estática a uma função dinâmica, que as levam a um plano renovador e criador o qual, sem exagero ou sem sofisma, poderemos classificar de económico.

O Orçamento do Estado tem de abdicar, para isso, de ser um instrumento neutro, destinado a financiar as despesas mais correntes da administração ou do governo, devendo procurar, pelo contrário, tornar-se a pouco e pouco um verdadeiro motor da política económica e social do país.

Se com uma moeda sã e sólida (e, como diz Gayet, se não é sólida nem sã não é moeda) procurarmos assegurar a estabilidade dos preços que for, na realidade, possível (aliás comprometida, em parte, pelo movimento inflaccionista que a guerra, e o após-guerra, a todos acarretou) temos de aceitar ser com as despesas públicas, e com as receitas do Estado, nos seus quantitativos variáveis, nas suas modalidades diferentes, que poderemos obter uma repercussão profunda sobre as conjunturas e as crises, sobre o equilíbrio económico e a complicada estrutura e ligações da própria Sociedade.

Quer isto dizer que a Ciência das Finanças se deve apresentar para nós, sob o aspecto também duma Ciência política; isto é: as Finanças Públicas não se desligarão, portanto, daquela preocupação tão defensável quanto à revolução poder surgir da negação do social, e a ruína da negação do económico. E não seria decerto na análise deste princípio que a nossa desunião poderia preocupar ou surgir; fica ela, talvez, na «quantidade» com que se dá seguimento a uma doutrina que a todos tem de interessar, como é evidente.

★

Relegado, de vez, para um passado sem interesse o «deficit» orçamental que fora companheiro absorvente da nossa vida em Portugal, era preciso assentar na forma de estruturar a política financeira do Estado, de maneira

a obter, pela sua intervenção, a criação de riqueza que era, na verdade, indispensável para poder progredir.

Foi sempre escrupulosa e louvàvelmente seguido o princípio de evitar o mais possível às gerações futuras, as sobrecargas pesadas com que os empréstimos, internos ou externos, as poderiam onerar, procurando portanto redimir muitos dos males que herdamos com o abnegado sacrifício da nossa própria geração.

Como particular que procura tornar alodial a propriedade que, próspera e enriquecida, quer deixar como herança aos descendentes, e para tal se sacrifica em economia e labor, foi de há muito para nós norma política pôr a par duma administração firme e severa, a preocupação dominante de desanuviar caminhos às gerações de amanhã.

Não nos limitamos, portanto, à política de empréstimos destinados a cobrir exclusivamente despesas produtivas ou rendáveis, ou então de que só daqui a largo tempo se tirasse todo o proveito que procuram; fomos muito mais longe, na verdade, visto termos ido buscar grande parte da cobertura das despesas extraordinárias (e entre as quais, e quase por metade, se avolumam as de fomento) às receitas ordinárias, que conseguiram cobrir, durante mais de 20 anos, quase 40 % do seu montante total.

Pode considerar-se discutível o processo, criticar na «quantidade», como eu próprio o tenho feito por escrito e pela palavra; mas o que isto representa, neste mundo de egoísmo, de sacrifício imposto, de compreensão de deveres, de completa isenção perante os sentimentos pessoais de interesse que nos levavam a alargar os limites apoucados em que fomos obrigados a viver, para que amanhã os outros vivam melhor, só o poderão avaliar aqueles que são mais novos em face do que está feito e do que faltava fazer.

Foi esta directriz política, das mais severas de todas, que nos impôs em boa hora as maiores economias na certeza antecipada do que nos iam custar; era, como disse então quem a propôs e aplicou, a ascensão dolorosa dum calvário «no cimo do qual podem morrer os homens mas as pátrias se redimem».

★

Julgo, minhas Senhoras e Senhores, que muito do que referi, quanto a normas orientadoras de política administrativa e de governo, tem faltado largamente pelo mundo, com vista ao seu sossego, à sua paz.

A Europa, nas suas desnorteadas tentativas de resgate, na preocupante ansiedade de reafirmar posições que há largo tempo perdeu, tende a procurar um equilíbrio de actuação e de princípios como defesa para o perigo de sos-

sobrar, e morrer; definia-a, há tempos, um humorista mordaz como um desorientado continente que no receio compreensível de se vir a tornar «russo» se vai a pouco e pouco, e sem sentir, tornando simplesmente americano.

E no dia em que tal acontecesse de «Europa» haveria só a sua terra e a sua História, visto que a sua sobrevivência e recuperação de valores se podem encontrar sòmente se à custa de muito critério e muito esforço, este continente em que vivemos actue de tal maneira que consiga redimir-se no respeito das suas próprias tradições, tome por novos rumos sem nunca deixar, porém, de se manter europeu.

E para o conseguir, não poderemos esquecer as judiciosas palavras de Gonzague de Reynod, que por muito que as repita sempre lhe encontro beleza e um aliciamento sedutor:

> «a consciência da Europa refugia-se numa pequeníssima minoria, formada de uma elite intelectual, duma elite social e duma elite religiosa».

A missão desta minoria frágil e dispersa, menos do que trazer novas ideias revolucionárias, é a de manter ou restabelecer a continuidade da civilização, entre o passado e o futuro.

Reacção da pessoa humana contra os movimentos da massa e a fatalidade dos acontecimentos. Obra de inteligência humana que restabelece a linha de força interrompida, cortada, com o fim de permitir novamente a passagem da corrente portadora de energia e de luz.

Obra e reacção essencialmente aristocráticas.

Quando o terreno da Europa se torna movediço e pantanoso, depois das inundações, depois do dilúvio, é sobre estes pilares que a Europa, mais tarde, se há-de reedificar».

E não exagerarei, repetindo que por essa Europa fora temos visto ruir, por causa da incompreensão dos homens, um a um desses pilares magníficos que pareciam desafiar a acção do tempo e aos quais, pelo contrário, o tempo parecia vir dando mais força vivificadora nos seus alicerces e no seu todo.

Ora nos princípios que perante VV. Ex.^{as} apontei residem alguns desses pilares que a Europa tanto precisa ver erguidos para perdurar, para viver —

> com a doutrina espiritual que há séculos nos acompanha poderemos orientar devidamente as relações tão delicadas entre o Capital e o Trabalho; com o espírito de ligação aberto para os restantes povos, no universalismo compreensível duma leal actuação, vamos

buscar pedras firmes para erguer, como convém, a reconstrução tão desejada da economia nacional.

E na vida tão agitada de hoje, em que o egoísmo impera, o personalismo domina e onde o prazer é rei, mostramos ser também num devotado sacrifício que procuramos redimir uma herança bem pesada que herdamos de nossos pais.

Escreveu, certo dia, um grande pensador religioso, esta verdade orientadora: «o futuro pertence aos povos que mais se ajustam aos fáctos: o maior facto é Deus».

Fique entre nós, então, o sentimento de que obedecer às suas leis perfeitas, no que respeita à ligação entre os homens e às relações entre os povos, sacrificando egoísmos para viver devoções, e sobre elas assentar uma **moral** de governo para por meio delas estruturar uma política actuante, é buscar a indispensável garantia para que esse futuro nos pertença.

Grande lição política que à Europa tem de interessar e porque à Europa interessa, a nós interessará, também; loucura seria, então, dá-la tão francamente aos outros para a perdermos, depois.

E voltemos, então, a uma premissa que foi — pode dizer-se — o ponto de partida para esta caminhada extenuante com que tanto fatiguei VV. Ex.as: todos sabemos como será difícil acertar o problema em «quantidade», e não pretenderíamos, decerto, apagar as divergências que sentimos quanto ao ritmo de trabalho, quanto à forma e aos processos com que se tem de atingir o mínimo que se deseja.

Pelo contrário, até, só temos a desejar que estas discordâncias salutares pululem honestamente de norte a sul do país, visto que todos temos uma estricta obrigação em contribuir por bom esforço, crítica objectiva, estudo realizador, para se conseguir o mais rápido e melhor ajustamento dos problemas sociais e económicos às possibilidades portuguesas.

Mas não confundamos, nem por um instante, os princípios com os processos, nem misturemos bases doutrinárias que se impõem acatar e defender pelo que representam de justiça, de moral e de razão, com a acção infeliz de certos homens que longe de as bem servir as vem comprometendo ou traindo, talvez pela razão bem simples de que nunca as souberam compreender.

Não partamos dum erro condenável, materialização infeliz duma atitude de administração ou de governo para condenar princípios de conduta que não são efeitos dele, nem suas causas, também; condenemos, sim, os responsáveis, visto serem quem, na realidade, os comprometem por incúria ou por vaidade, por personalismos ou ambições.

Num exame de consciência honesto e frio, não encontramos motivos para que os portugueses se não unam em volta de tais princípios que são humanos e sãos: bem mais fácil se tornaria, decerto, ajustar e completar, depois, na união de todos, do que tentar, desunidos, ajustamentos e emendas, trazendo para o pé de nós, numa experiência sem sentido, aquilo que não serviu na Europa que o experimentou.

Não sabemos — mas tememos — o que o futuro nos reserva, e temos decerto a consciência que num determinado momento poderemos ser chamados para resolver, para decidir; unamo-nos, então, para isso, visto que se a «instituição» for, na realidade, indispensável para dar continuidade estruturada àquilo que não queremos perder, ou se o consenso nacional for entregando aventurosamente aos homens o encargo transcendentíssimo de conseguir cimentar em suas vidas pedras que se apoiando no passado tem de ser bons alicerces para o futuro, só uma consciência política e objectiva quanto a princípios de actuação e de governo, permite, na verdade, unir e, consequentemente actuar.

Faremos, então, política «na verdade», porque estaremos ùnicamente buscando a defesa consciente dos interesses nacionais; grande lição para a Europa dada por quem, na realidade, foi durante largo tempo um extremo que se esquecia, mas que hoje constitui testa de ponte importante dum continente cansado, e onde há vida, há moral e há esperança para poder constituir, também, ponto de apoio valioso para a Europa de amanhã.

OESTRYMNIS

(ATLÂNTIDA — CAMPO ELÍSEO)

por FRANCISCO JOSÉ VELOZO

A Câmara Municipal de Guimarães vai comemorar este ano o 580.º aniversário da aliança luso-britânica, consolidada pelo Tratado de Londres de 16 de Junho de 1373, mas iniciada verdadeiramente com o Tratado de Tagilde, celebrado na freguesia deste nome, do concelho de Guimarães, em 10 de Julho de 1372, como o revelou magistralmente o ilustre Director de BRACARA AUGUSTA, Dr. Sérgio da Silva Pinto, no vol. I, n.º 12, do Boletim que a precedeu, e na revista SCIENTIA IVRIDICA, t. II, pág. 195.

Esta comemoração coincide com a do centenário da elevação de Guimarães a cidade. E com a dõ milenário da sua existência, atestado por documento medievo. Honroso pergaminho esse! Não é decerto, — todos o reconhecem, — o testemunho da sua fundação, antes, sòmente, o da sua existência milenária como centro urbano. Em zona povoada de citânias, o seu nascimento deve recuar a épocas mais vetustas. No que toca ao topónimo, com que hoje se designa, sem dúvida provém de *villa Uimaranis*. Basta escrever isto para nos vir à mente o que ensinou Alberto Sampaio: — O regime das *villae*, ou propriedades romanas sujeitas a um *dominus*, a um senhor, e com determinadas características, estava dissolvido no tempo da Reconquista, mercê da desordem provocada pela invasão islâmica, e em razão da evolução económica. Logo, é a épocas anteriores que devemos pedir a explicação do topónimo. E só a imigração germânica nos pode justificar um *Uimara*, senhor da *villa*, e impondo-lhe, à velha maneira latina, o seu próprio nome. A designação remonta por isso ao tempo dos Suevos, único Povo que se aposentou colectivamente no território português e galego, como em *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, em publicação, julgamos ter demonstrado. O nome de Guimarães deve ter-se originado portanto na era em que surgiu também o da outra Guimarães, a beiroa... O diploma do século X, de inestimável valor, não serve, por essas e outras razões, para invalidar a tradição de um São Dâmaso vimaranense, Papa, cuja menção como tal

o Rev.º Dr. Avelino de Jesus da Costa achou em um documento da Biblioteca bracarense, muito anterior à pretensa invenção renascentista dessa tradição.

Comemorando as suas glórias passadas, o berço do Estado português tem de lembrar a obra do grande arqueólogo Martins Sarmento, que, erguendo nas mãos o facho acendido no Sul de Portugal por Estácio da Veiga, abriu o caminho da investigação arqueológica no Norte do país e em todo o Portugal, alargando-lhe os horizontes pela comparação com a arqueologia galega, bretã e das Ilhas Britânicas.

Todos os amantes da inegualável terra de Afonso Henriques, da rudeza heróica do seu castelo, da beleza grave das suas ruas, onde ecoam ainda, no lagedo espaçoso, marchas de guerreiros cobertos de ferro, e onde, pelas fachadas das casas antigas e em frontarias de paços magníficos, se ostentam rendadas gelosias e varandas, autênticas obras de arte; todos os que, admirando a velha urbe, rezam em seu coração ou clamam em alta voz para que se respeite o seu doce vulto antigo, como de fidalga castelã, conservando o seu sonho e a sua graça pelos séculos em fora, — graça gémea de uma Évora, de uma Cospostela, cidades-relicários da alma da Raça, que o progresso, criando nova extensão citadina, há-de valorizar em vez de destruir; todos os que pasmaram no seu Museu arqueológico ou em Briteiros e Sabroso, diante do gigantesco empreendimento de Martins Sarmento, exumando as relíquias augustas da epopeia lusitana; todos os devotos das igrejas e capelas guimarenses, festões de pedra e talha floridas, ou da imponência megalítica da sua Penha, «castelo» muito mais arcaico do que o de Dona Muma, mas como ele testemunho da imorredoira resistência da Grei; todos os que, sentindo o coração do seu Povo, com ele gozam as suas festas alacres, ou choram as grandezas perdidas, — tal a sua Colegiada, bem de restaurar em hora tão solene, já que o arciprestado conta sacerdotes dignos de emparceirar com o simpático ancião que resta dos antigos Cónegos de Santa Maria —; todos nós enfim, os deste nosso Antre-Doiro-e-Minho indivisível e de Portugal inteiro, comungamos no júbilo da terra querida de Guimarães, vibramos no entusiasmo que suas glórias despertam, celebramos jubilosos o seu milenário de existência, o centenário da sua elevação a cidade, — que já era por seus pergaminhos nobilíssimos, — e o aniversário multissecular daquele tratado que marca, em Tagilde, no termo vimaranense, coração do Minho, com intervenção de um político galego, o Conde Andeiro, o início da nossa verdadeira política externa, consolidada em Londres em 1373.

Modesto contributo a estas celebrações e em especial à última, e homenagem sincera à velha cidade são as páginas que seguem, — publicadas por vontade da Direcção da revista BRACARA AUGUSTA, e destinadas a consagrar as profundas razões, as antiquíssimas raízes do acto que efectuou o abraço de perpétua amizade e cobeligerância dos Povos lusíadas e anglo-saxónicos.

Com efeito, a esta aliança, podem explicá-la certas afinidades ou aspectos comuns da nossa civilização. O paralelismo das nossas Histórias. A comunidade de raízes étnicas, a *Oestrymnis* de Avieno, reforçada pelo contributo britano-celta, pela colonização romana, pela migração suévica (Quados na Lusitânia, Anglos na Grã-Bretanha), e revelada na semelhança do folclore, que as danças, música e instrumentos populares tanto manifestam. O sistema de laços comerciais e políticos que nos uniram através dos tempos. A religiosidade constante,

mas sem os arroubos do misticismo. A índole pacífica e pendor mercantil. A hospitalidade. O génio colonizador (embora em sentidos divergentes), pela valorização cultural e integração política das sociedades indígenas. O tradicionalismo tenaz dos nossos Povos que resistiu e resiste a todas as tentativas hostis. O amor ao real e à vida, porém isento de materialismo. (Para a Irlanda, o monaquismo da Alta Idade-Média e a semelhança do nosso amanhecer literário, profundamente religioso e lírico, tocando a heterodoxia por força de humanismo o primeiro, roçando a divinização do amor o segundo; a emigração; a expansão missionária). O heroismo sem alarde. O horror ao sangue derramado e aos requintes da violência, que tanto revela o fundo asiático (também místico) em certas zonas da Europa. Enfim a vida e vocação marinheiras, tudo o que já Avieno, reproduzindo um antiquíssimo texto, dizia dos nossos comuns antepassados, navegadores, emigrantes de sempre:

Superbus animus, efficax solertia,
Negotiandi cura iugis omnibus,
Netisque cumbis turbidum late fretum
Et beluosi gurgitem Oceani secant.

(Ora Maritima, vv. 99-102)

Queremos, no presente esboço, prescrutar serenamente os mais antigos testemunhos da comunidade originária e expansão étnica dos nossos Povos. Que ele sirva pelo menos para repor algumas verdades no seu lugar, e assim contribuir para a nossa mútua compreensão e estima.

Nem o nordicismo lá, nem o meridionalismo cá, seja qual for a forma ilusória que revistam, nem divergências religiosas ou ventos da moda podem ofuscar a verdade fundamental da convergência de interesses e similitude de vocações dos nossos Povos no concerto das Nações e na História da Civilização, e a necessidade de seu entendimento, que felizmente vigora.

I. A ATLÂNTIDA

Da Europa à América pela Irlanda-Grã Bretanha

O espanhol Gomora, na sua *História Geral das Índias*, publicada em Saragoça no ano de 1553, sustentou que a América era o continente, situado do outro lado do Atlântico, de que falava Platão no *Timeu* (1).

O filósofo grego não se limita contudo a essa afirmação. Assevera, nítida, precisamente, que em tempos muito recuados havia comunicações navais entre a Europa e a América.

Tais asserções aparecem ligadas ao relato da fabulosa Atlântida, e por isso na atenção dos estudiosos passaram a plano secundário. Diluíram-se no mar de conjecturas que suscitou o mais intrincado problema histórico de todos os tempos, o da existência desse esplendoroso Reino do Oceano.

O progresso da Ciência histórica e da Arqueologia veio trazer alguma luz à questão, de modo que já não é lícito rejeitar absolutamente o que se considerou simples fantasia de Platão (2).

Quem não recorda o belo passo do diálogo? (3).

Crítias, a pedido de Sócrates, conta o que seu avô, Crítias o Velho, tinha ouvido da boca de Sólon, o grande legislador ateniense (4).

Platão era casado com Perictíone, irmã do Tirano Crítias, e, como ele, neta de Crítias o Velho (5), filho de Dropides, que por sua vez era parente ou amigo de Sólon (6). Assim, não é crível que Platão atribuísse a Crítias senão o que ele tivesse dito. E por outro lado a narração de Crítias oferece garantias de credibilidade, atentas as indicadas ligações familiares com o próprio Sólon, quer dele quer de Platão.

Encontrava-se um dia Sólon no Delta do Nilo, na cidade de Sais, durante uma das viagens que empreendeu, a fim de reunir sábias leis para uso da sua pátria. Como falasse das tradições mais antigas dos Helenos, «de Foroneu, cha-

---

(1) Segundo ALEXANDRE BESSMERTNY, *L'Atlantide*, trad. de F. GIDON, Paris, 1935, págs. 20.

(2) As mais notáveis tentativas de aproveitamento das notícias ocnservadas por Platão foram feitas, a nosso ver, por ADOLF SCHULTEN (Cf. *Tartessos*, 2.ª ed., trad. espanhola de J. M. SACRISTÁN, Madrid, 1945), e sobretudo por MENDES CORREIA, em especial no seu memorável ensaio, *Anthropologie et Préhistoire du Portugal*, in «Bulletin des Études Portugaises», Nova Sér., t. 8.º (1941), pág. 42, ao qual devemos grande número de sugestões e ensinamentos ,que procuramos desenvolver neste estudo.

(3) PLATÃO, *Timeu*, (*Τίμαιος*). 20 d-22 b e 24 d-25 b (ed. de ALBERT RIVAUD, *Platon — Oeuvres complètes*, t. X, *Timée — Critias*, Paris, 1925, págs. 130--133 e 136-167).

(4) Cf. FUSTEL DE COULANGES, *A Cidade Antiga*, Lisboa, 1950, trad. de F. DE AGUIAR, 7.ª ed., vol. II, págs. 60-66 e 127-132, sobre a obra de Sólon.

(5) DIELS, *Vorsokratiker* 3, 2, págs. 309, 26; C. RITTER, *Platon*, I, 1910, págs 12-15 (cit. A. RIVAUD, *op. cit.*, págs. 130, nota 1).

(6) PLATÃO, *Cármide*, 157 e, 158 a; DIÓGENES LAÉRCIO, 3, 1; FILÓSTRATO, *Vit. Soph.*, I, 16 *(ibid.)*.

mado o Primeiro Homem, de Níobe, do Dilúvio» e de outras vetustas reminiscências do seu Povo, um dos sacerdotes seus interlocutores, de avançada idade, proferiu estas conhecidas palavras:

«— Sólon, Sólon, vós Gregos sois as eternas crianças: um grego nunca é velho!»

E parecendo Sólon admirado destas expressões, o detentor da antiquíssima sabedoria egípcia tornou:

«— Novos, sois todos vós, na alma. Ela não tem nenhuma opinião antiga, oriunda de velha tradição, nem Ciência alguma encanecida pelo tempo!»

A Hélade constituía em verdade, para o multimilenário Egipto, um autêntico Novo Mundo, qual, para os olhos da Europa de hoje, se descobre a vida pujante e moça dos Povos da América.

Em tempos muito recuados, continuou o velho sacerdote, em eras que Sólon e os seus contemporâneos já não memoravam, habitara a Grécia um Povo, antepassado da gente de então, e afim dos primitivos colonizadores do Delta do Nilo:

«— Numerosos e grandes foram vossos feitos e os da vossa Cidade. Eles aqui estão escritos, e são admirados. Mas um, acima de tudo, releva em grandeza e heroísmo. Com efeito, nossos anais referem como a vossa Cidade aniquilou outrora *uma Potência* insolente, *que ao mesmo tempo invadia toda a Europa e toda a Ásia, e sobre elas se lançava do fundo do Atlântico.*

Porque, então, podia-se atravessar este mar.

Ele tinha uma ilha, para além da passagem que chamais, na vossa língua, *as Colunas de Hércules.* Ora, naquele tempo, *os viajantes podiam passar dessa ilha a outras, e destas conseguiam alcançar todo o continente situado na margem oposta desse mar,* que merecia verdadeiramente o seu nome.

De facto, do lado de dentro do estreito de que falamos, parece não haver mais do que uma baía de entrada apertada, mas do outro lado, de fora, há aquele autêntico mar e a terra, que o cerca, e podemos chamar verdadeiramente, no próprio sentido do termo, um continente».

Este resumo corresponde a factos palpáveis e de fácil justificação.

Os tradutores, em geral, não têm entendido o passo transcrito no sentido de que essa grande ilha estivesse «*para além*» ou «*antes* das Colunas de Hércules» ou Estreito de Gibraltar, mas sim «em frente» ou «diante» delas (7). Contudo a preposição grega πρὸ pode traduzir-se dos dois modos (8).

(7) Assim fazem por exemplo ALBERT RIVAUD, loc. cit., e MANUEL MAIA PINTO, *Platão — O Timeu*, Porto, 1952 (versão livre), pág. 20.

(8) Cf. HEDERICUS, *Lexicon Graeco-latinum*, Roma, 1832, seguro dicionário greco-latino, onde se lê: «πρὸ = *Ante, coram*, prae, pro. In compositione notae prioratis *temporis, dignitatis*, loci». I. PEREIRA, *Dicionário grego-português e português-grego*, Porto, 1951, pág. 446, consigna, para a preposição, os dois significados que damos no texto: «diante de» e «antes de», além de outros.

À semelhança do grego, os significados latinos *prae* e *pro* conservam a mesma

E como não há tal ilha, todos o sabem, em frente do Estreito..., impõe-se o significado que não seja absurdo.

Basta dizer isto para se ver que essa grande ilha, maior do que a Líbia e a Ásia conhecidas no tempo de Sólon (9), deve ser a Grã-Bretanha ou a Irlanda, ou até as duas, outrora unidas (10).

Dali podiam realmente os navegadores experimentados, de ilha em ilha, talvez pela Islanda, que demandam ainda hoje os pescadores bretões (os *Pêcheurs d'Islande* de Loti), passar à Grunelanda e à terra da América. Ali podiam aportar, pela mesma via, em sentido inverso, outros ousados navegantes, vindos da América (11).

Adiante veremos que fontes posteriores confirmam que tal via foi utilizada.

Prosseguiu então o informador de Sólon deste modo:

«Ora nessa ilha Atlântida (Ἀτλαντὶς νῆσος) formaram seus Reis grande e maravilhoso império, que *dominava a ilha inteira e muitas outras ilhas e porções do continente. Além disso, do nosso lado, ele possuía a Líbia até ao Egito e a Europa até à Tirrénia* (12). Ora essa Potência, tendo concentrado em certa ocasião todas as suas forças, empreendeu, de um só impulso, escravizar o vosso território e o nosso, e todos os mais que ficam desta banda do estreito.

Foi então, ó Sólon, que o poder da vossa Cidade fez brilhar aos olhos de todos o seu heroísmo e energia. Porque ela sobrelevou às demais em força de ânimo e arte militar. Primeiro, à frente dos Helenos, depois só, por necessidade, abandonada pelas outras, reduzida a perigos supremos, ela venceu os invasores, ergueu um trofeu, preservou da escravidão os que nunca sob ela tinham estado, e sem rancor libertou todos os outros Povos e a nós próprios, que vivemos aquém das Colunas de Hércules.

Mas no tempo, que se seguiu, houve temíveis abalos de terra e cataclismos. No mero intervalo de um dia e uma noite terríveis, todo o vosso exército foi engolido de repente para debaixo da terra, e da mesma forma a Ilha Atlântida se afundou no mar, e desapareceu. Eis porque, hoje ainda, esse Oceano é difícil e indevassável, pelo obstáculo dos fundos de vasa, muito baixos, que a ilha, submergindo, deixou acumulados».

---

ambiguidade de sentido: «adiante», «para além», ou «em frente de»: FRANCISCO PEDRO BROU, *Lexicon latino-português actualizado*, Porto, 1890, págs. 1075 e 1116.

J. E. CASARIEGO, *Los grandes périplos de la antigüedad*, Madrid, 1949, pág. 78, lê, no texto de Platão: «*Mas allá* de las Columnas de Hércules».

(9) A Líbia era primitivamente a parte do continente africano setentrional que linda com o Egito e a ocidente termina com a Cirenaica (PTOLOMEU, *Geografia*, in PETRUS BERTIUS, *Theatrus Geographiae Veteris*, tomus prior, s/d, liv. IV, c. V, págs. 119 = 102 Cód). No entanto o nome generalizou-se depois a todo o continente africano: (cf. *Gradus ad Parnassum*, de A. anónimo da Companhia de Jesus, Veneza, 1747, pág. 42: «*Ab oriente Aegypto & Nilo fluvio, ab occasu Oceano Atlantico terminata... & a Septentrione mare Lybicum spectans*»).

(10) GEORGE MACAULAY TREVELYAN, *História da Inglaterra*, trad., notas e prefácio de VITORINO MAGALHÃES GODINHO, Lisboa, 1945, pág. 17.

(11) Escrevemos *Islanda* e *Grunelanda* (melhor, «Terra Verde») de acordo com *Irlanda* e *Holanda*, formas vernáculas. Repudiamos a grafia oficial «Gronelândia» por isso, e porque não se aproxima da pronúncia original da palavra dinamarquesa *Groenland* (que inspirou a grafia errónea «Groenlândia», com 5 sílabas), sendo oe = u.

(12) A Itália ocidental (RIVAUD, *op. cit.*, pág. 136, nota 3).

Ponhamos de lado, por agora, o problema do afundamento da ilha, e atentemos em que os Atlantes dominavam, além da ilha principal, outras ilhas e porções do continente. Este continente deve ser o europeu, dado que eles vinham pelo Estreito de Gibraltar até à Itália, ao Egito, e dominaram mesmo largos tratos da Grécia, excepto o lugar onde está Atenas, que lhes resistiu e os rechaçou. Mas a ambiguidade da palavra «continente», sem mais nada, funda a suspeita, de que se fixaram também na América, aonde chegavam por mar, segundo a informação do interlocutor egípcio de Sólon.

Ocupavam os Atlantes por conseguinte longas extensões das costas ocidentais da Europa, como adiante, ao descrevermos os Reinos dessa vasta família étnica chamada Atlântida (13), melhor se verá.

No diálogo denominado *Crítias*, também da autoria de Platão, o Tirano ateniense retoma a narração que fizera no *Timeu*, contando sempre o que ouvira da boca de Sólon (14):

«Se bem recordamos e reproduzimos o que disseram outrora os sacerdotes egípcios e Sólon veio repetir nestes lugares, mostraremos, sem dúvida, a este auditório, haver cumprido a tarefa como convém. Eis o que importa referir imediatamente e sem mais delongas.

Relembrando o essencial antes de mais nada, diz-se que nove mil anos ao todo são decorridos, depois que estalara a guerra entre os povos que viviam além das Colunas de Hércules, e todos os que viviam para a parte interior.

Cumpre-nos agora historiar de ponta a ponta essa guerra.

Do lado de cá, já o dissemos, dominava esta Cidade (Atenas), e sustentou a guerra de princípio a fim.

Do lado de lá, mandavam os Reis da Ilha Atlântida, que era *então*, dissemo-lo, maior do que a Líbia e a Ásia juntas, mas, tendo sido submersa por tremores de terra, hoje nada mais dela ficou do que um depósito de vasa intransponível, obstáculo difícil para os navegadores que largam daqui para o Grande Mar. (...) Entretanto os Atenienses desse tempo e os inimigos que eles combateram, é preciso que vo-los apresente para começar, que vos dê a conhecer a organização política de uns e outros».

Era *então* a ilha daquele tamanho. Não será isto uma obscura referência ao cataclismo que separou a Grã-Bretanha da Irlanda?

Descrevendo os antigos habitantes de Atenas, Crítias fala a seguir do Povo atlante:

«Quanto aos caracteres dos seus adversários e à sua natureza originária, vamos descobrir-vo-la afim de que esses conhecimentos nos sejam comuns, como

---

(13) *Atlântida* não significa só a ilha célebre deste nome. Platão emprega a expressão *Atlantis nesos*, como se o primeiro termo fosse um adjectivo: à letra «de Atlas». Nós hoje empregamos geralmente o termo para designar a Ilha. Mas deve considerar-se, conforme se depreende dos textos de Platão, como um conjunto de Povos, da mesma origem embora.

(14) PLATÃO, *Crítias*, (*Κριτίας*), 108 d-109 a, 112 e, e segs., (ed. cit., págs. 257 e 262 e segs.).

é próprio de amigos, se é que não perdemos a lembrança do que ouvimos contar na nossa infância.

E primeiramente cumpre fazer-vos, em breves palavras, um aviso, antes de começar a minha narração, para vos não surpreenderdes, ouvindo dar muitas vezes nomes gregos a Bárbaros. Sabei a causa disto. Sólon, querendo utilizar esta narração nos seus poemas, perguntou o sentido de tais nomes. Descobrira que os Egípcios, os primeiros a escrever esta história, tinham-nos transcrito no seu idioma. Assim, havendo achado a significação de cada nome, traduziu-os segunda vez à nossa língua, para os escrever. Ora os próprios manuscritos de Sólon encontravam-se em casa de meu avô; estão agora na minha, e muito os estudei na minha juventude. Por isso, quando ouvirdes nomes iguais aos daqui, não vos surpreendais: já sabeis a razão.

Eis agora em que consistia aproximadamente o começo dessa longa história».

A fundação da Atlântida: Poseidon e os Cónios

Falando depois da partilha do mundo pelos deuses, crença generalizada entre os antigos, que assim explicavam a diferença dos Povos e dos cultos ([15]), diz qual foi o quinhão de Posidónio ou Poseidon (*Ποσειδῶν*).

Poseidon é o deus do Mar ([16]) e equivale ao Neptuno dos Romanos ([17]).

No entanto os Gregos tinham outro deus do Mar. Chamavam-lhe Oceano. *Okeanos* (*Ὠκεανός*), nome que davam também ao Atlântico.

Sólon, tendo de traduzir um vocábulo egípcio significando «deus ou senhor do Mar», recorreu ao nome de Poseidon, o mais vulgarizado como tal entre os Helenos. Mas esse nome, como muitos outros, embora revele o nome indígena pelo sentido, oculta a sua verdadeira forma. O poder do Mar atlântico foi personificado pela mitologia grega, — embora talvez ainda não no tempo de Sólon,— com o nome adequado e exclusivo, quer do ente mitológico ou deus marinho, quer do mar onde imperava: Oceano, *Okeanós*.

Paremos um momento a considerar este nome.

A vogal com que abre lembra-nos imediatamente um prefixo, indicativo de lugar, frequente em topónimos do Ocidente e Sul da Península ibérica ([18]).

([15]) RIVAUD, *op. cit.*, pág. 263, nota 2.

([16]) ISIDRO PEREIRA, *Dicionário cit.*, pág. 640.

([17]) J. E. CASARIEGO, *El periplo de Hannon de Cartago*, Madrid, 1947, pág. 42.

([18]) Este prefixo, que interpretamos como locativo, descobre-se como elemento autónomo em topónimos em que ora se escrevia com ele ora sem ele, tais *Ossonoba* (ANTONINO, *Itinerarium*, ed. BERTIUS in *Thesaurus Geographiae Veteris*, pág. 27) e *Sonoba* (ESTRABÃO, *Geografia*, III, c. II, § 5.°, ed. SCHULTEN, Estrabón-Geografía de Iberia, Barcelona, 1952, pág. 52, linha 26 e nota, e comentário do ed. pág. 163), nomes da mesma cidade do Algarve; e muitos outros, tais como *Olauro* e *Lauro*, cidade da Bética designada por ambas as formas (SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 198); *Callem* (ANTONINO, *loc. cit.*), e *Ókelon* (PTOLOMEU, *op. cit.*, II, cap. V, pág. 41) ou *Ókellon* (ibid.), etc., formas do mesmo radical lusitano, como no texto diremos; *Lukos* ou *Lucus* (*op. cit.*, pág. 44) e *Oluca* (BERTIUS, *ad loc. cit.*); *Nebios*, *Nabios* e *Nouios*

A terminação *os* é própria do grego. Assim, se existe um tema indígena nesta forma vocabular, ele está em *KeaN*, de que destacamos as consoantes, por serem elas, fundamentalmente, a parte fixa das representações gregas e latinas dos fonemas bárbaros, como todos sabem, e se há-de ver na sequência deste ensaio. Ora basta representar assim o tema para nos vir à mente o nome dos *Coni(i), Kynetes, Kynesioi, Cinetas ou Cunetes*, etc., Povo histórico que tem sido localizado no Sul de Portugal, onde deu o nome ao território chamado pelos romanos *Cuneus* [19], mas que, segundo adiante veremos, ocupou todo o território de Portugal e da Galiza, e ainda o território, hoje espanhol, entre o Guadiana e a foz dos rios Tinto e Odiel [20].

Neste gentílico, retiradas as desinências ou terminações latinas e gregas, encontramos o tema *KoN*, (preferimos, por inequívoco, e de pronúncia única nas línguas modernas o K ao C, que os Latinos pronunciavam aliás da mesma forma) *KyN*, *KiN* ou *KuN* [21].

Já daqui se evidencia a dificuldade de Romanos e Gregos em representar as vocalizações do Ocidente europeu. São frequentes, em lápides romanas da Lusitânia, palavras em que aparecem duas e três vogais seguidas, para esse fim [22].

(PTOL., *op. cit.*, págs. 42-43) e *Onoba* (ESTRABÃO, *loc. cit.)*, topónimos lusitânicos, sendo os três primeiros da Lusitânia calaica, etc.

[19] PLÍNIO, *Naturalis Historia*, liv. IV, cap. XXXV, ed. J. HARDUINO e GABRIEL BROTERO, Veneza, 1784, pág. 49: «*Promontorium*... Cuneus»; POMPONIO MELA, *De situ Orbis*, liv. III, cap. I, Lugdunum Batavorum, 1748, pág. 245: «Cuneus *ager*... *In* Cuneo...»; APIANO, *Iberica*, 57, cit. por SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 136: *Κούνεοι (Kúneoi)*.

Este nome provém do gentílico *Konioi*, *Κόνιοι*, em POLÍBIO, X, 7, 5 (ibid.), onde há a raiz *KoN*, que se encontra em *Conimbrica* (PLÍNIO, ibid., pág. 43) ou *Conembrica* (ANTONINO, *loc. cit.)*, assinalando no centro de Portugal a presença deste Povo. O mesmo nome aparece grafado *Kynetes*, *Κύνητης*, em HERODORO DE HERACLEIA, fragmento conservado por ESTÊVÃO DE BIZÂNCIO, v. *Κυνητικόν*, in SCHULTEN, *Fontes Hispaniae Antiquae*, t. I, Barcelona, 1925, pág. 37; e em HERÓDOTO, IV, 47 (cit. SCHULTEN, *op. cit.*, VI, pág. 136), que também dá, II, 33, a forma *Κυνήσιοι* (ibid.). PTOLOMEU, *op. cit.*, pág. 110, fala-nos de um Povo do Norte de África, os *Kinethioi* (KINHθIOI), o que não está fora do âmbito de expansão atlântida e de outros factores que adiante vamos referir. Assim sucede com o *Litus Cyneticum*, no Sul da França, a seguir aos Pireneus, que menciona RUFO FESTO AVIENO, *Ora Maritima*, v. 566 (in *Fontes* cit., I, pág. 74), falando também, relativamente ao Ocidente peninsular, em *populi Cynetum* (v. 201, pág. 63) e *Cyneticum-iugum* (id.), e escreve: «*Ana amnis per Cynetas effluit*» (v. 205, ibid.) e «*Cynetum hic terminus*» (v. 223, pág. 64). PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, c. XXIII, pág. 28, fala numa ilha *Cynaetus* nas Cícladas, o que não nos deve admirar, dada a expansão de que falamos.

[20] AVIENO, *op. cit.*, vv. 205-225. *Vide infra.*

[21] Cf., *supra*, nota 19. Há-de notar-se que não adoptámos o método, geralmente seguido, de considerar existentes temas cuja individualidade como tal se ignora, bem como radicais supostos, com que se decompõem palavras desconhecidas nos restantes elementos. Recusamo-nos também a admitir como sufixos meras rimas. Neste sentido condenável, pode ver-se o erudito mas fantasioso estudo de O. MENGHIN, intitulado *Migrationes Mediterraneae-Origen de los Ligures, Iberos y Vascos*, in «Runa», vol. I, partes I e II, págs. 111 e segs.

[22] V. g. COSUNENEAECO e CROUGEAI, cits. por F. RUSSELL CORTEZ, *Das populações pré-celtas do Norte de Portugal*, págs. 179 e 181, a 1.ª forma de HÜBNER, C. I .L., II, 2375 e 5552, e a segunda com a variante CROUGIN, apontada

Mostra-se portanto aceitável a identidade da raiz que existe no tema *KeaN* de *Okeanos* e da que deu origem aos temas indicados. Essa raiz significava por certo algo como «oceano», «mar».

Daqui uma série de ilações. Os *Coni* ou *Kynetes*, etc. são os que poderíamos chamar «oceânicos» ou «marinhos», designação, como adiante se verá, inteiramente adequada ao seu carácter. *Okeanos* é o Mar por excelência; na sua significação topográfica, «o lugar onde há (está o) mar», ou porventura «o lugar onde estão (vivem) os *Coni*»; na sua personificação não pode deixar de exprimir o Povo dos *Coni*, ou a Potência que representavam, ou ainda o seu Rei.

Temos assim Poseidon localizado na costa ocidental da Península, no território da Lusitânia pròpriamente dita (23), como adiante o havemos de notar melhor, através da análise de um poema de Avieno (24), e de outros textos.

Não levamos Poseidon muito para além do Guadiana, porque esse território foi ocupado por seu filho Gadeiros, que deu o nome à região gaditana, onde fica hoje Cádiz.

Ele é pois, o Rei do Povo cónio, *Okeanos*, o Oceano, personificado na Grei que dominava o mar.

Coube a Poseidon, na partilha dos deuses, a Ilha Atlântida, diz o *Crítias*. Isto, já o leitor percebeu, não obriga a crer na sua fixação precisamente numa ilha: porque, por um lado, a Atlântida era um conjunto de territórios, e por outro lado, o grego *nesos*, *νῆσος*, tanto significa «ilha» como «península». Compreende-se deste modo que Platão, falando de um Povo e de regiões desconhecidas, e supostamente afundadas num grande cataclismo, não tivesse exacta consciência daquilo que, aliás com relativa fidelidade, repetia, e não soubesse portanto se falava duma ilha ou duma península.

Continuaremos porém a traduzir, com Rivaud, *nesos* por ilha, sentido que estava sem dúvida no pensamento de Platão. Advertido no entanto o leitor de que esta «ilha» pode ser uma península, fàcilmente acompanhará, no mapa, o exacto sentido do diálogo platónico; reparando também que os domínios de Poseidon, tal como o território dos Cónios, ficavam junto ao mar, na orla marítima da ilha ou península:

«Assim Poseidon, tendo na partilha recebido a Ilha (Península?) Atlântida, instalou, em determinado lugar dela, os filhos que tivera de uma mulher mortal.

Junto do mar, mas à altura do centro de toda a ilha (península?) havia uma planura, a mais bela de todas, diz-se, e a mais fértil. E, junto da planície e distante do seu centro perto de cinquenta estádios, havia uma montanha de altitude medíocre. Nessa montanha habitava então um dos homens que, em tal

---

como tal pelo mesmo autor, citando também HÜBNER, *Mon. Ling. Iber.*, IV, XXXIV, 3, e sustentando que o topónimo beirão *Corgo de Maga* provém de *Crougeai Maga*, da lápide de Lamas de Moledo, pois é nesta freguesia, onde apareceu tal lápide, do concelho de Castro Daire, no lugar da Moita, que existe o mencionado topónimo.

(23) De um modo genérico, o território constituído por Portugal e Galiza: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, I, Lisboa, 1897, págs. XXI e segs. e o estudo do A., *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, separata de «Bracara Augusta», págs. 5 e segs.

(24) AVIENO, *op. cit.*, vv. 195-225, e *passim*. V. *infra*.

país, eram na origem, nascidos da terra. Seu nome era Evênor, e vivia com uma mulher de nome Leucipe. Destes nasceu uma única filha, Clito. A jovem era já núbil quando lhe morreram pai e mãe. Poseidon desejou-a e uniu-se a ela».

A zona escolhida pelo patriarca dos Cónios, *Okeanos* ou Poseidon, foi uma zona costeira, junto do Mar, e precisamente à altura do centro da Península-Ilha.

Nota o insigne comentador de Platão, Albert Rivaud, quanto a estes nomes, que eles não são desconhecidos na literatura grega. Um certo Evênor, filho de Leócrito, aparece na Odisseia, morrendo às mãos de Telémaco, e outro é citado por Pausânias como o primeiro Rei autóctone, de Patras [25].

No entanto não interessam sobremaneira estas aproximações. Os nomes que Platão atribui aos Atlantes são traduções feitas por Sólon, sobre uma tradução egípcia. Mais importante é determinar-lhes o sentido, como fez por exemplo o Prof. Mendes Correia, num estudo notável, em relação a uma das personagens desta história, a que mais adiante nos reportaremos [26].

Evênor ou *Euenor* (*Εὐήνωρ*) tem uma significação corrente em grego: é um substantivo do género masculino que significa «varonil», «viril», «que produz homens esforçados» [27]. Vê-se deste modo que Crítias não mentiu ao dizer que Sólon procurara significados gregos para nomes bárbaros. Trata-se portanto dum patriarca...

O nome de Leucipe ou Leucípide, mulher de Evênor, tem um lugar também na mitologia grega: equivale a filha de Leucipo. Leucipo, filho de Hércules e de Auge, e caçador do javali de Colidão, teve duas filhas: Febe e Hilária. Porém o emprego do nome comum às duas, leva-nos a crer que Sólon buscou antes o que ele traduzia, do que o papel de qualquer personagem da teogonia helénica. Leucipe, *Leukippis* (*Λευκιππίς*) significa pròpriamente «a que tem, está cheia de brancos cavalos». Esta referência hípica não é única no onomástico atlântico, como adiante se verá, e tem a sua explicação provável: o serem os Lusitanos cavaleiros famosos e célebre a qualidade dos seus corcéis [28].

Quanto a Clito, *Kleitos* (*Κλειτός*) esposa de Poseidon, o seu nome grego significa «ilustre», «magnífica» [29]. Nome que se explica talvez pelo seu nascimento.

Ora desta Clito houve Poseidon vários filhos:

«Ali ele engendrou e criou cinco gerações de filhos do sexo masculino e gémeos.

Dividiu toda a Ilha Atlântida em dez partes.

Ao mais velho dos primeiros atribuiu (...) o mais vasto e o melhor (terri-

---

([25]) HOMERO, Odisseia, 2,242; 22,294; PAUSÂNIAS, VII, 18,12, (cit. RIVAUD, op. cit., 237 e notas 4 e 5).

([26]) A. MENDES CORREIA, *Donde proveio o nome de Lisboa*, Lisboa, 1952, e *op. cit.*

([27]) ISIDRO PEREIRA, *op. cit.*, pág. 230.

([28]) Cf. *id.*, pág. 335. V. nota 26.

([29]) Cf. *id.*, pág. 312.

tório). Estabeleceu-o na qualidade de Rei, acima de todos os outros: destes fez Príncipes vassalos, e a cada um deles deu autoridade sobre grande número de homens e vastos territórios. A todos impôs nomes: o mais velho, o Rei, recebeu o nome que serviu para designar toda essa ilha e o mar que chamam Atlântico, porque o nome do primeiro Rei, que reinou então, foi Atlas.

O seu irmão gémeo, que nascera depois dele *(sic)*, obteve em partilha a extremidade da Ilha (Península?), do lado das Colunas de Hércules, em face da região chamada hoje Gadêirica, de harmonia com tal lugar: ele chamava-se em grego Eumelos e na língua do país Gadeiros. E o nome que lhe davam foi o do país.

A seguir, dos que vieram na segunda geração, chamou a um Anferes e ao outro Eváimon.

Da terceira geração, Mnéseas foi o nome do primeiro que nasceu, Autóctonos o do segundo.

Dos da quarta geração, chamou o primeiro Elásipos e o segundo Mestor.

Na quinta, o que primeiro nasceu recebeu o nome de Azaes, o que veio a seguir, o nome de Diaprepês.

Todos estes Príncipes e seus descendentes habitaram o país durante numerosas gerações. Eram também senhores de grande número de outras ilhas do mar, e, além disso, conforme já se disse, reinavam também nas regiões interiores, do lado de cá das Colunas de Hércules, até ao Egipto e à Tirrénia.

Assim nasceu de Atlas toda uma raça numerosa e carregada de honras. Sempre o mais idoso era o Rei, e transmitia a realeza ao mais velho dos seus filhos. Desta sorte conservavam o poder durante numerosas gerações».

Atlas e os Berberes

Nas cinco gerações de gémeos, que são outros tantos estádios da expansão territorial e sobretudo marítima dos Atlantes, abre a série Atlas, que deu o nome à Ilha Atlântida e ao Oceano Atlântico. Rei lhe chama Platão.

Ora no Norte de África há justamente a bem conhecida cordilheira do Atlas.

Este nome é grego, e tradução do indígena, sobre o qual parece ter prevalecido, e que podia ter resultado da posse da região pelo Rei da Atlântida do mesmo nome.

Com efeito, já no século XVI o ilustre Abraão Ortélio, no seu *Thesaurus Geographicus*, dicionário de topónimos e gentílicos da Antiguidade, escrevera estas linhas, infelizmente esquecidas:

«ATLAS, Ἄτλας — Monte muito conhecido da África. Os íncolas chamam-lhe *Adiri(m)*, segundo Marciano Capela; Solino, citado por Plínio, trás *Duri(n)*. Heródoto escreve que os indígenas o denominam *Coluna do Céu*» (30).

( ) ABRAÃO ORTELIO, *Thesaurus Geographicus*, Antuérpia, 1597, s. v. Texto em latim.

«Coluna do Céu» é justamente o sentido que cabe a *Atlas* em grego (31) Donde se depreende fàcilmente que Sólon, com a palavra Atlântida, quis exprimir algo de celeste, tal como o correspondente termo egípcio que traduziu. Atlântida será portanto um conceito semelhante ao do Celeste Império dos Chinas.

Que assim é, resulta do seguinte passo de Estrabão (32):

«Refere (Homero) a felicidade dos habitantes do Ocidente *(Hesperia)* e seu clima temperado, por ter ouvido falar, segundo parece, da riqueza ibérica, que era o fim das expedições de Hércules e, mais tarde, dos Fenícios, que aí lograram grandes domínios, como depois os Romanos. Efectivamente *ali há os sopros do Zéfiro (vento oeste)*, e ali o Poeta coloca também o *Campo Elíseo*, dizendo que os deuses prometeram a Menelau enviá-lo para lá (*Od.*, 4, 563):

Mas ao Campo Elíseo e aos extremos da Terra
Os imortais hão-de levar-te...».

E adiante, recordando que vários heróis da Grécia antiga viajaram até à Península, acrescenta (33):

«Assim se compreende que, sabendo o Poeta dessas viagens *até aos extremos da Ibéria*, e conhecendo a riqueza e outras vantagens desta região, de que tinha notícia pelos Fenícios, localizou ali o «país dos Bem-Aventurados» e o «Campo Elíseo», aonde, segundo Proteu declara, devia ter sido conduzido Menelau».

E repete os versos de Homero, referindo-se de novo ao clima:

«Porque a temperatura suave e o benigno sopro do Zéfiro são próprios daquela terra, *que é acidental* e quente, e também se coaduna com ela a sua situação nos extremos do mundo...»

Na biografia de Sertório, não deixa Plutarco de relacionar com a tradição dos Campos Elíseos, corrente no mundo antigo, a viagem daquele romano ao Ocidente (34) onde atingiu fastígio da glória nas guerras e na chefia dos Lusitanos, que o criaram seu «general com absoluto império» (35).

Tudo isto nos leva a crer que o foco originário da Atlântida foram os Campos Elíseos, que eram o Ocidente da Península Ibérica, segundo o judicioso parecer de Estrabão.

Importante reforço a esta tese se extrai do poema de Rufo Festo Avieno, *Ora Maritima*, «Litoral marinho», que servirá de assunto principal a uma

---

(31) PEREIRA, *Dicion.* cit., pág. 629. ANÓNIMO, *Gradus ad Parnassum* cit., pág. 104: «...*Coelum humeris gestare creditus est*».
(32) ESTRABÃO, *op. cit.*, (I, 1, 4), pág. 11.
(33) *Op. cit.*, liv. III, c. II, 13, pág. 59.
(34) PLUTARCO, *Vida de Sértório* cit. in CASARIEGO, *Los grandes Périplos*, pág. 76.
(35) Id., in «*Vidas paralelas*», Madrid, 1921, cap. XI, pág. 140.

parte subsequente deste nosso trabalho; justamente pela referência que nele se encontra e pela forma como localiza a uma região denominada *Oestrymnis*, que é, nada mais nada menos, do que a região atlântida de Platão, e os Campos Elíseos de Homero, Estrabão e Plutarco ([36]). E ficava, inicialmente também, no Oeste peninsular.

Atlas partiu portanto do Ocidente peninsular para o seu Reino no Norte de África. É certo que Platão parece retê-lo no governo da Atlântida, mas ao mesmo tempo fá-lo caminhar, como os outros filhos de Poseidon, para novos rumos. A contradição, se existe, não é nossa. Há apenas uma ligeira vacilação no texto, que afinal é resolvida no último sentido. Nada impede aliás que Atlas, tendo caminhado para a África, conservasse o seu Império europeu.

O monte Atlas é chamado dos indígenas africanos *Adiri(m)* ou *Duri(n) Dyri(n)* na variante que conhecemos de Plínio, que expressamente indica a sua significação: Atlas ([37]).

Achamos aqui a mesma raiz da palavra que deu *Douro*, nome do rio que desagua nas costas portuguesas, e em Ptolomeu ([38]) se designa *Dorios*, Δῶριος, havendo em Estrabão ([39]) o nome *Durios*, Δούριος, e ainda em grego ([40]) o de *Dorios*, Δόριος, e em latim, *Durius*, segundo Mela ([41]) e Plínio ([42]). Essa raiz, atendendo às letras que constantemente apresentam as formas em que se revela, e eliminadas as terminações ou desinências, deverá ser representada por *DuRi*, sendo o *u* variável, pois aparece substituído quer por *y* quer por *o* longo (ω) ou breve (o).

O sentido da raiz adapta-se admiràvelmente às escarpadas margens do Douro, verdadeiras «Colunas do Céu» ([43]).

Significando ela o mesmo que «Coluna do Céu» ou Atlas, exprime portanto uma parte da Atlântida. Onde existir o topónimo, aí será uma das terras ou possessões dos Atlantes milenários, sustentáculos do Céu...

Deste modo, sabendo-se já que a Irlanda estava incluída na zona da Atlântida, não nos surpreende a Geografia de Ptolomeu, situando um rio *Dur*, Δοὺρ, naquela ilha setentrional ([44]). Igualmente, conhecendo, por Platão, a expansão

---

([36]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 90-157. *Vide infra.*

([37]) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. V, cap. I, pág. 57: «... ad Dyrin (hoc enim Atlanti nomen esse eorum lingua convenit) ducenta mill. passum...». O *a* de *Adirin* pode não provir do *ad* que aqui vemos. Seria uma variante do *o* locativo. Cf. nota 118.

([38]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, págs. 41-42.

([39]) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 4, pág. 63.

([40]) HÜBNER, *Monumenta Linguae Ibericae*, pág. 220, cit. in SCHULTEN, op. cit., pág. 204.

([41]) MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, pág. 247.

([42]) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, caps. XXXIV-XXXV, págs. 47-48.

([43]) O ilustre filólogo Rev.º ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, — que tem dedicado grande atenção aos problemas da toponímia luso-galaica e cuja valiosa obra dispersa necessário se torna coligir, — na série de estudos que intitulou *Potamonímia*, publicados na «Revista de Portugal», incluí um artigo, o 7.º da série, sob a epígrafe *Douro* (v. VII-n.º 33, Junho de 1945, págs. 134 e segs.), e aí relaciona com esta palavra «o apelativo de *Dóris*, filha do Oceano, esposa de Nereu, um dos deuses do Mar, e mãe carinhosa das Nereidas gentis» (pág. 135), relação que na nossa interpretação tem, como se vê, a maior plausibilidade.

([44]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, pág. 33-31C. Na Irlanda há ainda o rio *Doro*, que desagua na baía de Dublin (P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *loc. cit.*).

dos Atlantes pelo Mediterrâneo, não nos espanta encontrar no Norte de África, na Mauritânia Tingitana um rio *Diur*, Διούρ ([45]), aliás, como se vê, não longe da cordilheira do Atlas.

Não pode deixar de sublinhar-se também a circunstância, de grande interesse, «de haver outro *Durius* e dois rios de nome *Duria*, afluentes um do outro, do Pó», na Itália, segundo escreve o P.e Arlindo Ribeiro da Cunha ([46]), dizendo Schulten ([47]) também que os dois Duria correm «nos Alpes ocidentais, hoje Doria Riparia e Doria Baltea (ver Holder s. v.)», o que nos mostra a expansão atlântida pelo Norte do Mediterrâneo.

Gadeiros e os Gaditanos

As dispersas Colunas do Céu, sustentavam este, o Campo Elíseo... Um irmão *gémeo* é dado a Atlas; nasceu porém *depois dele*. Parece deste modo haver um oculto sentido na notícia reproduzida por Platão, e que talvez ele mesmo não chegasse bem a compreender, limitando-se a repetir com fidelidade o que ouvira ou lera.

Gémeo de Atlas devia ser esse irmão dele no poderio, embora mais novo ou recente no cometimento. Era *Eumelos*, Εὐμῆλος, nome que, segundo nota Schulten, vem de *melon*, μῆλον, «gado meúdo», ou «ovelha», «cabra» ([48]).

Na língua indígena (é esta uma excepção de Sólon às suas sistemáticas traduções dos topónimos, excepção que decerto já encontrou nos livros egípcios de Sais) chamava-se este Rei *Gadeiros*, Γάδειρος, e deu o nome à região «gadêirica», junto das Colunas de Hércules.

Tem Schulten inteira razão em encontrar aqui um ponto de referência ([49]). Estamos em face de uma alusão muito clara à região do Cádiz, a *Gades* dos Romanos, *Gadeira* para os Gregos, e *Gadir* para os Cartagineses ([50]).

O Reino de Eumelos ou Gadeiros ficava pois fronteiro ao de Atlas; o primeiro na Europa, o segundo na África; e ambos aquém das Colunas, mas perto delas. Gémeos na localização, e irmãos na estirpe.

Comparando as formas *Gadeiros* e *Gadeira*, gregas, *Gades (-ium)* romana, e *Gadir*, púnica, teremos de concluir pela existência de um tema fundamental, *GaDi*, que explica o gentílico romano correspondente *Gaditani* ([51]), com que deve relacionar-se *Igaeditani*, nome dos habitantes de Idanha-a-Nova ([52]), sabido que a

([45]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. IV, cap. XIII, pág. 104 (93C).
([46]) P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *op. cit.*, págs. 134-135.
([47]) SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 204.
([48]) Id., *Tartessos*, pág. 166, nota 2. I. PEREIRA, *Dic.* cit., pág. 362.
([49]) *Op. cit.*, págs. 161 e segs.
([50]) V .g. *Gades* em TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*, liv. XXI, cap. XXI, 9 (Paris, s/d., 5.ª ed., Hachette, pág. 30; ΓΑΔΕΙΡΑ em SCÍLAX DE CARIANDA, ed. MULLER, *Geographi Græci Minores*, págs. 90-91; *Gadir* em AVIENO, *op. cit.*, vv. 85, 267 e 269, págs. 59 e 65.
([51]) SCHULTEN, *Estrabón*, pág. 154. As formas gregas derivação do topónimo grego, não interessam para o caso: *Γαδειρῖται Γαδερεῖς Γαδειραῖοι*.
Sem querermos irritar os filólogos, não deixamos notar que o tema *GaDi* significaria o mesmo que em português *gado* (meúdo)... Cf. nota 48.
([52]) J. LEITE DE VASCONCELOS, *op. cit.*, vol. II, págs. 32, 74, 76 e 299.

vocalização *ae* pode traduzir o mesmo som ou a mesma radical *a* daqueloutro nome; e quanto ao *I* inicial, julgamos poder afirmar o seu carácter autónomo (prefixo?), e portanto não fazer parte da raiz. Esta aproximação por si prova que não foram os Fenícios de Tiro que deram nome à região, como se tem pretendido (53), pois os Fenícios não vieram à Idanha...

Assinalava-se a região de Cádiz, na antiguidade, pela qualidade do seu gado lanígero (54), e este facto explica o nome dado por Sólon, no diálogo de Platão, ao Rei atlante que aí fixou os seus domínios, Eumelos, cujo nome evoca a pastorícia.

Nestes termos, não é improvável que os *Igaeditani* baixassem de entre Douro e Tejo à Andaluzia, a fundar a cidade ou núcleo de gente *gaditana*. Não podemos pensar em movimento no sentido contrário, porque, além de outras razões que a seu tempo se dirão, não o consente o rumo assinalado no *Timeu* e no *Crítias* à expansão da Atlântida, de oeste para leste, conforme já notamos.

Muito embora importante na topografia da Atlântida a região de Cádiz, é manifestamente exagerada a opinião que pretende limitar a ela ou a antiga Tartesso (55), o âmbito de toda a Atlântida, que pelo contrário era muito vasto, pois abrangia territórios continentais europeus e africanos, ilhas do Oceano, e até — quem sabe? — territórios da América.

Elasippos e os Lusitanos

Difícil é localizar os restantes filhos de Poseidon e os seus Reinos (56), salvo no que diz respeito a *Elasippos*, Ἐλάσιππος, segundo indicou o Prof.

---

(53) O nome de Ibiza, uma das Ilhas Baleares, tem em ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. II, cap. V, 19 e 27, págs. 40 e 41 a forma *Bysos*, βύσος, tal como em DION. PER., 457, cit. por SCHULTEN, *loc. cit.*, quando o nome corrente é *Ebusus* (ibid.), sendo o *e* inicial correspondente a *i* tal como em *Egiditania*, forma medieval de *Igaeditania* (cf., do A., *Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Braga-Boletim do Arquivo Municipal», t. I, n.º 12, pág. 315). Mais claro ainda o fenómeno referido no texto em *Ierna* ou *Hierna* e *(H)erna:* v. *infra* e notas 98 e segs. As formas *Iber*(i) e *Bér*(ones), Βήρονες, (ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. IV, 12, pág. 74) também postulam a individualidade do *I* inicial de Iber(i): v. *infra* e nota 131. Os Fenícios parece terem fundado a cidade de Cádiz; o nome *Gadir*, em que um *r* acresce ao tema fundamental, é talvez de inspiração sua.

(54) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. V, 4, pág. 82; TROGO POMPEIO, em JUSTINO, *Filípicas* ,liv. XLIV, cap. IV, 44 (in E. CHAMBRY e Mme. L. THÉLY-CHAMBRY, *Justin — Abregé des Histoires philippiques de Trogue Pompée*, Paris, s/d., ed. Garnier, pág. 316). Cf. SCHULTEN, *Tartessos, loc. cit.*

(55) É a de SCHULTEN, *op. cit.*, págs. 157 e segs e *passim*.

(56) Quanto às homonímias da Atlântida de Platão, ALBERT RIVAUD, *op. cit.*, págs. 237-238, escreve: «A *Ilíada* conhece Eváimon e Eumelos, filhos de Admeta e de Alceste, assim como Heitor, filho de Príamo (Eváimon: *Ilíada*, 2, 736; 5, 167; 8, 265; 11, 275; Eumelos: 2, 711, 763; 23, 289; Mestor: 24, 257)... Mas pelo menos dois dos Reis da Atlântida têm nomes desconhecidos: em parte alguma encontramos a forma Azaes, atestada entretanto por todos os manuscritos de Crítias. A palavra διαπρεπής só aparece em textos bem posteriores, por exemplo no pseudo-Heráclito (ed. Festa, pág. 80, 11), que o dá como epíteto das Hespérides... A lenda das Hespérides, à qual nos conduz o nome de Diaprepês, já Hesíodo a aproximou do mito de Atlas (*Theogonia*, 518)».



Anta de Pendilhe (Distrito de Vizeu — Portugal)



Anta de Pavia (Alentejo — Portugal)



Dólmen de Vallgorguina (Catalunha)



Dólmen de Pressaddfeld (grupo de Anglesey)



Entrada de dólmen de New grange (Irlanda)



Mâmoa das margens do rio Boyne (Irlanda)

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

Mendes Correia com a sua habitual agudeza de vistas e profundo conhecimento da Arqueologia e História antiga, relacionando esse nome com o de *Olysippo* ou *Olisippo*, — região afamada pelos seus cavalos, e com a fama dos cavaleiros lusitanos, — os maiores da antiguidade, — pois *Elasippos* significa «aquele que conduz os cavalos na carreira» (57). Se, entretanto, o ilustre Mestre não houvesse abandonado o fio da sua ideia, em atenção a peregrinas opiniões de aliás abalizados nomes, teria por certo achado a solução total do problema na forma *Olios hippon*, ὅλιος ἱππών, que Ptolomeu apresenta, e que chamou a sempre desperta atenção do Professor portuense (58).

Elasippos não é termo indígena em Platão, antes uma das traduções ou adaptações de Sólon. Por isso, nada vale a semelhança de som entre essa palavra e o antigo nome da nossa Lisboa. Mas tem o maior interesse, como já vimos, o sentido dela, pois exprime o que Sólon e, antes dele, o texto egípcio tentaram indicar. Ora, fixado o significado que o insigne Professor declarou já, torna-se necessário buscar uma região afamada pelos seus cavalos. Ela aí está, na Lusitânia, e particularmente na zona lisboeta, onde as éguas se dizia conceberem do vento, dando crias insuperáveis na velocidade (59).

Resta examinar o nome de Lisboa, segundo Ptolomeu, pois é o mais antigo que se conhece.

Não foi ainda dito, supomos, que os Gregos, como os Romanos, à semelhança do que fazem os colonizadores de todos os tempos, ao impor a sua língua, tratavam algumas vezes de explicar os topónimos indígenas, juntando-lhe o sinónimo na sua própria língua. Assim dizemos nós também hoje «o Lago Niassa (Nhaça)», sem nos lembrarmos que estamos a dizer «o Lago *Lago*», pois é essa a explicação da palavra africana e o seu significado.

Ora justamente em Ptolomeu aparece-nos, não a terminação ou a palavra *ippo*, que ninguém sabe o que seja, mas um termo grego de mui precisa significação: *hippon*, ἱππών, que se traduz por «cavalariça, quadra» (60).

Logo, a primeira parte do topónimo ptolemaico deve ter essa significação. E que pode considerar-se autònomamente, resulta da forma apresentada por Estrabão, *olosi(n)*, ὁλοσιν (61).

É certo que parecerá simples de mais esta doutrina. Tem entretanto a vantagem de dar resultados satisfatórios em todos os casos a que a aplicamos, e de que fazemos menção no decurso deste trabalho. Na hipótese presente o significado adapta-se perfeitamente à localização toponímica.

Tem a natureza de prefixo locativo o *o* inicial. Exprime «lugar onde». Para o todo dar o sentido do sinónimo grego, deve o restante, — *lios*, — signifi-

(57) MENDES CORREIA, *Anthropologie*, págs. 53 e segs.; *Donde proveio o n. de Lx.ª*, pág. 9 e passim. Ou simplesmente «cavaleiro», segundo A. CHASSANG, *Nouveau Dictionaire grec-français*, Paris, 1889, s. v.

(58) *Loc. cit.*. Cf. PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, pág. 40 (37C.). Na ed. que consultamos, lê-se pròpriamente *Hólios*, ὅλιος, etc., mas o espírito áspero, correspondente ao *h* latino está sem dúvida por erro de cópia. *Ibid.* também: *Olioseipon*, ὁλιοτσείπων, sem esp.º ásp.º. MARCIANO DE HERACLEIA, in *Geographi Graeci Minores*, ed. Muller, pág. 260, fala de ὁλιοσίπωνα. *Oliosipona.*

(59) V. nota 57.

(60) I. PEREIRA, *Dicion.º*, pág. 272.

(61) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 1, pág. 62 ,nota 11, versão dos códices: ὁλοσιν, *Holosin*, com espírito áspero ,certamente por lapso. Cf. nota 58.

car «cavalo». Assim teremos: *Olios,* «o lugar onde (há) cavalos». Dada a forma *Olysippo(nis)* (62), parece dever preferir-se a grafia *LyS* para a raiz respectiva. O que se confirma com o nome *Lysitanoi, Λυσιτανοί* (63), e *Lusitani* (64), sabido que y = u. *Lusitani* seria assim o mesmo que «cavaleiros», nome que se adapta admiràvelmente ao seu carácter histórico. *Olys* ou *Olios* um lugar afamado pelos seus cavalos, e presumìvelmente *mercado de equídeos,* sentido que me parece mais provável, atento que esta e todas as outras terras a que os Gregos chamaram *Hippon* ou *Hippona* eram portos de mar, e portanto entrepostos comerciais.

Tudo indica portanto que, segundo o parecer de Mendes Correia, *Elásippos* seja a personificação dos Lusitanos, e uma das cidades do seu Reino a opulenta Lisboa, mercado de cavalos.

Este o quadro, que nos dá Platão, da extensão geográfica e principais características da Atlântida.

Riqueza da Atlântida

Cumpre ainda dizer, antes de passar a outro ponto, alguma coisa sobre uma reminiscência da velha civilização oceânica nas vetustas sagas irlandesas, repositórios de tradições antiquíssimas, intactas em grande parte, por não haverem atingido aquela Ilha civilizações intensas de outros Povos (nem mesmo dos Celtas).

Um vetusto conto irlandês intitulado *A Paixão de Emer* descreve deste modo o palácio de certo Rei, por nome Conchobar (65):

«Nove compartimentos havia ali, desde a lareira às fortificações. Era de trinta pés a altura de cada uma das brônzeas divisões da casa. Por dentro gravuras em madeira de teixo vermelho. Por baixo um pavimento de madeira e por cima as telhas do telhado. Os aposentos de Conchobar ficavam na parte da frente do palácio, com teto de prata e pilares de bronze. Os seus remates brilhavam como o ouro e esmaltavam-nos rubis, de maneira que a luz persistia lá dentro tanto de dia como de noite. Sobranceiro ao trono estava um gongo, dependurado de uma trave do teto do palácio real. Mal Conchobar batia no gongo com o seu bastão real, todos os homens do Ulster se calavam. Os doze quartos dos doze chefes dos seus carros cercavam os reais aposentos. Todos os valentes guerreiros da gente do Ulster tinham lugar nesse palácio do Rei, às horas de beber, e assim nenhum deles podia apertar o outro *(sic)*. Viam-se riquezas de toda a espécie e maravilhosos passatempos. Ali jogos, ali música, ali cânticos; heróis narrando seus feitos, poetas cantando, harpistas e tocadores de tímpano fazendo ouvir os seus instrumentos».

---

(62) É a forma apresentada por VARRÃO, cit. in M. CORREIA, *loc. cit.*.
(63) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 6, pág. 65.
(64) T. LÍVIO, *op. cit.*, liv. XXI, cap. LVII, 5, pág. 77.
(65) SEAN O'FAOLAIN, *The Irish*, Londres, 1947, pág. 34.

Não sabemos a que época pertence este bárbaro e rico paço de El-Rei Conchobar. Mas pelo tom do relato não custa perceber um velho canto ou saga ou, se se quiser empregar esta palavra imprópria para melhor entendimento, um romance. A tradição milenária dá corpo a estas canções meio históricas meio fabulosas. É a lenda, no que tem de mais sagrado e misterioso.

Ora a descrição do palácio-santuário do fundador da Atlântida, segundo o Crítias de Platão, que também fala nos carros guerreiros ([66]), se não é igual, deixa-nos profunda impressão de parentesco em relação ao talvez mais moderno, talvez contemporâneo, do Rei irlandês:

«O próprio santuário de Poseidon tinha o comprimento de um estádio, a largura de dois pletros e uma altura proporcionada. A sua aparência tinha algo bárbaro. Haviam revestido de prata todo o exterior do santuário salvo os pináculos (acrotérios), pois estes acrotérios eram de ouro. No interior, o teto era todo de marfim e por toda a parte ornado de ouro, prata e oricalco...».

Ninguém sabe o que era este *oricalco,* mas cremos, com Schulten, que se trata de bronze ([67]). Prescindindo do marfim, peculiar de épocas mais recuadas, em que ainda pascia na Europa o elefante frequentador também das Ilhas Britânicas ([68]), não há dúvida de que é o mesmo o gosto das construções referidas na velha saga irlandesa e no diálogo grego.

A grande abundância de metais preciosos é uma característica da Atlântida de Platão ([69]), e também da Península Ibérica, segundo Estrabão ([70]), havendo a mesma riqueza de minérios dessa natureza na Grã-Bretanha e Irlanda, na antiguidade ([71]).

A costa ocidental e sul da Península, o Norte de África e as ilhas e costas setentrionais do Mediterrâneo, até Atenas e o Egito, eis o campo de expansão da Atlântida na Europa meridional. Para o Norte, alargou-se pelas costas europeias, ocupou as suas ilhas, formando na Irlanda e Grã-Bretanha, ou nas duas ilhas reunidas, o mais rico empório, e porventura em determinada época o centro político atlântico, (a Atlântida-ilha), e o entreposto de ligação com a América, aonde por certo, como melhor veremos ainda, chegaram os navegadores audazes desta gente milenária.

Urano e o antigo nome da Irlanda

Diodoro dá-nos um quadro da Atlântida que coincide com este, relatando «ter Urano reunido o seu Povo numa cidade; a dominação extensa dos Atlântes, sobretudo para Ocidente» (Portugal-Galiza, Andaluzia e Norte de África, segundo vimos, e outros territórios, conforme mostraremos) «e Norte» (Breta-

([66]) PLATÃO, *op. cit.*, 116d, págs. 268, 119 a-b, pág. 271.
([67]) SCHULTEN, *Tartessos*, págs. 171 e 174.
([68]) G. MACAULEY TREVELYAN, *op. cit.*, pág. 17. HUGO OBERMAYER, *El hombre prehistorico y los origines de la Humanidad*, Madrid, 1941, *passim.*
([69]) PLATÃO, *op. cit.*, 114e, pág. 265.
([70]) ESTRABÃO, *op. ict.*, liv. III, cap. II, 3, pág. 51.
([71]) G. M. TREVELYAN, *op. cit.*, págs. 22 e segs.

nha e Irlanda-Grã-Bretanha, etc.); «o culto do sol, da lua e das estrelas; a hospitalidade» (72).

Este *Urano* é uma divindade ou personagem desconhecida, porém, no relato de Platão. Era pai de Rea, a mãe de Poseidon... Mas trata-se de mera homofonia, processo muito usado dos escritores gregos para os topónimos e gentílicos da Península, chegando a criar, com a filiação destes em personagens fabulosas da Hélade, o que um sábio professor espanhol chamou com acerto «a colonização mítica» da Península Ibérica (73).

Seguindo mais uma vez o nosso método de investigação linguística, poderemos ,destacando as consoantes, e desprezando a desinência, fazer uma ideia da raiz que essa palavra representa: *uRaN*.

Deste nome se deve aproximar evidentemente o de um rio situado próximo de Mompilher, no sul da França, hoje chamado Lez (74). Fica esse rio na zona que foi ocupada pelos Cunetes, e se chamou por isso *litus Cyneticum* e tem o nome de *Oranus* no poema de Avieno (75), nome que é afim do que já estudamos: cf. *oRaN*, omitida a desinência. Este começa por *o*, que já sabemos representar um prefixo locativo.

Para formar nome grego, foi manifestamente alterada a ordem das letras em *Aornos* *Ἄορνος, (lagoa infernal* — Averna? — cerca de Tartesso), nome que significa «sem pássaros» (76), mas que deve traduzir um topónimo indígena, de significação diversa, provàvelmente. Neste nome, destacando as consoantes, teremos *aoRN*, omitida a desinência helénica. O parentesco deste tema com o anterior é evidente. O nome indígena deveria ser portanto *Oarn*, com o prefixo *o* no seu lugar próprio (cf. adiante o nome do rio *Arnus*).

O Sr. Padre Arlindo Ribeiro da Cunha ensina que do deus lusitano *Aernus* «se conhecem duas inscrições epigráficas, além de uma terceira, irremediàvelmente perdida» (77). Esta forma tem muita semelhança com *Aornos*.

O problema vai aclarar-se definitivamente.

Avieno, falando da Irlanda, chama-lhe Ilha *Sacra*, e di-la habitada dos *Hierni* (78). Marciano de Heracleia chama à Irlanda *Iuernia*, *Ἰουερνία*, nome que corresponde ao do Povo que a habitava (79). Cláudio Ptolomeu traz-nos a forma *Iwerniai*, aplicada às Ilhas Britânicas, embora reserve o singular, o nome

---

(72) III, 56. Cit. in SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 148, nota 2.

(73) ANTÓNIO GARCIA Y BELLIDO, *Una colonización mítica de España tras la guerra de Troya. El ciclo legendario de los «nostoi»*, in *Cuadernos de Historia de España*, VII, Buenos Aires, 1947, págs. 107 e segs. Cf. I. PEREIRA, *Dic.* cit., pág. 41.

(74) SCHULTEN, *Avieno — Ora Maritima (F. H. A.*, I,), pág .129.

(75) AVIENO, *op. cit.*, v. 612, pág. 76.

(76) SUIDAS, in SCHULTEN, *Tartessos*, págs. 100 e 120. I. PEREIRA, *Dic.*, pág. 60.

(77) P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *Potamonímia — IV — Ave*, in «Rev. de Portugal», vol. V, n.º 24, pág. 275. Cita ADOLFO COELHO, *Revista Lusitana*, I, 356; P. FRANCISCO MANUEL ALVES, *Arqueólogo Português*, XIII, págs. 184-186, e *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, IX, 61; J. LEITE DE VASCONCELOS, *op. cit.*, II, 338 e III, 217; HÜBNER, *Corpus Inscriptionum latinarum*, II, n.ºs 2.606 e 2.607, que só fala das duas primeiras.

(78) AVIENO, *op. cit.*, v. 111, pág. 60.

(79) MARCIANO DE HERACLEIA, in *G. G. M.*, ed. Muller, pág. 542.

Iuernía, para designar só a Irlanda ([80]). Por sua vez Antonino situa parte do seu Itinerário «*in Hiuerione*» ([81]). Marciano de Heracleia, já citado, chama ao próprio Oceano setentrional *Iuernikos* no mesmo passo, e Ptolomeu *Iuernios*, Ἰουέρνιος ([82]). Ora, procurando destacar as consoantes nestes nomes, e pondo de parte as desinências e aspirações, que não oferecem estabilidade, teremos, respectivamente: *ieRN*, *iueRN*, *iueRioN*, etc.

Aperece nelas, como inicial, um *I*, cujo valor não é temático, segundo atrás dissemos. Suprimido, teremos *eRN*, *ueRN*, *ueRioN*. Estamos sem dúvida perante a mesma raiz de *uRaN*, *oRaN* e *aoRN*.

Que relação há entre ela e o latim *sacrus*, *-a*, *-um*?

Elucida-nos o nome grego do Cabo de São Vicente, o Promontório *Sacro* dos Romanos ([83]), no nosso Algarve. Achamos em Scilax de Carianda, Marciano Estrabão, a sua menção: *Hieron akroterion*, Ἱερὸν ἀκρωτήριον, e em Ptolomeu também ([84]). Segundo o nosso método, teremos, para pesquisa da raiz deste nome, depois de suprimido o *h* inicial: *ieRoN*. Revela-se a raiz já nossa conhecida.

Logo se compreende, dizendo isto, que por idêntica homofonia, se chamasse em grego à Irlanda Ilha Sagrada, ou consagrada (a algum deus), quer com o nominativo *hierón*, ἱερόν, quer com o acusativo da mesma palavra, que conserva o *n*, essencial para a homofonia de *Ierna* ou *Iern*, forma básica conservada em textos antigos, que citamos. Os Romanos, simplificando ,chamaram-lhe *Sacra*, traduzindo o grego. Assim procederam quanto a outros topónimos.

A raiz que estamos considerando tem assim a forma básica *aRN* ou *eRN*, revelada por vários topónimos e gentílicos.

É o que sucede com os nomes *Kolárnon*, Κολάρνον ([85]), *Colarni* ([86]), *Coelerni* ou *Coelerini* ([87]), próprios de zonas e Povos tanto do sul como do norte de Portugal e Galiza, isto é da Lusitânia, e em que se nota, na sua parte final, a mesma raiz, visto saber-se que a primeira parte exprime outro tema ([88]).

O último nome traz-nos à mente o do ídolo pontevedrense «Sili *Eorini* Lacuus» ([89]), e o da velha Irlanda, *Erin* ([90]). Na verdade *eoRiN* ou *eRiN* são variantes da mesma raiz *ern*, ou *arn*.

Tal raiz explica o nome do rio *Ierna*, de que Mela, descrevendo a Galiza,

---

([80]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, pág. 33 (31C.).
([81]) ANTONINO, *op. cit.*, pág. 32.
([82]) V. nota 79 e PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, pág. 34 (31C.).
([83]) J. LEITE DE VASCONCELOS, *op. cit.*, vol. II, pág. 199.
([84]) SCILAX DE CARIANDA, *op. cit.*, pág. 92; MARCIANO de HERACLEIA, *op. cit.*, pág. 547; ESTRABÃO, liv. III, cap. I, 4, pág. 45(137C.). PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, pág. 40 (37C.). Em TÁCITO, *Anais*, ed. Garnier, Paris, 1947, liv. XII, cap. XXXII, (t. II, pág. 84) aparece já a forma tendenciosa *Hibernia*.
([85]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, pág. 41(38C.).
([86]) HÜBNER, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, n.º 760; PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXXV, pág. 49.
([87]) Coelerni: *ibid*, n.º 2.477. Coelerini: PLÍNIO, *op. cit.*, cit. in ALBERTO SAMPAIO, *Estudos históricos e económicos*, Porto, 1923, vol. I, pág. 17.
([88]) V. *infra* e nota 18, *supra*: «Cal(lem)».
([89]) Comunicação do meu Exm.º Amigo, J. FILGUEIRA VALVERDE, ilustre Director do Museu de Pontevedra, de 19 de Janeiro de 1953.
([90]) SEAN O'FAOLAIN, *op. cit.*, pág. 13.

nos fala (91). Não longe do Estreito de Gibraltar, mas ainda nas costas do Atlântico, Avieno alude a um *Sacrum iugum*, promontório *Sacro*, traduzindo as fontes gregas que criaram a homofonia *hieron*, reproduzindo o topónimo; ficava-lhe junto, diz, a cidade de *Herma* (92), talvez corrupção de *Herna*, nome de uma outra cidade que o poeta indica nos confins orientais dos Tartéssios (93). Avieno fala também de um monte *Sacro*, perto do Ebro (94), facto de suma importância, conforme diremos adiante, para se compreender a origem dos Iberos; já vimos que menciona também, no território dos Cónios do Sul da França, o rio *Oranus*.

Na Irlanda havia também um rio *Iernos*, e um *Sacrum Promonturium*, chamado, em Ptolomeu, *Hieron* (95).

Mas não se limita a estes países a expansão geográfica de tal tema. Na Itália, desaguando no Mar Tirreno, — portanto na Tirrénia, dominada, segundo Sólon e Platão, pelo Povo da Atlântida, — achamos o rio *Arnus*, que explica o *Aornos (Oarn)* de que falámos e talvez até o nome do lago *Avernus* na Campânia (96).

Vieram estas considerações a propósito de uma referência de Diodoro, escritor grego da Sicília, a certo Rei *Uranus* dos Atlantes.

Expansão e carácter dos Atlantes

O mesmo autor não se esquece de vincar a larga expansão dos Atlantes, acantonados porém, na sua maior parte, às terras do Ocidente e Norte da Europa: estavam nas Ilhas Britânicas, e, logo o diremos, na Bretanha, zona do Noroeste da França.

O culto do sol e das estrelas e sobretudo o da lua (a área geográfica do puro e eterno romantismo pode precisamente delinear-se na Atlântida...) são características apontadas por Diodoro para os Atlantes, e numerosos monumentos o atestam nos primitivos habitantes da Lusitânia, segundo o insigne Leite de Vasconcelos (97).

Finalmente a hospitalidade, traço distintitivo das gentes da Atlântida, diz ainda Diodoro; eis um aspecto que pode explicar-se pelo comercialismo, que vinca bem Avieno (98), e que os obrigava ao convívio com outros Povos.

Schulten afirma que Estrabão, a págs. 151, sublinha a hospitalidade dos Tartéssios (99). Mas nem naquele lugar da edição a que se reporta nem na sua se lê nada de parecido, devendo por isso ter-se equivocado (100).

---

(91) MELA *op. cit.*, liv. III, cap. I, 248, nota 47, pág. 405, ed. Gonzalez de Salas, Madrid, 1780.
(92) AVIENO, *op. cit.*, vv. 322-336 e 444, págs. 67 e 71.
(93) *Id.*, v. 463, pág. 71.
(94) *Id.*, v. 504, pág. 72.
(95) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, págs. 33-34, respectivamente, (31C.).
(96) *Arnus:* T. LÍVIO, *op. cit.*, liv. XXII, cap. II, 2, pág. 93. Cf. o glossário de pág. 260. *Avernus (Averni lacus)*, *op. cit.*, liv. XXIV, cap. XII, 4, pág. 115; BROU, *Dic.*, pág. 121.
(97) VASCONCELOS, *op. cit.*, II, 217-220, III, 239, 364, 406, 425 e 432.
(98) AVIENO, *op. cit.*, v. 100, pág. 60.
(99) SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 236.
(100) O primeiro a notar a fraqueza de alguns argumentos e até a fantasia do

Martins Sarmento, no seu livro *Os Argonautas* ([101]), coloca no território ocidental o episódio de um Rei chamado *Lyco*, que deu acolhida aos célebres navegadores da Grécia, que por sua vez o ajudaram a combater os Povos vizinhos. Talvez haja aqui alguma lembrança desse episódio.

Para findar a série de referências à Atlântida nos escritores antigos, devemos ainda atentar no que nos diz Estrabão, e ainda não foi, que saibamos, devidamente relacionado com o assunto. Escreve ele ([102]):

«Como os *Iberos ocidentais* emigraram até às regiões sobre o Ponto e a Cólquida»...

E diz ainda ([103]):

«... Além disso os Povos do Cáucaso, *como os Albanos e os Iberos...*».

Estas notícias confirmam a expansão dos Atlantes, do seu ramo ibérico pelo menos, até regiões afastadas.

A esta aproximação dos dois textos se oporão talvez duas ordens de objecções.

Uma, a dos sequazes da superstição orientalista e das forçosas colonizações nórdicas e indo-europeias. Nós não negamos as comprovadas migrações de Norte para Sul e Leste para Oeste. Mas entendemos que deve dar-se lugar ao Ocidente e ao Sul, que o têm na Arqueologia e na História como fontes de Civilização. Não rejeitemos pois *in limine* a convicção dos Egípcios, segundo Trogo Pompeio, de que os Povos mais antigos do Mundo viviam na África ([104]), sede de um ramo atlântico. Por que razão não haverá um grande fundo de verdade nisto? Leiamos também com atenção a narrativa das expedições gregas e macedónias pela Ásia, e a da invasão gaulesa na Itália, Germânia e Grécia ([105]). Tudo, para não falar já da expansão romana par leste, são exemplos daquele *Drang nach Osten* tão cegamente repetido pelos modernos Germanos, e tão esquecido pelos cérebros super-arianos dos germanistas de nossos dias... Tais movimentos, para Oriente,

---

grande sábio hispanista foi MENDES CORREIA, ao apreciar o modo despiciente como o ilustre tudesco se referiu ao livro de MARTINS SARMENTO, *Ora Maritima — Estudo deste poema na parte respectiva às costas ocidentais da Europa* (a 2.ª edição é do Porto, 1896). Escreve o nosso Mestre incontestado da Arqueologia contemporânea: «Dado o carácter conjectural e mesmo porventura audacioso de alguns pontos de vista de SCHULTEN, parece-nos dura e injusta a crítica deste ao erudito investigador português» *(Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924, pág. 81, nota 2). Recentemente, no volume II do tomo I, — *España Protohistórica*, Madrid, 1952, — da *Historia de España*, dirigida por R. MENENDEZ PIDAL, as suas doutrinas são a par e passo impugnadas acerbamente. O seu último livro *Tartessos*, cit., não apresenta o carácter de objectividade, na parte crítica, que seria para desejar, sem deixar entretanto de constituir um repositório imenso de erudição.

([101]) F. MARTINS SARMENTO, *Os Argonautas*, págs. 93 e segs. e 133 e segs., cit. in *op. cit.*, pág. 88, nota 2. Nas proximidades dos rios Tinto e Odiel.

([102]) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. I, cap. III, 21, pág. 22 (pág. 61C.).

([103]) *Id.*, liv. II, cap. V, 12, pág. 36 (118C.).

([104]) TROGO POMPEIO — JUSTINO, *op. cit.*, liv. II, cap. I, 5-9, vol. I, pág. 32.

([105]) *Id.*, *passim* e liv. XXIV, cap. IV e segs., vol. II, págs. 36 e segs. TÁCITO, *De Germania*, cap. XXVIII e segs., e *passim*, ed. NICOLAU FIRMINO, Lisboa, 1940, págs. 20 e segs.

seguiam, claro está, caminhos antigos, e obedeciam sem dúvida a pressões vindas do Ocidente.

Não há pois razão para nos opormos ao que dizem as fontes mais antigas sobre esta invasão do Mediterrâneo pelos Atlantes.

Outra objecção seria o afirmar que os Iberos não proveem do Ocidente, nem são gente que se houvesse fixado nas terras lusitanas. Assim o pensamos até há pouco, seduzidos por algumas considerações verdadeiras e por alguns resultados seguros da investigação histórica e arqueológica, que no entanto se não devem relacionar com o Povo deste nome, contra o que à primeira vista parece. Deixamos esta questão em suspenso, porque só a podemos resolver em face dumas passagens de Avieno, cujo exame constituirá a terceira parte do presente ensaio.

O desaparecimento da Atlântida

Resta examinar o problema da submersão total da Atlântida.

Pelo que vimos ,temos de concluir que esta notícia não se pode tomar à letra. Tudo o que Platão nos conta (ou pelo menos as suas linhas gerais) se passa em terras bem conhecidas ainda hoje.

Já dissemos que entre a Grã-Bretanha e a Irlanda se cavou outrora um abismo, logo ocupado pelas águas. Assim, passou a existir, onde antes havia terra, o que se chamaria o Canal de S. Jorge, o Mar da Irlanda e Canal do Norte. Cataclismo temeroso, e que deve ter destruído numerosas populações e riquezas, pois, como se crê geralmente, já era habitada essa grande ilha que se partiu pelo meio ([106]).

Mas a crença no seu desaparecimento pode explicar-se ainda pelo facto de os Cartagineses terem fechado o Estreito de Gibraltar, depois da batalha de Alália, em que se bateram com os Gregos ([107]). Ficou sendo o Oceano o mar ignoto e tenebroso, onde a medo e a custo penetraram as gentes do Oriente do Mediterrâneo, ignorantes dos seus mistérios. Só os Cartagineses inimigos dos inimigos dos Atlantes, frequentavam tais paragens, e conservaram o roteiro exacto desses lugares.

([106]) G. M. TREVELYAN, *op. cit.*, pág. 17, supõe o homem na Grã-Bretanha limitado então a «espaços restritos e raros», onde «um bando de caçadores coberto de peles, segurando machados de mão, se movia furtivamente». Veja-se porém o que diz HUGO OBERMAYER, in *El hombre prehistorico y los origenes de la humanidad*, do mesmo A. e de ANTÓNIO GARCIA Y BELLIDO, Madrid, 1941, págs. 4 e segs., sobre o aparecimento do homem na Grã-Bretanha. A tradição do afundamento da grande ilha do Norte, pode mesmo ser própria, como é óbvio, dos Atlantes, e referir-se a qualquer fenómeno anterior ao Império Atlântico, que hajam sofrido os Atlantes no decurso da História, e designadamente a qualquer ilha que submergisse. Porém a Ilha Atlântida de Platão, essa não desapareceu, porque é a Irlanda ou a Grã-Bretanha, ou as duas reunidas.

([107]) HERODOTO, liv. I, c. 166, in SCHULTEN, *Fontes* cit., II, pág. 27. A batalha deu-se perto de 540 a. C., e marca o início da talassocracia cartaginesa, expulsando os Focenses ou Fócios das regiões do Ocidente, embora vitoriosos nessa batalha, onde aliás sofreram graves danos. Eles tinham-se estabelecido em Marselha e em Emporiae e na Córsega, vindos da Grécia. Os Cartagineses fecharam então o estreito de Gibraltar, e culturalmente o Mediterrâneo separou-se do Atlântico, que ficou sendo «o Mar onde já não se navega». Cf. SCHULTEN, *Tartessos*, págs. 81, 93 e 113.

II. OESTRYMNIS

O poema de Avieno

Entre os vários testemunhos da Antiguidade relativos ao Oeste europeu, merece especial menção o poema didático de Rufo Festo Avieno, *Ora Maritima*, «Litoral marinho». Escrito por volta do ano 400 da nossa era, recolhe no entanto as notícias dos mais antigos textos, em grande parte hoje perdidos.

Avieno logo no exórdio anuncia que se serviu de «páginas vetustas» (v. 9), e que «na mais remontada lição» (v. 11) compulsou «os escritos e segredos dos antigos» (vv. 16-17), prescrutando por eles «os segredos das coisas» (v. 22), os «arcanos» (v. 23). E explica, mais concretamente, que, não o satisfazendo a obra de Salústio, recorreu a Hecateu de Mileto, a Helânico de Lesbo, a Fíleas de Atenas, a Scílax de Carianda, a Pausímaco de Samos, a Damastes de Sigeion, a Bácore de Rodes, a Euctemon de Atenas, a Cleonte da Sicília, a Heródoto de Túrio, a Tucídides de Atenas (vv. 32-50) e a Dionísio (v.331), tudo escritores bem antigos como se vê ([108]).

A proveniência das notícias, que colheu em todos estes autores, ainda aumenta a antiguidade do relato de Avieno. Ele o esclarece, dirigindo-se ao leitor:

> «Extraímos-te estas notícias, há muito esquecidas, de velhos anais púnicos» ([109]).

Por três vezes aliás cita expressamente as informações do cartaginês Himilcão ([110]). Este, segundo Plínio, fora mandado explorar as costas ocidentais da Europa, enquanto o seu compatriota Hanão explorava as da África ([111]).

([108]) HECATEU DE MILETO escreveu nos fins do séc. VI a.C. (SCHULTEN, *Fontes*, cit., I, pág. 83). HELÂNICO DE LESBO é um pouco mais velho que TUCÍDIDES (460-400, aproximadamente, a.C.): SCHULTEN, *Fontes*, cit., II, págs. 34 e 40. FÍLEAS DE ATENAS, do séc. V para IV também id., *(op. cit.*, I, pág. 36). SCÍLAX DE CARIANDA, cerca de 490 a.C. *(op. cit.*, II, pág. 18). PAUSÍMACO DE SAMOS, do séc. V para IV *(op. cit.*, I, pág. 36). DAMASTES DE SIGEION, cerca de 420 a.C. *(op. cit.*, II, pág. 39). EUCTEMON DE ATENAS, cerca de 440 a.C. (pág. 31). CLEONTE DA SICÍLIA, é escritor do séc. V para IV (I, págs. 36 e 83). HERÓDOTO DE TÚRIO, cerca de 480-430 (II, pág. 26). TUCÍDIDES DE ATENAS, por volta de 460-400 (pág. 40). DIONÍSIO PERIEGETA (pág. 58), filho de CALIFONTE, no séc. I, a.C. (pág. 40). SALÚSTIO é um autor romano, que nasceu no ano 669 de Roma (S. H. DOTTEVILLE, *Traduction de Salluste*, Paris, 1775, pág. XXI).

([109]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 413-414, pág. 70:

> *Haec nos ab imis Punicorum annalibus*
> *prolata longo tempore edidimus tibi.*

([110]) *Op. cit.*, vv. 80-84: «quae Himilco poenus... retulit...» (pág. 60); v. 383: ,... Himilco tradit.» (pág. 69); vv. 412-413: «... Himilco poenus... retulit» (págs. 69-70).

([111]) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. II, cap. CLIX, cit. por SCHULTEN, *Tartessos*,

Os limites e intento deste artigo não nos permitem alongar-nos sobre as razões de não aceitarmos a crítica feita a esta velha tese de Mülhenhoff e Martins Sarmento pelos que pretendem convencer da origem marselhesa do périplo em que Avieno baseou o seu poema. Baste dizer que Eutímenes, apontado como possível autor dele, não explorou senão a costa africana, que se saiba; que nenhum dos escritores citados por Avieno é marselhês; e que o emprego das formas gregas dos topónimos do poema se explica pelas fontes gregas que conservaram e traduziram Himilcão: o mesmo sucede à tradução, ainda conservada, do périplo africano de Hanão ([112]).

Aliás basta ler o poema, para se depreender claramente que refere uma exploração contínua das costas da Europa, do Atlântico e do Mediterrâneo, seguindo o viajante ou navegador cartaginês rotas abertas por Povos mais antigos.

E justamente nos impressiona a coincidência dele com o suposto mito da Atlântida... Mas não antecipemos.

A chave de todo o poema está, a nosso ver, nos versos com que abre a narração geográfica ([113]):

> «Jaz derramado o orbe da terra enxuta,
> E as ondas rodeiam o orbe, penetrando-o aqui e além.
> Mas onde o profundo mar se engolfa
> Desde o Oceano, para este abismo do *Mare Nostrum*
> Estender longamente, aí é o Golfo Atlântico».

Tal como a narrativa da Atlântida na obra de Platão, assim Avieno principia a sua por descrever o Oceano exterior ou Atlântico. É a primeira coincidência das duas fontes.

O poeta latino apresenta-nos o Estreito de Gibraltar. Olhamos as ondas do Oceano a penetrarem no Mediterrâneo, a que os Romanos chamavam *Mare Nostrum*, «o nosso mar».

É também o ponto de referência de Platão, no passo do *Timeu* acima transcrito.

---

pág. 125, nota 1: «*Et Hanno Carthaginis potentia florente circumvectus a Gadibus ad finem Arabiae navigationem eam prodigit scripto, sicut ad extera Europae noscenda missus eodem tempore Himilco*». Sobre o périplo de Hanão, cf. CASARIEGO, *El periplo de Hannon*, passim.

([112]) V. nota anterior, e ed. Muller, *Geog. Graec. Min.* MARTINS SARMENTO, op. cit., *passim*.

([113]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 80-84 (pág. 59):

> *Terrae patentis orbis effuse iacet*
> *orbique rursus unda circunfunditur.*
> *Sed qua profundum semet insinuat salum*
> *Oceano ab usque, ut gurges hic nostri maris*
> *longe explicetur, est Atlanticus sinus.*

Dali partira Himilcão na sua viagem de contorno à Europa ocidental. São as Colunas de Hércules. Rufo Festo Avieno prossegue (114):

> «Nele está a urbe de Gadir, chamada Tartesso outrora,
> Nele as Colunas do infatigável Hércules,
> Ábila e Calpe: esta na margem esquerda,
> Ábila fica perto da Líbia. Ressoam com o áspero
> Setentrião, mas, inabaláveis, firmam-se no solo».

Não se pretenda logo denegrir a descrição de Avieno com o argumento de que a cidade de Cádiz não fica precisamente no Estreito. Quando ele diz «*hic*», não se deve entender um só lugar do mapa, determinado ponto da costa, mas sim o «Golfo Atlântico», ou seja, o que hoje chamaríamos o Oceano Atlântico e as suas margens. Por isso traduzimos «nele».

Tartesso e os Túrdulos

Não podemos deixar de notar a referência especial do poema à antiga cidade de Cádiz.

Chamava-se outrora *Tartessos*, diz ele.

Alguns comentadores modernos não aceitam esta afirmação. Mas nós preferimos à fantasia destes as mais gerais notícias dos antigos, que também identificam Tartesso com Carteia, mas com menos convicção. Para nós Cádiz, a fabulosa *Gádeiros* de Platão, a *Gadir* dos Cartagineses, a bela e famosa *Gades* dos Romanos é Tartesso. E nada impede que este nome, no decurso dos tempos, fosse substituído. Não suponhamos porém que esta mudança de nome represente mudança de gente. Ele provém da mesma família étnica.

Não tem qualquer fundamento sério a atribuição deste nome *Tartessos*, *Ταρτησσός* mesmo na forma helénica (115), a qualquer fundação fenícia, grega, ou tirsena (pré-etrusca). Expressamente se contém em Heródoto a notícia de que um nauta de Samos, chamado Coleu, foi o primeiro grego que chegou a Tartesso, que, diz, «era então, para os Gregos, um império intacto e novo que acabavam de descobrir» (116), isto cerca de 630 a.C. (117). O mesmo Heródoto atribui noutro lugar aos Fócios tal descoberta (118), no que pode não haver con-

---

(114) *Op. cit.*, vv. 85-89, (págs. 59-60):

> *Hic Gadir urbs est, dicta Tartessus prius,*
> *hic sunt columnae pertinacis Herculis*
> *Abila atque Calpe, (haec) laeva dicti caespitis,*
> *Libyae propinqu(a) est Abi(l)a. Duro perstrepunt*
> *septent(r)ione, sed loco certae tenent.*

O parêntese curvo indica os acréscimos à letra do incunábulo. Não reproduzimos as correcções que nos parecem óbvias.

(115) V. SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 13.

(116) HERÓDOTO, *op. cit.*, liv. IV, cap. CLII, cit. por J. E. CASARIEGO, *Los grandes périplos*, pág. 113.

(117) *Ibid.*, nota 1.

(118) HERÓDOTO, liv. I, cap. CLXIII, *ibid.*, nota 2.

tradição, pois nada impede que o nauta de Samos participasse numa expedição destas.

Ora se estava intacto e era novo Tartesso para o mundo grego em tal época, fàcilmente se vê que não foi sua fundação, nessa altura ou em qualquer outra época, e também é duvidoso que o tivesse sido dos Fenícios, nada podendo justificar a origem tirsena, pois a forma *Tartessos* indica apenas ter sido helenizado o nome indígena.

Expliquemos:

Schulten (119) provou cabalmente que esta palavra se relaciona com os nomes *Turta* (120), *Turtoi* e *Turtytanoi* (121) e *Turduli* (122). Frisemos antes de mais, para pesquisar a raiz subjacente nestes nomes que *t* e *d* são letras equivalentes, não só por traduzirem sons afins, mas ainda porque nem sempre os ouviram bem os Romanos e Gregos, que além disso acomodavam os nomes indígenas ao seu gosto. Devemos contar também com o abrandamento, dissimilação, etc.

Os dois *ss* da terminação *essos*, de *Tartessos* constituem o equivalente vulgar da forma ática com dois *tt*, que seria *Tartettos*, de que podemos ver um vestígio em Pólux, que fala de *Tartettios*, como alcunha do cão do Rei Gerião de Tartesso (123).

Pondo de lado a desinência grega, teremos *Tartet*(t).

Basta escrever isto, para logo nos ocorrer a língua berbere. O artigo *ta* e o *t* final não deixam lugar para grandes dúvidas. Assim em *Takfarinat*, nome dum rei númida de que fala Tácito (124), e no nome da região do *Tafilalet*, em Marrocos, etc.

Pesquisando a raiz, para todas as formas indicadas, e pela ordem respe-

---

(119) SCHULTEN, *op. cit.*, págs. 51 e segs. Não perfilhamos porém a sua derivação de um hipotético *Tursa* ou *Turtha*, que em nada se funda, senão na variação de *t* a *d*. A derivação destinava-se a fundamentar a teoria de uma fundação tirsena de Tartesso. Os Tirsenos eram um Povo da Ásia Menor, ascendente dos Etruscos. (Cf. do mesmo A., *Os Tirsenos em Portugal*, in «Revista de Guimarães», vol. L, n.os 1-2, 1940, pág. 129. Por brevidade, remetemos o leitor para o que dissemos nas notas 21 e 100, apesar de opiniões do professor de Erlanger merecerem mais detida reputação, implícita aliás no que vimos dizendo e no método que adoptamos.

(120) CATÃO (in CHARISIUS, *Gramm. lat.*, ed. Keil, I, 213, 4): «... *ita porro in Turtam proficiscor*»; «*inde pergo porro ire in Turtam*» (cit. in SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 51 e nota 2).

(121) ARTEMIDORO (in ESTÊVÃO DE BIZÂNCIO, v. *Τουρδητανία*, cit. *ibid.*, nota 3) emprega as formas *Turtoi*, *Τουρτοί*, *Turtytanoi*, *Τουρτυτανοί*.

(122) HÜBNER, *Mon. Ling. Ibér.*, pág. 242, (*ibid.*, nota 5).

(123) A. FREIRE, *Gramática Grega*, Porto, 1947, pág. 18, escreve:

«Os nomes gregos *Θάλαττα*, *μέλιττα*, *γλῶττα* e outros em dois ττ são mais próprios dialeto ático. Na linguagem comum costuma escrever-se *Θάλασσα*, *μέλισσα*, *γλῶσσα*, etc., sendo os dois ττ substituídos por dois σσ». POLLUX, 5, 46, cit. em SCHULTEN, *op. cit.*, pág. 104, n.º 2, emprega a palavra *Ταρτήττιος*.

(124) *Tacfarinas*, *-atis*. Neste caso o nominativo não dá ideia da pronúncia indígena, por lhe faltar o *t* que outros casos revelam (o mesmo sucede com Olysippo, cujo nominativo não revela o *n* essencial, como vimos, supra e nota 58, para a sua interpretação). Cf. TÁCITO, *Anais*, liv. III, cap. XX e segs., Paris, 1947, pág. 243. Este Rei númida insurgiu-se contra Roma em tempo do Imperador Tibério. Outro exemplo interessante de revelação do artigo berbere *ta* nos topónimos peninsulares resulta da comparação dos nomes da lusitana *Tacubis* (Takybis, *Ταχυβίς*), PTOLOMEU, II, cap. V, pág. 41, e *Ucubis* (Ukybis, *Οὔκυβις*), ESTRABÃO, III, 2, 2, pág. 50. na Bética.

ctiva, teremos (t')*uRTa*, (t')*uRT*, omitido o *i* desin., (t')*uRDe*(t), omitido *ani* desin., (t')*uRD*, omit. *uli* desin., e (ta)*RTe*(t),— Tartettos ou Tartessos([125]).

Os *Turduli, Turti* ou *Turdetani* fundadores do país Tartéssio eram originários da Lusitânia, cujas margens ocupavam primitivamente entre Douro e Mondego. Na verdade, são esses os expressamente designados nas fontes históricas mais autorizadas como sendo os «originários», os «antigos», os «velhos Túrdulos», *Turduli Veteres* ([126]). Recusamo-nos a aceitar a peregrina teoria dos que fazem destes «antigos» ou «primitivos Túrdulos» os *novos:* exemplares de alguma injustificada migração alentejana, algarvia, andaluza, tirsena ou até grega...

Além de que os Povos atlânticos marchavam para leste. Assim fizeram os Lusitanos nas suas guerras com Roma.

Contra o que à primeira vista pode parecer, o problema da fundação de Tartesso — Gadir, ou de duas cidades distintas como querem alguns, atribuída, a de Gadir, por Possidónio aos Fenícios de Tiro ([127]), não interessa para determinar a população primitiva de toda a região ou até a origem da gente com que se criou a cidade daquele nome, sob o influxo fenício.

Estabelecendo aí um dos seus empórios ou feitorias os Fenícios tinham que dizer «feitoria de...». Portanto designaram-na com o nome gaditano, *Gadir*, assim como os gregos geralmente com o nome turdetano, *Tartesso*, de toda a região.

Hoje ainda dizemos, por exemplo, «a nossa colónia de América», de «Nova Iorque», etc., usando os nomes da região.

Não surpreenda o leitor a semelhança dos nomes indicados com os berberes. Marciano, Ptolomeu e Estrabão ([128]), chamam a um promontório da Lusitânia *Barbarion*, *Βαρβάριον*, que é também referido por Antonino ([129]): «ad promunturium *Barbari*». Não seria na verdade compreensível que, em terra de *bárbaros*, a mera qualidade de não ser grego ou romano pudesse dar nome a um s ópromontório, e não à terra toda. Trata-se portanto não de Bárbaros, mas de Berberes, como já lembrou Oliveira Martins ([130]).

O nome *berber* indica multiplicidade pela repetição do tema, o que é próprio das línguas aglutinantes, como a nossa língua primitiva era, segundo melhor veremos, mas já se vai compreendendo por certo.

Nele há portanto a repetição intencional do tema *ber* (ou *bar*, se se pre-

---

([125]) Cf. supra, notas 115 e segs. Como se vê, os Romanos apenas introduziram em *Turdetani* o elemento final *ani*, pelo que pode perguntar-se legìtimamente se o mesmo não sucederá com *Lusitani*, etc. em que existiria o mesmo *t* final berbere.

([126]) MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, pág. 246; PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXXV.

([127]) GARCIA Y BELLIDO, *Protohistoria-Tartessós*, pág. 316, in *Historia de España*, dirigida por MENENDEZ PIDOL, Madrid, 1952. Por coincidência *Gadir* significa, em cartaginês, segundo AVIENO, vv. 268-269, pág. 65, «consaeptum locum». Parece que o *r* final de *Gadi*(r) se deve a isto.

([128]) MARCIANO DE HERACLEIA, *op. cit.*, pág. 260. PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, pág. 40 (37C.). ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 1, pág. 61.

([129]) ANTONINO, *op. cit.*, X, cit. in SCHULTEN, *Fontes*, VI, (Estrabão), pág. 195.

([130]) OLIVEIRA MARTINS, *História da Civilização Ibérica*, passim, onde aliás tece defeituosas afinidades com outros povos.

fere). Este tema existe em *Iber(us)*, a que só acresce o *I* inicial, partícula autonomizável, conforme atrás se disse (131).

Daqui já se infere que os Iberos não foram alheios ao Ocidente peninsular, mas adiante mostraremos a sua origem, com o texto que no-la conserva, a *Ora Maritima* de Avieno, ou o périplo nele ínsito.

Oestrymnis ou a Atlântida

O périplo, entretanto, segue rumo de Cádiz para Ocidente, referindo-se sempre ao litoral atlântico (132):

> «E nele surge a ponta de um cabo, —
> — *Oestrymnis* foi chamado de uma era mais antiga, —
> — E a alta mole do rochoso cume
> Toda se volta, no máximo, para o tépido Noto».

Nestas condições, apontando perfeitamente o sul, para aquém das Colunas de Hércules e de Cádiz, só o cabo de Santa Maria do Algarve, a que efectivamente Pompónio Mela já não chama *Oestrymnis*, e sim *Cuneus* (133).

Ainda que arriscando-nos a fatigar o leitor com divagações linguísticas, estudemos o nome que Avieno dá a este cabo.

A Bretanha francesa, como adiante se dirá, está arqueològicamente ligada a Portugal e Galiza. Assim, é inteiramente legítima a aproximação, que Schulten faz, do dito nome com os que os textos antigos dão aos habitantes daquela região.

Eratóstenes, citado por Estrabão, emprega a forma *Ostidamnioi* (134), Píteas, citado também por Estrabão, dá *Ostimnioi* (135), mas adiante aparece atribuída a Píteas a forma *Ostideoi* ou *Ostiaioi* (136). Artemidoro, segundo Estêvão de Bizâncio, teria escrito *Ostiones* (137).

As duas primeiras formas, de que a primeira, por introdução da sílaba *da* é manifestamente corruptela do verdadeiro nome (porventura inspirada em locuções gregas comuns, pois diverge de todas as outras fundamentalmente) relacionam-se com a forma *Oestrymnici* (de *Oestrymnis)* usada por Avieno (138). Com esta se ligam também as formas usadas por Ptolomeu — *Osismici* (139) —,

---

(131) AVIENO, *op. cit.*, vv. 90-93, pág. 60. V. nota 214.
(132) AVIENO, *op. cit.*, vv. 90-93, pág. 60.
(133) V. *supra*, nota 19.
(134) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. I, cap. III, 21, pág. 22 (61C.): «...Ὠστιδαμνίων...»
(135) Ibid., págs. 23: «... Ὠστιμνίων. »
(136) *Id.*, pág. 23C., cit. por SCHULTEN, *Fontes*, VI, pág. 23: «...Ὠστιαίους..», e «...Ὠστιδέους...», assim também em ESTÊVÃO DE BIZÂNCIO, s. Ὠστίωνες, in *loc. cit.*
(137) ESTÊVÃO DE BIZÂNCIO, s. Ὠστίωνες, in SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 198
(138) AVIENO, *op. cit.*, v. 155, pág. 62.
(139) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. VIII, 5, cit. in SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 198.

e por Mela (140) e Plínio — *Os(s)ismii* (141), dizendo este último que tal Povo também vivia na Gália Lugdunense, certamente vindo pelo Ródano desde o mar (142).

Artemidoro apresenta a forma *Ostiones*, citada por Estêvão. Píteas dá outras equivalentes, como vimos. Estas formas, permitem que se autonomize, separando os respectivos sufixos, o tema *Ost(i)*, *Oss(i)* ou *Os(i)*. E também, em *Oestrymnici*, o tema *Oestr(y)*.

Nesta última forma, logo se vê que o *e* depois do *o* está como elemento intruso. É influência de *oistros* (ou *oestrus*, à latina), οἶστρος, do grego (143).

E o *r* depois do *t* será de manter?

Jordanes, escritor do século VI da nossa era, menciona uma localidade do Algarve, ao pé do Guadiana, chamada *Austrogonia* (144). Esta informação é de suma importância para o problema.

Sendo, como é, *Au* = *O*, mesmo na pronúncia clássica do latim (145), e *G* = *C* na grafia latina primitiva (146), devendo também contar-se com a evolução linguística, teremos uma forma inicial, não obliterada, em *Ostroconia*, onde encontrámos o elemento *Ostr*, seguido do *o* plástico ou de ligação, que não tem valor temático; e um elemento final, que se relaciona com os *Coni*, habitantes da região.

Sabendo-se que *Ostr* aparece por vezes representado por *Oss*, não sofre dúvida a legitimidade de relacionar o nome desta Austrogonia, localidade do Algarve, com o da cidade de *Asseconia*, na Galiza, nome revelado em lápide romana, excelentemente estudada por López Ferreiro (147).

---

(140) MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, 63, págs. 258-259: «... *Osismios...*»; cap. VI: «... *Osismicis litoribus...*».

(141) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXII, pág. 45: «Lugdunensis Gallia habet... Osismios... sed peninsula spectatiorem excurrentem in Oceanum a fine Osismiorum circuitu DCXXM pass. cervice in latitudinem CXXVM».

(142) A *Gallia Lugdunensis* era província imperial, e vinha-lhe o apelativo da capital, *Lugdunum* (Fourvière-Lyon), que ficava na confluência do Saône com o Ródano. Notas finais de edição de H. OELZER das *Histórias* de Tácito, págs. 277 e 291. (Hachette, Paris, 1886).

(143) Assim pensa justificadamente o Prof. SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 198, nota 1.

(144) JORDANES, *De origine actibusque Getarum*, in «Monumenta Germaniae Historica», V, Berlim, 1882, pág. 116. Sobre o sentido desta passagem v. a nossa *Lusitânia Suévico-Bizantina*, in «Bracara Augusta», II, págs. 389 e segs.

(145) É conhecido este facto. Era corrente a pronúncia *plodite* por *plaudite* etc. Conta SUETÓNIO que tendo Mestrio Floro, consular, advertido ao Imperador Vespasiano de que devia dizer *plaustra* e não *plostra*, no dia seguinte o Imperador saudou-o por *Flaurus*, irònicamente (*Os Doze Césares*, «Vespasiano», cap. XXI-XXIII, ed. Garnier, tomo II, Paris, 1931, pág. 327).

(146) O *G* foi estabelecido no alfabeto latino, com a função de representar a gutural correspondente, apenas em meados do séc. III da nossa era, pelo gramático SPURIUS CARVILIUS; antes disso o *C* desempenhava as duas funções, e persistiu pronunciando-se *g* em Caius, etc.: RAYMOND BLOCH, *L'Épigraphie latine*, Paris, 1952, págs. 16 e segs. Daí a possibilidade de errónea leitura do *c* de *Ostroconia* como *g*, podendo também tratar-se de um abrandamento, como sucedeu com *Bragara* (S. ISIDORO DE SEVILHA, *Hist. Goth., Wandal, et Suevorum*, in *Mon. Germ. Hist., Chronica Minora Saec.*, IV, V, VI, VII, t. II, pág. 279. Cf. o estudo do A., *A evolução do nome de Braga*, in «Minia», vol. I, pág. 43).

(147) LÓPEZ FERREIRO, *Asseconia*, in «Galicia Diplomática», I, 337. Devo

Nesta palavra, o *o* inicial acha-se substituído por *a*, encontrando-se o mesmo fenómeno em um topónimo algarvio e outro marroquino, como se dirá mais adiante (148). Além disso, já sabemos a pouca estabilidade dos sistemas de representação das vocalizações indígenas, por parte de Gregos e Romanos. Estes pela proverbial rudeza do seu ouvido (149), aqueles pela sua preocupação em achar origens helénicas nos primórdios de todos os Povos (150). Assim, o *o* plástico acha-se substituído por *e*, o que também não tem dificuldade, visto não fazer parte do tema, conforme se disse.

Consequentemente, podemos, em *Asseconia*, separar antes de mais nada a parte final, como fizemos em relação a *Austrogonia (Ostroconia)*. Trata-se de uma referência ao Povo cónio ou cinético.

Em segundo lugar fica-nos *Ass(e)*. Equivale a *Oss*, cujo sentido falta descortinar.

Ossonoba, cidade que Mela situa precisamente no promontório *Cuneus* (151), hoje Santa Maria, no Algarve, (não longe portanto do Guadiana e portanto da *Austrogonia* de Jordanes), apresenta-nos na sua parte inicial o elemento *Oss*, e na última o elemento *onoba*.

Elemento, dizemos, porque, fiéis ao nosso sistema de indagação linguística, podemos autonomizá-lo. Com efeito, havia além Guadiana, junto do estuário dos rios «gémeos» (152), Tinto e Odiel, uma cidade chamada *Onoba* (153). Os Romanos explicaram-nos o significado desta palavra, dizendo a cidade «Onoba *Aestuaria*» (154). Trata-se portanto de um porto de estuário, sendo consequentemente *Ossonoba* o porto-estuário de *Oss*, tema equivalente a *Ostr*, como já dissemos.

Neste, o *o* inicial é o prefixo locativo que já conhecemos. Pode por isso omitir-se. É aliás o que resulta de Estrabão, quando fala da cidade de *Sonoba*, em vez de *Ossonoba* (155).

Ora, como *Oss* equivale a *Ostr* (156), eliminando o *o* inicial, podemos dizer que *Sonoba* é o mesmo que *Stronoba*, e desta forma hipotética não custa derivar

---

esta indicação ao insigne Arqueólogo e meu ilustre Amigo D. FERMÍN BOUZA-BREY, que me transcreveu inclusivamente o artigo para o poder consultar aqui. Os meus agradecimentos ao grande Mestre galego.

(148) V. *infra* e notas 270, 293 e 294.

(149) Tema que foi admiràvelmente tratado pelo grande dramaturgo G. B. SHAW, numa das suas obras primas, *Caesar and Cleopatra*, in *Three Plays for Puritans* (1901). ESTRABÃO parece fazer-se eco do desprezo romano pelas línguas indígenas, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 7, pág. 66 (156C.). SCHULTEN, *op. cit.*, pág 218, afirma que era geral a antipatia dos AA. clássicos pelas gentes bárbaras.

(150) V. *supra* e nota 73.

(151) MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, pág. 245.

(152) AVIENO, *op. cit.*, vv. 208-211, pág. 63. V. *infra*, nota 303. Este passo tem sido mal traduzido. *Ab* significa neste ponto «depois» *(memorato ab amni)*, isto é, «além dele», «afastado dele». O sentido não pode ser outro, porque estes rios gémeos desaguam no golfo que segue *(panditur rursus sinus)* ao *Guadiana*, no poema de AVIENO. Não se trata portanto do rio Guadiana.

(153) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. II, 5, pág. 52 (143C.).

(154) MARCIANO HERACLEENSE, *op. cit.*, pág. 546.

(155) V. *supra*, nota 18.

(156) V. *supra* e notas 143-147.

o nome da portuguesíssima vila de Estômbar, que precisamente fica no *ager Cuneus*, do Algarve, onde Mela põe as cidades de *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba*[157].

A significação «porto-estuário» é confirmada por Estrabão ainda, ao dizer:

«Os habitantes, que conheciam a natureza do país, e sabiam que os estuários podem ser proveitosos como os rios, *fundaram nos estuários* cidades e outros estabelecimentos, da mesma forma que nos rios. Essas cidades são Asta, Nabrissa, *Onoba*, *Sonoba*, *Mainoba* e algumas outras...» [158].

Em *Onoba*, «o estuário», suprimido o *o* locativo, fica-nos o tema *NoBa*[159]. Devem aproximar-se dele os nomes de *Nabia* e semelhantes [160] e *Naebis* [161], frequentes na Lusitânia do Norte e em que talvez esteja a origem do nome do nosso Rio Neiva, como em *Nouion* (ou *Nabion*?) pode estar a do nome do Rio Nabão [162], que banha Tomar. Na Grã-Bretanha Ptolomeu falava das bocas dos rios *Nauaios* e *Nabais* [163]. *Nabar*, rio da Numídia [164] manifesta a mesma

---

[157] MELA, *op. cit.*, loc. cit. A identificação de Ossónoba com Estômbar (junto do rio de Portimão hoje, após o assoreamento das margens do Algarve e sobretudo dos estuários), já foi feita por GASPAR BARREIROS (1574), PERPINHÃO, PADILHA, CEDRO FAYON, D. RODRIGO DA CUNHA (1577-1643), JORGE CARDOSO (1606-1669), segundo informa o ilustre Arqueólogo ABEL VIANA *(Ossónoba — O problema da sua localização* in «Revista de Guimarães», vol. LXII, pág. 250), que se insurge contra essa localização, dizendo-a absurda. No entanto, Estômbar, hoje freguesia do concelho de Lagoa (vestígio toponímico de assoreamento posterior), de cuja sede dista 4 km., estava ainda situada no «ager Cuneus», porque ficava na margem esquerda do rio em questão, num largo estuário, conforme se pode fàcilmente deduzir de um mapa orográfico.

[158] ESTRABÃO, *loc. cit.* Assim como *Onoba* significa apenas «porto (estuário)« e *Sonoba* (Stronoba) «porto de (O)STR», o nome da cidade de *Mainoba* significa «porto da lã», sentido explicado pela designação *Mainake*, conservada em AVIENO *(Maenace*, op. cit., vv. 427, 431, pág. 70), SCIMNO, 147, citando EFORO, e ESTRABÃO, 156, cit. in SCHULTEN, *Fontes*, I, pág. 113. Com efeito a parte final desta palavra, *nake*, *νάκη*, significa «lã» (I. PEREIRA, *Dic.*, pág. 372), sentido que convém a uma zona produtora e exportadora de lã, segundo expressamente dizem AVIENO (vv. 218-222, pág. 64) e ESTRABÃO *(op. cit.*, liv. III, cap. II, 6, pág. 53 — 144C.).

[159] Cf. P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *Potamonímia - VIII - Nava*, «Rev. de Portugal», vol. VII, n.º 34, págs. 188 e segs. Relaciona o tema *NaV* com *navis* latino. Sabido que B e V(U) são equivalentes ou se confundem (não havia em latim quem escrevesse *Bia Appia*, etc.?), pode sustentar-se o mesmo para a raiz indígena *NaB* ou *NoB*, dado o parentesco, frequentemente manifestado, da língua local e do latim.

[160] PTOLOMEU dá as formas *Nebios* nos Calaicos Brácaros, *Νήβιος*; *Nabios*, no Magnus Portus dos Lucenses: *Ναβίου ποτ. ἐκβολαί* (liv. II, cap. VI, pág. 42, 38C.), e no promontório Artabro *Nouion*, *Νοούιον (ibid.*, pág. 43, 40C.). *Nabia* parece ser elemento da palavra com que é designado o deus bracarense *Tongoe*nabia*gus*, segundo LEITE DE VASCONCELOS, *op.. cit.*, II, págs. 239 e segs. (Cf. *Historia de España*, dirigida por R. MENENDEZ PIDAL, II, España Romana, pág. 441 e nota 15). *Navia* é nas epígrafes a forma lucense do termo bracarense *(ibid.*, e nota 16).

[161] MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, pág. 247. Cf. PTOLOMEU, *ibid.*

[162] Cf. vários topónimos relacionados com este tema em P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *op. cit.*, passim. V. *supra*, nota 160.

[163] PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. III, pág. 35 (32C.): *Ναναίου ποτ. ἐκβολα Νοουίον ποτ. ἐκβ.*

[164] MELA, *op. cit.*, liv. I, cap. VI, págs. 39-40.

raiz vocabular, acrescida na parte final da palavra, de outra raiz — *Ara*, de que falaremos ([165]); bem como talvez *Nabrissa*, na Andaluzia, um estuário ([166]).

Quem não verá na extensão destes nomes a indicação de que os Ocidentais, os Atlantes, criaram novas pátrias e se expandiram como diz Platão?

Com estes elementos, tratemos de investigar o significado da raiz *STR* do tema *Ostr*, que encontramos em *Oestrymnis*, cujo sentido afinal buscámos.

Para tanto, temos, porém, de demonstrar a autonomia da parte final, como tema de uma palavra composta. Em *Oestrymnis* ([167]), *Oestrymnici* ([168]) e *Oestrumnides* ([169]), formas dadas por Avieno, retirando-se o tema *Ostr*, o *y* grego ou o correspondente *u* latino ([170]), que representa o *o* plástico ou de ligação já nosso conhecido, e afastando-se também as desinências, fica-nos um elemento, de que fácil é determinar o radical, *MNi*.

Onde encontrar esta raiz com autonomia completa? Ocorre-nos imediatamente a referência de Ptolomeu: «Bocas do rio *Minios*» ([171]); é patente a raiz *MiNi*, evidentemente a mesma.

Procuremos, seguindo o nosso método, precisar o sentido desta raiz.

O rio Minho tem, diz Estrabão, o nome de *Bainis*, e acrescenta: «por outros chamado *Minios*» ([172]). Aquele nome, no genitivo (*Bainidis*, lat., *Bainidos*, gr.) e em outros casos, evocaria o nome de *Bande*, que achamos na lápide do Castelo da Vila da Feira ([173]) e ainda hoje é topónimo galego, não muito longe do rio Minho. Apiano dá-nos porém outra forma: *Baitis* ([174]), equivalente ao Betis, Guadalquivir, como quer Schulten ([175]), e serviria para comprovar a colonização atlântida da Andaluzia. Ignoramos qual das duas formas preferir.

Em todo o caso ficamos a saber que o verdadeiro nome do Minho não era

---

([165]) V. *infra*, notas 178 e segs.

([166]) Cf. nota 158. Se a terminação *Issa* for de destacar (o tema *SS* ou *STR*?). *Asta* (nota cit.) é também um estuário (cf. o latim *aestus*).

([167]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 91 e 154, págs. 60 e 62.

([168]) *Op. cit.*, vv. 95 e 155, págs. 60 e 62: *Oestrimnicae*, v. 130, pág. 61.

([169]) *Op. cit.*, vv. 96 e 113, pág. 60.

([170]) O *y* e o *z* só foram introduzidos no alfabeto romano nos últimos tempos da República (R. BLOCH, *op. cit.*, pág. 17).

([171]) *Μίνιν ποτ. ἐκβ.* PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, pág. 42 (38C.).

([172]) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 4, pág. 63 (153C.): *Βαῖνις* (*οἱ δὲ Μινιόν Φασι*).

([173]) Nessa lápide lemos:

BANDE · VEL
VGO · TOIR
AECO · L · LAT
*II*VS · BLAES
*II*S · VLAS

Cremos que *Bande* e *Lugo* são nomes que se relacionam, ao menos na forma com os topónimos actuais.

Por ali andou um brácaro, conforme se vê de outra epígrafe do mesmo castelo: cf. L. VASCONCELOS, *op. cit.*, t. III, pág. 612.

([174]) APIANO, *Iber.*, 73-75, tic. SCHULTEN, *Fontes*, VI, pág. 205. Texto in *id.*, IV, págs. 135-136.

([175]) *Ibid.*

Minios ou *Minius* ([176]), embora depois, por influência romana, assim ficasse crismado definitivamente, como parece depreender-se de Estrabão e Apiano, falando das campanhas de Bruto o Calaico, as quais aí tiveram seu limite norte ([717]).

Ora, na foz do rio, havia um promontório, correspondente ao actual Monte de Santa Tecla, na Galiza, fronteiro a Caminha, e sobre o qual fica uma citânia, hoje exumada.

O promontório é o *Araui* ([178]). O castro ou citânia a «ciuitas *Arauorum*» ([179]).

No nome *Araui* temos dois elementos associados mas distintos.

O primeiro é *Ara*. Repete-se, como elemento associado a outro mas autónomo, em *Arabriga*, cidade da Lusitânia ([180]). Sendo *Briga*, — também representada por *brica* ([181]), *brega* ([182]), *bris*, — *brigis* ([183]), e *brix*, — cis ([184]), — — um elemento que significa «fortaleza» ou «cidade» ou até «castro» ([185]), há possibilidade de separar o elemento *Ara*, que por sinal aparece assim mesmo, sem mais nada, na toponímia lusitana, em «Ad Septem *Aras*» ([186]) e «*Ara Sesti*» ([187]), com o evidente sentido de «elevação» ou «montanha», que tem também em latim ([188]). Manifesta-o *Bracara*, palavra explicada pelo topónimo africano, referido por Plínio, próximo de Azamor, portanto na zona atlântida, «mons *Braca*», equivalente de *Braca* ÷ *Ara*: *Bracara*, com assimilação dos dois *aa* intermédios. «Braca» *(BRaCa)* parece ter o radical de «brica», etc. *Bracara* seria assim «o monte da cidade», «da fortaleza» ou «do castro» ([189]).

([176]) MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. I, págs. 247-248. PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXXIV, pág. 47.

([177]) ESTRABÃO, *loc. cit.*, APIANO, *loc. cit.*

([178]) AVIENO, *op. cit.*, v. 172: *Arui(i)*, pág. 62; v. 160 (forma helenizante): *Aryium*, ibid. PTOLOMEU, *loc. cit.*, menciona *Oryion*, *ὀρύιον ἄκρον*, um promontório dos Calaicos Lucenses; forma que se interpreta: *O(A)R(A)UI(on)*. HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum, Inscriptiones Hispaniae Latinae*, dá-nos formas menos corruptas: *Araui*, 760; *Araus*, 1017; *Airaus*, 502. Trata-se, de *ARA+AUI*.

([179]) HUBNER, *op. cit.*, 429.

([180]) *Op. cit.*: *Arabrigenses*, 760; *Arabrigensis*, 967. PTOLOMEU, liv. II, cap. V, pág. 41: *Ἀρά βριγα*.

([181]) V. g. «Conim*brica*, v. *supra* e nota 19.

([182]) AULO HÍRCIO, «*Continuação dos Comentários de Júlio César*», *De Bello Alexandrino*, cap. XLVIII (ed. Santarén, Valladolid, 1941, pág. 56).

([183]) V. *infra* notas 254 e 255.

([184]) PTOLOMEU, *ibid.*, pág. 40 (37C.), apresenta a forma *Καιτόβριξ*, *Kaitobrix*, cidade dos Turdetanos da Lusitânia.

([185]) As localidades, a que o termo é aplicado, são dessa natureza.

([186]) ANTONINO, *op. cit.*, pág. 20, 4.ª mansão do «iter ab Olisipone Emeritam» e 6.ª de «alio itinere» entre as duas cidades.

([187]) CASIMIRO TORRES, *El culto al emperador en Galicia*, in «Cuadernos de Estudios Gallegos», XXII, Santiago de Compostela, 1952, págs. 198 e segs., ocupa-se largamente deste topónimo, inferindo dele argumento para o culto ao Imperador na Galécia por interpretá-lo como *altar*. No entanto a opinião de LUIS MONTEAGUDO, *Galicia en Ptolomeu*, in «Cuadernos cit.», VIII, 1947, pág. 633, é de que se deve interpretar por *escolho* a palavra *ara* como na Eneida (I, 109). Ptolomeu dá, em vez de *ara*, *βομοί*, «altares», por traduzir de um suposto termo latino (PTOLOMEU, *ibid.*, pág. 42). Julgamos mais acertada a tese de MONTEAGUDO, em face do que dissemos no texto e notas anteriores.

([188]) L. MONTEAGUDO, *loc. cit.*, e BROU, *Lexicon*, cit., pág. 86.

([189]) PLÍNIO, *op. cit.*, citando POLÍBIO, que por ali fez uma expedição. Cf. CASERIEGO, *op. cit.*, pág. 62, que cita o liv. V, cap. IX-X. Na ed. que compulsei

Aui (ou *avi*), — segunda parte do termo que examinamos agora *(Araui)*, para determinar em última análise o sentido do *Minius*, onde há a raiz que inspira o tema da parte final de «Oestrymnis», — significa evidentemente «rio» ou pelo menos «água» (190), palavra possìvelmente da mesma remota origem, através de *aqua* em latim. Designa o nosso Rio Ave (191), o *Abos* de Ptolomeu, na Grã-Bretanha (192), o *Avo(na)* de que fala Tácito situando-o ali (193), e o rio *Aveus*, da Numídia, mencionado por Mela (194), que também indica um rio *Via* (Avia) na Galiza, que deve estar nas mesmas condições (195). Donde: *Ara-aui* ou *Araui* é o «monte do rio» ou «da água», ou talvez antes: «as águas (junto) do monte», o que traduz por outra imagem a ideia de promontório.

Esta palavra *Aui*, cujo sentido, acima indicado, vamos confirmar, do mesmo passo que investigamos o assunto que nos oçupa, ajudar-nos-á a fixar o sigüificado de *Minius*.

Efectivamente, lê-se em Plínio, ao referir-se à região coimbrã, a seguinte expressão (196):

«*Oppidum et flumen* Aeminium».

Ptolomeu dá-nos a forma grega correspondente, em *Aiminios* ou *Aiminion* (197).

O leitor já descobriu, sem dúvida, neste topónimo os dois elementos que o compõem: *A(u)i* ou, à latina, *A(u)e;* e *Mini(um)*. Que significam estes elementos? Responde o próprio Mela: o primeiro significa *flumen*, isto é, «rio»; e o segundo significa *oppidum*, isto é, «fortaleza» ou «cidade fortificada», «ópido»...

Este sentido convém perfeitamente à cidade que era banhada pelo Mondego, *Monda* (198) ou *Munda* (199), — e não por qualquer rio chamado *Aiminios* — à actual Coimbra: «a cidade (ópido) do rio».

Da mesma forma se justifica a atribuição do nome *Minius* ao rio *Bainis*

---

li *mons Barce* no cap. I do mesmo livro. PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. V, pág. 42, chama aos Brácaros ΒΡΑΙΚΑΡΙΩΝ, *Braikarion*, forma em que já vemos o *i* de *brica*, etc.

(190) P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *Potamonímia IV-Ave*, in «Rev. de Portugal», vol. V, n.º 24, Set.º de 1944, págs. 272 e segs., e AA. aí citados.

(191) PTOLOMEU, *loc. cit.*, dá a forma *Ayi(on)*, em Ἄϋιον ποτ. ἐκβ. MELA, *ibid.*, pág. 247, *Avo (-nis)*. É interessante que em ESTRABÃO e PLÍNIO não encontramos referência a este nome. Donde parece lícito inferir que era um nome comum, «rio», e que o do Ave era outro, generalizando-se porém o nome comum tomado como topónimo. Cf. P. A. R. DA CUNHA, *ibid.*

(192) PTOLOMEU, liv. II,cap. III, pág. 36 (33C.). Ἄβον ποτ. ἐκβ.

(193) TÁCITO, *Anais*, liv. XII, cap. XXXI (ed. Garnier, Paris, 1947, Tacite-Annales, t. II, por BURNOUF-BORNECQUE, pág. 85).

(194) MELA, *op. cit.*, liv. I, cap. VI. pág. 39.

(195) *Op. cit.*, liv. III, cap. I, pág. 248, nota 47.

(196) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXXV, pág. 48.

(197) PTOLOMEU, *ibid.*, pág. 41 (37C.).

(198) MELA, liv. I, cap. I, pág. 247. PTOLOMEU, *ibid.*, pág. 41 (37C.). Μόνδα ποτ. ἐκβ.

(199) PAULO OROSIO, *Histórias contra os Pagãos*, liv. VI, cap. XVI, 6, in SCHULTEN, *Fontes*, V, 1940, pág. 152. A 5.ª mansão do 2.º caminho («alio itinere») de Lisboa a Mérida, segundo ANTONINO, *op. cit.*, pág. 26, era *Mundo*briga(m).

ou *Baitis*, o Minho de hoje ,por virtude do castro ou cidade fortificada que tinha à sua entrada, sobre o promontório ou *araui* que ali há (Santa Tecla).

Mas é de alargar ainda mais o significado do termo.

A serra da Estrela era chamada *Herminius* ([200]). Retirado o *h* inicial, (visìvelmente inspirado em «Hermes», etc.), e a desinência final, temos um tema já nosso conhecido, *MiNi*, precedido de outro: *eR*, que se relaciona manifestamente com *aRa*. Donde *Ara-Mini* será a «cidade da» ou «das montanhas»; ou melhor, por se tratar de vasta região, «país das montanhas», que lhe convém perfeitamente.

O sentido de país-nação, isto é, *Civitas*, «cividade» ([201]), é o que se ajusta precisamente ao tema *MNi* de *Oestrymnis*.

A raiz em causa, *MINI* ou *MNI*, assemelha-se portanto, quer na forma quer no sentido, a *mœnia*, em latim ([202]).

Com ela se relacionam certamente o nome *Minius*, de uma família romana da Campânia ([203]); talvez o próprio termo comum latino *minium* ([204]); o potamónimo ([205]) *Ariminus* ([206]), designação do rio que desce das montanhas onde nasce também o rio *Arnus*, mencionado atrás ([207]), e que desagua no Adriático, junto da cidade de *Ariminium*, a bem conhecida Rimini que Dante celebrou, e seria assim «a cidade da montanha»: *Ara* — ou *Ari* + *Mini*, forma visìvelmente afim do nosso *Herminius*, que também pode ser relacionada com *Arménia*, pois os Iberos ocidentais, diz Estrabão, chegaram ao Cáucaso... ([208]).

Platão, como se vê, não está desmentido quando afirma, por boca de Crítias e Sólon, a expansão dos Atlantes pelo Norte do Mediterrâneo...

Também é patente, seja dito de passagem, que só por desconhecimento da língua indígena do Ocidente peninsular se pode pensar que os antigos confundiram a localização de certos nomes geográficos dos nossos Avós remontíssimos...

De tudo isto resulta que *Oestrymnis* (e as formas correspondentes) é a transcrição helenística *(oistros+y+mnis)* de *(O)STR-MINI*.

Resta determinar agora o significado da raiz *STR*.

Dado que, segundo se vai verificando e melhor depois será manifesto ([209]), *Oestrymnis* tem a localização e a expansão da Atlântida de Platão, parece de boa lógica atribuir-lhe o mesmo significado do «Campo Elíseo», que nesta zona ocidental da Península Homero colocou, ou seja «o país do Céu», designação idêntica ao «Celeste Império dos Chineses». Sendo assim, a raiz *STR* deve exprimir algo de celeste. Permito-me relacioná-la com o latim *astrum*.

«País dos Astros», ou «Pátria dos Astros» é um bom sinónimo para *Oes-*

([200]) DIÃO CÁSSIO, XXXVII, 52-53, in SCHULTEN, *Fontes*, cit., pág. 12.

([201]) ALBERTO SAMPAIO, o nosso insuperável mestre das instituições primitivas, usava este termo, que exprime cidadania e tribo a um tempo.

([202]) BROU, *Dic. cit.*, pág. 863.

([203]) BROU, *Dic.*, pág. 852.

([204]) *Ibid.* Significa o vermelhão ou cinábrio.

([205]) Sobre este termo v. P. ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA, *Potamonimia*, I, in «Rev. de Portugal», vol. V, n.° 21, pág. 43.

([206]) BROU, *Dic. cit.*, pág. 93.

([207]) V. *supra*, nota 96.

([208]) V. *supra*, notas 102 e 103.

([209]) V. *infra*, e notas 214 e segs.

trymnis, pois — não diz Avieno ([210]) que é o Ocidente a direcção para onde se acolhem ou veem os astros?

«... *Qua sideralis lucis inclinatio est...*».

O que nos leva a supor que signifique talvez «País do Ocidente». Assim se explicará o chamarem *Hespérides* e *Hespéria* os Gregos ao «País Ocidental» — de *hespera*, ἑσπέρα, «tarde», «ocidente» ([211]). Os sábios discutem se a Hespéria fica no Ocidente europeu, se na África do Noroeste... Fica na Atlântida, no conjunto de todas as terras dos *Oestrymnii*, ou Atlantes, pois aí é o *Ocidente* do mundo conhecido então, e portanto *Hespéria*.

Vejamos o que nos diz ainda Avieno em seu poema a este respeito. A nossos olhos abrir-se-á num clarão a luz de verdades enevoadas pelo tempo.

Um Povo de marinheiros

O poeta considerava o Cabo de Santa Maria, no Algarve. Descrito este; o adjacente golfo que o separa do Sacro Promontório ou Cabo de São Vicente; e as ilhas próximas, as *Oestrymnides* ou *Oestrumnides*—Avieno compraz-se nestas variações eruditas ([212]) —, o périplo relata a viagem de Himilcão para os Mares setentrionais, até à Irlanda, a Ilha Sacra, e à Grã-Bretanha, a Ilha *Albion* ou *Aluion* dos geógrafos e escritores mais antigos ([213]), comprovando assim a origem cartaginesa da informação de Avieno ([214]):

([210]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 201-202.

([211]) I. PEREIRA, *Dic.*, pág. 224. SCIMNO DE QUIO, in G. G. M., fala nos «Hespérios Aethiopes», pág. 200.

([212]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 96 e 113.

([213]) V. *supra*, nota 79. MARCIANO DE HERACLEIA, *op. cit.*, pág. 542: Ἀλβιων. PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. III, pág. 34: ΑΛΟΥΙΩΣ ,etc.

([214]) AVIENO, *op. cit.*, vv. 90-119 pág. 60:

Et prominentis hic iugi surgit caput,
Oestrymnin istud dixit aevum antiquius,
molesque celsa saxei fastigii
tota in tepentem vergit notum.
Sub huius autem prominentis vertice
sinus dehiscit incolis Oestrymnicus,
in quo insulae sese exerunt Oestrymnides,
laxe iacentes et metallo divites
stanni atque plumbi. Multa vis hic gentis est,
superbus animus, efficax solertia,
negotiandi cura iugis omnibus,
netisque cumbis turbidum late fretum
et beluosi gusgitem Oceani secant.
Non hi carinas quippe pinu texere
et acere norunt, non abiete, ut usus est,
curvant faselo(s), sed rei ad miraculum
navigia iunctis semper aptant pellibus
corioque vastum saepe percurrunt salum.
Ast hinc duobus in Sacram, sic insulam
dixere prisci, solibus cursus rati est.

«Ao pé vértice desse cabo
Vêem seus moradores abrir o Golfo *Oestrymnicus,*
No qual aparecem as Ilhas *Oestrymnides,*
Espaçadamente ([215]), ricas nos metais
De estanho e chumbo. Vive por aqui um Povo numeroso,
De altivo ânimo e engenho eficiente;
Ocupa toda esta gente constante negociar;
Ao longe os mares perturbam em múltiplos batéis,
E o pélago sulcam, povoado de monstros.
Eles não fazem de pinho suas naves,
Nem adoptam o bordo, nem, como é uso, o abeto
Recurvo, nos seus barcos, antes — coisa maravilhosa! —
— Aparelham sempre com unidos couros os navios,
E percorrem com frequência a vastidão salgada sobre essas peles.

Entretanto dois são daqui à *Sacra,* — assim tal ilha
Os antigos chamaram, — os sois necessários para a viagem marítima.
Esta repousa entre as ondas sua larga superfície,
E o Povo dos *Hierni* habita-a em larga extensão;
Logo perto se mostra a Ilha dos *Albiones.*

Aos confins das *Oestrumnides* os Tartéssios
Costumavam vir comerciar. De Cartago
Os colonos também, e as turbas que, próximo às de Hércules
Colunas, gravitam, chegavam a estas águas.

O cartaginês Himilcão, tais mares, apenas em quatro meses, —
— Segundo ele afirma haver experimentado,
Navegando, — afirma poder transpô-los».

Segue-se o relato da viagem de Himilcão ao Mar Tenebroso, de Sul a Norte, transpondo assim o Oceano. E logo, a confirmar a interpretação geográfica que adoptamos, de ser o Cabo de Santa Maria o *Oestrymnicus,* e as ilhas próximas

---

Haec inter undas multa caespitem iacet,
eamque late gens Hiernorum colit.
Propinqua rursus insula Albionum patet.
Tartesiisque in terminos Oestrumnidum
negotiandi mos erat. Carthaginis
etiam coloni et vulgus inter Herculis
agitans columnas haec adibant aequora.
Quae Himilco Poenus mensibus vix quattuor,
ut ipse semet re probasse re(t)tulit
enavigantem, posse transmitti adserit.

([215]) *Op. cit.*, v. 97, pág. 60: «laxe iacentes». JOSÉ RIUS Y SERRA, in *Fontes*, cit., I, traduz «yaciendo separadas». V. nota 226.

as *Oestrymnides*, prossegue Avieno, indicando outro roteiro, não ao Mar Tenebroso, mas ao Mar do Norte, ao Báltico, à gelada região dos Lígures ([216]):

«Se alguém daqui,
Das Ilhas *Oestrymnicae* o lenho ousar
Meter às ondas, chegando à região em que a Licaónide ([217])
Gela o ar, encontrará a terra dos lígures...»

As Ilhas *Oestrymnides* ou *Oestrymnicae* ficavam pois «aqui», ou seja, não longe do Cabo de Santa Maria. O que ainda pode ser confirmado pelo facto de os Tartéssios, confinantes, segundo o mesmo Avieno, com os Cinetas ou Cónios ([218]), virem comerciar até aos extremos das mesmas ilhas, isto é, até à parte que lhes ficava mais próxima.

Já Martins Sarmento advertiu o erro de se confundirem as Ilhas *Oestrymnides* ou *Oestrymnicæ* com a Ilha *Sacra* e a dos *Albiones* ([218a]). Não obstante, não se conformando com a letra do poema, e supondo-o eivado de erros, o mesmo autor e vários outros depois dele, que o repetem sem citar, aproximam quanto possível das Ilhas Britânicas as *Oestrymnides* ([219]).

Naqueles recuadíssimos tempos, a que se refere o périplo cartaginês aproveitado por Avieno, as simples ilhotas de hoje não estavam ainda tão reduzidas pela erosão marinha.

Serão elas as Cassitérides? Deixemos de lado esta difícil questão, dado que «ilhas do estanho *(cassiteros)*» ([220]) é designação que caberia a todas as ilhas donde se extraía o metal: portanto a todas as ilhas andaluzas, portuguesas, galegas, bretãs e do arquipélago britânico ([221]).

A Ilha *Sacra* ou *Ierna* era habitada dos *Hierni;* já sabemos que se trata da Irlanda, e que pensar destas designações ([222]).

A Ilha dos *Albiones* era a Grã-Bretanha. Marciano de Heracleia, num

---

([216]) *Op. cit.*, vv. 129-132, pág 61:

... Siquis dehinc
ab insulis Oestrymnicis lembum audeat
urgere in undas, axe qua Lycaonis
rigescit aethra, caespitem Ligurum subit...

([217]) Constelação boreal: BROU, *Dic.*, pág. 800.

([218]) *Op. cit.*, vv. 223-224, pág. 64.

([218a]) MARTINS SARMENTO, *op. cit.*, págs, 4 e segs., criticando a opinião de Müllenhoff.

([219]) Era opinião de ANTÓNIO BLÁZQUEZ, *Las Casiterides y el comercio del estaño en la antiguedad*, Madrid, 1915, que «as ilhas *Kassitérides* ou *Oestrymnides* fossem as de Santa Maria (sic), no Algarve». Pondo de lado a identificação das Cassitérides, problema que não nos interessa agora, diz A. GARCIA Y BELLIDO, art. *Protohistoria-Tartessós*, in *Historia de España*, de MENENDEZ PIDAL, I, 2.ª parte, págs. 549-550, que embora pouco provável esta opinião, não é desprovida de lógica, não indicando porém as razões da sua apreciação àquela tese, que damos segundo o seu resumo.

([220]) I. PEREIRA, *Dic.*, pág. 290.

([221]) V. *supra*, e AA. cits. na nota 219.

([222]) V. *supra*, e notas 72 a 96.

passo atrás citado ([223]), informa haver duas ilhas no Oceano Setentrional, as quais o vulgo chama Britânicas, mas de seu verdadeiro nome se apelidam uma *Hiuernia* e outra *Albion*, respectivamente a Irlanda e a Grã-Bretanha . Ptolomeu fala nas duas: *Iuernia* e *Aluios*, dando-lhes o nome comum de *Iuerniai* ([224]), o que indica a identidade étnica fundamental dos seus habitantes.

O leitor certamente já reparou na coincidência da geografia do périplo com a do *Timeu* de Platão. Ambos, depois de aludirem às Colunas de Hércules, mencionam a Grã-Bretanha e a Irlanda (Ilha da Atlântida), por forma a deixar algum equívoco no intérprete, levado a crer que estas ilhas ficam ao pé do Estreito de Gibraltar...

Platão emprega, na verdade, a preposição grega *pró*, πρὸ, que tanto significa «diante de» como «para além» *(adiante de)* ([225]). Avieno, usando o termo *hic*, lançou a confusão nos seus comentadores, que interpretaram: «aqui, nas Colunas de Hércules» e não «aqui, no Golfo (ou Oceano) Atlântico», como ele quer dizer ([226]).

Não podemos deixar de alegrar-nos com a concordância das duas fontes: Platão e Avieno. Ela dá-nos a segurança de que trilhamos bom caminho.

Mas, se podemos salvar os textos mais antigos, e portanto mais autorizados, do erro que os seus comentadores lhes atribuem, já o mesmo não acontece para com textos posteriores.

É assim que lemos em Tácito ,a propósito da Península Ibérica, que ficava próxima das Ilhas Britânicas ([227]), e em Avieno, aludindo à Península também, a mesma afirmação expressa noutro seu poema didático onde reune testemunhos mais recentes do que na *Ora Maritima: «Arva... vicina Britannis»* ([228]). E deste erro do outro poema de Avieno, *Descriptio Orbis Terrae*, se vê como foi fiel ao texto do antigo périplo, não merecendo portanto a maior parte das críticas que se fazem à sua geografia ([229]).

O erro, porém, demonstra as intensas relações e profundas afinidades dos Povos da mesma estirpe, os Atlantes-*Oestrymnii*. Basta lembrar, além do mais,

---

([223]) V. *supra*, notas 79 e 213.

([224]) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. II, cap. II, pág. 33 (31C.): «... Ἰουερνίας ...».

([225]) V. *supra* e nota 8.

([226]) MARTINS SARMENTO, o mais lúcido comentador geográfico de *Ora Maritima* dentro da tese clássica de haver grandes erros e interpolações no poema, tese a que deu uma estrutura lógica que lhe faltava, baseia-se na primeira interpretação para defender que AVIENO caiu num lapso grosseiro, que deve ser corrigido. Por isso M. SARMENTO para os Mares setentrionais as notícias do velho périplo cartaginês, e as Colunas de Hércules para o Mar da Mancha *(op. cit.*, págs. 1 e segs). Funda-se, entre outros argumentos, na sua interpretação da expressão *laxe iacentes* de AVIENO (v. 97, pág. 60), aplicada às *Oestrymnides*, como exprimindo a larga extensão ocupada por estas ilhas, o que só poderia afirmar-se da Grã-Bretanha e Irlanda (pág. 5). Já vimos no entanto como conciliar a letra do poema com a verdade, interpretando por outro modo aquela expressão (*supra*, e nota 215).

([227]) e ([228]) RUFO FESTO AVIENO *Descriptio Orbis Terrae*, v. 418, (Rufus Festus Avienus, *Description de la Terre-Les régions maritimes-Phénomènes et pronostics d'Amatus et pièces diverses*, trad. por E. DESPOIS e ÉD. SAVIOT, Paris, 1843: notas).

([225]) *Idem, idem.*

([229]) SCHULTEN prodigaliza os epítetos de «ignorante» e «inepto», a Avieno.

que os *Albiones*, que povoavam a Grã-Bretanha, constituiam um dos Povos, tribos ou cividades da Lusitânia galaica ([230]).

Os *Oestrymnii* estavam, conforme acima dissemos, na Bretanha francesa ([231]), como no Ocidente da Península.

Só um Povo navegador podia alongar-se a tão largas viagens. Avieno frisa o carácter marítimo e navegador das gentes de *Oestrymnis*, contando, — — pormenor da máxima importância, — que eles faziam navegação de mar-alto em considerável escala, metidos em navios de couro. Achava o romano isto «coisa maravilhosa». Mas nos nossos tempos, que inventaram os barcos de borracha, com que não poucas vidas se têm salvado no alto mar, não podemos estranhar isto. Adaptando-se às vagas, nunca se voltavam por isso as embarcações daqueles remotos tempos, esquecidas depois por Gregos e Romanos.

Ora Estrabão conta dos Lusitanos que «anteriormente à expedição de Bruto estes Povos não se serviam senão de *barcos de couro*» ([232]).

Persistia portanto aqui a antiga usança *oestrymnica*.

Nestas naves de couro se haviam feito às ondas os antepassados dos Lusitanos. Chegaram por isso às mais remotas paragens, segundo se depreende do périplo que Avieno seguiu, pois claramente inculca as viagens dos *Oestrymnii* às Ilhas Britânicas e ao Norte lígure no passo transcrito, mas ainda de Plínio, que diz ([233]):

«A última de todas as ilhas, de que se fala, é a de *Thula*, onde, conforme dissemos, não há noite durante o solstício todo, em que o signo de Câncer passa pelo sol, não sendo porém completamente dia por causa do nevoeiro. Isto acontece na verdade seis meses a fio, segundo se calcula. O historiador Timeu diz que, saindo da Britânia, se chegará em seis dias de navegação à Ilha *Mictis*, donde vem o chumbo branco (estanho). Até ela navegam com efeito os Britanos em *navios tecidos de unidos couros*».

Estes eram também dos ousados *Oestrymnii*...

Se chegavam a tão remotas paragens os Britanos (melhor talvez, os Pictos e os Scotos), irmãos dos Lusitanos na origem e nos costumes navais, que muito que, de ilha em ilha, alcançassem o continente que está do outro lado do mar, diz Platão?

Plínio parece até informar em outro passo que, buscando estanho, os marinheiros atlânticos seguiam de ilha em ilha nessas *embarcações de couro*, sem

---

([230]) PLÍNIO, liv. IV, cap. CXI, cit. em SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 198, n.º 3.

([231]) V. *supra* e notas 134 e segs.

([232]) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, 7, pág. 66 (155C.). Cf. GABRIEL PEREIRA, *Descrição da Península Ibérica — Livro 3.º da Geografia de Strabão* (1.ª parte, versão de...), Évora, 1878, pág. 31.

([233]) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. IV, cap. XXX, págs. 43-44: «Ultima omnium [*sc.* insularum] quae memorantur Thulae: in qua solstitio nullas esse noctes indicavimus, Cancri signum sole transeunte, nullosque per brumam dies. Hoc quidam senis mensibus continuis fieri arbitrantur. Timaeus historicus a Britannia introrsus sex dierum navigatione abesse dicit insulam Mictim, in qua candidum plumbum proveniat. Ad eam Britannos vitilibus navigiis corio circumsutis navigare».

limite ao seu rumar ousado (234). E Solino menciona essas viagens em barcos de couro (235).

O périplo de Himilcão, conservado por Avieno, diz-nos que os *Oestrymnii*, eram esses nautas audazes, entre os quais Estrabão e Plínio contam os Lusitanos e os Britanos.

Não admira por isso que chegassem à América, e que de lá viessem outras gentes visitá-los... ou persegui-los. Quer um erudito espanhol que fossem índios americanos ou grunelandeses os homens de raça desconhecida que chegaram em 60 a.C. às costas da Germânia, segundo Plínio e Mela (236). Refere o mesmo autor a respeito, que Wallace, na sua *História das Orcades*, conta haverem chegado às ilhas deste nome uns selvagens da Grunelanda ou América do Norte, no século XVII, guardando-se ainda no seu tempo a canoa de couro, que os tinha trazido, numa das ilhas, na igreja de Burn (237); e que Bembo, na sua *Historia de Veneza*, diz que foram recolhidos alguns índios americanos por um navio francês, junto da Inglaterra, no Mar do Norte (238).

Posto isto, e com vénia ao leitor para tão extensas divagações e transcrições, continuemos a leitura de Avieno, que nos vai perfeitamente situar o núcleo original do Povo da Atlântida, ou Atlantes, que ele chama *Oestrymnii*, embora lhes dê também outra designação.

(Continua)

---

(234) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. XXXIV, cap. CLVI, cit. in SCHULEN, *Tartessos*, pág. 193, nota 2: «Graecis appellatum cassiterum fabuloseque narratum in insulas Atlantici maris peti vitilibusque navigiis et circumsutis corio advehi».

(235) SOLINO, pág. 113, ed. Mommsen, cit. *ibid.*

(236) PLÍNIO, *op. cit.*, liv. II, cap. LXVII e MELA, *op. cit.*, liv. III, cap. V; segundo J. E. CASARIEGO, *Los gr. périplos*, pág. 87.

(237) WALLACE, *Historia das Orcades*, cit. *ibid.*, nota 1.

(238) BEMBO, *Historia de Veneza*, liv. VII, cit. *ibid.*

Antologia de Poetas

ALBERTO DE SERPA:

Alberto de Serpa é, desde os tempos da «Presença», um dos mais conhecidos e representativos valores da moderna poesia portuguesa. A sua obra, que hoje em dia é já muito vasta, caracteriza-se por um lirismo, uma intimidade próprio do homem com os homens e um sabor saudosista que o definem como poeta de profundas raízes nacionais, marcadas, embora, por uma certa liberdade ao sabor moderno.

É, como vários outros poetas que figuram nesta antologia, da geração da «Presença», seguramente a mais influente e doutrinadora geração deste meio-século artístico em Portugal, que firmou em bases concretas e regrou o impulso violento e um tanto desorientado dos percursores.

Alberto de Serpa foi secretário da «Presença» e da sua como que sequência, a «Revista de Portugal». Na orientação e na colaboração dessas duas revistas firmou definitivamente a sua carreira poética, o que as últimas obras, aliás, apenas vieram confirmar.

Como ensaiasta e divulgador conta, também, apreciável obra em que se deve distinguir a a ntologia «Poesia de Amor» feita de colaboração com José Régio, a antologia de «As melhores poesias brasileiras» e o ensaio «Vida, poesia e males de António Nobre».

Os laços culturais e de amizade luso-brasileiros também lhe devem substancial colaboração, representada por sábio e autorizado intercâmbio. Alberto de Serpa foi um dos representantes portugueses ao I Congresso de Poesia em Segóvia, Espanha, realizado em 1952.

Nasceu no ano de 1906 na cidade do Porto e ali reside e trabalha como profissional de seguros.

BIBLIOGRAFIA:

Poesia — «Quadras», versos, 1924; «Evoé», versos, 1924; «Varanda», poemas, 1934; «Descrição», poemas, 1934; «Vinte poemas da noite», 1935; «A vida é o dia de hoje», poemas, 1939; «Drama», (Poemas da paz e da guerra), 1940; «Lisboa é longe», poemas, 1940; «Fonte», poema, 1943; «Poesia», (Varanda, Descrição, Vinte poemas da noite, A vida é o dia de hoje, Drama, Lisboa é longe, Fonte), 1944; «Nocturnos», poemas, 1944; «Rua», poemas, 1945; «Poemas de Oporto» (Antologia), 1947; «Retrato e lição de Gomes Leal», poemas, 1948; «Pregão», poema, 1952; «Almanaque de lembranças luso-brasileiro», poemas, 1952.

Os volumes «Nocturnos» e «Poemas de Oporto» foram editados, respectivamente em Barcelona e Madrid.

Ficção — «Saudade do Mar», novela, 1923.

Ensaio — «Vida, poesia e males de António Nobre», 1950.

Antologias — «As melhores poesias brasileiras», 1944; «Poesia de Amor», de colaboração com José Régio, 1944.

Vária — «Poetas... Poetas...», 1952.

Abraço ao Carlos Queiroz

Por um dia de sol
de Coimbra, dos tais
que em nossos braços deixam a Poesia,
— num desafio de futebol,
desconhecidos, batemo-nos rivais
com galhardia.

Logo que terminou a luta valorosa
e sentimos comum a qualidade
de Poetas,
— a tarde era uma rosa
a abrir-se toda à nossa mocidade... —
soltámos da alma as fontes mais secretas.
Enquanto — quantas horas! — passeámos,
trocámos iguais sonhos de ideal
mais alto do que as núvens no céu, raras.
Ai, que digam os ramos
ondulantes dos choupos do Choupal,
e do Mondego as idas águas claras!

Num abraço a Poesia nos juntou;
tão vivo e grande e forte se manteve,
tal o sol dessa tarde pelo espaço,
— mesmo sendo eu a sombra que hoje sou
e tendo vindo a Morte breve
buscar-te noutro abraço!

Lembrança de Fernando Pessoa

Algumas vezes fui, com nosso António Botto,
de romagem, a ver-te ao Martinho da Arcada.
Há quantos anos? — Ai, há que tempo remoto!
Vinte e tal anos. Vinte e tal... — oh, quase nada!

Estavas certo ali, quase todos os dias,
em frente dum veneno, — alheado, tristonho.
Mas brilhava-te o olhar, se acaso recebias
um ou outro dos teus companheiros de sonho.

Eras, então, apenas um correspondente
de inglês e de francês em vários escritórios.
Anónimo, cruzavas desvairada, a gente.
Alguns teus versos só, «de louco», eram notórios.

Poucos sabiam bem quem eras, quem mais tarde
serias. Eu, porém, conhecera-te logo,
sentindo o lume vivo que em teus versos arde,
prevendo da tua Obra o longo, eterno fogo.

Recebeste, — bem vi —, com oculto alvoroço,
o entusiasmo fácil, vibrante, exaltado,
dum poeta provinciano, ingénuo, moço,
que se via feliz por estar a teu lado.

Poucas palavras davas. O teu tronco, as pernas,
as mãos, os olhos, mais que as palavras, diziam,
a quem te procurava, essas lutas internas
em que teus seres múltiplos se debatiam.

Deixava-te, febril, raivoso, insatisfeito;
corria para o quarto, e, tempos infinitos,
tentava desvendar teu cérebro, teu peito,
nos teus versos que lia com furor, aos gritos.

E hoje que todos te conhecem, imortal,
e teu nome anda aí rasgado, qual bandeira,
és para mim, ainda, o enigma que afinal
sempre será toda a Poesia verdadeira.

Despedida de Francisco Bugalho

Fomos os mais fiéis e antigos camaradas,
com quantas vias longas, lado a lado, andadas!

Quando a morte bateu à tua porta o alarme,
vieste junto a mim despedir-te e abraçar-me.

As searas, deixaste-as lá longe, a ondular,
pelo mar que os leceiros à noite vão ceifar.

Em frente dele, — ia o sol já na despedida —,
nós falámos da Morte, nós falámos da Vida.

Quando partis-te, — o céu de estrelas recoberto —,
perguntei: — «Até quando?» — «Até um dia, Alberto!»

Nunca mais, Xico. Quando a Morte me dê a mão,
não será teu caminho que eu seguirei, não.

Tu foste bom, humano, justo, casto, santo.
Confirma-o a pureza nova do teu canto.

ADOLFO CASAIS MONTEIRO:

Adolfo Casais Monteiro é, provàvelmente, um dos mais conhecidos nomes da moderna literatura portuguesa, quer em terras de Portugal quer no estrangeiro. Da geração da «Presença» que deu um sentido novo ao modernismo dos percursores e que revelou alguns dos maiores valores artísticos actuais como já foi afirmado, Casais Manteiro é, como quase todos os que se lançaram através daquela revista, primeiramente um intelectual mas a quem dirige um profundo humanismo, em qualquer dos habituais sentidos da palavra. Múltiplo nas suas actividades literárias, da poesia ao romance, passando pelo ensaio, é na poesia que encontrou a sua melhor maneira de expressão, o seu mais completo veículo de comunicação.

Casais Monteiro nasceu na cidade do Porto, a 4 de Julho de 1908, licenciando-se aí na extinta Faculdade de Letras em Ciências Históricas e Filosóficas. Fez o seu exame de Estado, ficando habilitado ao professorado do ensino secundário, em 1933, em Coimbra. No entanto só exerceu actividades docentes durante o curto período de dois anos. De então para cá orientou as suas actividades no sentido para-literário dirigindo publicações várias, páginas literárias na imprensa, e fazendo grande número de conhecidas traduções.

No entanto havia já iniciado anteriormente a sua carreira literária que tão conhecido o tornaria. O seu primeiro livro foi uma colectânea de poemas, intitulada «Confusão», publicado em 1929. Durante o decénio de 1930 a 1940 foi um dos três directores da revista «Presença» que, como é sobejamente conhecido, marca relevante época na história da literatura portuguesa de nossos dias. Durante os anos de 1946 e 1947 foi igualmente director do semanário «Mundo Literário», cujo valor e influência não foram ainda devidamente apreciados. Tem Adolfo Casais Monteiro, colaborado assiduamente, em grande número de revistas e jornais devendo destacar-se a sua actividade regular durante determinados períodos em «O Diabo» e na «Seara Nova», nas quais fez, durante anos a crítica teatral. Muito conhecido no Brasil, é, também, colaborador regular de imprensa daquele país.

A sua obra é já bastante volumosa, contando-se entre os seus trabalhos alguns dos livros que, nos últimos vinte anos, maior interesse despertaram em Portugal, particularmente o poema «Europa» que viu a luz da publicidade cerca de um ano após o final da última guerra mundial e em que o acento de fraternidade universal aliado a uma profunda compreensão do sentido trágico da vida, que os últimos anos haviam revolucionado, se aliaram para nos dar das melhores páginas da poética portuguesa.

BIBLIOGRAFIA:

Poesia — «Confusão», 1929; «Poemas do tempo incerto», 1934; «Sempre e sem fim», 1936. Estes três livros foram reunidos em grosso e luxuoso volume publicado mais tarde em 1945. «Canto da nossa agonia», 1942; «Noite aberta aos quatro ventos», 1943; «Europa», 1946; «Simples canções da terra», 1948. Destas suas obras poéticas existem traduções em italiano, francês, espanhol e servo-croata.

Estão igualmente anunciadas as publicações de duas antologias, uma em espanhol e outra em servo-croata.

Ensaio — «Considerações pessoais», 1933; «A poesia de Ribeiro Couto», 1935; «A poesia de Jules Supervielle» (2.ª ed. seguida de uma antalogia), 1945; «Sobre o romance contemporâneo», 1940;

«De pés fincados na terra», 1941; «Manuel Bandeira», 1944; «O romance e os seus problemas», 1950; «Fernando Pessoa e a crítica», 1952.

Romance — «Adolescentes», o seu único trabalho neste género, que foi publicado em 1945.

Diversos — Prefácio e notas das «Cartas inéditas de António Nobre», 1934; Prefácio e notas de «Cartas de Antero de Quental a A. de Azevedo Castelo Branco», 1942; Prefácio, selecção e notas de «Fernando Pessoa — poesia» (3.ª ed. no prelo).

Actualmente, Adolfo Casais Monteiro dirige uma nova edição da «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto, vertida para português moderno.

Confiteor

Ai mísero silêncio ! Paz armada
entre muralhas de raiva refervendo!

Já os sonhos morreram, e na fétida
calma enluarada da renúncia
pasce o cordeiro gentil da cobardia.

Clarins de aurora?
Silêncio prenhe de visões, outrora...

Prisão

Quis a vida inteira num momento
e naus da Índia que voltassem carregadas
antes de terem sequer saído a barra!
A vida aberta e nua nos meus braços
como um cofre de segredo aberto sem ter chave.

Quis noites imortais — ó vida inteira! —
e só, roubadas à inveja dos relógios,
batiam horas fugazes, e fugiam...

Amor e trevas

Falta sempre dizer
o que vem mais do fundo:
a palavra melhor
não se fez para ouvidos.

O coração desperto
em vão fica à escuta
— no ar pairam só azas.

Poema de Londres

Ao Alberto de Lacerda

Talvez, estrangeiro em qualquer parte,
fosse a minha pátria ser livre
no diverso perder-me em todo o mundo...

Talvez esta imagem me persiga
até ao fim, de ser nada em toda a parte,
para ser cada novo instante um estrangeiro
que não entende sequer a língua de si mesmo.

Talvez na vida valha só perdermos
a ganhar outro ser em cada coisa
— e saber algum dia ser ninguém, pousando
sobre a quimera das horas o sorriso
de quem tanto perdeu que nada é mais...

Mas a vida continua

Amo a carícia das coisas
sem ante-gosto de inferno
nem sonhos de paraízo!
Amo o que dás, vida eterna!
Amo o que existe, sem remorso.
Se sofro, vida, bem sei
que não mentia o teu sorriso:
puseram grades nas fontes
— mas a vida continua!

Primavera

I

Ai quantas primaveras são perdidas!
Mas das trevas ressurjo novamente
ao apelo do sol e das alturas.

O outro cantará todo o amargo
sabor do que foi sem ser vivido
— mentiras de cobarde que não soube
merecer os dons da vida sempre novos.

II

Renasça eu das cinzas tantas vezes
quantas o amor da vida mo consinta!

Renasça de entre os mortos a certeza
de nada ter sido vão nem derradeiro.

Renasça ao lume vivo despertada
a seiva congelada dos invernos.

Cantarei contente a desesperada
vitória que vencer a nova esperança.

Cantarei contente, mergulhando
na impassível noite que vem vindo.

E se nada mais vier? 'stará cumprido
o voto que eu fiz e fez a vida

de ir até ao fim, nela comigo!

ANTÔNIO MANUEL COUTO VIANA:

António Manuel Couto Viana nasceu em Viana do Castelo a 23 de Janeiro de 1923. Pertence a uma conhecida família onde o culto das artes é verdadeira lei. O ambiente familiar exerce nítida influência sobre o jovem que mais tarde será uma das reais sensações da modernísssima geração ao publicar o seu volume de poemas «O Avestruz Lírico». A sua poesia enfileira ao lado das modernas correntes subjectivas e tem a distingui-la da maioria dos jovens que neste país fazem poesia, um rebuscado apuramento formal que se acentua de obra para obra.

Viana do Castelo, Entre-Douro-e-Minho, marcaram-no poeta lírico e tão bem o souberam fazer que o seu segundo livro de poemas, «No sossego da hora» foi galardoado com o mais alto prémio nacional para a poesia lírica — o de «Antero de Quental», de 1949, atribuído pelo S. N. I.

No entanto, reside desde 1946 em Lisboa que, acrescente-se, pouca influência tem exercido na sua obra poética. Por outro lado ali pode dar curso e sentido ao seu profundo interesse pelo teatro. Vários dos teatros experimentais que Lisboa tem visto proliferar nos últimos anos, conheceram-no como autor, actor, encenador e cenógrafo. Actualmente faz parte da direcção do «Teatro de Ensaio». Mas, no palco, a sua fundamental realização foi sem dúvida o Teatro da Mocidade Portuguesa de que foi organizador e que hoje dirige proficientemente.

Todas as publicações da Mocidade Portuguesa conheceram a sua influência, a mais destacada de todas provàvelmente, no semanário infantil, agora suspenso, «Camarada» que dirige de parceria com o artista plástico Júlio Gil.

BIBLIOGRAFIA:

Poesia — «O Avestruz Lírico», poemas, 1948; «No sossego da hora», poemas, 1949; «O coração e a espada», poesias, 1952.

Teatro — «O caminho é por aqui», teatro, 1949; «Era uma vez um dragão», teatro, 1950; «O Auto das 3 costureiras», teatro, 1952.

Vária — «Em louvor do teatro infantil», conferência, 1951.

Signo

Anjos da Guarda dos operários,
Quando voltais da oficina,
Trazeis os músculos doridos;
Por isso, a voz dos campanários
Se some, fina, a cada esquina
Que leve aos braços proibidos.

Prendei, com força, aquelas mãos,
Não nas deixeis em nenhum gesto
De ódio incontido, dor amarga
— Buscam o amor dos seus irmãos,
Ardendo ao lume de um protesto?
Há outra estrada branca e larga.

Sei que a fadiga vos domina,
Mas dominai, por Deus!, o mal;
Tende o vigor que é da Verdade:
As vossas azas são de cima
— Só vós sabeis qual o sinal
Que pode unir a humanidade.

Luanda, 1-9-951

Tantos outros

Tantos outros por i, ao loiro e à loa
De amigo dedicado e mundo atento,
Ao rés dos mares — cafés desta Lisboa,
Quais lanchas anchas aguardando vento

Que as leve aos portos de Camões, Pessoa
— Pessoas de muitíssimo talento —,
Com suas vozes aprumando proa
A toda a sugestão de movimento,

A toda a sugestão de loa e loiro:
— «Depressa o bronze, que é mais duradoiro!
Depressa o pedestal, busto e legenda!

A vida passa breve e a glória foge!
As obras todas que fizemos hoje
Pode ser que o futuro as não entenda!»

Lisboa, 20-10-951

Quase romantismo

Ele era apenas uma criança,
Junto à amurada, olhando o mar.
Eu quis dizer-lhe: — «Tem confiança,
P'ra ti, a vida pode ser mansa.
Porque não fazes senão chorar?»

As mãos pequenas e matinais
Inda prendiam o lenço — adeus;
Seus lábios 'stavam inda no cais,
Beijando faces, soltando ais,
Seguindo trilhos que inda eram seus.

Se lhe falasse, não ouviria
Senão soluços, senão lamentos.
Não fora a água fria, tão fria,
Seu corpo, agora, onde estaria?
Cingido d'algas! Rasgado aos ventos!

— Poeta, sobre coisas de nada,
Que vidas vives! Que imaginar!
A eterna cena desesperada,
Só porque o viste, junto à amurada,
Silencioso, olhando o mar.

Atlântico, 11-9-951

ANTÓNIO PEDRO:

António Pedro que tem dividido as suas actividades pela literatura, pintura e pelo jornalismo é fundamentalmente um verdadeiro poeta, apesar de, ele próprio confessar que a pintura é hoje o seu mais completo meio de expressão.

Como pintor surrealista, no entanto, não deixa de ser um real poeta. Se o surrealismo nas artes plásticas, se encaminha geralmente para um sentido cósmico e agónico, não se dá o mesmo com as telas do versátil António Pedro. Aí encontramos uma expressão desdobrante de lirismo, um tanto rebuscado, é certo, e rico de sugestões plenas de humanidade.

António Pedro é, também, um dos da geração da «Presença». Mais excêntrico e desordenado que a maioria dos outros colaboradores daquela publicação a influência desses mesmos e necessàriamente, do ambiente, veio marcá-lo nas suas linhas gerais.

Nasceu António Pedro da Costa, seu nome completo, na cidade da Praia, em Cabo Verde, a 3 de Dezembro de 1909, filho de pais europeus.

Vem, mais tarde, para a metrópole, completando o curso geral dos liceus em Coimbra. Frequenta, seguidamente, durante três anos a Faculdade de Direito de Lisboa, e durante dois anos a Faculdade de Letras no curso de Ciências Históricas e Filosóficas. A sua versatilidade inibe-o de terminar qualquer daqueles cursos e leva-o, durante um ano, à Sorbona onde frequenta o Institut d'Art et Archeologie.

Regressa a Portugal e entrega-se, decididamente, à carreira das artes e letras colaborando em revistas e jornais, publicando poesia e prosa e expondo, juntamente com outros conhecidos nomes, as suas telas surrealistas que escandalizaram e prenderam o público.

Deve-se a António Pedro a publicação da revista «Variante», cujos dois únicos números, sensacionais, foram uma lufada de ar cheia de intenções que revolucionou Portugal. Mas, António Pedro nunca se confinou a uma só arte. Surge-nos, depois, no teatro. O grupo de teatro experimental «Os companheiros do Pátio das Comédias» foi por ele fundado e, se não conseguiu resolver os asfixiantes problemas que assolam o teatro nacional, criou novos interesses, novas dedicações e formou alguns valores da arte de representar que hoje em dia se exibem nos palcos profissionais. Após aquela primeira experiência António Pedro está, presentemente, lançando as bases de similar movimento na cidade do Porto.

Foi colaborador notado das revistas «Presença», «Solução Editora», «Lácio», «Horizonte», «Mundo Literário», etc. Foi também chefe da redacção dos jornais «Revolução» e «Diário Popular», correspondente em Paris do «Diário de Lisboa», enviado especial do jornal «República», tendo colaboração sua aparecido em muitos outros diários e semanários.

As suas actividades nas artes plásticas surgem a público quando, com Diogo de Macedo e outros, organiza o I Salão dos Independentes.

Além de exposições individuais, participou em certames de pintura, colectivamente em Lisboa, Paris, Rio de Janeiro, S. Paulo e Londres, sendo membro dos Grupos Surrealistas de Lisboa e Londres.

Durante os dois últimos anos da segunda guerra mundial foi comentador da secção portuguesa da B. B. C. de Londres.

Em 1949, após as iniciais experiências teatrais, tornou-se empresário do Teatro Apolo, de Lisboa, ali apresentando, em espectáculos públicos, como profissionais, os seus colaboradores do grupo «Os Companheiros do Pátio das Comédias», arrojada tentativa de criação de um verdadeiro teatro de arte para o grande público que, infelizmente, não pode ter a necessária continuidade.

BIBLIOGRAFIA:

«Os meus sete pecados capitais», 1926; «Ledo Encanto», 1927, «Distância», 1928; «Devagar», 1928;

«Diário», 1929; «Máquina de Vidro», 1931; «A ¸idade», 1932; «15 Poèmes au Hasard», 1935; «Onze Poemas líricos de exaltação e o Folhetim», 1938; «Casa de Campo», 1938; «Apenas uma narrativa», 1942; «Introdução a uma História de arte», 1948; «Proto-poema da Serra de Arga», 1949.

Sinfonia incompleta

Aquela música tinha cabelos longos,
Longos e finos. Veio o vento levantá-los
E, na paisagem sem mais nada,
Ficou um deserto branco
Onde, apenas, os sons, como sonâmbulos,
Procuram éco em cada refêgo da terra.

Só aquela árvore que nasceu da minha esperança
(Toda de braços, mãos, seios e vertigens)
Ganhou, em solidão, a minha presença na música...

Correu-me, então, pelos olhos, a história simples
De trinta mil metamorfoses:
O cavalo fez-se cabrito ao ritmo do psicato,
Foi confundir-se, aos saltos, com a montanha
Que abrindo os braços de estalactite
Dançou, no vento, a melodia sem gritos
Daquele poente a endoidecer
As núvens como pássaros e cães.

Forrou-se de olhos o horizonte. Tinha,
Castelos mágicos a lua. De seus corpos
Corria sangue como de cascatas...
E quando os olhos choraram,
Todos os olhos do chão
Acabou numa levada
A paisagem que se apagou, gritando...

Música ainda

Porque a música ficou
Ainda pegada às coisas,
E os meus olhos (como as folhas duma árvore
Cuja dança contínua me magoa
Os rins envelhecidos)

Misturam o viridium espalhado duma angústia sem avesso
À estepe sem piedade desta czarda,
Se alonga a noite, ao ritmo lancinante
Deste coro das vacas e do vento
Até que a endoida, de repente,
A loucura de histéricos violinos.

Foi assim que as minhas mãos
(— Ou foram tuas mãos?)
Aves sem penas, se despegaram
Deste corpo sem chama, adormecido,
F foi assim, dançando este poema,
Até amanhecer,
Que o seu frio fundiu, e degelaram
Lá, ao encontro do Sol.

ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA:

António Ramos de Almeida, é geralmente mais conhecido entre os leitores portugueses como ensaista e crítico do que como poeta. No entanto, entre as centenas de publicações poéticas de baixa extracção que aparecem de contínuo nos escaparates das livrarias, os seus três livros de poemas até hoje publicados, denotam especial sensibilidade e a crítica deu excelentes augures a quando do seu aparecimento.

Ramos de Almeida tem posto o seu maior interesse na divulgação das actividades culturais portuguesas, principalmente na América do Sul, e em especial no Brasil, de cujos jornais e revistas literárias é assíduo colaborador.

É, também, um homem da geração da «Presença» onde, aliás, iniciou a sua vida literária, já então como crítico de profunda intuição e vasta cultura. «Manifesto» e a «Revista de Portugal», conta-lo-ão, igualmente como seu crítico literário. Era já um escritor «lançado» e conhecido como um dos mais interessantes e valiosos da sua geração.

Ramos de Almeida nasceu em Olinda, Pernambuco, no Brasil, a 18 de Março de 1913, sendo filho de pais portugueses. Com a idade de doze anos vem para Portugal, fixando residência em Vila do Conde, terra de seu pai, onde, até hoje, tem exercido notável actividade divulgadora. Será bom notar que todos os grandes nomes da literatura brasileira que nos últimos anos nos têm visitado, nas suas peregrinações pela terra portuguesa, nunca deixam de passar por Vila do Conde onde Ramos de Almeida tem organizado significativas demonstrações.

Frequentou seguidamente a Universidade de Coimbra, onde encontra os outros conhecidos nomes da «Presença», e onde se forma, em Direito, no ano de 1937, apresentando como dissertação de licenciatura «A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen» que foi publicada no ano seguinte no Boletim da Faculdade de Direito da citada Universidade.

Como dissemos é nessa época que inicia a sua carreira literária como crítico. Cerca de um ano depois da sua formatura publicaria o seu primeiro livro de versos, «Sinal de Alarme». É de lamentar que uma personalidade tão rica, sugestiva e profunda como Ramos de Almeida não possua ainda o que, verdadeiramente, se possa chamar de obra literária pois, na nossa opinião, o fundamental do seu espírito se encontra disperso por muitas dezenas de jornais e revistas, na sua maioria como sinal da efemeridade a marcá-los.

BIBLIOGRAFIA:

Poesia — «Sinal de Alarme», 1938; «Sinfonia da Guerra», 1939, um mês após o início da última grande guerra; e «Sêde», poemas de amor, 1944.

Prosa — «A Arte e a Vida», 1940; «Antero de Quental» (no seu centenário), 1942; «A nova descoberta do Brasil», 1944; «Eça-Ensaios», 1945; «Para a compreensão da cultura no Brasil», 1950; «Bernardino Machado», 1951.

Dispersos — Entre muitos outros Ramos de Almeida tem colaboração dispersa em revistas como Presença, Manifesto, Revista de Portugal, Sol Nascente, Diabo, Mundo Literário, Seara Nova, Ler, Gazeta Literária, Vértice, e Esfera, do Rio de Janeiro. Em jornais: Primeiro de Janeiro, Correio da Manhã (Rio de Janeiro), Jornal de Notícias, República, Diário de Lisboa, Século Ilustrado e El Siegio, de Bogota, Columbia.

Actualmente dirige o suplemento literário do Jornal de Notícias, do Porto.

SONETOS IMPERFEITOS

I — Génese

Mil séculos ou mais rugia a Vida,
Convulsões de montanhas e de mares
Sem um só dos segredos tumulares
Que os ideais teceram em seguida.

Vieram, quando a força enfraquecida
Das primitivas lutas seculares
Transformou-se em excêntricos cantares,
Que encharcaram de sonho a própria Vida.

É desde então que a luta é mais devassa
Mais torpes os caminhos da aventura,
Miserável, até, o próprio Herói...

Mas a Vida não se repete e passa,
Em vão teorizar hora futura
Inútil esperar o que já foi.

II — História

O rio é caudaloso e vem de longe,
De tão longe que nem se vê a fonte,
Lá do píncaro do mais alto monte
Não se encherga, sequer, a foz, ao longe...

O rio é caudaloso e vem de longe,
Tem rugas de velhice já na fronte
Não há velhas histórias que não conte
Do guerreiro feroz ao casto monge.

Atravessou o tempo desde início,
Conheceu o segredo das paisagens
Que foi vencendo, uma a uma, a êsmo...

Não passou duas vezes no princípio,
Tudo muda e difere em suas margens...
— O rio caudaloso é sempre o mesmo.

III — O Super Homem

No velho palácio abandonado
Vivem ratos, fantasmas e visões,
Monstros, gigantes, leprosos, anões,
Todas as sombras mortas do passado.

No meio do jardim jaz sepultado
Quem foi soba, escravos e vilões,
Quem derrotou cobardes e poltrões
E foi, em vida, herói condecorado.

Altas horas da noite ressuscita,
Pelas salas desertas do castelo,
Cheio de chagas, repelente, imundo.

Volta a ser o filósofo que medita,
O génio esteta que só vê o belo,
O Chefe, o Dono, o Ditador do Mundo.

CORRIGENDA: Por lapso foram trocados, no passado número, os originais do poeta António Manuel Couto Viana e em seu lugar apareceram os poemas, para esta mesma antologia, de Júlio Evangelista. Pedimos desculpa aos dois colaboradores. Deste modo os poemas hoje aparecidos do primeiro dos autores substituem aqueles que lhe foram atribuidos, como acima dizemos, por uma lamentável troca.

Novíssimas Inscrições Romanas de Braga

pelo Padre ARLINDO R. DA CUNHA

À memória do Padre Martins Capela, grande entre os maiores epigrafistas portugueses

No ano da graça de 1895, publicou Albano Belino (1865-1906) um volume, já hoje raro, com as *Inscrições Romanas de Braga*. Incluía sòmente as inéditas, com omissão, por conseguinte, das reunidas por Emílio Hübner (1834-1901) no tomo precioso das *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, vol. II do *Corpus Inscriptionum Lalinarum*, Berlim, 1869.

Durante a organização do trabalho de Belino, novas pedras apareceram à luz do dia, e o mesmo infatigável arqueólogo enriqueceu a literatura da especialidade, em 1896, com a publicação das *Novas Inscrições Romanas de Braga*.

Baixou Albano Belino à paz do túmulo precisamente no ano em que abria os olhos pela primeira vez à luz do mundo o autor destas linhas. Vários lustros decorreram e outras inscrições foram aparecendo. Sei onde se encontra cada uma dessas pedras venerandas, a maior parte delas desconhecidas do grande público e, o que é bem pior, até dos especialistas. Por isso me resolvi a estudá-las e a publicar o resultado do meu esforço. Poderei assim contribuir para se apressar a organização de tão desejado segundo Suplemento do vol. II do *Corpus* de Emílio Hübner.

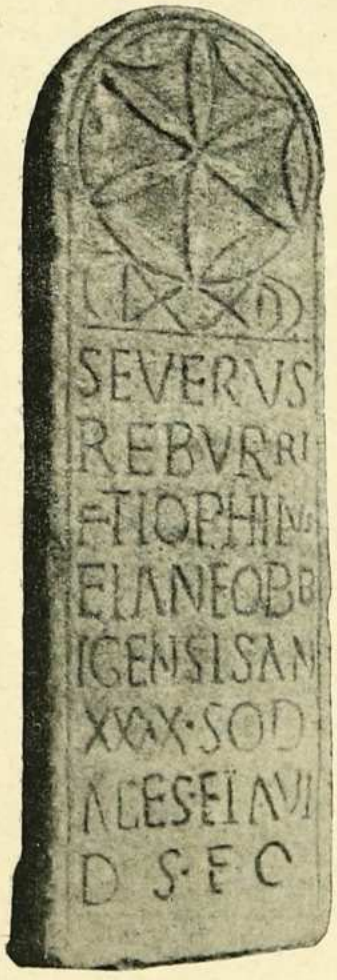
I

Foi encontrada durante as obras para o novo pavilhão dos Correios e está no Museu da Catedral.

Encimada por uma roseta de seis pontas, inscrita numa circunferência e enfeitada de outros elementos decorativos (1), mede o precioso monumento, descon-

(1) O hexácelo, que dizem representar uma estrela de seis raios, é de origem oriental. Muito anterior ao alvorecer do Cristianismo, já aparece no limiar dum palácio de Nínive e na Pérsia, Lídia e Fenícia. Também os Judeus o esculpiam em seus ossuários, e ainda hoje se vê sobre as portas das casas dos Árabes de Argel, Túnis e

tada a saliência inferior do encaixe, $1^{m},73 \times 0^{m},56$. Os caracteres, capitais romanos, são de, aproximadamente, $0^{m},09$ de altura.



São notáveis as particularidades epigráficas desta inscrição.

Estão os *AA* por traçar e a haste horizontal inferior do *F* da terceira linha é mais longa que a de cima. Por causa da exiguidade do espaço, os caracteres das sílabas finais de segunda e terceira linha, bem como a última letra da quarta são mais pequenos que os restantes das mesmas palavras. Por motivos que abaixo se expõem, dever-se-á subentender o dativo *Flavio*, na quinta linha, entre as palavras *(Elaneobri) gensis* e *an (orum)*. Na penúltima linha, o *F* de *FLAVI*, e bem assim o *L* da mesma palavra, são bastante insólitos de forma: o *F* mais parece um *E* e o *L* é semelhante a um *I*. O mesmo se diga do *T* de *Tiophilus*.

Como se vê desta sumária anotação, são uns caracteres mais ou menos arcaizantes e outros reveladores duma gravação relativamente serôdia, certamente não anterior ao século II.

A época tardia da inscrição é sobretudo manifestada pela forma, bastante singular, de *Tiophilus:* falta-lhe o *H* junto do *T* para representar o teta (Θ) grego, *T* aspirado, e apresenta um *I*, em vez de um E, na primeira sílaba, tudo indicações de que o lapicida pronunciava o nome aproximadamente como hoje se diz na linguagem despreocupada (²).

Da sexta para a sétima linha, passa a palavra *sodales*, que precisa de comentário.

Palavra latina de etimologia incerta, significava primitivamente membro duma confraria, duma corporação, dum colégio; e, embora se usasse de preferência no plural, assumiu muito cedo, na linguagem comum, o sentido de «camarada», «companheiro».

Cairo. As meias-luas que delimitam uma série de rectas cruzadas obliquamente são também de origem oriental.

Cfr. Emílio Mâle — *La Fin du Paganisme en Gaule*, Paris, 1950, págs. 268-269.

(²) Ver P. Kretschmer — *Introducción a la Lingüística Griega y Latina*, Madrid, 1946, pág. 48, onde se estuda a lei fonética segundo a qual as consoantes aspiradas *th*, *ph* e *ch* se transformaram nas fricativas correspondentes em «época tardia».

Termo técnico em sua estrutura lexicológica, não perdura nas línguas românicas; mas, no princípio do Império, produziu o derivado neutro *sodalicium*, corporação religiosa», «confraria», e o adjectivo da primeira classe *sodalicius, -a, -um* (3).

Qual será, porém, aqui o significado de *sodales?* Designará simplesmente *camaradas, companheiros,* como já em Cícero (106-43 antes de Cristo) e Horácio (65-8 antes de Cristo), ou então membros dum *sodalicium?* Em qualquer dos casos, concorda com os dois nominativos do princípio da inscrição. Severo, filho de Reburro, e Teófilo, natural de Elaneóbriga, é que eram os *sodales Flavi* que mandaram gravar a inscrição.

Possuíam os Romanos efectivamente *sodales* encarregados do culto dos Imperadores e de manter em ordem as sepulturas dos membros da família imperial. Os primeiros de que reza a história foram os *Augustales,* instituídos pelo Senado de Roma após a morte de Augusto para servirem no culto da *gens Iulia.* Compunha-se este *sodalicium* de 28 membros, nomeados vitaliciamente, à frente dos quais havia três *magistri.* Todos os anos iam os *sodales Augustales* a Bovilas, pequena cidade do Lácio onde estavam os *sacra* da *gens Iulia,* celebrar cerimónias religiosas em honra do Divo Imperador.

Serviu este *sodalicium* de modelo a outros, e, após a morte de Vespasiano, foram instituídos os *sodales Flaviales;* depois do passamento de Hadriano, vieram os *Hadrianales;* e houve ainda os *sodales Antoniniani* depois da morte de Antonino (4).

Nas províncias, estava o culto do Imperador associado ao da Deusa Roma, e organizaram-se também com esse fim, nas cidades e sedes dos municípios, *sodalicia Augustalia* ou *Seviri* (5).

Era natural que houvesse também, como realmente havia, por toda a parte, *collegia* de índole mais particular, não oficial, destinados a cuidar dos funerais e a zelar as sepulturas dos confrades. Eram as confrarias dos *cultores Larum,* a que vieram a corresponder, mais ou menos, as nossas Associações Fúnebres e as Irmandades das Almas (6). Mostram-nos inscrições que houve dessas colectividades no território que hoje constitui Portugal, e é certo igualmente que na *Bracara* romana houve um *sodalicium* de carácter religioso, cujas funções

---

(3) A. Ernout e A. Meillet — *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine,* Paris, 1939, s. v.

(4) A. Roxler — *Précis des Institutions Publiques de la Grèce et de Rome,* Paris, 1903, pág. 355.

(5) C. Martindale — *A Religião dos Romanos.* In «*Christus*» (História das Religiões), vol. II, Coimbra, 1941, pág. 152.

(6) José Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia,* vol. III, Lisboa, 1913, págs. 292-293 e 460-461.

não estão aliás ainda bem determinadas. Comprova-o a seguinte inscrição, que está, com a cota B-36, no Museu Regional de Beja:

DEO INVICTO
SODALICIV BRACA
RORUM : : : (7).

Se é certo que em Braga houve um *sodalicium* (8), não lhe terão pertencido os *sodales* da inscrição que estamos a examinar?

Parece-me que não. Os *sodales* da pedra estão determinados por um genitivo do singular, *Flavi*, de Flávio; e é sabido que o genitivo dum nome próprio, muito embora o de personagem tão augusta como o Imperador, não servia para designar um sodalício. Os *sodales* de Augusto chamavam-se *Augustales* e não *Augusti;* e os dos Imperadores Flávios, *Flaviales* e não *Flavi*, nem *Vespasiani*.

É certo que se poderia considerar *Flavi* como adjectivo: *sodales Flavi*, «sodales» *Flavios*.

Existe, efectivamente, em latim, o adjectivo *Flavius, -a, -um;* mas, apesar disso, a única forma documentada para designar os *sodales* dos Imperadores da *gens Flavia* é *Flaviales*, derivado de formação idêntica à de *Augustales* e *Hadrianales*. Além disso — e aqui é que está o nó da questão —, quem seria, nesse caso, o morto ilustre a quem os *sodales* cuidaram de erigir o monumento fúnebre?

Os dedicantes, di-lo a pedra, foram os *sodales* Severo, filho de Reburro, e Teófilo, natural de Elaneóbriga, dois nomes próprios em nominativo, que por isso só podem desempenhar funções de sujeito.

O nome do homenageado, expresso ou deduzido de termos constantes da inscrição, só pode estar em dativo, como é dos mais elementares rudimentos da língua latina. Ora esse dativo só de *sodales Flavi*, companheiros de Flávio, se pode deduzir: foram os *companheiros de Flávio* que mandaram erigir o monumento a *Flávio*, seu camarada.

Como se tudo isso não bastasse, temos ainda *an* (norum) *XXXX* para acabar de esclarecer o caso. É a idade do homenageado e não a dos dedicantes que se costuma exprimir. É esta uma regra a que não conheço excepção. Devemos, por conseguinte, subentender, para antes de *an* (norum) *XXXX*, a palavra *Flavio*, dativo de *Flavius*.

Desta forma, completando-se as abreviaturas e atribuindo-se a *sodales* o

(7) Abel Viana — *Museu Regional de Beja* (Secção Lapidar), Beja, 1946, pág. 11.

(8) Dr. Russell Cortez — *O Culto do Imperador no «Conventus Bracaraugustanus»*. In «Bracara Augusta», vol. III, Outubro d 1951, pág. 150.

significado de companheiros ou de confrades, fica a inscrição facílima de ler e de entender:

SEVERVS REBVRRI F(ILIVS ET) TIOPHILVS ELANEO-BRIGENSIS(FLAVIO) AN(NORUM) XXXX SODALES FLAVI D(E) S(VO) F(ACIENDVM) C(VRAVERVNT).

Em português: Severo, filho de Reburro, e Teófilo de Anóbrega ,companheiros de Flávio, cuidaram de erigir à sua custa em honra do camarada de 40 anos.

Embora a leitura da pedra e a sua interpretação se deva considerar esclarecida, temos ainda muito que aprender no precioso monumento, pois não deixam de ser interessantes, além das particularidades epigráficas apontadas, a não menos notável riqueza onomástica que nela se encontra.

Severus, primeiro dedicante da estela, é nome romano tão vulgar que houve poetas, oradores e imperantes assim chamados, não obstante Ernout e Meillet (9) não atinarem bem com a etimologia da palavra. Deu no genitivo, (villa) *Severi*, o nome de muitas povoações chamadas *Sever*, topónimo que erròneamente se tem escrito *Cever*. *Reburro*, praenomen do pai de Severo, é, segundo José Leite de Vasconcelos (10), de origem céltica, opinião confirmada por Adolfo Schulten que considera o «sufixo *-urr* frequente nas regiões céltico-lígures (11). Aparece em numerosas inscrições hispano-romanas, nomeadamente de Ribeira de Pena (12), Chaves (13), Pinhão (14), Castro de Avelãs (15), Fundão (16) e Covilhã (17).

Theophilus é nome grego e significa, etimològicamente, *amigo de Deus*. Ocorre em Cícero e Tácito, e, como cognome, numa inscrição de Sevilha apare-

(9) *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Nova edição, Paris, 1939, s. v.

(10) *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, 1905, pág. 62.

(11) *Los Cântabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid, 1943, pág. 95.

(12) *Religiões da Lusitânia*, vol. II, pág. 337.

(13) Mário Cardoso — *Algumas Inscrições Lusitano-Romanas da Região de Chaves*, Chaves, 1943, págs. 13-15.

(14) Mário Cardoso — *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento*. I — *Secção Lapidar e de Escultura*. Guimarães, 1935, pág. 105.

(15) Padre Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal — *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IX, Porto, 1934, págs. 56, 67 e 84. Nestes passos, não aparece pròpriamente *Reburrus*, mas os derivados *Reburrinus* e *Reburrina*.

(16) Dr. José Monteiro — *Ara e Cipo Miliário Inéditos*. In «Letras e Artes», suplemento literário das «Novidades», Lisboa, 30-VIII--1942.

(17) José Leite de Vasconcelos — *Antiguidades do Concelho da Covilhã*. In «Biblos», vol. X, págs. 24-31.

cida em 1674 [18]. Não conheço, porém, outra pedra luso-romana em que se encontre. Até por isso desperta interesse especial a inscrição que se vai analisando.

Flavius é muito mais frequente. Vespasiano, o primeiro dos Imperadores Flávios, havia nome Titus *Flavius* Vespasianus; alguns cônsules davam pelo nome de *Flavius*, as termas de *Chaves* são assim chamadas, Águas *Flavias*, em honra de Vespasiano; e na *Gallaecia* romana havia pelo menos as cidades de *Interamnium Flavium* e de *Bergidum Flavium* [19]; e pedras donde consta o nome de *Flavius* aparecem às dezenas nos territórios da *Gallaecia* e da *Lusitania*, como se pode verificar nos catálogos dos museus. Só no da Sociedade Martins Sarmento aparece esse nome em pedras provenientes de Cerzeda, Canaveses, Vizela, Braga, Vila Real e Pinhão [20].

Não foi sem intenção determinada que reservei para o fim o gentilício *Elaneobrigensis* indicativo da naturalidade de *Theophilus*, segundo dedicante. Deriva de **Elaneobriga*, nome de origem céltica, ou pelo menos celticizado, como indica a terminação *briga*, «altura», «castelo».

É mais um elemento para a onomástica peninsular, pois até hoje não se encontrou ainda *Elaneobriga* noutro sítio, nem em textos literários nem em inscrições. Está certamente o primeiro elemento da palavra etimològicamente relacionada com *Elanius*, *Elanus* e *Elanicus* [21] que ocorrem no vol. II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* de Emílio Hübner com os números 5715 e 5716 e no vol. IX, pág. 63, das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* pelo Abade de Baçal.

---

[18] Vem com o n.º 1212 no vol. II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* de Emílio Hübner. Encontra-se na Rua do Anjo, na Colecção da Sociedade dos Amigos do País, da célebre cidade andaluza. Diz asssim:

D · M · S ·
ANTONIA · ROMVLA
VIXIT + ANNIS XXV
DIEBVS + XXX
L · ANTONIVS
THEOPHILVS
CONIVGI CARISSIMAE

[19] Adolfo Schulten — *Los Cântabros y Astures y su Guerra con Roma*, Madrid, 1943, págs. 106-107.

[20] Mário Cardoso — *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento*. I — *Secção Lapidar e de Escultura*, Guimarães, 1935, págs. 22, 36, 60, 73, 86 e 105.

[21] Adolfo Schulten, nas págs. 100-101 de *Los Cântabros y Astures y su Guerra con Roma*, Madrid, 1943, classifica como de origem céltica nomes ocorrentes nas inscrições onde se encontram os antropónimos *Elanius* e *Elanus*.

Mas onde ficaria *Elaneobriga*, pátria de Teófilo, um dos companheiros e amigos de Flávio?

Creio bem que entre Ponte da Barca e Vila Verde, pouco mais ou menos nas alturas em que, nove séculos mais tarde, já no tempo de D. Afonso Henriques, Oorigo Ooriges mandou erguer o castelo d'Anóbrega. E até, quanto a mim, é Elaneóbriga o étimo há muito tempo procurado d'Anóbrega, erradamente escrito da Nóbrega (22). Pelo menos *Elaneobriga* podia dar *Anóbrega* em português sem atropelo das leis fonéticas da evolução vocabular.

O *e* inicial fàcilmente se transmudava em *a*, quer por influência do outro *a* quer em virtude do *l* seguinte, como em *elefante* — *alifante* (23), forma popular e antiga encontrável em Camões (24).

De *Alaneobriga*, pela assimilação do *l* ao *n* e queda das vogais pretónicas, se haverá passado a *Annóbrega*, forma representada por *Annofrice* dum documento de 1059 (25). Ter-se-á depois dissimilado a dental geminada *nn* em *gn*, como no latim *in-(g)nosco* que deu *ignosco* (26), e ficou *Agnóbriga*, variante

---

(22) Cf. A. Botelho da Costa Veiga — *Estudos de História Militar Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1936, págs. 63-65.

(23) Sousa da Silveira — *Lições de Portugal*, Rio de Janeiro, 1934, pág. 97.

(24) *Lusíadas*, Canto X, est. 110.

(25) *Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et Chartae*, pág. 258. Não pode haver dúvidas acerca da localização de Anóbrega se considerarmos as palavras deste documento: — «... *ad radice castro Annofrice* villa Sauto in ripa Vanade cum adiuntiones ab integro. villa Zendam integra. Et in Portela de Vanade villa vocitata Portela ab integro per suos terminos. villa de Covas integra. Et de villa Sancto Petro et de villa Olarios...».

Leva à mesma conclusão o exame das Inquirições de D. Afonso II (1220) que incluem na «Terra de Anovrega» as freguesias de: S. João de Gouvelas, Santa Maria de Asia, Salvador (hoje S. Silvestre) da Ermida, Santa Marinha de Penascais. S. Lourenço de Touvedo, S. Miguel de Entre os Rios, S. Tiago de Vila Chã, Santa Marinha de Trofei (sic). S. João de Vila Chã, S. Pedro do Vade, S. Tiago de Samoriz (Sampriz?), S. Martinho de Britelo, Santo André (de Gondomar?), Santa Maria de Vila Nova de Muía, Santa Maria de Aboim (d'Anóbrega), S. Martinho de Paço Vedro (de Magalhães), Santa Eulália de Ruivos, S. Miguel de Boivães, Santa Leocádia de Bravães, Santo Adrião de Oleiros, S. Tomé do Vade e Santa Eulália de Balões.

Ao centro do território ocupado por estas freguesias, entre Aboim d'Anóbrega, Sampriz e Asias, vêem-se ainda hoje umas ruínas num monte rochoso, com a cota 775, chamado pelo povo da localidade simplesmente «castelo» ou «castelo da Granja» — Granja é um lugar de Asias e fica no sopé do monte. Era neste monte o Castelo de Anóbrega, antigo *Elaneobriga*.

(26) Embora o *g* seja aqui etimológico, foi a tendência dissimilatória que o conservou e o fez mudar de explosivo em implosivo. Cf. A. C. Juret — *La Phonétique Latine*, 2.ª edição, Estrasburgo, 1938, pág. 48, n. (1).

atestada em *Agnófrica*, que ocorre em Inquirições de 1258 (27). *Agnóbriga* dava *Anóbrega* pelo mesmo princípio que mudou *ignorar* no verbo *inorar*, censurar, criticar, da região, *digno* em *dino* e *maligna* em *malina*, mas pode muito bem ser que *Agnóbrega* não passe, como parece, de mera variante de *Anóbrega*, com predomínio desta forma sobre aquela.

Quanto ao *f* em vez de *b* ou *v* das formas *Annofrice* (aliás um genitivo que postula um nominativo *Annofrica)* e *Agnofrica*, é um caso normal de glotologia germânica, e devemo-lo, certamente, aos escribas neo-godos da Reconquista. Os Alemães ainda hoje escrevem *von* e *vater* para lerem *fon* e *fater*.

E assim temos nós que de **Elaneobriga* se pode ter derivado *Anóbrega*.

De facto derivou?

Para de uma hipótese mais ou menos fundamentada passarmos à certeza comprovada, só falta que apareçam mais inscrições com aquele nome nas proximidades do velho castelo de Anóbrega, embora essas proximidades sejam sòmente relativas.

II

Apareceu e foi arrecadada, pelo Sr. Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, junto da precedente. Cabeceira de sepultura, de forma rectangular, tem um



(27) *Portugaliae Monumenta Historica — Inquisitiones*, pág. 406. A pronúncia

rebordo liso, em relevo, que delimita um espaço de 0m,70 de comprido por 0m,55 de alto. A inscrição ficou intacta e é perfeitamente legível, mas a bordadura da pedra sofreu os estragos de violentas contusões.

Os caracteres, capitais romanos, medem, na primeira linha, aproximadamente 0m,08; nas linhas restantes, menos um pouco. Bem desenhados e todos iguais, são os característicos do princípio do Império, não posteriores ao Século II. Há sempre um ponto a separar as palavras, haja ou não abreviaturas, excepto no fim de cada linha. Como particularidade, há a considerar a falta de traço horizontal nos *AA*.

A leitura não tem dificuldades e a inscrição corresponde ao modelo comum. Começa por um *nomen*, e não se indicou o *praenomen*, que costuma designar o nome pessoal, aquele pelo qual a pessoa sepultada era conhecida em família.

Indica a pedra a sepultura duma menina de dez anos, possìvelmente filha única que, neste caso, não precisava de ser, na casa paterna, diferenciada de alguém, e que, fosse como fosse, não gozava de direitos civis. Não deve, consequentemente, surpreender a falta de *praenomen* na inscrição. Desde o fim da República, nem sequer costuma aparecer o das mulheres nem o das crianças que usavam ainda a toga *praetexta* (28).

AEMILIA é por isso um *nomen* indicativo da *gens* a que a menina sepultada pertencia. Há a observar que *Aemilia* era pròpriamente uma das 35 tribos de Roma, a primeira na ordem alfabética e não uma *gens*. Vê-se que já no tempo da gravação da pedra, o nome da tribo deixara de designar circunscrição territorial e não passava já dum distintivo dos cidadãos romanos, como aconteceu com os nossos apelidos que a princípio designavam também o lugar de origem da linhagem.

Mais intrincado é o caso de *Lougoc*. É, a meu ver, o *praenomen* do pai de *Aemilia*. Indubitàvelmente de origem céltica, formado da raiz indo-europeia **leuk* (29), não se pode saber ao certo qual era a sua terminação. É certamente indígena, como outros que aparecem nas inscrições, e designa uma personagem que pode ter entrado numa *gens* romana por meios diversos. Quer seja abreviatura de *Lougocini*, de *Lougocili*, de outro genitivo semelhante, ou simples nome indeclinável que o lapicida não soube ou não quis latinizar, é sem dúvida cognato

devia, porém, flutuar entre *Anóbrega* e *Agnobrica*, porque, se em 1254 aparece *Agnofreca*, já em 1220 se lia *Anóbrega* quase como hoje.

(28) Pedro Batlle Huguet — *Epigrafía Latina*, Barcelona, 1946, pág. 31.

(29) Assume no itálico a forma **louk* e existe em *lucus*, *lucere*, *luna* de **leuksna* *louksna, forma esta atestada no prenestino Iosna. Cf. Ernout e Meillet — *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, Nova Edição, Paris, 1939, s. v. *luna*; Juret — *La Phonétique Latine*, 2.ª edição, Estrasburgo, 1938, pág. 54.

de *Lucocadia, Lucocadiacus* e de *Louciocelo* que aparecem em inscrições referentes à região asturiana (30), onde aliás ficava a cidade de *Lucus* (Asturum) que se não deve confundir com *Lucus* (Augusti), hoje *Lugo* na Galiza.

Dever-se-á, porém, ler *Lougoc* por uma palavra só? É pelo menos admissível uma resposta negativa a esta pergunta.

À excepção das terminais de cada linha, são as palavras da inscrição separadas por pontos; e temos a notar que, por cima e ao lado do segundo *o* da palavra, há na pedra uma pequena falha que, com boa vontade, se pode tomar por um ponto. Ficaríamos neste caso com AEMILIA LOVGO . C . F, que poderíamos traduzir: Emília Lougo, filha de Gaio.

Lougo (genitivo *Lougonis)* seria neste caso um *cognomen* ou apelido adoptado em honra do grande Deus céltico. É que os Celtas prestavam culto a um Deus da claridade a que chamavam *Lug,* epónimo de *Lugdunum,* hoje Lião, de França (31). Corresponde-lhe, linguìsticamente, em latim *lucus,* primevo *loucos,* bosque sagrado, ou, mais pròpriamente, «clareira» num bosque onde se realizavam cerimónias religiosas (32).

Tinha essa divindade atributos semelhantes aos de Apolo ou Febo dos Greco-Latinos, e a sua imagem era constituída por um disco de bronze representativo do Astro-Rei, como o aparecido em 1902 em Trumdholme, ao norte da ilha de Seeland (33). E parece realmente incontestável que houve na Península nomes étnicos e de pessoa derivados de *Lug* ou **Lougos.* Além dos enumerados num erúdito estudo do Sr. Dr. João de Castro Nunes (34), temos pelo menos o *praenomen Loucinius* duma inscrição da Ponte de Alcântara (35).

Dever-se-á então ler por duas palavras o LOVGOC da inscrição? Certamente que não. A falha não é um ponto, mas efeito duma das numerosas contusões de pedra, e foi talvez produzida por um golpe da picareta que desenterrou o calhau. Se fosse um ponto, devia estar, e não está, na posição e na linha dos outros, porque a epígrafe está gravada com a maior regularidade e asseio.

---

(30) Adolfo Schulten — *Los Cântabros y Astures y su Guerra con Roma,* Madrid, 1943, págs. 103 e 109.

(31) Henri Hubert — *Los Celtas... y la Civilización Céltica,* Barcelona, 1942, vol. II, pág. 317.

(32) Guilherme Thomsen — *Historia de la Lingüística,* Barcelona, 1945, pág. 43.

(33) José Dèchelette — *Archéologie Celtique,* Paris, 1924, pág. 414. Ver também John Mac Neill — *A Religião dos Celtas* em «Christus (História das Religiões)», vol. II, Coimbra, 1941, pág. 265.

(34) *Inscrições Latinas Inéditas do Conventus Bracaraugustanus,* separata do «Boletin de la Universidad» de Santiago de Compostela, n.os 50-51, Janeiro-Dezembro de 1948, págs 7-9.

(35) E. Hübner — *Corpus Inscriptionum Latinarum,* vol. II, n.º 5031.

Demais disso, se *LOVGO* fosse *cognomen* de *Aemilia* e *C.* o *praenomen* do pai ou patronímico, ficaríamos aqui com uma irregularidade, porque é de regra vir a filiação, com o *praenomen* do pai em genitivo, logo a seguir ao *nomen* do filho ([36]).

É a segunda linha ocupada com a palavra *Cluniensis*, que indica a naturalidade de *Aemilia*.

Era por conseguinte essa menina de *Clunia*, hoje Coruña del Conde, na Província de Burgos.

Situada na Meseta Espanhola, na região do Douro Alto, entre os *Vaccei* e os *Arevaci*, cedo atingiu *Clunia Sulpicia* um desenvolvimento que lhe mereceu ser elevada por Augusto, no ano 27 da era cristã, à categoria de capital do *Conventus Cluniensis*. Gozando das regalias de cidadãos romanos, espalharam-se os seus filhos ao longe e ao largo, uns certamente como funcionários e outros na qualidade de comerciantes ou militares. Além do cluniense que veio para Braga com uma filhinha de poucos anos, outros estiveram no território que hoje constitui Portugal. Em Aramenha, apareceram duas inscrições em que se lê o gentílico *Cluniensis* ([37]); em Lisboa, no Terreiro do Paço, esteve outra em que se lia *Rufas Cluniens* ([38]); e no Museu de Mação guarda-se uma estela em que se fala dum *Sempronius... Cluniensis* ([39]).

Em vistas do exposto, é minha opinião que a pedra se deve ler da seguinte forma: AEMILIA · LOVGOC · F(ILIA) CLVNIENSIS | AN(NORVM) · X · II(IC) · S(ITA) · E(ST) | S(IT) · T(IBI) · T(ERRA) · L(EVIS).

Em português: Emília, filha de Lougoc, de Clúnia, está aqui sepultada. A terra te seja leve.

([36]) Pedro Batte Huguet — *Epigrafía Latina*, Barcelona, 1946, pág. 32.

([37]) E. Jalhay — *Epigrafia Amaiense*. In «Brotéria», vol. XLV, págs. 624 e 627.

([38]) A. Vieira da Silva — *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, págs. 135-136.

([39]) E. Jalhay — *Lápides romanas dos arredores de Mação* (Beira Baixa). In «Brotéria», vol. XLVIII, págs. 233-235.

NO BOM JESUS DO MONTE



— Esboceto de impressões íntimas —

por D. ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO

O bom Jesus, no alto do Seu monte, em capela isolada e recolhida, abre os braços chagados à humanidade inteira; volve interiormente os olhos — de estranho brilho — ao espírito de Deus, nele corporizado, e, mantendo pelo rosto macilento a expressão maguada da Sua própria angústia, reflexo sublimado da angústia de todos nós — parece meditar!...

Monte acima, o escadório serpenteia. Primeiramente, em lanços dilatados, desmedidos; depois, em degraus quase escarpados, fatigantes. Minuto a minuto, os fiéis lá vão trepando, aos grupelhos, em magotes, desgarrados. Uns seguem contritos, rastejando promessas várias, de joelhos; outros, os folgazões, arrastam consigo pesadas cestas de suculenta comesaina. Outros, ainda, não podendo conter a mocidade — mesmo quando velhos — voltejam danças arcaicas, segundo a permissão do espaço, ora embalados pela própria voz, ora acompanhados à guitarra, batendo o compasso pandeiretas chocalhantes ou palmas de mulherio... — Dançam; dançam sobre o pó, sobre os calhaus, sobre os cardos, sobre a relva, como se a existência, na sua agrura ou na sua amenidade, fosse apenas uma infinita dança, onde a posição de cada um se marca, se permuta, se mistura, se confunde...

... A vida do Deus-Homem vai-se desenrolando; desenrolando, de capelita em capelita, no pressentimento assoberbante do Calvário, que apavora a matéria e que só o espírito-puro concebe, como pronúncio celestial da Ascensão.

Nas fitas dos chapéus campóneos os santinhos de papel assistem indiferentes ao desmanchar dos cestos, pejados, exalantes e cambados, donde se multiplicam os bolinhos e os fritos de bacalhau, as pernas lusidias das galinhas — abatidas, ainda na véspera, ao efectivo do quinteiro — os trigos e as boroas de milho — loiras ou brancas, conforme o gosto e a matéria prima — os nacos variegados do presunto... e tudo o mais que resa o uso... Assistem também, entre ausentes e compassivos, ao desrolhar das garrafas e ao abrir dos garrafões, transbordantes de alegre e animadora vinhaça, produto da região, toda ela ajardinada e arre-

bicada de vinhedos. — Vem ali o sangue mixto e perfumado da terra fecunda e do homem que a fecundou.

A multidão sobe; sobe até alcançar, bem no alto, a Senhora do Sameiro. Esta tão querida evocação da Virgem, dominando montes e vales, superior às serranias, contempla a seus pés, em coluna erguida para os Céus, a cidade dos Arcebispos, grave e sonolenta.

Para lá vão carroças, para lá vão camionetas, machinhos, jericos...

Durante a noite vendeu-se café e mais café, quer nos quiosques aperaltados, quer nas tascas obscuras das cercanias. Assim prosperou a mercância de alguns e se acalentou o conforto dos peregrinos longínquos, os quais acamparam e pernoitaram nos arredores, hesitando entre a relvagem macia e as bancadas duras de granito — tudo para não perderem o melhor lugar da festa, desde a madrugada à noitinha.

Aqui e ali, em tabuleiros, em barracas, pelo chão, vendem-se camândulas, imagens, rosários, doces, regueifas, cestas, bonecos de barro, ventarolas... E vendem-se, em profusão, apetecidos chapeletes de papel de seda ou lustroso, desvairados em feitios e em ornatos, pintalgados de bolas, corações e listas, aparentando uns, barretes de faxina, outros, bonés de oficial, outros ainda, chapéus cónicos de palhaço. Em qualquer deles, mesmo no derradeiro, se vêem muitas vezes, sobre o fundo grotesco e policromo — alfinetes com a imagem da Virgem ou do Cristo doloroso!

... E o bom Jesus, no alto do Seu monte, sempre isolado na capela recolhida, conserva os braços chagados abertos à humanidade inteira. Os olhos — dum brilho mais recôndito — embaciam-se um pouco para o Mundo e vêem melhor o espírito de Deus, contido em sua alma... Assim permanece, entre o borborinho e o goso, com a mesma expressão de maguada angústia — reflexo sublimado da angústia de todos nós — assemelhando sempre meditar, talvez um pouco mais triste, talvez muito mais distante!...

Varreu-se a onda humana. Voltou, por momentos, a calma e o sossego. A mata reconquistou-se a si própria, o ar purificou-se, aliviado — só os caminhos ficaram um pouco mais sujos e contundidos os canteiros.

... Ao longe, as luzes da Augusta Braga vinculam ao mapa escuro a tranquila cidade — onde cada ruído se continua distinguindo dum outro ruído — e para onde convergem carreirinhos irregulares de pequenas luminárias...

... Junto mesmo ao Santuário, o casino ilumina-se. As capelas permanecem na escuridão. Várias gentes — outras gentes — ao pouco e pouco ascendem, pelo funicular, cortando, em linha direita, o arvoredo frondoso. Os hotéis, que avisinham o Templo de Deus, contribuem igualmente para a nova maré humana:

são velhas que vigiam, novas que fogem à vigilância; pares que não acreditam na marcha do tempo, pares que suspiram pela marcha do tempo. — A mediania burguesa e comezinha da actualidade, tomando posições e procurando, na praça pública dos casinos, conquistar a ilusão de ínclitos salões, encerrados na bruma e na distância.

Em fanhosos arreganhos, aspirando à melodia, um sexteto, de nome aliciante, exala danças de branco, que nos recordam, quase sempre, a existência do preto — quando não na forma, pelo menos no ritmo... E a torre sineira da Igreja do bom Deus lança, aos écos distantes, badaladas graves e plangentes que se ouvem longe, pelos campos desertos, mas, que não conseguem vencer o barulho da música e da dança...

... As badaladas repetem-se, ressoam sem se ouvirem, graves como uma voz de profeta, clamando no deserto.

De quando em quando os tocadores param, contam os minutos que faltam à sua tarefa nocturna e permitem aos dançarinos que abanquem pelas mesas, generalizando conversas ou particularizando segredos. Dum e doutro lado, surgem pedidos: refrescos, licores, café, pastéis... Os criados acorrem, fazendo gráficos mentais dos rendimentos da época...

... Aqueles a quem servem, pela maioria, também fazem os seus cálculos e medem as suas vantagens: amorosas, de posição, de saúde, de recreio...

... Mas, a dança recomeça e as alternativas sucedem-se, sucedem-se, pela noite, de longada... Até que — caso de estranheza e confusão dentre os fenómenos da acústica — os últimos dançantes, que não conseguiram nunca ouvir as potentes badaladas do Templo, debandam, precipitados, ao som rachado do pequeno badalo, que anuncia o último elevador...

... E o bom Jesus, no alto do Seu monte, em capela cada vez mais isolada, cada vez mais recolhida, agora que se fechou para os homens, nunca deixa de ter os braços chagados abertos à humanidade inteira... Os seus olhos — dum brilho já mortiço — tem-nos como que ensimesmados no espírito de Deus, e todo Ele se recolhe numa maior expressão de angústia, profundamente maguada — a angústia inconfessada de todos nós — parecendo que continua a meditar, muito mais triste, muito mais distante!...

Varreu-se, de novo, a onda humana. A montanha sòzinha, à luz do luar, enverga o seu manto majestático, de alvuras e escuridões. Sumiu-se a terra; arqueou-se, em deslumbramento, o azul prateado do Céu. Entretanto... — Silêncio! — ... volta a sentir-se o campanário... Que estranha transformação! Como ele vibra sentimentos profundos, como domina os montes e os vales, os pinheiros erguidos e os milheirais rasteiros. Como embala penetrantemente as almas puras, divagando na vigília!...

Mais duas palavras sobre o Sarcófago bizantino de Braga

pelo DR. ALBERTO FEIO

Só *pela sua ornamentária,* merecia estudo o sarcófago páleo-cristão da Sé de Braga. Uma análise do pequeno monumento, feita nesta Revista, impunha uma completa revisão do único ponto de vista interessante: o interpretativo. Em singelo estudo, publicado no número imediato desta mesma Revista, procedi por isso a nova análise da velha arca tumular.

No último número de *Bracara Augusta,* porém, surgem algumas objecções a esse estudo, com o fim de manter o anterior critério. É humano: é sempre desagradável modificar um parecer ou emendar um erro.

Diligenciei ser suficientemente claro, não só para conhecedores de arqueologia artística, mas para todos os leitores da Revista. Parece que não consegui inteiramente o objectivo, ou então que não foi lido com compreensiva atenção o estudo que fiz, dando lugar a comentários inúteis ou até contraproducentes. Isso me força a breves considerações àcerca dos argumentos com que se pretende sustentar que o sarcófago é «romano do IV século».

Uma atenta leitura do meu insignificante estudo afigura-se-me suficiente para responder a esses fracos argumentos. Vejamos:

«*Pelo que concerne a uma revisão completa, logo que a maioria dos dados se ajusta, há, apenas, a corrigir o lanço impugnado da interpretação*». Pois evidentemente, só à parte interpretativa se faz a revisão completa. Basta reparar que no referido estudo escrevi: «Os sarcófagos cristãos, variando a decoração, mantêm a forma geral do sarcófago romano clássico». E logo adiante: «O sarcófago de Braga está dentro da forma geral do tipo clássico». Não era pois esse o pomo da discórdia.

«O ciclo dos baixos-relevos, escrevi eu, recebendo da arte das catacumbas suas primeiras composições, alarga-se num simbolismo de súbtil engenho ou de arbitrária puerilidade». Para que falar pois no símbolo eucarístico da vinha, existente nas pinturas das catacumbas? Além dos frescos citados em que esse elemento simbólico aparece, muitos outros se podem acrescentar como por exem-

plo os das catacumbas de S. Calisto, de S. Pedro e Marcelino, da via Labicana, etc. É de notar, porém, que estas representações se encontram, na maioria, em pinturas do II século e primeira metade do III, em que começa a predominar o simbolismo bíblico. E não aparecem igualmente nos frescos das catacumbas os cordeiros, as pombas, pássaros diversos e os monogramas?

Mas este simbolismo da era das perseguições, escrevi, foi inteiramente substituído pela representação histórica.

No princípio do século V, acrescentei, os escultores de Ravena mostram uma marcada tendência para o abandono da figura humana.

Depois, «reaparece a simbólica simplificada, *não como regresso ao arcaísmo,* mas traduzindo uma influência oriental. A par com a vinha, os cordeiros, as pombas, os pavões, os monogramas ou cruzes constituem uma decoração característica». Quer dizer: reaparece a simbólica da era das perseguições. «Os mesmos assuntos das catacumbas, mas tratados de maneira diferente» (Leclercq). É um novo estilo, «que lembra a nobreza e sobriedade da arte helenística». Isto tudo se escreveu.

Destituído é também, diz o meu contraditor, *o argumento que se pretende extrair do cálice eucarístico de duas asas.* E cita-se a seguir o que diz o P.e Naval, autor, de resto, de pequena autoridade. Diz ele: «Cálices sagrados, ministeriais e ofertórios — até ao século VI era comum a forma de cálices com asas». Admite portanto que os cálces ministeriais são também sagrados. E assim é com efeito. Mas a seguir parece admitir que os cálices ministeriais não são sagrados e afirma que são raros, depois do século VI, os cálices de consagração com asas.

Ora isto, como vamos ver, é inexacto.

É claro que a afirmativa esbarra com o valor incontestável do *Ordo Romanus,* do Papa S. Gregório, de que citei umas passagens. O contraditor porém, «acostando-se» a tão «peculiar autoridade» escreve: «*Desta guisa, se nos séculos VI e seguinte o cálice eucarístico (sagrado) de duas asas era já raro, qual a razão, porque só desde o século VI até ao século IX ele parece ser tipo obrigatório na Igreja Católica?*

Escrevi com certa reserva «parece ser», mas a resposta vai dá-la um grande mestre de Arqueologia Cristã o eruditíssimo benedictino Dom Henri Leclercq, a quem o contraditor chama com razão sábio, motivo porque só a ele recorrerei nestas breves considerações. Diz o grande mestre: L'*Ordo romanus primus* nous montre que le type ansé etait alors obligatoire»(1). «Que se trata dum cálice de consagração nenhuma dúvida oferece o texto do *Ordo Romanus*».

Os cálices de consagração, de asas, eram de dimensões reduzidas, como mostram exemplares existentes, alguns de alto valor artístico como os de Gour-

(1) Dict. d'Archeologie chrét. II, 2.e partie, c. 1616.

don, do meado do século VI e o de Ardagh, do Museu Nacional de Dublin, do VIII século. Estavam em uso no século IX, como mostra a placa de marfim, de que dei uma reprodução e ainda existiam no século X, como se vê do riquíssimo cálice da Catedral de Nancy, em ouro e prata dourada, com pedrarias, já de um tipo aproximado dos cálices românicos, mas com asas e tendo apenas 13 centímetros de altura total. Onde estava pois a raridade destas peças depois do VI século?

O mais antigo monumento figurado, relativo à representação eucarística, encontra-se no célebre fresco das catacumbas, conhecido pelo nome de *Fractio panis*. É um cálice de asas, de fundo largo, correspondendo às exigências das catacumbas, onde por insuficiência de luz e irregularidade do terreno havia o perigo de se entornar (Wilpert, cit. por Leclercq). Depois torna-se muito rara a representação do cálice nos epitáfios autênticos dos três primeiros séculos. A relação dos bens doados por Constantino às Igrejas, mencionando muitos cálices de ouro e pedrarias, tanto de consagração como ministeriais, ou maiores, nenhuma indicação fornece sobre a sua forma. Nenhum chegou até nós, pois o seu valor os fez apetecíveis aos sucessivos invasores do Império.

A partir do IV século ,porém, a epigrafia funerária dá a representação dos vasos eucarísticos, cópia dos que o lapicida viu sobre o altar (Leclercq). Os sarcófagos e os mosaicos oferecem-nos os modelos mais conformes aos originais em uso na liturgia. São os cálices de asas, como se vêem nos mosaicos africanos do fim do século V (Tabarka, Tunis) e também no epitáfio de Valéria, de Manacor, Ilha de Maiorca, que a nosso favor foi reproduzido, sem indicação de procedência, no artigo de contestação. Era o símbolo eucarístico, tão próprio para um túmulo cristão.

No século VI e seguinte essa representação simbólica era de grande frequência, como mostrei, quer nos sarcófagos, quer nos mosaicos e baixos-relevos dos marfins. Basta conhecer a formosa série de Ravena, onde por várias formas surge o cálice litúrgico de asas, dum desenho idêntico ao de Braga. Mas não só em Ravena se vêem. Em Marselha, no epitáfio de Santa Eusébia, na Igreja de Santa Maria di Capua Vetere, no altar merovíngio de *Favaric*, de Rousset (Bouches-du-Rhône), etc. Até nas moedas merovíngias se encontra.

Como vaso sagrado, símbolo eucarístico por excelência, o cálice ocupa geralmente o lugar central na composição decorativa (Leclercq). É o que se verifica nos sarcófagos e nos mosaicos, mesmo nos de composição figurada, como os que representam o sacrifício de *Melchisedech*, em S. Vital e em Santo Apolinário in Classe, onde surge o cálice litúrgico de asas no centro do altar, que por sua vez é o centro da composição.

Ora, no sarcófago de Braga o cálice ocupa igualmente o centro da composição, e é dum desenho absolutamente idêntico aos da escola Ravenense.

É bem evidente que se trata dum cálice de consagração. Mas que não fosse, que fosse o cálice ministerial, não seria da mesma maneira um cálice sagrado, destinado como era à liturgia eucarística? Ensina Leclercq: «Uma vez feita a consagração vasava-se o conteúdo nos *cálices ministeriais* para a comunhão dos fiéis na espécie do vinho». Logo o cálice ministerial era igualmente sagrado, pois recebia nele o sangue de Cristo. A sua representação servia do mesmo modo para símbolo eucarístico.

Isto devia ser mais bem sabido por clérigos do que por um leigo.

Todavia, prefere-se que esse símbolo augusto, no sarcófago bracarense, seja antes uma *anfora greco-romana*, se bem que se aceite, como verdade, que nele há *«uma alusão, sem dúvida, eucarística»*. É caso para perguntar: que representação, que significado simbólico pode ter uma anfora romana no lugar nobre dum monumento em que, por todos os lados, se patenteia uma alegoria eucarística? A resposta não pode deixar de ser negativa e, assim, só um zero pode classificar a singularíssima afirmação. Depois, onde se encontra uma anfora romana com feitio de cálice? Que eu saiba, nenhum autor das antiguidades greco-romanas menciona, entre as anforas, qualquer coisa de parecido, ou sequer de longe semelhante. Por meu lado, tenho examinado algumas dúzias de anforas e nunca meus olhos alcançaram ver formas semelhantes, ou mesmo de longe parecidas, com o cálice esculpido no túmulo bracarense.

Posto isto, vamos terminar por onde começam as objecções.

O ornato e o estilo da epigrafia, e mais ainda da paleografia, variavam com o tempo, permitindo fixar uma cronologia. Ora, os ornamentos e o estilo do *Chrismon* do século IV, com ou sem coroa, são por tal forma característicos, que só eles têm permitido aos arqueólogos fixar a cronologia de muitos epitáfios. A realização tardia do *Chrismon*, figurado no sarcófago de Braga, ressalta nítida do confronto com o estilo romano.

A coroa e as rosáceas são, no desenho e na técnica, semelhantes às de Ravena, ou melhor às do estilo bizantino.

Conhecendo-se a epigrafia lombarda ou até a peninsular dos séculos VI e VII é flagrante a semelhança que apresenta o monograma de Braga.

Temos assim um conjunto admirável de simbolismo eucarístico, todo harmónico com os temas da arte bizantina, que permite classificar como produto do VII século o sarcófago da Sé de Braga.

Desfeitos assim os tais «impeços», e conhecendo em demoradas e sucessivas visitas os museus lapidares de Roma e de Arles, poderemos reafirmar que pela decoração «o túmulo de Braga nada tem de comum com os modelos romanos». As aparências iludem, diz a sabedoria das nações, e nestas coisas mais vale vista d'olhos do que conjecturas ,ainda que razoáveis, ou semelhanças superficiais.

Onde teria sido o porto Romano de Braga?

pelo DR. M. J OLIVEIRA MACHADO

No tempo da dominação romana, quando Braga era cidade importante, «cabeça da província da Galiza», existia a seu lado a povoação de Dume, constituindo como que um arrabalde da urbe augusta, se bem que afastado dela cerca de dois quilómetros.

As peças arqueológicas ali exumadas mostram que a população de Dume era romana ou perfeitamente romanizada.

Em 1732, quando das obras de reconstrução da sua igreja paroquial, foram lá encontradas ruínas de um edifício sumptuoso e numerosas pedras, na expressão de Argote, «lavradas segundo a forma romana» (1).

O informador de Argote a este respeito (2) diz que «no espaço de 500 passos do âmbito da igreja, em qualquer parte que se cave à altura de um covado ou dois, se encontram colunas, capitéis e outras pedras de vário feitio, em grande cópia».

Dos restos do mosteiro que ali havia fundado S. Martinho, no tempo dos suevos, diz o mesmo informador: «Eu vi desfazer muitos alicerces das oficinas deste mosteiro e afirmo que todos estavam feitos de pedras antigas, que tinham servido a outras obras. Quando se reformou a igreja se tiraram tres pedras romanas com seus letreiros».

Da epigrafia romana de Dume, Manuel da Silva, no seu livro (3), reproduz, de Argote, Hübner e Jordão, nove inscrições.

Uma destas, extraída das ruínas do mosteiro de S. Martinho, era gravada num pedaço de coluna, que mostrava ter servido a pilar de estátua.

Há cerca de 40 anos foram encontrados, perto deste lugar, um pequeno busto de bronze e uma estatueta.

O prof. Leite de Vasconcelos, a quem foi mostrada então uma fotografia deste busto, disse que ele representava provàvelmente Augusto César.

Por isto se vê que Dume foi, a esse tempo, povoação de certa importância.

Houve naturais de Dume que se destacaram em Roma.

---

(1) Contador de Argote — Memórias do Arcebispado de Braga — Tomo II, pág. 641.

(2) O antiquário bracarense — Valério Pinto de Sá.

(3) Manuel Silva — Dume e o seu primeiro Bispo — Apenso B.

Foi um deles Caio Sepio Lupo, filho de Aulo Dumiense, famoso arquitecto no tempo de Augusto César (4).

O Dume romano foi arrasado, certamente quando das invasões dos bárbaros, pois que como se viu, S. Martinho construiu lá o seu mosteiro, servindo-se de materiais dos edifícios romanos destruídos.



Este busto a que se refere o texto tem 12 centímentros de altura; a sua base é cortada, posteriormente, em longo bissel, e tem dois orifícios junto aos bordos laterais, um de cada lado, destinados, certamente, a fixá-lo a um suporte vertical.

Qual teria sido a razão da fundação e existência deste povoado, ao lado da Bracara Augusta?

Das vias militares que no tempo da dominação romana se dirigiam segundo o Itinerário do imp. Antonino, de Braga para Astorga, a 2.ª, que ia de Braga a Fão (5) e dali a Grandimiro, porto do norte da Galiza, era, segundo Contador de Argote toda «por agua» até este porto e só terrestre dali a Astorga.

Teria, por isso, entre Braga e Fão, de servir o rio Cávado para este trajecto. Para justificar esta opinião, que tinha por *certa* e *infalível*, baseava-se Argote no facto do Itinerário contar as distâncias de Braga a Fão e de Fão a Grandimiro em estádios e de Grandimiro a Astorga em milhas.

Dizia ele: «Observando eu o estilo do sobredito Itinerario achei que sempre que conta as distancias em estádios fala em navegação e caminho por mar, v. g. a passagem de França a Inglaterra, a de Galipolis para a Asia, a de Brindisi a Durazo, etc. e ultimamente um Itinerario maritimo que o sobredito Antonino fez para os navegantes, todo é por estadios» (6).

A ser assim, deveria ter tido Braga então um porto no Cávado, ou perto do Cávado e em ligação com este rio.

As razões de Argote parece não terem convencido a todos, pois tem havido quem julgue que a 2.ª via militar era toda por terra, mas junto à costa, isto por algures se ler que corria *per loca maritima*.

---

(4) Bernardino Sena Freitas — Memórias de Braga — Tomo I, pág. 140.

(5) Por Fão deve entender-se uma povoação na margem esquerda do Cávado, junto da sua foz — Argote — De Antiquit. Conv. Bracaraug, pág. 96.

(6) Argote — Memórias — Tomo II, pág. 526.

A ter sido terrestre, é de estranhar que não tenham ficado dela vestígios nenhuns, quando todas as outras vias militares deixaram muitos. Neste trajecto por terra, teria que atravessar vários rios (um dos quais grande) na última parte do curso, onde, por ser aí maior a sua largura, mais difíceis se tornavam as travessias.

Não se compreende por que é que sendo ela terrestre, embora costeira, se dirigisse de Braga a Fão, quando encurtaria o trajecto seguindo logo de Braga para um ponto da costa mais ao norte.

É de notar também que, de Fão a Grandimiro, o Itinerário assinala, para marcação de distâncias, apenas duas localidades, que eram portos, ambas elas, onde as naus nestas viagens provàvelmente entravam.

A ser por terra o trajecto ao longo da costa, mencionaria de certo muitas mais. De Grandimiro a Astorga assinala ele as distâncias sucessivas entre *oito* povoações intermédias.

Parece por isso mais aceitável a opinião de ter sido toda «por agua» a segunda via militar romana de Braga a Astorga na parte que ia de Braga a Grandimiro. Sendo assim, em que ponto do Cávado, ou das suas imediações estaria situado o nosso porto?

Segundo informações colhidas por Argote, o Cávado, suprimidas que fossem as represas das azenhas e pesqueiros, seria navegável durante todo o ano desde a foz até à Furada, que fica uma légua a montante de Barcelos, perto de Vilar de Frades, pois que, mesmo de verão, à data destas informações (2.º quartel do séc. XVIII) ainda navegavam barcos de carga desde Fão até à aldeia de Mareces, onde chegavam as marés, distante de Barcelos «um pequeno passeio», e pouco tempo antes (o rio tinha depois assoreado muito) vinham barcos destes de Fão até Vilar de Frades. Parece, a quem vê agora o rio na Furada, que deveria ter existido sempre ali um obstáculo invencível para a passagem de barcos, em qualquer sentido; mas devemos lembrar-nos de que nos últimos 50 anos tem sido feitas lá várias obras a fim de regularizar e elevar a queda da água, para maior eficiência da sua acção nas turbinas da central eléctrica que ali funciona.

Sobre o que ainda era a Furada no seu tempo, diz Argote: «pessoas praticas daquela terra me seguraram, que a quebrada, que ali faz o rio, não é tal que impida o navegar-se, e que é muito menos enconça que algumas, que tem o rio Douro nas partes por onde se navega. O que confirmam ainda com exemplos de barcos, que por ali passaram, em sucessos fortuitos de pessoas, que por esta, ou aquela ocasião, ou andavam brincando e divertindo-se no rio em barquinhos ou se atreveram a esta experiencia» (7).

Mesmo que não fosse possível, navegando, passar na Furada, parece que

(7) Argote, id. id., pág. 530.

poderia ir-se longe pelo interior, aproximando-se muito de Braga, fazendo ali trasbordo para barcos postos a montante.

O arqueólogo bracarense Albano Belino (8) que admite a navegação romana pelo Cávado, supõe que ela se prolongasse em direcção a Braga por um afluente deste rio, regularizado e convertido o seu curso em canal. Este afluente é o rio Córrago, hoje só conhecido por rio Torto, que entra no Cávado perto de Ruães, tendo deslizado pela planície quase sem desnível, através das freguesias de Panoias, Frossos e um extremo da de Dume.

Quando das cheias do Cávado as águas deste rio invadem o Torto e sobem por ele «em grande distancia e volume», o que mostra como é insignificante a inclinação do seu leito.

Belino não diz onde lhe pareceu que fosse a extremidade do Canal, lugar que seria, claro está, o porto de Braga. Infere-se do que escreveu que o supunha algures na planície por onde corre o Torto, talvez em Frossos.

É de notar que esta planície atinge Dume e que nos limites de Dume e Frossos desagua no rio Torto um ribeiro chamado do Crasto, que nasce nos arredores de Braga, em Infias, contorna o monte de Crasto e vem cruzar em Dume a estrada nova de Braga no seu ponto mais baixo e, em seguida, a estrada velha, que é quase paralela àquela.

Ora, o terreno por onde corre este ribeiro, passada a primeira estrada, é sensìvelmente do mesmo nível da planície referida, como se vê por ocasião das grandes chuvas, em que ele inunda ali os campos marginais, demorando estas inundações, por vezes, muitos dias. A ter existido o canal do rio Torto, é admissível que este canal se tivesse prolongado (9) mais algumas centenas de metros, pelo leito do ribeiro do Crasto, seu afluente, indo assim até ao sopé da elevação onde está situada a igreja de Dume e o maior núcleo urbano da freguesia, que é também onde têm sido encontrados os numerosos vestígios da povoação romana.

Teria sido naquele lugar, cuja distância em linha recta à barreira do Pópulo pouco excederá um quilómetro, o porto da Bracara Augusta.

Se foi, vê-se bem qual a razão porque existiu a povoação romana de Dume.

Será interessante referir que, junto à parte mais baixa da estrada nova de Braga a Dume, onde, como foi dito, as águas do ribeiro do Crasto atravessam esta estrada, perto do lugar em que poderia ter sido o porto, há um campo, pertencente à família Magalhães, que tem, desde tempos imemoriais, o nome invulgar de Campo do Porto.

---

(8) Albano Belino — Novas Inscrições Romanas de Braga, págs. 50 e segs.

(9) Argote (**Memórias**, tomo, II, pág. 530) diz que numa doação feita por D. Afonso, o Casto, em 840,, onde se descrevem os termos da cidade de Braga, se faz menção de um lugar chamado *Os Canaes*. Onde seria este lugar?

A FONTE DO ÍDOLO

E O CULTO DE ASKLÉPIVS EM BRACARA

pelo DR. F. RUSSELL CORTEZ
Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

H 32

(Continuado da pág. 44 do volume IV)

Eis como chegou ao Ocidente o culto de *Asklépius*.

Quando em 293 foi necessário organizar um exército — tarefa absorvente para o deus *Quirinus* e para *Papirius*, consul, — a quadra era difícil, por grassar uma epidemia. Foi, então, preciso buscar, fora de Roma, todos os recursos para minorar o flagelo. Consultados os livros sibylinos, estes revelaram o remédio para o mal: — transportar da Argólida o deus *Asklépius*, célebre pelas suas curas.

O senado ordenou uma *súplica* dum dia, tendo, prèviamente, enviado à Grécia uma embaixada para trazer a serpente sagrada e para eles divina. Toda a população de Roma e arredores, as mulheres de cabelos soltos, como parecia mais conveniente, suplicavam, imploravam a protecção do deus Serpente.

O ofídeo divinizado, logo que chegou a Roma, descansou no templo de Apolo, em *Antium*. Quando retomou a jornada, afirma-se ter, voluntàriamente, escolhido para guarida a Ilha Tiberiana, que depois lhe havia de ser dedicada. No ano de 291 consagrava-se o novo templo de *Esculapius*, e com toda a verosimilhança o pessoal a ele adestrito seria grego, desenvolvendo uma actividade em tudo semelhante à do santuário grego de *Asklépius*. Os sacerdotes seriam, simultâneamente, curandeiros, ou médicos.

Ao lado de Apolo, o deus grego que não tinha perdido o seu nome ao ser cultuado em Roma, venerava-se *Asklépius* ou *Æsculapius* na denominação latinizada. Este como Apolo era uma divindade mezinheira.

As inscrições votivas e laudatórias das curas obtidas, encontradas nas ruínas, testemunham a presença duma divindade feminina, associada



Fig. 9 — Estátua de mármore, do Museu de Beja, representando Asklépius.



Fig. 10 — Museu de Mérida. Estátua de mármore encontrada no Cerro de San Albín, representando Aesculapius.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO



ARQUITRAVE

Epígrafe da arquitrave do *puteal* (ver pág 40).
Existe na porta lateral da Sé, voltada para a Rua D. Diogo de Sousa.

ao deus curandeiro. Aparece-nos esta divindade feminina quer sob o nome de *Hygia*, quer sob a denominação de *Salus* (126).

O cerimonial grego e o rito romano empenhavam-se, simultânea e novamente, para concitar a paz e o benefício dos deuses. Perpectuava-se, com demonstrações materiais, a acção paralela de formas religiosas estranhas e autóctones, conjugadas no esforço de melhorar a saúde do povo romano. Construiram-se os templos nas proximidades uns dos outros, separados quantas vezes por apertadas ruelas ou qualquer pequeno canal.

Na *Lusitânia* ou na *Callaecia* o culto esculapiano apresenta-se igualmente com um carácter helénico (127) como nos informam a associação *Asclepius-Hygia* da lápide de *Bracara*, e os *cognomina* dos dedicantes duma das epígrafes de *Olisipo*.

Vemos sempre esta divindade curandeira que, por uma outra lápide, sabemos ter sido adorada em Braga, representada por um personagem barbado e de pé, com o peito descoberto e o corpo envolvido por amplo manto, caido em fundas e fartas pregas, desde o ombro esquerdo; com a toga ou manto apanhado, na altura do epigastro, pelo mesmo braço; maneira de vestir que deixava a descoberto todo o peitoral e braço direito.

No caso presente, a representação escultória parece, efectivamente, seguir os protótipos que, os copistas provinciais ou romanos, puseram em moda no século I para esta divindade. Inspirar-se-iam, por sua vez, em certo tipo de Zeus, atribuído à escola de Myron ,segundo o especialista que melhor estudou esta questão (48). Ao exemplar da Fonte do ídolo falta-lhe grande parte dos braços, carecendo totalmente do esquerdo. Veste uma ampla toga, cujas pregas acusam a posição das pernas. Vê-se a direita, ligeiramente flectida.

Sob a toga nota-se, pela figuração do tecido que guarnece parte do braço direito, ao que me parece, uma túnica formando uma ampla manga.

As gravuras, que documentam este estudo, testemunham o tipo clássico de um *Asklépius* como o de Beja ou o de Mérida e de tantos outros extrapeninsulares. No entanto, difere de eles em algumas particularidades de ordem técnica, senão tipológicas, especialmente na maneira de preguear. Apesar da sua rudeza, reputo esta estátua «do ídolo» de muito interesse para um melhor conhecimento da arte popular e provincial calaico-romana, da época Augustea, durante a qual, provàvelmente, foi esculpida.

Aos escultores locais pouco interessava o pormenor, a sua estesia

(126) V. Basanoff, *Les Dieux des Romains*, pág. 130, Paris, 1942

(127) J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, pág. 265, Lisboa, 1913, que se baseia no livro de J. Toutain, *Les cultes païens*, I, pág. 336.

(48) Furtwaengler, *Meisterwerke*, 367, Garcia y Bellido, *op. cit.*, pag 177.

sentia-se satisfeita com o ritmo formal e uma bem equilibrada coorelação de volumes.

Infelizmente faltam os braços, embora possamos supor que o sinistro estava envolto pelas pregas da toga; mergulhava na fímbria que caía do ombro esquerdo, ou da ponta que, depois de bambear por baixo do cotovelo direito, formava uma ampla prega, quase horisontal e pela altura do epigastro. Além dos braços faltam-nos os emblemas, como igualmente acontece com os pés que não aparecem, talvez devido à fissuração da pedra, ou então jamais foram lavrados por ficarem escondidos pelo pregueado togal. Nos volumes que se avaliam vemos a divindade com o seu corpo apoiado no flanco e perna direita, ligeira e frontalmente flectida pelo joelho, enquanto a outra aliviada ficava um tanto recuada, posição e disposição da roupagem muito semelhante à das divindades ctónicas do Museu de Beja ([49]) e do Museu de Mérida (figs. 9 e 10); afecta aquela posição peculiar ao momento em que do arcaismo esquecem os seus últimos ressaibos para começar o apogeu da plenitude clássica.

Esta interpretação provincial, no rude e áspero granito dos *Bracari*, inspirou-se provàvelmente numa cópia oriunda dos modelos que, no século I, serviram de protótipo para esta divindade salutífera.

A maneira como é tratada a parte inferior da *Toga* pode ser comparada à do *Asklépius* de Braschi, hoje no Museu do Louvre ([50]) enquanto a forma de passar o manto pelas costas se assemelha ao da estátua desta divindade encontrada em Aix ([51]).

As fundas pregas que guarnecem o ombro esquerdo, do qual caem, são parecidas com a do Museu de Cherchell ([52]).

Os caracteres formais, acabados de apreciar e a indiscutível natureza ctónica desta divindade, que, quase em vulto, encontrámos, como que presa, a constituir uma parte integrante do rochedo de Fonte do Ídolo, levaram-me a considerá-la como sendo a imagem de *Asklépius*, divindade ctónica e salutífera.

Mais se me arreigou esta suposição por saber ter ido tal divindade culto em Bracara. A ele se refere o voto *Asclepio et Hygiae Marcus ex voto* ([53]).

O par divino constituído por *Asklépius* e a sua páredra *Hygia*, —

([49]) António Garcia y Bellido, *Esculturas Romanas de España y Portugal*, pág. 178, fig. 192.

([50]) Salomon Reinach, *Repertoire de la Statuaire Grecque et Romaine*, II, 328.

([51]) Ruard, *Rapport sur les fouilles faites à Aix en 1842*, cit. S. Reinach, *op. cit.*, II, 37, 2.

([52]) S. Reinach, *Ibidem*, II, 36, 7.

([53]) *Corp. Insc. Lat.*, II, 2411, J. L. Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, 265.

paralela a *Aesculapius* e *Salus* — representa uma divindade pessoal associada a uma abstracta, que é muito vulgar no mundo Helenístico-romano.

Esta lápide pode considerar-se como pertencente ao templo Esculapino de que a Fonte do ídolo é um resto. Seria uma oferenda deposta no templo por um devoto, tal qual a lápide de *Navia* o foi também.

Como por vezes *Asklépius* nos aparece associado a *Télesphoro*,— médico e vidente celebrado entre os gregos, que dele fizeram um deus — é-me permitida a sugerência de não ser descabida ou inusitada, a associação de *Asklépius* com a forma religiosa *Tongoenabiagus* — cuja primeira palavra e pelo seu femenino suavizado: *Toga almae*, de Amaia (54), — pode ser uma forma religiosa de carácter benéfico — a que nutre copiosamente — De mais a mais, estas divindades, ctónicas e benfazejas eram largamente cultuadas na *Callaecia* pré-romana.

★

Voltemos à consideração dos outros elementos do monumento.

Nas proximidades da fenda por onde mana a água o penedo foi alisado de forma a construir-se uma superfície rectangular, onde se gravaram, em diferentes épocas, duas inscrições: uma votiva e outra comemorativa, além dum nicho ou templete, talhado segundo a técnica do baixo relevo. (Ver figs. 4 e 2).

Nesta área, o penedo mostra, na sua parte superior, uma chanfradura (ver figs. 2 e 3) que pressuponho ter servido para nela assentar um lanço de parede que forrava a cabeceira do templo ctónico, presentemente em estudo. No corte apresentado no estudo de Leite de Vasconcelos vemos ainda os restos desta parede. Agora, depois dos trabalhos efectuados pela Direcção dos Monumentos Nacionais, dela nada resta. Nada podemos avaliar, pela sua técnica construtiva, se era da época Augústea ou posterior.

Continuemos com o exame do local; Olhando-o da esquerda para a direita encontramos então a inscrição distribuída por duas linhas. (Fig. 4).

TONGOE
NABIAGO

Epígrafe que para os autores que têm estudado o monumento contém claramente o nome duma divindade. Já vimos que não pensamos precisa-

(54) Eugénio Jalhay, *Epigrafia Amaiense*, Brotéria, XLV, 1947.

mente o mesmo, uma vez que a principal divindade venerada neste templo ctónico era *Asklépius* e consequentemente não foi em honra de *Tongoenabiagus* que Celico Frontão fez o santuário, como queria Leite de Vasconcelos.

No entanto parece-me justíssimo, em toda a sua asserção, quando este sábio filólogo nos diz: — «A julgar do local da inscrição, ao pé de uma fonte, que brota debaixo do penedo em que aquela está, devemos admitir que *Tongoenabiagus* era a divindade tutelar da fonte». Neste local, onde os nossos maiores *Bracari* veneravam uma divindade ctónica e curandeira, por forma alguma pode ser considerada deslocada, ou fora de propósito, a existência de um voto a uma entidade protectora dos mananciais potáveis ou salutíferos, uma vez sabermos ser a água largamente utilizada no cerimonial Esculapino. Demais a divinização das fontes pode, pela sua própria natureza, bem ser incluída entre os *numina* ctónicos, aqueles cujo poder residia nas profundezas da terra, de cujo àmago manavam as suas virtudes curativas.

Pela análise filológica destas palavras Leite de Vasconcelos (55) chegou a precisar um pouco mais a natureza dessa divindade.

«*Tongoenabiagus* que pode explicar-se pela filologia céltica, é palavra ao mesmo tempo derivada e composta: *Tongoe-nabi-agus* ou *Tongoe--nabia-gu-s*.

«O sufixo *-agu-s (-ago-s)* ou *-a-gu-s (-a-go-s)* está por *-acu-s (aco-s)* ou *a-cu-s (a-cu-s)*, com abrandamento de-*c*- em *-g-*: vid. muitos exemplos de *acos* e *-agos* em Holder (56).

«Este sufixo foi particularmente estudado por G. Flecchia (57) que diz: «La celticitá di questa forma é principalmente attestata dal facto, che essa s'incontra solo in que' paesi in cui abitarono od influirono notoriamente popoli d'origine celtica, e in modo speciale nella Francia, nel Belgio, nell'Italia superiore e nella provinciae Renanae e Danubiane» (58).

Leite de Vasconcelos acrescenta a Península Hispânica (60) dizendo--nos: «Como confirmação da celticidade de *-acus* = *-acos* temos o facto de que ao mesmo sufixo corresponde *-ach* e *-ag* em irlandês antigo: por exemplo em *Romanach* < *Romanacos, *Boadag* < Bodiacos. O sufixo *-acos* servia para formar nomes de pessoas, por exemplo: *Clodiacus, Dubnacus;*

(55) Aut., *op. cit.*, pág. 252.

(56) *Alt-celtischer Sprachsch.*, s. v.

(57) *Di alcune forme dé nomini locali dell'Itatia Superiore*, Torino, 1871.

(58) *Ob. cit.*, págs. 2-4.

(60) Cfr. F. A Coelho, *Revista Lusitana*, I, 376 e Hübner, *Mon Ling. Ibericae*, p. CIII e CXXIX.

nomes dos povos, por exemplo: *Mogontiaci, Teutobodiaci;* nomes de lugares, tais como: *Alpiniacum, Darentiaca.* A primitiva significação dos nomes assim formados é adjectiva «possessiva» (61). «O nosso *Tongoenabiagus*, como outros deuses, pertence à primeira classe, isto é, aos nomes de pessoas». A celticidade deste sufixo não está devidamente documentada.

Porém, mais modernamente, Nino Lamboglia estudou também o tema e considera este sufixo como pré-latino e peculiar à região Ligur (59).

Estudado o sufixo, fica-nos *Tongoe-nabia.* Se considerarmos primeiro o elemento *-nabia* referiremos e comprovado está que nos aparece sob as formas *Navia* e *Nabia*, que apenas diferem em uma ter *v* e a outra *b*, confusão de consoantes labiais, ainda hoje muito frequente na região ao norte do Douro.

Admite-se hoje serem deusas fontanárias, protectoras das águas e das fontes.

Já Leite de Vasconcelos, na sua inegualada obra sobre as Religiões da Lusitânia (118), referiu factos ligados com a veneração religiosa de que a antiguidade cercava os rios. «Os destruidores das sementeiras e das casas, em seu curso impetuoso; os fertilizadores das veigas, quando serenos e mansos: o homem viu sempre neles forças misteriosas que convinha adorar ou esconjurar, conforme as circustâncias».

Destes e doutros factos nasceu a divinização das próprias águas.

Não é pois de estranhar vermos entre os nossos cultos pré-romanos, ao lado do das correntes fluviais, também o das fontes. Os nossos antepassados conhecedores da utilidade que as águas lhes prestavam, não só amaram as fontes, como as adoraram com efusão, erigindo-lhes altares; fundaram templos nas proximidades dos mananciais provindos do âmago da terra.

Destes cultos temos notícia, tanto pelos testemunhos posteriores, dos tempos romanos e subsequentes, como também por inúmeras tradições, perpectuadas pelo nosso património mítico.

Estes cultos foram conservados ou desenvolvidos nos tempos do domínio romano pois que igualmente para estes a natureza é já povoada, pelos *numina.* Sentia-se a sua presença nos arvoredos sagrados. Mas, salvo raras excepções, o culto das árvores não o encontrámos, entre os romanos, na sua forma pura.

Contràriamente, para os povos do *Latium* toda a fonte era sagrada.

---

(61) Cfr. igualmente *Revue Celtique*, I, 460-461 e II, 499.

(59) Nino Lamboglia, *Toponomastica Intemelia*, Bordighera, 1945.

(118) Vid. vol. II, págs. 224 ss.

Algumas delas eram habitadas pelas ninfas, quando não eram elas as próprias ninfas, enquanto outras escondiam a vida duma divindade masculina (119). As suas diversas divinizações, originam o nascimento da representação do deus das fontes, *Fons*. Era celebrado a 13 de Outubro — *Fontinalia* — festa em que lançavam grinaldas floridas nas fontes, junto das quais se depunham coroas florais. Este ritual, das grinaldas lançadas nas fontes, durante a *Fontinalia*, da construção das *Umbrae*, dos vínculos existentes, as *Neptunalia* e a festa das florestas consagravam o *idearium* da força propiciatória da vegetação.

As grinaldas podem considerar-se, nos tempos históricos, como uma espécie de homenagem à divindade, no entanto, o gesto de as depor no manancial remonta aos tempos, anteriores aos deuses, nos quais festões florais comunicariam às fontes a energia benfazeja delas estilante.

Tais práticas têm o seu exemplo clássico na *strena*, dia festivo do princípio do ano, em que os romanos mùtuamente ofereciam um ramo de árvore, augurando felicidade. Igualmente, neste primeiro dia de Março, o ramo de loureiro do ano precedente era substituído por outro verde na porta do *rex sacrorum* e no templo em que ardia o fogo estatal.

Ao que parece, o vocábulo *strena* significava no dialeto sabino: — saúde, abundância ou prosperidade.

Pensava-se que desta forma o viço vegetativo primaveril era transferido com o ramo de loureiro e transmitido ao destinatário (120).

Conhecemos no Oriente a ideia que localizava, superiormente ao firmamento, um enorme reservatório de água que caía feita chuva sobre a terra. Esta ideia de um grande oceano celeste era correntia entre os Babilónios — l'agsu — e os Semitas, tanto como os Egípcios, acreditavam na existência de um Nilo celeste. No livro de Hénoch, do 1.º século anterior à nossa Era, ao que parece, distinguem-se as águas masculinas, que vêm das alturas celestes e as águas femininas, da profundeza da terra e que alimentam as fontes.

Hermes Trimegisto (121) ensina-nos que as almas não piedosas, ao separarem-se dos corpos, ficam presa dos demónios e seriam então penitenciadas na zona apelidada poèticamente de *Tartaro* e *Peryphlégeton*. As almas maldosas seriam precipitadas, pelo Ente Supremo, desde as alturas celestes para os abismos insondáveis e demoníacos acossadas por tempestuosos turbilhões de ar, água e fogo, em discórdia (122).

---

(119) V. Basanoff, *Les Dieux des Romains*, pág. 36, Paris, 1952.
(120) Basanoff. op. cit. pág. 37.
(121) Lydus. *De mensibus*, IV, 149.
(122) Pseudo Apuleio. *Asklepius*, 28. — *De super ad ima deturbans, procellis turbini-*

Visos desta doutrina, a passagem através dos elementos cósmicos, podem ser rastreados nos escritos órficos (123) em que os quatro rios infernais são relacionados com os quatro elementos. Vêmo-los no culto de Isis (124). Encontrámo-los, tanto nos papiros mágicos, como nos livros gnósticos (125).

Voltemos ao estudo do vocábulo *nauia*.

Segundo D'Arbois Jubainville «nabia-gus est probablement pour — naviacos, dérivé de *Navia*, nom de riviere d'Espagne» (62).

Navia est identique au sanscrit classique navya «cours d'eau», principalement «cours d'eau navigable» (63); cfr. zend nav-ya «coulant» (64); cfr. le grec νήϜιος, ναῦϜιος «naval» (65).

«*Nabiagus* pour Navi-acus peut être un doublet du grec νηΐας νηΐάδος ναΐας ναΐάδος pour nau, ia-d-s, ou mieux nau-ii e a-ds «déesse des eaux». Tous ces mots sout dérivés de l'indo-européen nau-s «navire», «canot», qui existe en celtique» (66).

Por esta erudita explicação vemos que o vocábulo deve pertencer ao *substractum* linguístico do mediterrâneo, embora indo-europeu, da qual passaria ou seria conservado pelos dialetos célticos; Não é forçosamente celta e significa: divindade das águas.

Confirmando objectivamente o culto local a *Navia* surge no decurso das obras de desobstrução desta fonte sagrada uma ara, que, atrás referida, nos testemunha um voto por Rufina feito

NABIAE
RVFINA
VS LM

e cumprido com satisfação à divindade das águas.

Esta divindade tópica deve ter tido uma grande expansão a avaliarmos pelos diversos topónimos que dela derivaram: Nabães, ou Navais, Nabão, Nabainho, etc.

---

busque aeris, ignis et aquae saepe discordantibus tradit, ut inter caelum et terram mundanis fluctibus in diversa semper aeternis poenis agitata rapiatur — Confr. J. Kroll, *Lehren des Hermes Trimegistos*, pág. 313 ss. 1914.

(123) Kern, *Orphica*, 123-125.

(124) Apuleio, *Methamorphosis*, XI, 23.

(125) Dieterich, *Mithrasliturgie*, pág 4, 2.ª ed. 1909, Cumont — *Le Symbolisme*, pág. 137.

(62) Ptolémée, II, 6, 5, ed. C. Müller (Didot), t. I, pág. 146, I, 4, 5 — nota.

(63) Otto Böhtlingk, *Sanskrit Woerterbuch*, III, 198, col. 3.

(64) Brugmann, *Grundriss*, I, 97.

(65) *Grundriss*, II, 120.

(66) Stokes, *Urkeltischer Sprachschatz*, pág. 189.

Da sua cultuação conhecemos vários testemunhos epigráficos: Cornide cita uma *Naviae Sesmacae* (C.I.L. II 2602) e outra *Naviae Ancetolu*(s) *Sesm*(aca) (C.I.L. II, 2601) encontradas na Galiza. Posteriormente apareceu um epígrafe de *Nabia* em Nocelo da Pena, Sarreaus, (C.I.L. II, 2622), outra de *Nabia Elaesurrae(cae)* ou *Felesurraec(ae)* em São João de Cambas, Castro de Caldelas (C.I.L., II, 2524), outra de *Nabia* no Monte de Baltar, Penafiel, uma de *Nabicca* em Marecos. Este culto estendia-se para as regiões ao sul do Douro como o comprova as lápides de Pedrogão Pequeno (C.I.L. II, 2378 e 5623) e Alcântara (C.I.L. II, 756). O P.e Fita (67), Leite de Vasconcelos (68) e Schulten (69), baseando-se nos potamónimos *Navia* e *Navea*, *Navialbio* de Plínio e *Flavionavia* de Ptolomeu, têm opinião coincidente, concluindo para *Navia* um carácter fluvial ou pelo menos aquático (70).

O culto das águas aparece como componente religioso de quase todas as populações.

Já vimos atrás que *Tongoenabiagus*, embora palavra composta e simultâneamente derivada, denomina uma divindade e pertence à primeira classe das palavras derivadas com o sufixo *acus*, isto é, aos nomes de pessoas.

Estudado que ficou o sufixo e *Navia* — deusa das águas — fácil é vermos que *Tongoe* é uma forma nominal que vemos empregue — *Tongo*—, numa outra lápide existente nas alvenarias da cabeceira da demolida Capela de Santa Ana (71) e hoje na galeria epigráfica da Biblioteca Pública de Braga. (Ver fig. 5).

.... A TONGO MUNI
XXV • H·S·E
RICIVS PROCV.

Lápide que, dada a proximidade do lugar onde existiu, eu considero muito presumivelmente como fazendo parte do monumento em estudo.

Do mesmo modo não poderemos supor o texto TONGOE / NABIACO como indi-

(67) *Lapidas romanas de Mosteiro de Ribeira*, Bol. Real. Acadm. Hist., vol. LVIII, pág. 338.

(68) *Rel. Lus.*, II, 278 e III 203 ss.

(69) *Hispania*, pag. 99.

(70) Florentino L. Cuevilhas e Rui de Serpa Pinto, *Estudos sobre a Idade do Ferro no N. W. da Península, — A Relixion*, Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, pág. 322, Compostela, 1934.

(71) Argote, *Memórias*, vol. I, liv. II, cap. II, pág. 264, § 438.

cador de uma consagração do monumento, um voto de fidelidade, ao deus *Nabiacus?* Consignado por *Tongoe?* Pela já citada lápide de Marecos conhecemos uma forma *Nabica = Nabiaca(?)* que, talvez, possamos considerar como a forma feminina daquela divindade aquática e propiciatória de benefícios? Que os especialistas se pronunciem é o meu mais veemente desejo.

Para Leite de Vasconcelos *Tongoe* que figura na epígrafe deve equivaler a *Tonge*, com *oe* por *e* (72) uma vez que é não só frequente a forma *oe* (73) como também é vulgar encontrar escrito nas inscrições latinas *oe* por *e* (74). Este elemento entra em vários nomes pessoais: *Tonge-tamus* da área céltica do Beira (75), *Tongius* e *Tongeta* vulgares na Lusitânia(76).

Aparece-nos igualmente em *Tongo-briga* denominação das populações céltico-Belgas? — que habitaram no lugar do Freixo, Marco de Canavezes.

Segundo Zeuss (77), e de acordo com a maneira mais usual de formar palavras compostas na língua céltica, era de esperar que em *Tongoe-nabiagus* o primeiro elemento terminasse em *-o* como acontece em *Tongo--briga.* Para D'Arbois de Jubainville (78) *Tongoe* está por *Tongo,* talvez que com a mudança do *o* do tema em *-e,* e Leite de Vasconcelos manda-nos confrontar com o vocábulo grego Ἀγέ-λαος, de *ἀγό-s,* todavia supõe o étimo duvidoso (79).

Ao abordar a questão da identificação do *o = a* em certos nomes hispânicos Tovar (80) estuda o radical *Tong-* «jurar» que se encontra nas inscrições das populações Vetonas e Lusitanas, quer com *o* quer com *a.* No primeiro grupo temos *Tongius* (81); *Toncius* (82); *Tongeta* (83); *Tonceta* (84); *Toceta* (85). Se o considerarmos equivalente a *Tongeta* e

(72) J. Leite de Vasconcelos, *op. cit*, pág. 254.
(73) Hübner, *Mon. Ling. Iber.*, pág. CXL.
(74) Schuchardt, *Vokalismus des Vulgärlateins,* II, 293, ss.
(75) Hübner, *Corp. Insc. Lat.*, II, 447 e 5334; O *Arch. Port*, I, 227.
(76) Vid. *Arch. Port.*, I, 227 e *Corp. Insc. Lat.*, II, 302, 749, 757, 5248, 5349.
(77) *Gramatica celtica,* 2.ª ed., pág. 853.
(78) Carta para Leite de Vasconcelos de 3 de Abril de 1896.
(79) Brugnann, *Grundriss,* II, § 12.
(80) Antonio Tovar, *Sobre la complejidad de las invasiones indo-europeas en nuestra Península,* Zephyrus, I, pág. 36, Salamanca, 1950.
(81) C. I. L. II, 302, 749.
(82) C. I. L. II, 916, 5310, Eph. epigr. VIII, pág. 318 e 360, IX, pág. 19.
(83) C. I. L. II, 296, 5248, 5349, 295, 417.
(84) C. I. L. II, 296, corrigida in E. E. VIII, pág. 359 —, 295, add. EE. pag. 693.
(85) C. I. L. II, 5576.

não uma forma derivada do vocábulo, sem sufixo, *Toga*. — *Tongetamus* (86); *Toncetamus* (87); *Tancinus* (88), no norte de Portugal o topónimo *Tongobriga* e a divindade *Tongobrigo* e a invocação divina *Tongoenabiago* que agora estudamos. Além do nome de pessoa *Tongo* (nominativo) da lápide de Braga já referida, outro igual aparece numa epígrafe de Santiago (89).

No outro grupo com *a* a série de exemplos é menor: *Tanginus* de que Holder fornece seis exemplos, um outro consta do *Corpus* de Hübner (90), mais o referido por Alves Pereira (91) a que eu acrescento o doutra epígrafe de Idanha-a-Velha: L . MATRICIO // TANGINI F // MATERNO//DFC · AFAL · I e o voto: BASSVS, TANGINI F(ilius) (92) MARTI V(otum) L(ibens) S(olvit) (93) de *Tanginus* aparecem mais dois exemplos na região de Salamanca (94). De *Tangina*, forma feminina da antecedente, topamos um exemplo noutras inscrições latinas dos *Igaeditani*, que, embora mal lidas, reproduzo: MARGA PAVLLINE LB // CELERINA AN XVI // MARGA PAVLL(i)NAE LB // VERECVNDA // AN XXI // TANGINA PAVLLI LIB // H PSSVT L.

De *Tancinus* Holder refere trinta e um exemplos recolhidos na epigrafia peninsular, além de outros dois encontrados em Inglaterra e no norte de África, aos quais Tovar acrescenta mais três casos (95).

Em relação com estes nomes está também *Dancetus*, da epígrafe de Talavera (96), nos quais se verifica a alternância entre as surdas e as sonoras, facto que observamos entre todos os nomes estudados: *Tongius*, *Toncius*, etc. e que a sonorização das surdas intervocálicas e noutras posições explica suficientemente (97).

---

(86) C. I. L. II, 447, 5334 e outra inscrição, mal lida, da Idanha a Velha — J. Pina Lopes, *A Egitania atravez dos tempos*, pág. 99: *Modesto Proculi* f // *Dutiae Pvci f. Rufina Rufi* // TONGETAMI · Maitott (?) // *Matri modesti iiaaio* (?).

(87) Ep. Ep. VIII, pág. 360.

(88) C. I. L. II, 5246.

(89) Bouza-Brey — A. d'Ors, *Inscripciones romanas de Galicia*, I, pág. 22.

(90) C. I. L. II, 413.

(91) F. Alves Pereira, *Hieorologia de um povo da Lusitania*, Annuario del Corp. Facul-cultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueologos, II pág. 283, Madrid 1934.

(92) Incorrectamente publicada por J. Pina Lopes, *A Egitania através dos tempos*, pág. 79 — Lisboa.

(93) *Rel. Lus.* III, 266.

(94) Moran, *Epigrafia Salmantina*, pág. 8 e 20.

(95) Seg. P.e Moran, *Epigrafia Salmantina*, pág. 8 e 69.

(96) C. I. L., 5316.

(97) A. Tovar in *Bol. Real Acad. História*, XXVIII, pág. 272.

Voltemos à raiz **Tong* ou **Tonc* para assinalar que ela se encontra suavizada nos vocábulos que representam entidades divinas: *Togoti, Toga,* palavras onde não aparece o infixo nasal característico daquela [98].

Isto seria um fenómeno peculiar à flexão verbal em que nos aparece um nome com um infixo verbal [99] o que não podemos considerar insólito [100] pois por exemplo aparece em *μενδήρης* citado por Panyasis e que podemos supor relaccionado com *μανδάνω* [101] e no latim aparecem-nos não só nos participios como *sanctus, junctus, functus* [102], mas também como nomes proverbiais, como por exemplo em *cuunilingus* [103] e igualmente aplicado a substantivos: *lingua = ligula; ninguis* por *nivis,* etc. [104].

Toga aparece-nos invocada pela vez primeira numa inscrição de Torre de la Mata, nas proximidades de Ciudad Rodrigo [105], mas pertencente à província de Cáceres. Nesta região, em Martiago — Ciudad Rodrigo — encontrou-se uma outra invocação a esta deusa [106]; invocação surta igualmente no aro de *Civitas Ammaiensis* [107]. Se pelo texto de Torre de la Mata, em que a oferente faz o voto: — *pro victoria* — poderíamos pensar num carácter guerreiro para *Toga,* pelo epíteto — *alma* — da epígrafe de Amaia (Marvão) podemos supor para esta divindade um carácter benfazejo e propiciatório — a que nutre copiosamente. Carácter que podemos supor para a forma masculina de *Toga — Tongo.*

Se não é aconselhável para Tovar [108] «el suponer germanos a los portadores de un nombre celta que parece es el mismo que lleva una tribu germânica». «En efecto, los Tungri podriam deber su nombre precisamente al hecho de ser *foederati* y haver por tanto «*jurado*» fidelidad [109]».

A forma *Tong* não é germana e, pelos considerandos filológicos,

---

(98) Maria de Lourdes Albertos, *Nuevas divindades de la antigua Hispania,* Zephyrus, III, pág. 62. Salamanca, 1952.

(99) Walde-Pokorny, alega que — «n» é um infixo do presente, ao criticar a etimologia Tongo a partir da galês *tyngu* apresentado por Pedersen, «*Vergl, Kelt. Gramm*». II, págs 652 ss.; cfr. Thurneysen, *Hb. des Alt-Irichen.* I, pág. 332.

(100) A. Tovar, *op. cit.,* 36.

(101) Schwyzer, Gr. Gr. I, pág. 699.

(102) Stolz-Leumann, *Lat. Gram.,* pág. 313.

(103) A. Tovar, *op. cit.,* pág. 36, nota 6.

(104) M.ª L. Albertos, *op. cit.,* pág. 62.

(105) C. I. L. II, 801.

(106) M ª L. Albertos, *Nuevas divindades,* etc , pág 62.

(107) Eugénio Jalhay, *Epigrafia amaiense,* Brotéria XLV, pág. 13, sep.

(108) A. Tovar, *Sobre las invasiones indo europeas* pág. 36, nota 6.

(109) Vid. Karl Scherling, R. E. VII, A, 2, col. 1349.

Tovar pensa que, apesar de esta alternância *o* e *a* se apresentar entre os elementos indoeuropeus da *Hispania*, esta evolução é igualmente característica dos dialetos nórdicos e centrais: germânico, lituano, albanês e ilírico ([110]).

Tais factos provam-nos, evidentemente, o carácter misto das invasões indo-europeias no Ocidente.

Não devemos perder de vista ser o dedicante, ou o construtor deste monumento, um elemento das populações onde aparecem mais vincados os carácteres filológicos que julgamos pertencer aos povos indo-europeus que, através das margens do setentrião mediterrâneo, para aqui vieram.

★

Junto a esta epígrafe votiva aparece-nos um nicho lavrado, em baixo relevo, na mole granítica. Este nicho representa sem dúvida uma *aedicula;* o busto, no seu interior, esculpido, corresponderá à imagem do próprio *Tongoenabiagus*, texto que para nós, contém o nome de uma das divindades adoradas neste templo.

O templete ou tabernáculo é constituído por duas pilastras quadrangulares, sobrepujadas por um frontão; albergaria a representação do *numen* que a fonte, com o seu poder benéfico e purificador concretizava: TONGOENABIAGVS — Tongo, a Nabiago (ver fig. 4).

Da observação da atitude do busto, gasto como está pela acção da intempérie, não pode tirar-se ilacção alguma acerca do carácter e aspecto de divindade. A sua cabeça bem erecta olha ligeiramente para a direita e ao que parece o seu corpo está guarnecido por uma túnica pregueada, arreganhada no ombro esquerdo por uma fíbula. Não será a efígie do próprio *Celicus?*

As esculturas do interior do frontão, merecem algumas palavras mais, uma vez que as inscrições lá existentes já as estudámos anteriormente.

Não será necessário para interpretar o significado profundo desta figuração, recordarmo-nos das interpretações dos Pitagóricos; onde é consabido que esta seita, que acarinhava a ideia da obtenção para os seus correligionários um lugar de privilégio na outra vida, utilizava adequado

---

([110]) A. Tovar, op. cit. pág. 37; para o ilirio vid. Jokl, R. L. de Ebert. pág. 43; Kretschmer, *Glota*, XXX, pág. 136; H. Krahe, *Germanen und Indogermanen*. Festschrift. Hist. II, pág. 566.

simbolismo nos epitáfios dos adeptos e praticava junto dos seus túmulos, cerimónias propiciatórias para assegurar a felicidade por termo (111).

Bem pode ser uma romã o fruto esferoidal que vemos reproduzido no lado esquerdo do frontão da *aedicula*. Que a romã era uma comida grata aos deuses ctónicos conhecê-mo-lo pelo *Hímno* a *Deméter*.

Podíamos ainda pensar que o objecto globular que encontrámos representado na parte superior esquerda do templete figure um ovo, que como sabemos andava intimamente ligado com a escatologia lunar e com o culto ofiolátrico, crenças largamente aceites pelas nossas populações pré-romanas. Ainda que a tradição do ovo druídico, tal e como a refere Plínio, se não encontre entre nós, na actualidade, ficaram dela lembranças que permitem a ilacção da sua existência outrora.

Lêmos na *Naturalis Historiae* que os Galos consideravam o ovo druídico, identificado por Dottin como o ouriço fóssil, como obra das serpentes e ligavam-lhes propriedades amuléticas, óptimo preventivo para lograrem sucesso nos processos judiciais ou para alcançarem a amizade e protecção dos poderosos.

A detenção deste, para eles valioso, amuleto, rodeava-se de cerimónias mágicas, escolhendo para isso uma determinada fase lunar. Recolhiam o ovo num lenço branco, no preciso momento em que os ofídeos o lançassem ao ar, mas antes que tocasse a terra. Depois tinham de fugir ràpidamente a cavalo, uma vez que as serpentes perseguiam o ladrão até encontrarem no seu caminho uma corrente de água (114).

Da ligação do ovo com a serpente temos sobrevivências em algumas lendas trasmontanas. (Ver págs. 23 e 26).

Os animais de natureza *chthonioi*, como o *eidolon*, são, por viverem na água ou na terra, as cobras, os ratos, as lagartixas, os peixes, etc (112).

Das relações existentes entre a serpente como símbolo e as imagens dos sonhos, consequentemente, entre as almas dos mortos e da ligação dos ofídeos com os poderes ctónicos, deriva a condicionalidade mútua das concessões dos antigos relativamente ao culto dos mortos e das deiades ctónicas (113).

---

(111) Plutarco, *De génio Socratis* pág. 583; Boyancé, *Le culte des Muses chez les Philosophes*, pág. 135 ss. 1937

(114) Florentino Lopez Cuevillas e Fermin Bouza Brey, *Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatria en Galiza*, Arq. Seminario d'Estudos Galegos, II, pág. 158 ss. Curunha 1929.

(112) Martin Ninck, *Die Bedeutung des Wassers im kult, und Leben der Alten*, pág. 69, ss. 1922.

(113) Erwin Rohde, *Psique*, pág. 80; E. Küster, *Die Schlange in der griechischen kunst und Religion*.

Através dos relevos espartanos do séc. VI, relaccionados com o culto dos mortos, podemos melhor compreender outras representações plásticas mais recentes, com cenas de ofertório. Igual significado apresentam certas composições escultóricas, em baixo relevo, descobertas, principalmente na Beócia, em que o herói consagrado, nos aparece a receber as oferendas e os adoradores apresentam-lhe romãs, galos, porcos ou carneiros. Todas estas vitualhas são adequadas para agradar aos poderes subterrâneos.

A cremação do porco e do carneiro constituía um dos principais elementos dos ritos catárticos.

O galo e o corvo eram também animais muito apreciados nos sacrifícios aos deuses ctónicos, entre os quais a *Asklépius* e grandemente utilizados nos esconjuros e nos actos de magia.

No lado direito do frontão avistamos uma ave, na qual Leite de Vasconcelos queria estivesse representada uma pomba.

Aves como a que aparece no tímpano deste templete podemos encontrá-las no Oriente por exemplo no túmulo respestre de Dejel-el-Àmado, nos arredores de Tyro ([115]) onde no tecto do hipogeu vemos diversas pombas envolvidas profusamente por flores.

Em vez de uma pomba, considero a ave que vemos representada no frontão da *aedicula*, antes um corvo, dado o seu perfil esguio e o comprimento do rabo. Não poderemos estranhar esta representação uma vez consabido que a esta ave de plumagem negra e brilhante era atribuído um valor totémico ([116]). Não esqueceremos que Apolo tinha entre os seus atributos um corvo, pássaro portador do fogo ([117]). Dadas as relações que existiram entre Apolo e *Asklépius*, esta representação ornitológica, tem o seu cabimento neste santuário ctónico consagrado à cura das enfermidades do corpo e do espírito.

Muitos mais exemplos poderíamos apresentar relativos à figuração de corvos nos epitáfios.

Superiormente ao templete ou *aediculum* encontrámos a tal inscrição, de texto gravado em caracteres cursivos dos finais do séc. I, J. c., de que já falamos, (pág. 10), e que conjuntamente com a lápide recolhida das paredes da Capela de Santa Ana relembram ter sido o templo recons-

---

([115]) Le Lasseur, *Syria*, III, pág. 18 — III, 1922 — Comont. *Le symbolisme funeraire etc.* pág. 153.

([116]) Pokorny. *Zeit. Celt. Philo.* XX, pág. 114 ss.

([117]) Gruppe, *Griech. Mythologie*, pág. 796, cit. por Pokorny, nota supra. Apolo vej Gossen, R. E. I. A. col. 20 ss. cit. por M.ª Lourdes Albertos, *Nuevas divindades de la antigua Hispania*, Zephyrus, III, pág. 58, Salamanca 1952.

truído! Penso que estas duas epígrafes sejam sobejas para testemunhar um arreigado culto familiar entre os descendentes de Célico Fronto.

Este culto dos antepassados, por vezes generalizado nas grandes comunidades, venerador da memória daqueles que julgavam ser os fundadores das colectividades territoriais, urbanas ou gentílicas, tinha grandes analogias formais com o culto dos heróis. Entre estes contava-se *Asklépius*.

Se encararmos esta forma religiosa, relacionando-a com o problema das analogias entre o *substractum* religioso mediterrâneo e o dos elementos indo-europeus, problemas que estão longe da solução, não podemos aceitar o conceito de Leite de Vasconcelos ([128]) ao afirmar «que, a julgar das inscrições aparecidas, as divindades romanas e greco-romanas da saúde não teriam no nosso solo raízes muito profundas». Vimos que *Asklépius* incarnava-se numa serpente, e consabido é como, entre nós, era também extenso e intenso o culto ofiolátrico ([129]).

Culto este peculiar às populações moradoras nos crastos, de cabanas de planta circular e pertencentes a uma civilização que desde o Mediterrâneo passa ao Noroeste Peninsular, aparece na Irlanda, surge nas Canárias, mostrando assim como abarcou as margens ocidentais do Atlântico. São flagrantes as semelhanças entre os povoados recentemente escavados nas ilhas do arquipélago das Lipari ([130]) e os crastos Calaicos se compararmos as casas redondas neles encontradas ([131]).

Estas populações, possuíam numerosas divindades locais, de carácter ctónico e tópico, sobre as quais assentariam formas religiosas idênticas, variando sòmente os nomes sob que eram invocadas. A essas, ou às divindades antropomórficas de origem greco-romana, representantes delas, recorriam principalmente, como o provam os monumentos que agora estudamos.

★

Se quisermos aprofundar o conhecimento da religião dos *Bracari* podemos contentar-nos com o testemunho dos autores helenístico-romanos relativos a este antigo território ao norte do Douro. Podemos reparti-lo

([128]) Aut. cit., *loc. cit. supra.*

([129]) Sobre o tema ver especialmente: Florentino L. Cuevillas e Fermin Bouza Brey, *Os Oestrimminios, os Saefes e a Ofiolatria en Galiza*, Curunha, 1929.

([130]) L. Bernabó Brea, *Villagio dell'etá del Bronzo nell'Isola di Panarea, Boll. d'Arte*, Roma, 1951.

([131]) Juan Maluquer de Motes, *Un interesante poblado de la Edad del Bronce en la isla de Panarea*, Zephyrus, III pág. 85 Salamanca, 1952.

em dois grupos, um constituído por alusões acidentais; o outro seria constituído pelos escritos daqueles que, duma forma sistemática, procuraram dar uma visão conjunta da Península quer estes se tivessem limitado, como Ptolomeu, a calcular as coordenadas, ou dados astronómicos precisos e necessários para executar a cartografia, regional ou local; quer procurassem dar-nos uma descrição, como o fez Estrabão, ou ilucidar-nos da sua vida administrativa, de que Plínio é exemplo; ou simplesmente um epítome dos itinerários, como o dito de Antonino ou o do Anónimo de Ravena. Lamentàvelmente, para esta região dos Calaicos, as moedas em nada concorrem para melhor nos ilucidar, deixando entrever alguns pormenores sobre a marcha e progresso da romanização.

A primeira referência aos *Bracari*, nos textos literários romanos conservados, encontrámo-la, — no caso de os considerarmos como formando o todo Calaico, — na descrição de Apiano ([132]). Este refere-os ao relatar a guerra de Viriato e quando a paz, estabelecida com Serviliano, foi considerada, pelo Senado, como ignominiosa, para que Cepião pudesse combater o glorioso caudilho Lusitano. Informa-nos que no ano de 139 a.c. Cepião perseguiu as hostes de Viriato que, contando com pouca gente, evitou sempre o combate. Nesta conformidade o general romano deixou de seguir as forças Lusitanas e guerreou os Vetões e os Calaicos, aos quais desvastou os seus campos: *ὁ δέ καιπίων ἐς οὐέττωνας καὶ καλλαϊκούς τραπεὶς τὰ ἐκείνων ἐδήου.*

Após a morte de Viriato, os Lusitanos prosseguem nas suas correrias e Roma incumbe *D. Junius Brutus*, cônsul em 138, de os combater. A sua estratégia, consistia em não os guerrear na região montanhosa, antes atacar os povoados lusitanos. Depois de pacificar a Lusitânia, ataca em 137, a. c. a *Callaecia* ([133]). E atravessando o Douro, percorreu, combatendo, muitas terras, exigindo muitos reféns daqueles que se submetiam; deste modo chegou até ao rio Lethe, e foi o primeiro dos romanos que o atravessou. Daqui chegou até ao outro rio, o *Mínio*, e como tivessem saqueado os seus abastecimentos, atacou os Brácaros — *Βρακάρους* — dos quais muitas cidades se submeteram, para depois se revoltarem e serem finalmente pacificados por Brutus.

(Continua)

([132]) Apiano, *Iber.*, 70.
([133]) Apiano, *Iber.*, 73-75.



CRY, THE BELOVED LAND, por Alan Paton [1]

Tenho para mim que um romance só o é naquela medida em que obrigar o leitor a pensar, levando-o a pôr perante a sua própria inteligência, ou perante a sua própria consciência, aqueles problemas humanos que, por o serem, são universais, relegando para plano remoto todo o rendilhado de linguagem que o seja por mero *verbiage*, exercício didáctico, frio e estéril.

Julgo, porém, que tais problemas só lograrão ser compreendidos, e o alvo do autor só será atingido, na medida em que o interesse da narrativa se tornar veículo da eloquência do escritor, sob pena de às primeiras linhas o leitor fechar o livro num bocejo e nunca mais recordar sequer o nome do que subscreveu essas páginas soporíferas.

Se no passado a função do romance era simplesmente deleitar, no século XVI entra ele decididamente no caminho que levaria à floração do século XIX, em que os romancistas — ou pelo menos alguns dos mais notáveis — haviam de lançar as bases do romance científico, ou com pretensões a sê-lo. É certo que no decorrer de cada um dos últimos séculos têm variado os conceitos acerca da arte do romance; e, mesmo no século passado, o conceito romântico divergia do realista, tanto ou mais do que este divergia do naturalista. Benjamim Constant, se não o criador do romance psicológico e intuspectivo, pelo menos o maior romancista do género, não teve o mesmo escopo, nem seguiu os mesmos processos que Stendhal, como este difere fundamentalmente do tumultuoso Balzac, por sua vez nos antípodas do equilibrado Flaubert. O impetuoso Zola divergiu tanto do autor da *Educação sentimental*, quanto de Bourget ou de Proust, que o seguiram.

Na Inglaterra, profunda foi a diferença entre dois autores coevos, como Dickens e Thackeray, ambos, por sua vez, a mil léguas de distância de Carlota Brontë. Todos três estavam muito longe de George Elliot, ou de Stevenson, ou de Trollope, ou de Meredith.

Em Portugal encontramos divergência profunda entre o romance de Júlio Dinis, o de Eça de Queirós e o de Malheiro Dias, todos três do outro lado da trincheira em que Camilo se batia bravamente. E em nossos dias, três dos nossos maiores roman-

---

(1) Ed. de Jonathan Cape, Londres, 1948, 269 págs.

cistas vivos — Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro e Joaquim Paço d'Arcos — em tudo são diferentes e não apenas pelo estilo

Numa coisa, porém, parecem unânimes os grandes romancistas de há três séculos a esta parte: em procurarem dar ao leitor uma visão panorâmica ou restrita da vida e, portanto, da verdade, embora esta não seja, tantas vezes, a verdade objectiva — a vida em si mesmo —, mas a verdade subjectiva e pessoal — o subconsciente ou próprio o «eu» de cada autor. Julgo mesmo que, sem grande esforço, poderemos encontrar até nos romances de feição mais romanesca, v. g. *Os Três Mosqueteiros*, ou nos mais caracterizadamente objectivos, v. g. *Madame Bovary*, rastos pronunciados desse subjectivismo tão acentuado no *Adolphe* ou nos romances de Catarina Mansfield, por exemplo.

Em definitivo, um romance não é mais do que a libertação de um autor desses fantasmas que o perseguem dentro do seu próprio «eu», libertação que tanto pode revestir a forma de uma autobiografia romanceada *(Adolphe)*, a reconstituição duma época histórica *(Henry Esmond)*, a de um *imbroglio* profundamente encadeado de episódios *à sensation (O Conde de Monte Cristo)*, ou a de um pretenso estudo psicológico encarado à luz da patologia *(Amor Divino)*, ou até uma série de quadros de crítica social *(Os Maias)*.

Assim se explica que, a despeito, por exemplo, da decantada impassibilidade dos realistas e dos naturalistas seus continuadores, não seja possível separar a personalidade do autor da própria obra, sem o que esta se tornaria incompreensível. Mesmo o fleumático Flaubert — e o adjectivo aplica-se ao «romancista» e não ao «homem» — jamais pôde libertar-se totalmente do virus romântico, mais acentuado na *Educação sentimental* do que em qualquer dos seus outros romances, virus que, felizmente, salva as suas obras de constituirem uma semsaboria para o leitor, e transmitiu ao autor esse nervo e esse sangue que se sentem vibrar através de toda a sua obra.

Com todo o seu amor pelo documento, Zola não pôde libertar-se totalmente do entusiasmo, podendo assim erguer uma mole que talvez seja informe, mas que não deixa, por isso, de constituir um fresco grandioso, ainda que a «verdade» do romancista seja antes a «verosimilhança». E o próprio Anatole — que só acidentalmente foi romancista — com toda a sua frieza, o seu desdém e a sua ironia de renatista impenitente, algo da sua alma, do seu «eu» deixa transparecer nos mármores admiráveis da *Thaïs* e de *Les Dieux ont Soif*.

O romance, portanto, só conseguiu constituir-se como género autónomo no dia em que alcançou captar a curiosidade dos leitores que, por sua vez, procuraram libertar-se de si mesmos mergulhando em outros ambientes apenas visionados imaginativamente, indo ao romance buscar esquecimento, deleite, passatempo ou mesmo ensinamento, mas sob a condição de os autores lhes apresentarem a vida. Foi assim com o romance cavalheiresco, com o pastoril, com o sentimental, com o psicológico, com o realista, com o naturalista e com o idealista. Continua a ser assim em nossos dias, até com dois géneros bastardos, como o policial e o de aventuras. Assim se explica, por exemplo, que hoje ninguém já leia o *Telémaco* ou o *Grand Cyrus*, a despeito do entusiasmo que despertaram no seu tempo. Dificilmente se suporta a *Clarissa Harlowe* de Richardson, embora muitos passos sejam susceptíveis de interessar o leitor suficientemente corajoso para penetrar naquele imenso mar de prosa. Ninguém pega já no *Feliz independente* do nosso operoso P.e Teodoro de Almeida, cujas digressões e discursos morais são de um tédio invencível. E ao próprio Vítor Hugo é necessário

todo o seu génio para que o leitor inteligente se não deixe vencer pelo enfado diante das infinitas digressões filosófico-políticas que enchem os dez volumes d'*Os Miseráveis*.

É, portanto, factor essencial, fundamental do romance o interesse: desaparecido este, desaparece o romance.

Nada, de facto, tão longe dos fins do romance como esse jamais tentado romance-monografia, para que os naturalistas franceses julgavam tendia o romance nos fins do século XIX, estudo seco e objectivo de um «caso» concreto considerado do ponto de vista científico e segundo os cânones — e os preconceitos... — da escola.

Felizmente que o nosso século progrediu quanto a essa modalidade da arte literária, e um Tomás Hardy, ou um Tomás Mann, ou um John dos Passos, ou um Joseph Conrad, ou um Steinbeck, ou um Graham Green, ou um Ferreira de Castro, têm mais interesse do que tantos romancistas-documentistas dos fins do século passado e da primeira década do actual.

Esse interesse, que ameaçava decrescer na Europa, mergulhando numa repetição inevitável dos temas por esgotamento do filão, tornou-se mais amplo com o alargamento do seu campo de acção aos países novos da América e, há poucos anos, da África.

Efectivamente, se a América há muito já que nos oferece o espectáculo de uma literatura em franco progresso, com uma pléiade de grandes romancistas, que, como catadupa niagárica, quase subvertem os últimos abencerragens do romance europeu, a África parece querer erguer o facho prestes a cair das mãos da velha Europa, sua mãe espiritual. E é na África do Sul que se encontra a levedar o fermento que um dia produzirá, por certo, os verdadeiros continuadores do romance europeu. Há ali, de facto, mais homogeneidade espiritual do que nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil, talvez por ser ùnicamente o espírito nórdico que informou a mentalidade sulafricana. Se do entrechoque de dois espíritos diferentes podem brotar ideias fecundas; se o encontro de mentalidades de diversa origem pode levar ao renascimento de culturas decadentes; se a oposição e até o antagonismo de idiossincrasias diferentes é propício ao florescimento de culturas originalíssimas, creio que nos países novos, como a África do Sul, esses antagonismos só podem ser perniciosos, por não se encontrarem ainda suficientemente solidificados os sedimentos que constituem o substracto da nação. Colonizada ao norte por emigrantes flamengos, nórdicos portanto, e ao sul por colonos ingleses, nórdicos também, a diversidade dessas duas mentalidades afins não era tão grande que pudesse criar problemas irredutíveis, do mesmo passo que os une o mesmo anseio e o mesmo amor pela liberdade, característica inconfundível de todos os povos que têm os Vikings por seus antepassados.

Um caso curiosíssimo de escritor sulafricano, de extracção anglo-saxónica, é o do sr. Alan Paton, que hoje ultrapassa já a quarentena, e se estreou como romancista com *Cry, the Beloved Country*, romance de conteúdo fortemente humano, como vou adiante tentar demonstrar.

Efectivamente, A. P., natural de Pietermaritzburgo, no Natal, uma vez licenciado pela Universidade do Natal, ensinou em Ixopo, pequena cidade da Zululândia. Mais tarde foi elevado a director do Reformatório de Diepkloof, destinado aos rapazes delinquentes e, na sua espécie, o maior da África, esforçando-se por ali introduzir os métodos penais modernos, que desejou tornar extensivos a toda a África.

Durante os seus anos de magistério e, depois, de director de um estabelecimento penal, o Autor travou contacto íntimo com os problemas raciais, hoje tão agudos na sua pátria como o foram nos Estados Unidos. E é, de facto, o problema racial uma das

inferioridades da nossa civilização que se arroga, até nos países declaradamente laicos, a categoria de «cistã».

Efectivamente, na África do Sul — povoada de ingleses, de bures *(africânderes)* e de negros — o problema racial reveste-se de aspectos profundamente antipáticos, que, à semelhança do que vemos na América do Norte, coloca os homens de cor à margem, não podendo coabitar com os de raça branca, nem gozar das suas imunidades e privilégios. Este ensaio não pretende ser uma exposição dos complexos problemas da vida da África do Sul, pelo que apenas aflorarei, muito ao de leve, o suficiente para, depois, os meus leitores poderem compreender as intenções de A. P. ao escrever e publicar o seu romance.

O Branco encontra-se em minoria em toda a África. Mas o Negro só começou a ter contacto com a civilização quando, a partir do século VII D. C. os Árabes, na sua marcha expansionista, invadiram o continente africano e conquistaram toda a costa mediterrânea e se estabeleceram na costa do Índico, fundando pequenos sultanatos, que Vasco da Gama conheceu, antes de quaisquer outros europeus.

Mas a civilização árabe tinha carácter estático, como todas as civilizações orientais antes da expansão europeia: a chinesa, a japonesa, a hindu, a hebraica, a persa e a egípcia. O árabe cristalizou ao atingir, no século VIII, o apogeu da sua civilização e poderio; como conquistador apenas conquistou; dos vencidos apenas lhe interessava o tributo. Assim se explica que no Sudão, na Guiné, na costa de Sofala e na Somalilândia o Negro, embora, às vezes, convertido à fé de Mafoma, se encontrasse, socialmente, numa situação igual à que antecedera a sua entrada em contacto com a civilização árabe. Por isso, os problemas seculares do Negro continuaram a subsistir até ao estabelecimento dos europeus na África. Por isso, só quando Portugueses, Ingleses, Holandeses e Franceses começaram a retalhar o Continente Negro é que, enfim, os problemas da nossa civilização se entrechocaram com os seus, e o futuro se lhe antolhou diverso, não já numa imobilidade milenar, mas antes como uma marcha ascencional até equipará-lo às raças que o tinham precedido no avanço progressivo para a conquista da felicidade material, espiritual e moral.

Mas por deficiência de preparação, por vícios históricos, por erros de visão, seus e do Branco, por mútua incompreensão, com o Negro deu-se um caso semelhante ao do Japonês ao adoptar a civilização europeia depois da revolução de 1868: apenas se europeizou exteriormente. A sua alma, o seu subconsciente permaneceu como dantes, sem que a «nossa» civilização lhe desse a felicidade que sonhava. E a nossa organização social e política, pretendendo fazê-lo feliz e igualá-lo a nós (seremos nós, *de facto*, felizes?) apenas aumentou os seus problemas, mais do que isso: desorganizou profundamente o seu modo de viver, sem lhe dar um sucedâneo, momentâneo que fosse. Não houve mesmo crise de adaptação, porque o Branco, com a sua proverbial incompreensão da psicologia das raças chamadas «inferiores», não soube, não pôde ou não quis compreender os problemas do Negro, a quem não convinham as nossas instituições, os nossos ideais, os nossos preconceitos. Daí a série de problemas que têm surgido no decorrer dos últimos 50 anos, agravados ainda com a animosidade latente entre os imperialismos europeus ainda ali subsistentes, problemas graves, hoje tornados ainda mais graves com a propaganda subversiva tocada da Rússia e as ambições mal veladas da nova Índia, que já lança vistas não desinteressadas sobre a costa oriental onde os hindus de origem se contam por milhares.

Ora ao Autor do livro em referência preocupou-o desde cedo o problema da

desorganização tribal. Pela pena de Artur Jarvis, assassinado pelo filho do personagem central do romance, diz-nos:

> «O antigo sistema tribal, com toda a sua violência e selvajeria, toda a sua superstição e feitiçaria, era um sistema moral. Os nossos indígenas hoje produzem criminosos, prostitutas e bêbados, não porque o sejam por natureza, mas porque o seu sistema simples de ordem, de tradição e de convenção foi destruído. Foi destruído no embate com a nossa civilização. A nossa civilização tem, portanto, o dever imperioso de criar outro sistema de ordem, de tradição e de convenção» (pág. 143).

Isto quer dizer que os homens de hoje reconhecem os erros dos seus antepassados, mas ainda não procuraram remediar todo o mal que se fez. E a nossa civilização continua a beneficiar um número insignificante de negros, a prejudicar, perverter e perder um número muito maior, e, sobretudo, a deixar gerar-se no seu subconsciente o ódio do Branco, prenhe de todos os males que um dia podem cair sobre a África.

Tendo escrito numerosos artigos acerca dos problemas raciais em jornais sul-africanos, o sr. A. P., bom psicólogo, viu que, para o compreenderem e para ele, por sua vez, se fazer compreender, haveria que lançar mão de um meio que lhe desse mais vasto público do que o dos jornais e das revistas da especialidade. Daí nasceu o romance *Cry, the Beloved Country*. Estamos, portanto, em presença de um romance de tese. Vejamos, em resumo, o seu entrecho.

Na aldeia zulu de Indocheni, situada «num dos mais belos vales da África», vive o Rev.º Estêvão Kumalo, sacerdote indígena, já idoso, na companhia da mulher. Embora os Zulus tenham muitos filhos, este casal humilde tivera apenas um, que um dia abalara para Joanesburgo, não voltando a dar sinais de vida. A grande cidade sulafricana, que brotara do deserto, como a Sacramento californiana, tão sòmente pelo poder do ouro que surgiu do subsolo, é um polvo tentacular que atrai e logo abafa almas ingénuas ou simples ambiciosos à busca de riquezas ou de prazeres. E assim, também atraíra e subvertera Gertrudes, irmã mais nova de Kumalo, para ali partida com um filho em busca do marido. «Quando as pessoas vão para Joanesburgo, não voltam» (pág. 17).

E no coração do velho sacerdote evangélico vivia a saudade e a dor da perda desses dois entes de quem jamais houvera notícias desde que a grande cidade do ouro os recebera e sumira.

Mas um dia, inesperadamente, uma carta de outro sacerdote indígena de Joanesburgo, o Rev.º Teófilo Msimangu, adverte-o de grave doença que atacara a irmã, pedindo-lhe que a fosse ver. O velho Kumalo aproveita a ocasião para procurar também o filho e leva consigo as economias de muitos anos e as da mulher, que generosamente lhas oferece para pagar as despesas ocasionadas pela doença de Gertrudes. Durante anos o velho sacerdote juntara um pequeno pecúlio para comprar à mulher um fogão. Mas ante o inesperado, não havia remédio. E parte.

Pode-se imaginar que acontecimento seria naquela aldeia, perdida nos primeiros contrafortes da cordilheira do Drakenberg, a partida do seu pastor de almas para a grande cidade do norte. Também se pode supor qual fosse o espanto, a admiração, o receio e o temor do velho zulu quando, com uma velha mala de mão, desembarca na cidade do ouro para se dirigir a casa do Rev.º Msimangu.

Joanesburgo é uma cidade para que convergem todos os ambiciosos, todos os desiludidos, todos os revoltados, todos os suspeitos, todos, enfim, que constituem o substracto de uma cidade onde impera ùnicamente a vontade do mais forte e a ambição de enriquecer. Centro da indústria mineira do ouro, é uma espécie de S. Francisco antes do grande terramoto de 1906: sede do vício e do crime, onde vivem negros e brancos lado a lado, numa desconfiança permanente e num permanente desejo de retaliações e de vingança. É ali que cai o velho Kumalo, sendo logo roubado de uma libra por um jovem que, amàvelmente, se prontificara para, em seu nome, comprar o bilhete para o autocarro que o levará a Sophiatown, onde vive o Rev.° Msimangu. É ali que, da boca do colega, aprende a verdade acerca de Gertrudes: a rapariga dera-se à bebida e à prostituição. O velho Kumalo compreende então que grave «doença» a atacara e exclama, atónito: — *Tixo! Tixo!* (Deus! Deus!).

E começa uma longa peregrinação, durante a qual as ingénuas ilusões do velho zulu do tranquilo vale de Ixopo se rasgarão a pouco e pouco, abrangendo ele os profundos abismos ignorados da maldade humana. Durante essa via dolorosa deparará algumas almas perfeitas e boas, e não serão apenas de brancos, porque o negro tem, muitas vezes, a alma mais branca do que os brancos mais ciosos da cor da sua epiderme.

Gertrudes é encontrada, num bairro suspeito, onde exercia a triste profissão, numa casa onde há risos, «aqueles risos de que se tem medo» talvez «porque já se está receoso, talvez porque realmente sejam risos maus» (pág. 35). Depois duma conversa em linguagem simples, mas cheia de humanidade, durante a qual o receio do velho e o receio da irmã hesitam em revelar-se, aquele consegue convencê-la a acompanhá-lo com o filho, pelo que, naquela mesma tarde, a vai buscar e aos seus pobres bens. «O próprio Kumalo sentia o coração alegre e contente como um rapaz, mais do que sentira durante anos. Um dia em Joanesburgo e já a tribo se reconstituía, e a casa e a alma se restauravam» (pág. 39).

Deita-se, depois, o velho Kumalo à procura do filho Absalão, de quem o Rev.° Msimangu nada sabia. Como Gertrudes, como o marido desta, como tantos outros antes e depois, a cidade tentacular absorvera-o, quebrada a tradição tribal ao embate da civilização do Branco que não reconstituía. Um dos que também ali tinham acorrido havia sido João Kumalo, seu irmão, agora influente na política local, e grande orador das multidões de cor, que, em voz tonitroante, proclamava a necessidade de terem, não «igualdade e liberdade e a abolição das fronteiras da cor», mas «mais dinheiro da mais rica indústria do mundo» (pág. 178). Este João Kumalo é um político oportunista e manhoso, destituído de ideias e semelhante a muitos políticos brancos, que fazem política por política, indiferentes às ideologias e tão sòmente atentos às realidades do momento, prontos a empurrarem as massas para a desordem, a greve ou a revolta, e prontos também a ocultarem-se atrás de quantos haviam lançado na *mêlée*. O velho resolve procurá-lo para saber do filho, e da conversa tira o ingénuo pastor de almas a triste conclusão de que, de facto, a tribo, a velha tribo morrera. As doutrinas libertárias e libertinas do irmão causam-lhe profundo espanto e, depois, desgosto e desilusão. E ainda estava o velho no começo da via dolorosa.

Informado do paradeiro do filho, o velho Kumalo e o seu amigo Msimangu vão procurar o rapaz, que João Kumalo dissera estar a trabalhar com seu filho numa fábrica de fiação. Mas não o encontraram os dois ali, como não o encontraram em sucessivos lugares para onde de cada vez os mandavam. Durante essa *course au fugitif*

teve o velho Kumalo oportunidade de ver Joanesburgo «por dentro»: a Cidade do Ouro era também a Cidade da Miséria — miséria social, miséria física, miséria moral.

Chega, por fim, ao Reformatório para onde o jovem Absalão tinha sido mandado e onde um jovem director lhes dá as melhores informações do rapaz, que, no entanto, fora mandado embora havia um mês, não só por causa do bom comportamento que tivera e da sua pouca idade, «mas principalmente porque havia uma rapariga grávida dele» (pág. 69), para a companhia de quem fora e com a qual iria casar. E o jovem branco prontifica-se a levar no seu carro os dois sacerdotes de cor até à casa de Absalão, para quem arranjara colocação numa fábrica.

Ao chegarem ali, recebidos pela rapariga, que «mais parecia uma criança», tiveram a desagradável nova de que ele saíra de casa três dias antes e não voltara. Da fábrica informaram o director do Reformatório que o rapaz não fora lá naquela semana. E os dois regressam tristes a casa, o velho Kumalo alquebrado e com o coração pressago.

Naquela noite um vespertino dá-lhes a terrível notícia de que Artur Jarvis, que sempre lutara pela igualdade de direitos dos indígenas sulafricanos, e cuja acção se fazia sentir profundamente na África do Sul procurando chamar a atenção dos brancos para a necessidade de fazerem justiça ao Negro, havia sido assassinado naquela mesma tarde por alguém, que se suspeitava fossem indígenas. Os assaltantes, que supunham a casa sem gente ,tinham gredido o criado branco, fazendo assim ruído que chamou a atenção de Jarvis, então a escrever um ensaio acerca da «Verdade a respeito do crime dos indígenas», que ficou inacabado sobre a sua secretária.

Kumalo, esmagado ante a notícia, sente-se ainda mais esmagado, vencido, torturado por uma suspeita que o assalta e que se nega a concretizar-se em palavras, com medo de que uma verdade terrível irrompa fremente. E é o seu coração que chora

> «pela tribo esfacelada, pela lei e pelo costume que passou. Ai! E chora alto pelo homem que morreu, pela mulher e pelos filhos abandonados. Chora, pátria querida, porque estas coisas ainda não acabaram. O sol ilumina a terra, a terra encantadora que o homem não pode gozar. Ele só conhece o medo do seu coração» (pág. 76).

Ouvida a terrível notícia, todos ficam mudos de espanto. Mas, dominando os seus receios, Kumalo levanta-se para partir. E as palavras saem-lhe lancinantes do coração ao despedir-se do fiel Msimangu:

> — «Esta coisa, disse ele. Esta coisa. Aqui, no meu coração, não há senão medo. Medo, medo, medo.
>
> — «Compreendo. Todavia é tolice recear uma coisa dessas nesta grande cidade, com milhares e milhares de pessoas.
>
> — «Não é questão de juízo e de tolice. É precisamente o medo...
>
> — «Venha rezar.
>
> — «Dentro de mim não há reza. Estou mudo cá dentro. Não tenho palavras nenhumas».

E Kumalo despede-se do amigo.

> «Parecia muito velho. Ele próprio voltou costas e regressou à Missão. Não há dúvida de que há momentos em que Deus parece não estar no mundo» (pág. 77).

Mas essa verdade suspeitada, logo adiante se nos revela, brutal e impressionante: fora Absalão Kumalo que, com seu primo, filho de João Kumalo, e outro rapaz indígena, assaltara a casa de Artur Javis. Todos três com o rosto velado por um lenço, Absalão empunhando um revólver, entram cautelosamente, mas logo se lhes depara o criado branco, que é abatido com uma clava, não sem ter tido tempo de gritar pelo patrão. Este, que escrevia no 1.º andar, desce a inquirir do que se passa, sendo também abatido por um tiro disparado por Absalão, que foge com os companheiros, perseguido pelo remorso que o leva, pouco depois, a confessar-se o autor do crime e a denunciar os dois cúmplices.

E é na prisão que, finalmente, o velho Kumalo vai encontrar o filho. Aqui o diálogo, na sua simplicidade, é dolorosamente humano: um pai, sacerdote de uma religião de amor, encontra o filho há muito procurado, na prisão por crime de morte na pessoa de um branco, que, para mais, era o defensor da população de cor, por cujos direitos pugnava ardorosamente.

E o velho pastor de almas começa uma via dolorosa de outra espécie: conseguir que o filho seja libertado ou, pelo menos, receba o mínimo de pena. Procura o irmão, de quem ouve palavras cheias de cinismo, incompreensíveis da sua alma simples de sacerdote de aldeia. Obtém do filho consentimento para casar na prisão com aquela que no ventre já trazia o fruto da sua união pecaminosa. Por fim o P.e Vicente, inglês da Mission House, consegue que um advogado se encarregue, *pro Deo*, da defesa do criminoso, que não nega o crime, alegando apenas ter disparado levado pelo medo.

João Kumalo, entretanto, tem trabalhado e tão bem que o advogado do filho consegue demonstrar-lhe a inocência durante o julgamento, cujas peripécias são narradas com a simplicidade impressionante que tem o estilo deste escritor. Absalão é condenado à morte na forca, e os cúmplices absolvidos.

> «O Juiz levanta-se, o povo levanta-se. Mas nem todos estão calados. O condenado está no chão, a chorar e a soluçar. E há uma mulher que geme e um velho que grita: *Tixo! Tixo!* Ninguém impõe silêncio, embora o Juiz não tenha ainda saído. Quem pode impedir o coração de se expandir?» (pág. 193).

E o velho Kumalo vai à prisão, mais uma vez, despedir-se do filho, despedir-se para sempre, porque este deve partir para Pretória onde aguardará que o pedido de clemência seja ou não deferido. A derradeira entrevista é lancinante na sua simplicidade: Absalão, apesar de convicto da justiça do castigo, sente no mais profundo do ser uma revolta contra os que a Lei absolveu estando tão culpados como ele. Mas encarando a morte, perde toda a coragem. Kumalo deixa a prisão desesperado, depois duma cena dolorosa com o filho que se agarrava à vida com toda a força da sua idade juvenil.

Acabara a missão do velho sacerdote em Joanesburgo? Ainda não. De Indocheni trouxera a incumbência de procurar saber da filha do seu vizinho Sibeko, que, como tantas outras, abalara do vale para a grande cidade. A rapariga fora servir

para casa de um Smith, aonde o velho a vai procurar. Este Smith casara com uma sobrinha de James Jarvis, pai do homem que Absalão assassinara, e que estava então em Joanesburgo a assistir ao julgamento. Ao entrar em casa dos Smiths, Kumalo encontra o pai da vítima. O diálogo que entre os dois se trava é das cenas mais belas deste livro, não só pela simplicidade bíblica da linguagem, como, acima de tudo, pela profunda humanidade de que as palavras dos dois velhos se encontram repassadas. Kumalo sabe com quem fala, Jarvis ignora quem ele seja. Isto faz que se mostre profundamente surpreendido com a atitude estranha do padre, que se sente presa de terror indizível.

— «Há alguma coisa entre mim e o sr., mas não sei qual seja.

— « Umnumzana (1).

— «O sr. tem medo de mim, mas não sei o que é. Não precisa de ter medo de mim.

— «É verdade, umnumzana. O sr. não sabe o que é.

— «Não sei, mas desejo saber.

— «Duvido que possa dizer-lho, umnumzana.

— «Deve dizê-lo, umfundisi (2). Custa?

— «Custa muito, umnumzana. É a coisa que mais me tem custado em toda a minha vida.

«Ergueu o rosto e nele havia um sofrimento que Jarvis ainda não tinha visto.

— «Diga-mo, disse ele. Isso há-de aliviá-lo.

— «Tenho medo, umnumzana.

— «Vejo que o sr. tem medo, umfundisi. É isso que não percebo. Mas diga-mo, não precisa de ter medo. Não me zangarei. Não haverá cólera em mim contra o sr.

— «É que, disse o velho, esta coisa que é a que mais me tem custado em toda a minha vida, é também a coisa que mais custa em toda a sua.

«Jarvis olhou para ele, primeiro espantado, mas depois ocorreu-lhe qualquer coisa.

— «O sr. só pode referir-se a uma coisa, disse ele. O sr. só pode referir-se a uma coisa. Mas ainda não compreendo.

— «Foi o meu filho que matou o seu filho, disse o velho.

«Fez-se o silêncio. Jarvis afastou-se dele e dirigiu-se para as árvores do jardim. Parou junto do muro e olhou para a planície, para os grandes montículos das minas, que pareciam colinas ao sol. Quando voltou, viu que o velho se erguera, com o chapéu na mão, a bengala na outra, de cabeça baixa e os olhos postos no chão. Foi ter com ele.

— «Ouvi o que disse, disse ele. Compreendo o que não compreendia. Não há cólera dentro de mim» (págs. 173-4).

Afinal também a filha de Sibeko desaparecera, subvertida pela grande cidade, como tantas outras. Kumalo regressa então à aldeia natal. Mas, na manhã da par-

(1) Senhor.
(2) Padre.

tida, quando vai chamar a irmã para irem, encontra o quarto vazio: Joanesburgo, com o seu sortilégio, atraíra-a mais uma vez.

E o velho, mais velho, mais alquebrado, parte com o sobrinho e a mulher do seu filho, desse filho que poucos dias teria para viver. Regressa a Indocheni e encontra, ao voltar, um calor nas saudações e uma ternura nos corações que mitigam todas as dores que sofrera na grande Cidade do Ouro. Mas a terra morre à míngua, porque há muitas semanas que não chove. E a tribo, quebrada a tradição, é hoje um triste resto de um pasado morto. O chefe, embora traje à europeia, perdeu o controle dos seus homens e tudo parece perdido num passado de que já ninguém se lembra. E aquele pobre velho chora no seu coração, mais que as dores que o tinham atormentado em Joanesburgo, as dores que atormentam os seus irmãos.

Uma dor há, porém, que também o punge: a de que os seus irmãos de raça conheçam a extensão da sua vergonha — uma irmã prostituta, um filho assassino. E pelo espírito perpassa-lhe a ideia de abandonar a aldeia, de ir paroquiar outras terras onde lhe ignorem a vergonha que o vexa.

Ora um dia, enquanto ele ergue a Deus uma prece por Indocheni, que a seca devasta, aparece por ali um rapazinho encantador, que o cumprimenta delicadamente e se lhe dirige, pedindo-lhe para visitar a sua casa e sentindo satisfação em demonstrar que, embora criança, também já conhece muito vocabulário zulu. E como, casualmente, soubesse que não havia leite para beber, ao despedir-se pergunta ao velho pároco a razão da falta. Soube então que a seca traz a falta de leite, que a gente é pobre para o comprar e que há crianças que morrem de fome.

Nessa mesma noite Kumalo recebe, por ordem de Jarvis, uma carroça com algumas bilhas de leite, que todos os dias se renovam . O filho do morto sentia o efeito da simpatia e da bondade do pai do assassino de seu pai. Isto deixa-o durante algum tempo mudo de espanto: a sua alma de primitivo, civilizado embora, recusa-se a alcançar o alto significado dessa generosidade; o sacerdote cristão, a despeito da sua formação religiosa e da piedade de que tantas provas dá no decurso da narrativa, sente afluir-lhe ao espírito toda a ancestralidade bárbara, que vê na vingança o justo castigo do delito. Quando o portador lhe pergunta:

> — «Decerto tem qualquer recado para o sr. Jarvis, umfundisi.
> «Kumalo titubeou, gaguejou e, por fim, ergueu a mão para o céu. E o homem disse:
> — «*Tixo* abençoá-lo-á.
> «Kumalo abanou a cabeça» (pág. 227).

Por reacção advém-lhe depois uma crise de riso consecutiva a uma facécia do portador:

> «Todos riram e Kumalo saiu da sua mudez e riu também, primeiro ao pensamento de aquele pobre homem vir a ser magistrado e depois por pensar que um magistrado pudesse andar num carro daqueles. E riu ainda por um homem já feito brincar daquela maneira, e voltou a rir-se de que a filha de Kuluse pudesse viver e riu ainda ao pensar no homem severo e calado de High Place. Voltou para casa com dores de se rir, e a mulher olhava para ele com grande espanto» *(loc. cit.)*.

Mas era a sorte do filho que o preocupava: aquele riso era uma forma de exteriorizar a dor; essa não podia arrancá-la. Um novo espinho, mais duro e penetrante, a tornaria maior: — o perdão não fora concedido a Absalão, que devia ser enforcado daí a dias. Escrevendo-lhe da prisão, o rapaz termina a carta:

> «Penso em vós todos, os de Indocheni. Se eu voltasse aí não tornaria a sair de lá» (pág. 229).

Como ao velho Job bíblico, a dor não poupa este velho fiel; mas na sua alma começa já a formar-se o tumor da insensibilidade: assim como uma felicidade sucessiva e constante acaba por embotar a sensibilidade, assim acontece quando se sucedem os golpes da adversidade. Kumalo, cujo choro é todo interior, sente entenebrecer-se-lhe a alma. E no entanto também a asa da bondade o bafeja no meio da tribulação. O vale de Ixopo, outrora ridente, é hoje uma desolação. Muitos meses se passaram desde que a chuva ali caiu pela última vez, e as populações e os gados morrem à sede e as crianças à fome: sem pastos não há leite. Kumalo, na igreja e em casa, ora a Deus a pedir que a misericórdia divina desça sobre o vale. E Deus ouviu-o.

Jarvis manda para ali um jovem agrónomo de cor, encarregado de trazer ao vale a água do rio mais próximo, ali construindo uma represa que salve o vale da seca definitiva e as populações da morte ou da dispersão. O jovem agrónomo está cheio de entusiasmo e sente-se feliz por contribuir, com o seu esforço pessoal, a sua inteligência e o seu saber, para a felicidade dos irmãos de raça. E como Kumalo mostrasse cepticismo perante a possibilidade de todo o vale voltar ao estado ridente que dantes tivera, respondeu-lhe que

> «não havia razão para que este vale não seja o que foi outrora. Mas tal não acontecerá ràpidamente. Não é num dia.
>
> — «Se Deus quiser, disse Kumalo humildemente, antes de eu morrer. Porque eu tenho vivido a minha vida na destruição» (pág. 242).

Foi a primeira confissão que lhe saiu dos lábios ante estranhos: a dor vencera a sua natural reserva e o pudor de se revelar aos outros.

Aproxima-se, porém, o fim do drama, não sem mais uma provação o vir acabrunhar: o seu bispo, que soubera de todas as desgraças que tinham caído sobre este Job negro, após a cerimónia da confirmação das crianças da paróquia, faz-lhe sentir a necessidade de se afastar de Indocheni, e um calafrio percorreu o corpo do velho padre.

> «Sim, era isto que deveria dizer-se, e está dito. Sim, era isto o que eu receava. Levem-me daqui e eu morro. Estou velho de mais para recomeçar de novo. Estou velho, estou fraco. No entanto procurei ser um pai para esta gente. Ó bispo, por que não esteve aqui o sr. no dia em que regressei a Indocheni? Não teria visto como toda esta gente me ama, apesar de velho? Não teria ouvido dizer uma criancinha — Estamos contentes por o *umfundisi* ter voltado —; e a este outro homem —. Não o compreendemos? Quer tirar-me daqui quando coisas novas estão em princípio, quando há leite para as crianças e o jovem agrónomo veio e os marcos da represa estão cravados no chão? As lágrimas enchem-lhe os

olhos, e os olhos fecham-se, e as lágrimas rebentam-lhe e caem-lhe no fato preto novo, feito para esta confirmação com o dinheiro do querido Msimangu. A velha cabeça inclina-se e o velho senta-se ali como uma criança, sem dizer uma palavra» (pág. 246).

E o bispo pergunta-lhe se o facto de Jarvis, o pai do assassinado, ser vizinho do pai do assassino não é razão, só por si, para ele se afastar. Alquebrado, mas com mal oculto assomo de energia e, quiçá, de revolta, Kumalo responde:

«É essa a razão por que devo ir-me? Por que se dirige ele para aqui para me visitar, e vem o rapazinho a minha casa? Não mandou ele o leite para as crianças e não mandou o jovem agrónomo para ensinar a agricultura à gente? E não sofre o meu coração por ele, agora que a *inkosikazi* (1) morreu? Mas como pode uma pessoa dizer estas coisas a um Bispo, a um grande homem do país? São coisas que não podem dizer-se» (pág. 247).

A mulher de Jarvis morrera e o velho Kumalo e o seu povo haviam mandado na véspera uma coroa de flores para o funeral e uma carta de agradecimento pelos benefícios recebidos. Naquele momento, oportunamente, chega um bilhete do viúvo a agradecer a homenagem e a esclarecer que ele e a falecida mulher tinham feito tudo aquilo em memória do querido filho, e acrescentando que um dos últimos desejos dela fora que a igreja de Indocheni se restaurasse, pelo que ele, Jarvis, iria discutir o caso com Kumalo, que só pode dizer: «Isto vem de Deus» (pág. 248).

Apesar de vir de Deus, o Bispo espanta-se com caso tão insólito, concordando, porém, em terem desaparecido as razões para Kumalo deixar a paróquia. A igreja restaurar-se-ia, o vale seria irrigado abundantemente, a terra produziria com fertilidade, e novamente a velha tribo se congregaria, não como no passado sob a autoridade despótica do soba, mas sob as bênçãos que ali haviam caído das mãos do branco, que reparava em parte o mal feito no passado.

Aproxima-se, porém, o dia da execução, e o coração de Kumalo pulsa mais apressado; as ideias confundem-se-lhe na cabeça, os membros tremem-lhe, e o pensamento volta-se para a prisão em que Absalão está encerrado. Então, numa decisão, resolve acompanhar a hora fatal do transe aproximando-se ainda mais de Deus: toma a bengala, o casaco e uma garrafa com chá e dirige-se para a montanha, aquela montanha aonde já subira em outras ocasiões de crise espiritual e moral. Ali passa a noite, ora velando, ora dormitando, recordando a vida passada, recordando os seus, recordando o que vira em Joanesburgo, e, por fim, relembrando o filho, que devia ser executado ao nascer do sol. E ao recordá-lo, gritou num choro:

— «Meu filho! Meu filho! Meu filho!

«E com este grito estava agora acordado de todo. Olhou para o relógio e viu que era 1 hora. O sol nasceria logo depois das 5, e diziam que era então que aquilo se faria. Se o rapaz estava a dormir, que dormisse: era melhor. Mas se estava acordado, então, ó Cristo da miseri-

(1) Senhora.

> córdia abundante, sê com ele! E depois disto orou muito tempo e com fervor» (pág. 261).

E de novo o assaltam os pensamentos: a mulher, o filho, «a nora privada de marido e as crianças privadas de pai», e o rapazinho que falava zulu, e a África, a terra africana, «a querida terra» que ele pedira a Deus que salvasse, mas cuja salvação já não veria.

> «Ela estava muito longe, porque os homens tinham medo dela. Porque, para dizer a verdade, eles tinham medo dele, e da mulher, e de Msimangu e do jovem agrónomo. E que mal haveria nos seus desejos, na sua ambição? Haveria algum mal em que os homens andassem direitos na terra em que tinham nascido e em serem livres de utilizar os frutos da terra? E no entanto os homens tinham medo, um medo profundo, no fundo do coração, medo tão profundo que eles ocultavam a bondade, ou o faziam brotar com ferocidade e cólera e o escondiam por detrás do olhar feroz e carregado. Tinham medo porque eles eram poucos. E esse medo só poderia ser expulso pelo amor.
>
> «Foi Msimangu que disse, Msimangu que não tinha ódio a nenhum homem: — Tenho um grande medo no meu coração e é que um dia, quando chegarem a amar, nos encontrem a odiar.
>
> «Oh! que palavras graves e sombrias!» (págs. 261-2).

Finalmente surgiu a alva. Naquele momento tudo se prepararia, lá longe, para a cerimónia macabra. E quando o sol nascia, Kumalo

> «ergueu-se direito, tirou o chapéu, atirou-o ao chão e juntou as mãos apertando-as muito. E enquanto assim estava, o Sol levantou-se no Oriente.
>
> «Sim, é a manhã que chega. A *titiota* acorda do seu sono e parte para o seu trabalho de recomeçar a gritar. O Sol banha de luz as montanhas de Ingeli e do Griqualand oriental. O grande vale de Umzinkulu está ainda mergulhado em escuridão, mas a luz lá chegará. Indocheni está ainda mergulhada em escuridão, mas a luz também lá chegará. Porque foi a manhã que chegou, como tem acontecido há mil séculos sem falhar. Mas quando chegará a alva da nossa emancipação do medo, isso é segredo» (págs. 262-3).

★

Se, como tenho para mim, um romance o é tanto mais quanto mais fizer pensar, estamos em presença de um grande romance: grande, não pelo volume, mas pela densidade do seu conteúdo humano. É isto que, voltada a última página, fica no espírito do leitor, fundamente gravado. *Cry, the Beloved Land* tem a qualidade básica de todo o romance que o seja de facto: o interesse. Lê-se num crescendo de curiosidade; o leitor é levado pela mão do Autor até ao final, sem sentir desejo de parar, antes cada vez mais desejoso de conhecer o desfecho.

Este, todavia, não deve satisfazer o leitor frívolo, quero dizer, o que se curvou

sobre aquelas páginas apenas no interesse de obter algumas horas de deleite ou de simples passatempo. E isto porque, lidos os primeiros capítulos, o leitor atento encontrar-se-á em presença de uma obra que faz pensar, precisamente por ser um romance de tese — o crítico literário do *Sunday Times* escreveu que «esta não é uma obra de arte mas *um romance com um intuito*» — tese que, para se abranger em toda a sua amplitude, requer o conhecimento de certos problemas psicológicos, morais, espirituais e rácicos, que não é dado possuir ao leitor frívolo.

Pelo resumo, ainda que longo, forçosamente comprimido, do entrecho do livro, creio que os deitores tomaram conhecimento dos pontos básicos da tese do sr. A. P. Kumalo, o velho pastor anglicano, é o símbolo da tentativa de adaptação da alma negra, deformada por centenas de séculos de feiticismo, aos princípios altamente espiritualizados do Cristianismo. Em resumo: Kumalo é um sacerdote negro cristão com uma alma mais branca e lavada do que a de muitos padres brancos cristãos. E se, no momento em que ouve da boca de Msimangu a triste verdade a respeito da irmã, brada — *Tixo! Tixo!;* e se, ao ouvir a sentença de morte do filho, em pleno tribunal, solta a mesma exclamação, errariam os que supusessem aquela atitude imposta pelo seu subconsciente dominado pelo medo ancestral do manipanso. Não se esqueça que o Autor põe os seus personagens de cor a falar inglês, porque o dialeto zulu não seria acessível à maioria dos seus leitores. Todavia, a linguagem por eles empregada procura traduzir, o mais literalmente possível, as imagens, conceitos e boleio da frase do dialeto indígena. E embora o nome de Deus não seja aquele em zulu («rejeitei a palavra zulu que significa o Grande Espírito por demasiado longa e difícil», como escreve na lista final de palavras, pág. 268) mas em dialeto *xosa*, a verdade é que, nos dois casos apontados, à alma ingénua, mas profundamente crente, do negro nada poderia ocorrer senão acolher-se à sombra do nome de Deus ao receber dois golpes tão fundos como aqueles.

E até na cena final, quando Kumalo sobe ao monte para, em espírito, comunicar com o filho na hora da morte, elevando a Deus o pensamento e pedindo a Cristo que estivesse com ele, até nisso o velho pastor de almas traduz o primitivismo da sua alma, sim, mas simultâneamente a sinceridade da sua fé: também os Hebreus escolhiam de preferência os pontos altos para comunicarem com Jeová, como o faziam os Celtas, os Hindus e como ainda se comprova entre os Cristãos, cujas igrejas e ermidas se elevaram, em tantos casos, no cimo dos montes, mais próximos de Deus.

Mas exactamente por causa da sinceridade da sua crença e da pureza da sua fé, Kumalo não estava preparado para receber com coragem os embates da desgraça. E, paradoxo curioso!, é precisamente essa sinceridade e essa pureza que evitam que ele seja esmagado sob os ataques sucessivos da infelicidade: a queda da irmã, o crime do filho, o repúdio do irmão, e até a atitude de James Jarvis para com ele e o seu povo. O contacto com a vida de Joanesburgo causa-lhe um mal-estar crescente, agravado pela nítida separação entre negros e brancos. Sempre que se encontra em presença de um facto revelador da inferioridade da civilização do Branco, Kumalo sente a alma amargurar-se-lhe, porque ele, ao contrário do irmão João, político sabido e rábula, que a polícia vigia, crê que só essa civilização poderá elevar o Negro à categoria de ser «humano», pondo fim à escravidão milenar duma raça amaldiçoada.

Pergunto: será este velho Kumalo, alquebrado pela idade e esmagado pela dor, psicològicamente verdadeiro? Procederia, *de facto*, um negro, mesmo um zulu, em todas as circunstâncias como o pastor de Indocheni? Não me sinto autorizado a afirmá-lo

nem a negá-lo; desconheço a psicologia do Negro ,que deve estudar-se *in loco*, isto é na ambiência tribal e não entre o Branco, em que mil-e-um factores influem sobre o espírito dos primitivos, desvirtuando-o e inferiorizando-o.

Ao crítico importa, acima de tudo, demonstrar que o velho Kumalo é um personagem psicològicamente exacto. E é essa exactidão, essa coerência, essa inquebrantável linha de conduta que se mantém através de toda a obra, que fazem do velho zulu cristão a primeira figura e a mais humana de todo o romance, agindo autònomamente e obedecendo às reacções do seu coração com coerência e com lógica. Ainda que admitíssemos inverosímil um Kumalo «autêntico», por não supormos um negro, mesmo cristão, capaz de tão grande abnegação e com tão vasta capacidade de sofrimento, não poderíamos deixar de admitir que, dentro do romance, está psicològicamente exacto. E o Autor, que não é romancista de arte, antes é psicólogo e pedagogo, apesar de nos dizer, na introdução, que «nenhuma pessoa deste livro pretende ser pessoa autêntica» (pág. 9), deve, por certo, ter conhecido o *autêntico* Kumalo, para no-lo fazer reviver com tanta humanidade e tanta verdade, nas páginas do seu primeiro romance.

Entre os outros personagens sobressaem: João Kumalo, o negro civilizado ou, pelo menos, o que assimilou o exterior da civilização europeia, do seu espírito apenas tomando o que de inferior ela tem. Homem de voz estentória — o símile do Autor é «voz de touro» —, de aspecto imponente, lança-se na política, é influente local, organiza comícios, defende ostensivemente a causa dos trabalhadores, mas, sabendo-se vigiado pela polícia, jamais ultrapassa os limites que lhe estão vedados pela sua cobardia. Outrora crente, renegou a sua fé, e em frente do irmão assume ares de superioridade que fazem encolher-se o velho Kumalo, com quem contrasta profundamente. A sua ideologia é toda material: desconhece o progresso espiritual do homem, e, sabendo preso o filho por conivência no crime do sobrinho, na sua alma não encontramos o drama profundo que se desenrola na do velho pastor de almas. O seu primeiro acto é procurar um advogado que, à custa de dinheiro, demonstre a inocência do filho, que, efectivamente é solto... para recomeçar.

Quando se descobre nas proximidades de Joanesburgo um novo filão aurífero, e, como consequência, os mineiros se declaram em greve, é a voz de João Kumalo que retumba no comício. Mas essa voz não se ergue a bradar pela igualdade das raças, ou pela justiça, mas sim a pedir mais dinheiro. E Msimangu lamenta que homem com tal poder dialéctico, que inegàvelmente possui, não ponha ao serviço de Deus a sua eloquência natural: «Se este homem fosse pregador, oh, o mundo inteiro o seguiria» (pág. 180).

Msimangu, o sacerdote de Mansion House, é outra alma cândida de pastor de almas de cor. Menos tímido e mais culto do que Kumalo, ele compreende toda a grandeza de alma do seu camarada e amigo, que desde a primeira hora acompanha passo a passo nessa via dolorosa de Joanesburgo. E por fim, quase na hora de despedida, resolvido a abandonar o mundo e a viver em reclusão, entrega-lhe a caderneta do depósito que representava as suas economias de muitos anos, acto que fez Kumalo chorar amargamente.

James Jarvis era um velho agricultor, a quem só a terra interessava. A terra lhe dera a fortuna e à terra dava todos os cuidados. Da política nada entendia, nem queria entender, e, como a maioria dos brancos da África do Sul, participava dos preconceitos gerais contra os povos de cor. Por isso reprovava, no íntimo, a atitude do filho, que se salientava no país na defesa dos direitos do Negro. Até que um dia

o denodado campeão das raças inferiores morre às mãos de um negro. E quando o velho Jarvis se encerra no gabinete do morto a ler os últimos linguados de papel que ele estava a escrever antes de descer para a morte, faz-se dentro dele a luz, e quando fechou a cancela da casa de Artur, era outro homem diferente que saía:

> «É verdade que esperávamos preservar o sistema tribal por meio de uma política de congregação. Isso era permitido. Mas nunca o fizemos total ou honestamente. Pusemos de parte um décimo da terra para quatro quintos da população. Assim tornámos inevitável, dizem alguns que o fizemos conscientemente, que o trabalho acorresse às cidades. Fomos apanhados na engrenagem do nosso próprio egoísmo» (pág. 143).
>
> «A verdade é que a nossa civilização cristã está profundamente metida num dilema. Acreditamos na fraternidade do homem, mas não a queremos na África do Sul. Acreditamos que Deus dá a cada homem dons diferentes e que a vida humana depende, para atingir a sua plenitude, da utilização do gozo deles, mas receamos explorar esta crença em profundidade. Por isso, vemo-nos obrigados, para preservar a crença de que somos cristãos, a atribuir a Deus Todo Poderoso, Criador do Céu e da Terra, as nossas próprias intenções humanas, e a dizer que, por ter criado o Branco e o Negro, Ele dá a Aprovação Divina a qualquer acto humano que tem em vista impedir os negros do progresso» (pág. 151).

Esta linguagem vibrante mas precisa, estas acusações à incapacidade de os brancos construírem uma civilização verdadeiramente universal e cristã, fizeram cair redondamente os preconceitos do velho lavrador, que, embora pouco culto, era inteligente. E por ser inteligente compreendeu: compreendeu que brancos e negros são filhos do mesmo Deus que os criara; compreendeu que a fraternidade só pode deixar de ser palavra vã e sem sentido no dia em que na Terra todos os homens forem *de facto* irmãos e procederem como tal; compreendeu que ser cristão impõe deveres, e antes de todos, ajudar o próximo; compreendeu, enfim, em toda a sua grandeza, qual era a generosa alma de seu filho. É isso que, agindo sobre o seu subconsciente, o leva a proteger os pobres indígenas pacíficos de Indocheni, a mandar fazer a represa, a ordenar e a subsidiar a restauração da pobre igreja arruinada. E quando, morta a mulher, retira para Joanesburgo, na hora da despedida do velho Kumalo, ao expressar-lhe este o agradecimento por tudo quanto fizera, Jarvis responde que o fizera voluntàriamente: antes de se encontrar, era um homem «que estava na escuridão» (pág. 258), a escuridão de uma alma que se ignora, a escuridão a que o arrancou o filho depois de morrer...

★

A. Francis Brett Young, crítico do *Sunday Times*, diz que este livro «não é só obra de arte, mas ainda um romance com um intuito». Não é o Autor um artista, fazendo de *Cry, the Beloved Land* ùnicamente uma bandeira de combate a uma sociedade corrupta, obra de altos ideais de reforma social. Mas, precisamente por não a ter feito obra de arte deliberadamente, é que este livro constitui um exemplar admirável de obra de arte, pela beleza clássica da linguagem, duma sobriedade rara, pelo equilíbrio da construção, pela concatenação de todas as suas partes, pelo seu poder con-

vincente, e até pela simplicidade da linguagem dos negros, tantas vezes a recordar-nos a da narrativa bíblica.

Os quadros sucedem-se cinematogràficamente, por cortes, curtos diálogos cheios de vida e de interesse, exercendo sobre o leitor forte poder impressivo, às vezes dum dramatismo intenso, como o demonstram alguns dos passos transcritos.

Na descrição da paisagem sulafricana tem o Autor algumas páginas admiráveis, não só pelas fortes pinceladas com que no-la evoca, mas ainda pelo sentimento e espiritualidade de que a sua linguagem se encontra repassada. Dir-se-ia que, ao descrevê-la, o sr. A. P. teve sempre presentes as palavras célebres de Amiel.

Cry, the Beloved Land não é simples promessa: é uma triunfante afirmação, a obra de um escritor nato, que surge senhor de todos os seus recursos, que encontrou um campo inexplorado para nele exercer a sua arte superior, que, a despeito de artista de alto valor, é um psicólogo profundo e um moralista de largos recursos, e que, na hora turva que a Civilização está a atravessar, nos aparece com uma pedra para a construção do mundo futuro, cujos alicerces não poderão ser outros senão o Amor, confiante no pder d Espírito, mas certo de que sem o Coração nenhuma civilização é possível.

Revelando-o aos meus compatriotas, julgo ter contribuído para chamar a sua atenção para um escritor digno de ser lido e, acima de tudo, meditado, porque os problemas que se debatem na obra interessam-nos tanto como à nação a que o sr. A. P. pertence e pela sua obra honra.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Homenagem ao Dr. Manuel Monteiro no 1.º aniversário do seu passamento

Ao completar-se o primeiro aniversário do falecimento do Dr. Manuel Monteiro, delicado literato e crítico de arte de fina sensibilidade, promoveu a Camara Municipal de Braga uma justificada homenagem, simples, mas de notável distinção. Consistiu em três actos separados entre si, porém ligados ao pensamento comum, de marcar a dolorosa efemeride nos fastos citadinos. — Foi celebrada uma missa de sufrágio; descerrou-se, na casa onde vivera, uma lápida comemorativa; em sessão solene foi exaltada a figura prestigiosa do insigne homem público, magistrado e crítico de arte.

A elevação com que decorreram esses actos foi bem digna da personalidade do Dr. Manuel Monteiro como da cidade que o contou entre seus filhos mais dilectos.

Missa de sufrágio

Eram dez horas e meia da manhã. quando começaram os actos comemorativos pela celebração duma missa de sufrágio na igreja dos Terceiros, que estava cheia de fiéis, notando-se a presença de altas personalidades e representação de todo o mundo oficial.

Foi celebrante o Rev. P. João Pinto da Silva, amigo pessoal do extinto, e Director do Instituto do Fraião, da Congregação do Espírito Santo, em cujo Colégio iniciara seus estudos o saudoso Dr. Manuel Monteiro.

Descerramento da lápide

Após o acto religioso, todas as ilustres personalidades que se haviam congregado no templo dirigiram-se à Rua Nova de Santa Cruz, 145, casa onde vivera e morrera o dr. Manuel Monteiro, e onde ia ser descerrada uma lápide em sua memória.

Ali chegados, o Presidente do Municipio, sr. António Maria Santos da Cunha, numa breve mas brilhante improvisação, proferiu algumas palavras de saudade e gratidão, exaltando a figura prestigiosa do homenageado, indelevelmente marcada no coração dos Bracarenses.

Falou depois o Rev. P. João Pinto da Silva. Descreveu as actividades do saudoso homenageado, desde os bancos da escola e sua passagem pelo Colégio do Espírito Santo, cujos professores nutriam, já nesse tempo, grande admiração por esse inteligente aluno. Depois, com riqueza de expressões e notável clareza, exaltou a figura insigne do Dr. Manuel Monteiro, como estudante universitário, e mais tarde como homem público e brilhante investigador, podendo hoje classificar-se a sua acção no campo da arqueologia, como a de um mestre na sua História de Arte. Por fim, em palavras tocadas de comoção e saudade, enalteceu as qualidades de carácter e bondade de que o dr. Manuel Monteiro deu inúmeras provas, pedindo a todos que ao ser descerrada a lápide que recorda um bracarense tão ilustre, meditassem sobre o seu exemplo e os seus dotes de espírito, sobre as qualidades pelas quais merecia, o saudoso homenageado, repouso eterno.

*

A seguir a lápide, que estava coberta pela Bandeira Nacional, foi descerrada pela gentilíssima menina Ana Maria Veloso da Rocha Peixoto, sobrinha-neta do ilustre homenageado.

A inscrição nela gravada, diz assim:

NESTA CASA VIVEU E MORREU
O INSIGNE BRACARENSE
DR. MANUEL MONTEIRO
EMINENTE HOMEM PÚBLICO
E MESTRE DE CRÍTICA E HISTÓRIA DE ARTE

HOMENAGEM DA CIDADE DE BRAGA
NO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO SEU FALECIMENTO
XVIII — I — MCMLIII

Sessão Solene nos Paços do Concelho

Às 17 horas efectuou-se uma sessão solene no salão nobre dos Paços do Concelho repleto de selecta e interessada assistência, na qual se registava a presença de muitas senhoras.

A mesa que presidiu foi assim constituída:

O sr. dr. Cunha Matos, em representação do sr. Governador Civil, dava a direita à senhora D. Etelvina Monteiro, irmã do saudoso bracarense, sentando-se a seguir o Rev.^{mo} Conego Dr. Martins Gonçalves, em representação de S. Ex.^{a} Rev.^{ma} o Senhor Arcebispo Primaz, e os Srs. Dr. Machado Vilela e Dr. Alberto Feio.

À esquerda tomaram lugar os Srs. Presidente da Câmara, Dr. Juiz Mário Ferreira. tenente-coronel Pinho, Comandante Militar de Braga, e dr. Sergio da Silva Pinto.

Discursa o Sr. Presidente da Câmara

Falou, primeiro, o ilustre Presidente do Município que disse assim:

SENHOR GOVERNADOR CIVIL
MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS

Estamos aqui para comemorar o primeiro aniversário da morte do eminente bracarense Dr. Manuel Monteiro, que no exercício das altas funções a que foi chamado e no trato com as pessoas que tiveram a ventura de com ele lidar nunca deixou, em gestos cheios de beleza, de denunciar o seu alto espírito de esteta.

Outros aqui falarão das suas notáveis qualidades de homem público, de escritor, jornalista e mestre de história de arte. A mim competia-me apenas agradecer a todos os que honram o município com a sua colaboração nesta homenagem, mas não quero deixar também de proferir algumas palavras de afecto para com o insigne morto.

Honro-me em ter recebido de Manuel Monteiro provas de estima pessoal, a que sempre procurei corresponder, tributando-lhe o respeito e o carinho que a sua figura me impunha.

Em companhia de um dos seus mais dedicados amigos, o Dr. Sérgio da Silva Pinto, visitei-o em sua casa. O seu espírito, se não brilhava já naquela altitude a que ele nos havia habituado, mantinha, no entanto, a perfeita lucidez que nunca o abandonou até aos últimos momentos. O físico, esse, denunciava já o fim doloroso que se aproximava.

O Dr. Sérgio da Silva Pinto era, como disse acima, um dos seus mais dedicados amigos, considerando-o como seu mestre e orientador apesar da diferenciação ideológica dos credos que comungavam.

Uma raiz comum os aproximava: o amor a tudo o que era português e bracarense e o apego às velhas tradições nacionais.

Os homens são muitas vezes levados pelos acontecimentos a tomar caminhos que conduzem a latitudes que nem sempre são as do clima que mais se afeiçoa ao seu modo de ser. Recordo que a Manuel Monteiro chamavam uns, o «aristocrata da república», outros, o «príncepe de Gales».

Estou a vê-lo acompanhado de pessoas de família — da família que ele sempre tanto amou — assistir cheio de unção e respeito, «palmito» na mão à boa maneira antiga, à cerimónia dos Ramos no seu Bom-Jesus do Monte que ele tão bem soube cantar.

Estou a vê-lo, discretamente, a aproximar-se dos humildes, praticando assim aquela virtude que S. Paulo classificou como a maior das virtudes cristãs: a Caridade.

Custava-me pois que aquela alma tão boa, tão profundamente católica, pois para todos tinha um gesto e um sorriso de compreensão, não se abrisse definitivamente à Verdade. E julgo dever afirmar aqui, de uma maneira especial, o meu afecto pelo nosso homenageado dizendo que desde que o visitei em sua casa implorava do Céu, todos os dias, a graça de fazer com que Manuel Monteiro sentisse claramente a chegada de Alguém, para me servir das palavras do grande Maurras, no limiar da morte.

Se foi pois cheio de tristeza que recebi a notícia da sua morte, encheu-se-me a alma de alegria ao saber que Aquela Senhora que era alvo da sua especial devoção e dos seus especiais afectos e carinhos lhe tinha indicado a estrada para morrer na mão de Deus, anceio que sempre manifestou e que duma maneira frizante deixou expresso no seu testamento.

Teve ao seu lado, por certo, as orações das boas freiras do Colégio Inglês que o primeiro governador civil da república, por intercessão doutra alta figura braguesa a excelsa Senhora que foi a Senhora Dona Maria Eduarda de Noronha de Meneses Portugal, havia de proteger da fúria revolucionária dos amigos da liberdade.

MEUS SENHORES:

Falou-se num busto que perpetue a memória do insigne bracarense que hoje homenageamos; que ele se levante são os meus votos Ficaria na verdade bem, a esmaltar um dos jardins da sua e nossa velha cidade.

Que o façam os seus amigos — e nesse número me quero incluir — com a generosidade e largueza que à própria índole do morto melhor agradaria e para isso não vejo necessidade de se escrever prosa insolente, e mal cabida, como a que ontem saíu a público, única nota dissonante, tanto mais de lamentar quanto é certo contrariar as tradições de seriedade, respeito e equilíbrio do jornal em que foi escrita.

Resta-me prestar a minha homenagem à família Monteiro na pessoa das ilustres Senhoras aqui presentes, a quem reverentemente beijo as mãos, recordando — e já hoje foi recordado — que um membro de sua família foi dos primeiros que sairam do nosso Montariol para em terras do Ultramar fazer cristandade.

Que Deus tenha em sua Santa guarda a alma do nosso bonissimo amigo e que os homens não esqueçam que se Manuel Monteiro bem soube viver melhor soube morrer.

Abafadas por calorosos aplausos, as últimas palavras do Senhor Presidente da Câmara, ergueu-se para falar o erudito e activo Vereador do Pelouro da Cultura.

Notável Oração do Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto

«Não me compete, a mim, recompor e evocar a insigne figura do Dr. Manuel Monteiro, egrégio filho de Braga, — «o historiador do românico, na difinição gloriosamente singular e exclusivista desse outro grande espírito que actualmente preside à Academia das Belas Artes e se chama Reinaldo dos Santos. «A morte de Manuel Monteiro — dirá o mesmo eminente professor — representa não só uma perda grave para a crítica e história de Arte portuguesa, mas ainda a desaparição de um exemplo vivo do nobre conceito da crítica e do respeito pelo valor alheio... Se os bons exemplos fossem fecundos em Portugal, a crítica de hoje... teria outra elevação».

Não me pertence ainda tracejar a biografia sempre ascendente e luminosa do nobilíssimo homem público, duas vezes Ministro, meritíssimamente duas vezes Ministro, uma na Justiça, para — fraterno, tolerante e justo — redigir a primeira lei de amnistia da República; outra no Fomento, para — activo, dinámico e útil — levantar o guião do ressurgimento económico português, atitude decidida que as forças vivas da Nação, unidas e uníssonas, sem diferenças de credo, publicamente louvaram e agradeceram, e que sómente a política — «La politique helas! voilá notre misére» no verso apaixonado e lúcido de Musset — e que sómente a política não permitiu levar avante. Contudo a sua vida de personagem pública terminará em glória, em desvanecimento para Portugal: durante uma década, em sucessivas reeleições ele é o Juiz-Presidente do Tribunal Mixto de Alexandria.

Também não venho levantar os troféus dos seus dotes intelectuais e dos seus predicados morais. Mentalidade superior e profunda, finíssima capacidade estética, primoroso estilista, nas suas produções e nas suas cartas cintila o veio doiro da língua portuguesa, e no rigor da sua exposição esplende a estrutura do verdadeiro sábio. Seus pares cercavam-no de admiração e acatamento. Mas todos que o conheciam, sem diferença de opiniões nem distinção de gerarquias, prestavam-lhe culto veemente de respeito. E aos novos, armados de fé e de ideal encantava sobretudo a afabilidade, a cordealidade com que os recebia, dispensada sem atitudes de *magister dixit,* sem facciosismos estéticos, filosóficos ou políticos.

Manuel Monteiro era um homem de consciência e um gentil homem do espírito, no sentido mais completo destas palavras. O exemplo cotidiano de sua vida, a lição de sua bondade e da sua renúncia cristã, a isenção e a serena dignidade das suas atitudes, o seu amor à verdade, à beleza e ao bem, são paradigmas salutares mil vezes dignos de elogio e de serem inculcados como ideais inspiradores.

A glorificação pública que representaram os seus funerais, essa multidão inume-

rada que se integrou no cortejo fúnebre, formada de todos os andares do edifício social, a onda de amigos e de vultos eminentes que acorreram ao saimento com lágrimas e ais do coração, patentearam o valor e a beleza das acções que praticou e das virtudes que seguiu.

Neste momento, eu preferia furtar-me ao auditório, achar-me entre os seus amigos e admiradores, no silêncio recolhido e expressivo que é a eloquência da sensibilidade, em vez de estar aqui, na tribuna onde duas nobres individualidades, especialmente autorizadas, além do ilustre Presidente da Câmara, se farão ouvir. O dr. Manuel Monteiro — meu inolvidável amigo e insigne mestre por tantos vivos exemplos que deixou, cujo brasão era a simplicidade que é o timbre e o distintivo dos homens superiores — de certeza mais estimaria as homenagens recatadas dos nossos corações. O destino porém impõe que use da palavra — da penúria da minha palavra.

Tendo de falar, desejo distinguir, exaltar uma das facetas mais valiosas e extraordinárias da sua riquíssima personalidade. Refiro-me ao sublime e sagrado amor da Pátria, Mãe imortal — ao finíssimo nacionalismo, ou melhor (dado que este conceito se confunda às vezes com a violência e a barbárie), ao seu claro e lídimo patriotismo.

Abstenho-me de apresentar depoimento pessoal ou íntimo. Convido V. Ex.as a rever comigo, durante alguns instantes, e só através da sua obra escrita, a excelência, a idealidade e a penetração deste sentimento, facto sempre vivo, sempre condutor e fonte de energias para o seu afã cultural de sempre.

Fecundo na renovação da história de Arte portuguesa, nos seus estudos serenos mas deslumbrantes, constantemente se descortina como Portugal é criação da sua história e como os monumentos são o reflexo, o espelho, a expressão plástica da alma da Pátria: da fé religiosa, da consciência colectiva, que fez nascer a nação, a desenvolve e lhe dá perpetuidade.

No seu escrito mais célebre, a monografia do Românico Português, com o título de «S. Pedro de Rates» que, marca uma etape essencial na evolução dos estudos históricos desta espécie, inventário exaustivo e luminosa classificação das nossas relíquias arquitectónicas da Meia idade, o Dr. Manuel Monteiro justifica admirávelmente as suas investigações e trabalhos de arqueologia artística, revelando a sua profunda raiz patriótica: «os monumentos, diz ele, constituem o mais legítimo orgulho de um país; neles se condensa e revive quase toda a sua história e a palpitante documentação das faculdades da raça... Em nenhuma outra parte haverá monumentos mais dignos e merecedores da carinhosa e enternecida estima... do que esses testemunhos coevos e solenes do desabrochar da nossa nacionalidade.

Com efeito, o «S. Pedro de Rates» com a sua magistral introdução, resenha perfeita da primitiva arte portuguesa, reacorda em nós o gosto pelo Passado, nas suas mais lídimas fontes. E não há patriotismo sem a devoção, o culto do Passado.

Martinho Nobre de Melo, insigne professor do nacionalismo, proclamou, numa oração memorável, e cheia de verdade, que os nossos estudos tradicionalistas se iniciaram pela revista *Portugália,* presididos por Ricardo Severo. Também Carlos Malheiro Dias, fulguração esplendida do tradicionalismo português, chamou à *Portugália* «relicário de amor Pátrio». Pois ao grupo ousado da *Portugália* pertenceu magníficamente Manuel Monteiro, e esta falange precursora do nacionalismo português ele próprio a define como «intrépida hoste de renovação mental que ia batalhar *pola-grei,* dominada pela única ambição, de servir com puro desinteresse a Nação e a Ciência». Isto se lê na «Correspondência inédita de Alberto Sampaio, comentada e anotada por Manuel Monteiro.

Em 1906 nos *Serões* publica o Dr. Manuel Monteiro um belo artigo, subordinado à epígrafe «Castelos do Norte de Portugal» com o sub-título de «Como se organizava a defesa territorial do país durante a Idade Média». Henrique Lopes de Mendonça na Academia das Ciências saúda o excelente estudo com esta afirmação: deixa no nosso espírito o pesar de que a um pequeno artigo de revista se circunscrevesse o fruto de sábias investigações, utilíssimas à história». Era já o estimulante encantamento do Passado. A história, a essência da tradição, começava a determinar, a orientar, a carreira científica do Dr. Manuel Monteiro.

A este ciclo pertenceu *Um Castelo Medieval,* que julgo ser o seu primeiro opúsculo. Tratava-se, nem mais nem menos de defender, com toda a clareza e combatividade,

o património artístico e monumental de Braga, seu torrão nativo, sua pequena pátria municipal. O castelo, era a cidadela, cujas pedras tanto sol queimou, com a sua traça arquitectónica ainda completa, exemplo único, sugestão medievica, no centro de *Bracara Augusta,* com a arrogância da sua torre de menagem a sobressair. Iam demolir o Castelo, quando apenas precisava de quem o libertasse das excrecências e o reabilitasse com um fácil restauro.

A pouco e pouco, Braga, graças ao camartelo dos insensiveis governantes locais, deixaria de ter história, de ter fisionomia própria, — Braga perderia a sua bracaridade augusta. Secundado pelo genealogista dr. José Machado o dr. Manuel Monteiro luta, com denodo e elevação pelo salvamento do Castelo, que constituiria hoje orgulho da cidade, enlevo dos espíritos artistas, dos amantes da tradição, dos estudiosos dos históricos ciclos de arte. O certo é que venceu a rasoira modernizadora e agora no lugar da cidadela levanta-se um edifício inestético que não significa nada aos sentimentos tradicionalistas; apenas a torre de menagem, só, perdura ainda.

Esta campanha em prol do Castelo confirma que o amor à terra natal é bem a primeira escola do verdadeiro patriotismo. Esta cruzada perdida seja ao menos para nós e para a posteridade um ensinamento a dirigir-nos e a admoestar-nos: que não mais se destruam os traços venerandos da história, que o culto dos monumentos locais seja a nossa primeira classe de patriotismo, pois não ama a Pátria, quem não amar o seu solo materno, a sua pequena Pátria natal. E na verdade pouco já temos para demolir. Mas que a memória tutelar, o espírito tutelar de Manuel Monteiro nos oriente na restauração e na integração do que ficou e mesmo na exumação das pressentidas antiguidades milenárias. E' este aliás o pensamento de V. Ex.ª, senhor Presidente da Câmara, e confiado estou no seu êxito e no seu triunfo.

As últimas forças, as derradeiras energias, do Dr. Manuel Monteiro, cumpre-nos gratamente lembrar, consagrou-as a colaborar activamente com esta Câmara.

O seu último artigo no *Primeiro de Janeiro* em Outubro de 1950, versava a figura e obra de S. Martinho de Dume, a propósito do Congresso Internacional que se preparava, iniciativa do Município bracarense, que Manuel Monteiro rasgadamente aplaudiu e na qual sabiamente cooperou.

Na nossa revista Bracara Augusta ainda publicou, a pedido meu, dois brilhantes trabalhos: «La chanson de Roland no Românico Português» e «Uma obra de arte da Renascença».

E' com emoção que o revejo nesta última quadra da sua vida, numa tarde, a escalar ao sítio onde, desprezado, jaz o antigo coro da catedral, já no meio de sofrimentos constantes e sufocações insistentes, num sacrifício inaudito, para organizar, também a meu pedido, a documentação gráfica desse precioso vislumbre da arte do renascimento, documentação que inseri na Bracara Augusta, e grito de alarme para que se salve esse notável documento de arte quinhentista, vítima até agora da rapina dos homens e da destruição do tempo, com sintomas evidentes da ameaça da ruína. Edificante lição de ebnegação e de amor à pequena pátria natal.

Manuel Monteiro deixa aos seus conterrâneos e aos seus amigos, o ensinamento admirável de que a ideia da Pátria, e o serviço da Pátria, estão acima dos regimes e das preferências partidárias, sem renúncia, claro está, da personalidade e dos credos de cada um.

Ouçamos ainda Henrique Lopes de Mendonça em duas linhas argutas do parecer que redigiu quando propôs Manuel Monteiro para sócio da Academia das Ciências: «a sua elevada inteligência é inacessível às rajadas do fanatismo sectário, as quais, de qualquer banda que soprem, são por iguais nocivas à serenidade do pensamento, ao culto da arte pura, à magestade da ciência.

Manuel Monteiro serviu a Nação com grandeza de ânimo, inflamado no profundo amor da grei e da terra, debruçado sobre os tesouros de antanho, quer para os explicar, quer para os salvar, concitando-nos sempre à fraternidade, à pacificação, ao trabalho unido na aspiração dum Portugal ainda maior.

Devemos agradecer-Lhe, reverentes e comovidos, a par do altíssimo valor científico dos seus trabalhos, a sua cintilante existência, amando a verdade, exaltando a beleza, elevando a virtude e servindo a Pátria sempre com exemplar desinteresse.

Como poucos realizou o conceito do esteta romântico que foi Boni de Castellane: «façamos da vida uma obra de arte e das letras uma lição de elegância».

Em toda a sua vida, nos seus estudos e nos seus feitos de homem público, amando a terra mais de que os regimens, servindo a Nação mais do que os homens, não houve um só momento, um só instante, que não se inspirasse «no amor da Pátria não movido de prémio vil; mas alto e quase eterno».

Depois do interessantíssimo discurso do senhor Dr. Sérgio da Silva Pinto, que foi muito aplaudido, falou o ilustre Director jubilado da Biblioteca Pública.

Elegante Palestra do Sr. Dr. Alberto Feio

O antigo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, que seguiu no uso da palavra, fez eloquentemente reviver, perante o auditório, os mais grandiosos e notáveis momentos da vida do saudoso arqueologo Dr. Manuel Monteiro, amigo pessoal e companheiro de trabalho nas investigações históricas.

Com brilhantes palavras deixava transparecer claramente a saudade, na evocação que fazia do «extraordinário homem» que foi o Dr. Manuel Monteiro. E depois de ter historiado a vida brilhante, de dedicado estudo à História de Arte, de que foi verdadeiro mestre o saudoso homenageado, o senhor Dr. Alberto Feio leu algumas cartas que em diversas épocas da vida lhe dirigira o Dr. Manuel Monteiro, terminando por demonstrar que o saudoso homenageado, não tinha sómente a erudição do espírito dum homem de ciencia, mas também um coração bondoso, sensibilidade e efectividade próprias da sua alma de Artista, alma eleita, a que Deus concederá merecido lugar, de repouso e paz eterna.

Foi muito aplaudido pela assistência este discurso, cheio de beleza e interesse, pela simplicidade do improviso e pelas expressões de carinho com que evocava o Homem e o Artista e Literato:

Elevado e delicadissimo Depoimento do Prof. Dr. Machado Vilela

Depois falou eloquentemente o senhor Prof. Dr. Machado Vilela, amigo íntimo do saudoso homenageado.

Ex.^{mo} Senhor Presidente
Ex.^{mas} Autoridades
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Fez ontem um ano, contado dia a dia, que se deu nesta cidade de Braga o tristíssimo acontecimento, cuja notícia se espalhou na cidade com a maior rapidez e no meio da maior consternação, do falecimento do homem a tantos títulos eminente que foi o Dr. Manuel Monteiro.

A Edilidade da sua terra natal, terra que ele tanto amou, tanto honrou e tanto enalteceu, houve por bem consagar os altos méritos e prestar digno culto à memória de tão insigne filho de Braga com a tríplice homenagem: da celebração de uma Missa de Requiem pelo seu eterno descanso; da afixação — na fachada da casa onde viveu quase todos os dias da sua existência passados na sua terra e que foram, a bem dizer, todos aqueles em que não foi obrigado a ausentar-se de Braga quer para fazer os estudos da sua formatura em Coimbra, quer para exercer as suas funções públicas, tanto em Lisboa, onde desempenhou durante alguns anos os altos cargos de Deputado, de Presidente da Câmara dos Deputados, de M nistro da República e de Juiz do Supremo Tribunal Administrativo, como no Egito, onde foi juiz efectivo por parte de Portugal, dos Tribunais Mistos daquele País, durante o período de vinte e quatro anos, decorridos entre 9 de Outubro de 1916 a 14 de Novembro de 1940 — de uma *Lápide* que aponte às novas gerações, e de geração em geração, o nome, as virtudes, a cultura, a obra e o exemplo do cidadão exímio que ali habitou (1); e finalmente esta *Sessão Solene*, como testemunho de gratidão à sua memória e de exaltação e consagração do seu nome e da sua obra, que é certamente das mais notáveis e dignas de registo na história da cultura desta *Bracara Augusta*, que se deve orgulhar de ser a pátria do homem ilustre que tanto estudou a sua história e a sua arte, que tanto defendeu a sua integridade monumental, que tanto trabalhou para o conhecimento e para a defesa e conservação do seu património artístico, que tanto soube honrá-la no Parlamento e nas Cadeiras do Poder e que, com tanto brilho e prestígio, representou Portugal na Magistratura Mista do Egito, onde, durante vinte e quatro anos, soube impor-se àqueles com quem trabalhou, pelo seu escrúpulo de julgador, pelo encanto da sua convivência, pela forte atracção do seu espírito e pela cultura rara da sua palavra elegante, tanto falada como escrita.

Gentilmente chamado a comparticipar nesta nobre e justa comemoração, isso vou tentar, dentro da minha pequenez, com a comovida devoção de um amigo sincero que muito prezou e admirou o seu antigo discípulo em Coimbra e o seu querido companheiro de quinze anos no exílio do Egito, onde sempre procurou bem servir e sempre bem serviu a Pátria distante.

Não venho aqui, porém, pronunciar um discurso, mas antes *fazer um depoimento*.

O que o Dr. Manuel Monteiro foi como historiador e crítico da arte, já outros o disseram e ainda outros o dirão, com um conhecimento de causa e uma autoridade com que eu o não poderia nem saberia fazer. A esse propósito, direi apenas que, em Portugal inteiro e em muitas terras do estrangeiro, foi Manuel Monteiro um egrégio romeiro e peregrino da arte, visitando catedrais, igrejas e ermidas, monumentos e museus, no apaixonado empenho de conhecer as obras de arte onde quer que se encontrassem, dispersas ou reunidas em grandes ou pequenas colecções, e que todo o Portugal, a Espanha, a França, a Bélgica, a Itália, a Grécia e o Egito foram para ele largo campo de observação e estudo, em que enriqueceu fortemente o seu espírito e o dotou com um forte poder de intuição artística, que fez a admiração dos iniciados nas maravilhas da arte e o encanto daqueles que tiveram a felicidade de ouvir, aqui em Braga, as suas brilhantes lições sobre história da arte ou a sua dificilmente igualável conversa sobre as obras primas de arte que vira e com tanto brilho sabia descrever.

(1) Texto da inscrição gravada na lápide: «Nesta casa viveu e morreu o insigne bracarense Dr. Manuel Monteiro, eminente homem público e mestre de crítica e história da arte».

O meu depoimento versará sobre duas ordens de factos que as circunstâncias me permitiram ver e admirar e que eu entendo deverem ser testemunhadas perante aqueles que conheceram a forte personalidade de Manuel Monteiro e a grandeza do seu espírito. Respeitam esses factos aos seus vinte e quatro anos de juiz dos Tribunais Mistos do Egito e ao documnto notável por ele feito numa hora cruciantemente dramática da sua vida e do seu sentimento. Refiro-me ao seu testamento, que é um testamento cerrado, datado de 19 de Outubro de 1940, na mesma data aprovado e cuja execução a sua amizade me quis confiar a mim e a um grande amigo comum, que o precedeu na morte, o saudoso Dr. João Baptista da Conceição Amorim.

Na primeira parte do meu depoimento, procurarei dizer o que foi, no Egito, a figura de Manuel Monteiro como juiz e, na segunda, o que foi a sua grandeza moral de homem de bem.

I

O JUIZ

Onde quer que se manifestasse a sua actividade, o Dr. Manuel Monteiro nunca deixava de revelar o seu temperamento e a sua intuição de verdadeiro artista. E essa intuição conduziria naturalmente o seu espírito a um conhecimento e a uma penetração dos factos e das ideias que lhe facilitavam a percepção daquela certeza e daquela verdade que devem constituir o fundo de toda a sentença judicial, a qual por isso mesmo se chama *veredictum* e é tida como a expressão da verdade, o que bem traduz o tão conhecido adágio jurídico — *res judicata pro veritate habeetur.*

Mas, para aí chegar, o juiz tem de investigar, tem de criticar, tem de se defender dos *inimigos da justiça*, para, julgando, ficar com a plena convicção de que o seu julgamento traduz a inteira verdade tanto de facto como de direito do caso que julgou, e ter a consciência segura de que procurou evitar o perigo do erro judiciário, que é uma calamidade, que as leis de processo têm por missão afastar, mas que é possível e que as próprias leis de processo prevêem, para regular os meios de o descobrir e de o reparar.

E neste delicado trabalho de investigação e de crítica para a qualificação precisa dos factos submetidos à apreciação do juiz e para a determinação rigorosa da regra de direito que os rege, muito auxílio pode prestar a intuição do verdadeiro significado dos factos e do exacto sentido das leis. E essa intuição tinha em grau elevado o juiz Manuel Monteiro, o que fez com que ele fosse considerado no Egito, não só um juiz amado, mas um juiz seguro.

É o que vai dizer-vos, Meus Senhores, a apreciação dos seus méritos de julgador feita por dois juizes seus colegas no Tribunal Misto de Alexandria de que passo a dar-vos testemunho.

No dia 23 de Janeiro de 1952, comuniquei eu para Alexandria a infausta notícia do falecimento do Dr. Manuel Monteiro e, logo no dia 1.º de Fevereiro seguinte, um juiz egípcio daquele Tribunal, Mahmud Said Bey, que era, ao mesmo tempo, um juiz distinto e um pintor de mérito, me escreveu uma carta em que se lêem etas palavras: «Acredite e tenha a certeza de que os amigos que ele (Monteiro) deixa entre nós dele

se lembrarão por muito tempo como uma das mais belas figuras que as Jurisdições Mistas nos deixaram. Era o verdadeiro gentil-homem, digno, bom e humano» (1).

Ainda eu estava no Egito, e, conversando um dia com um juiz estrangeiro de outra nacionalidade, disse-me ele, no decurso da conversa: «Se por acaso eu tivesse um processo meu pendente do Tribunal de Alexandria, antes queria que ele fosse julgado por Manuel Monteiro do que pelo juiz X» (Era um juiz muito culto e sabedor no campo do Direito), o que significa que o *sexto sentido* ou *sentido profissional* do Dr. Manuel Monteiro e a sua intuição de julgador faziam dele um juiz superiormente seguro e possuidor das grandes qualidades que inspiram confiança aos litigantes e firmam o prestígio dos magistrados.

II

O TESTAMENTO

Passando à segunda parte do meu depoimento, vou referir-me, com a devida discrição, ao testamento do Dr. Manuel Monteiro, dando conhecimento das disposições que podem, e até devem, ser conhecidas, para se fazer um juizo perfeito da sua grandeza moral, pois aí se retrata toda a bondade da sua alma de eleição.

O testamento, que é um testamento cerrado, tem, como data de assinatura do testador e da sua aprovação, o dia 19 de Outubro de 1940, isto é, onze anos e três meses antes do seu falecimento.

Foi escrito em uma das grandes horas tristes da sua vida e do seu sentimento e Deus sabe se apenas o escreveu com amargura e não o selou com lágrimas, como se pode pensar em face das circunstâncias que vou apontar.

No ano de 1939, o Dr. Manuel Monteiro veio do Egito passar as suas férias em Braga, como tinha feito quase todos os anos. Não veio, porém, directamente para Portugal, detendo-se alguns dias no sul da França, para fazer uma cura de águas minerais em La Preste, procurando aí tratamento para um sofrimento que desde muito o vinha molestando. Contudo, não só não encontrou os alívios que esperava, mas contraiu naquela estância de águas uma colibacilose tão grave, que pôs a sua vida em perigo, alarmando já nesse momento a cidade a agudeza da sua doença.

Entretanto, surgia a segunda Guerra Mundial, os seus velhos sofrimentos agravaram-se com aquela doença e, logo que pôde, recolheu ao Hospital do Carmo, do Porto, onde se submeteu a uma delicada operação de alta cirurgia e onde esteve internado de Janeiro a Maio de 1940.

Como a guerra continuasse, de Alexandria reclamassem a sua presença no Tribunal Misto daquela cidade, do qual era Presidente, e ele mesmo desejasse lá voltar

---

(1) A carta está escrita em Francês. Eis o original da passagem traduzida no texto: «Croyez et soyez assuré que les atmis qu'il laisse parmi nous se souviendront long temps de lui, comme une des plus belles figures que les Juridictions Mixtes nous ont laissées. C'était le véritable gentilhomme, digne, bon et humain».

Como a guerra continuasse, de Alexandria reclamassem a sua presença, no

para completar a sua carreira, pela promoção ao Tribunal de Apelação (Cour d'Appel Miste), que também funcionava como Tribunal de Correcção, e a hora que passava era uma hora de grandes incertezas, decidiu fazer o seu testamento antes de partir.

A seguir procurou preparar a sua viagem de regresso ao Egito, foi nesse intuito a Vichy, onde então se encontrava o governo francês, por a cidade de Paris estar ocupada pelos exércitos alemães, para o efeito de pedir, por intermédio do Ministro de Portugal junto daquele governo, as permissões necessárias para embarcar em França e seguir para o Egito pelo Mediterrâneo.

Aquele Ministro, que era o oficial da Armada Armando Humberto da Gama Ochôa, já falecido, disse-lhe que poderia conseguir-lhe todas as licenças necessárias para o seu embarque e para a sua viagem, mas que não o deixava partir, pois a guerra no Mediterrâneo, tanto guerra de superfície como guerra aérea e submarina, e a guerra terrestre tanto na Síria como na Palestina, por onde teria de passar para entrar no Egito, não o deixariam lá chegar!

Obedeceu, regressou a Portugal, pediu a sua exoneração das Jurisdições Mistas, a 14 de Novembro de 1940 foi aposentado pelo Governo egípcio, e assim fechou a sua carreira naquele país, a qual teve, como foi dito, a duração de 24 anos.

Em Portugal, e quase sempre em Braga, viveu os onze anos restantes da sua vida, votado sempre, e até quase ao seu último momento, à sua grande paixão de romeiro, historiador e crítico da arte, sendo desse período alguns dos seus belos trabalhos. Ainda em Dezembro de 1951, eu recebi, oferecido por ele, o seu último trabalho publicado em sua vida, — *Uma obra de arte da Renascença!*

Convivi muito com ele nesta quadra da sua vida, mas nunca me falou do seu testamento, estando eu longe de imaginar que seria o seu testamenteiro e havia de executar as disposições da sua última vontade!

Surpeendido em Lisboa, no dia 18 de Janeiro de 1952, com a cruel notícia do seu falecimento e com o conhecimento do dever que a sua amizade me impuzera, regressei imediatamente a Braga e tenho procurado cumprir religiosamente esse dever.

E nesse dever eu entendo compreendida a obrigação de revelar a grandeza de alma que traduzem as suas disposições testamentárias. Vou indicá-las, pois, naquilo que discretamente pode e deve ser revelado. Eis as suas palavras:

«Eu, Manuel Monteiro, adiante assinado, achando-me na posse plena das faculdades mentais, resolvo fazer, por este meio, as disposições de última vontade. Morro pobre, tendo grangeado, sempre, com o meu trabalho, o pão de cada dia, para mim e para uma numerosa família fraterna que o destino e a afeição do sangue me impuseram. No entanto conservei intacto, e até melhorando, o que herdei, procurando perpetuar assim, com piedoso respeito, o nome e a memória dos meus maiores. Essa minguada herança faz o objecto principal deste testamento. Como vim modesta e obscuramente para o tumulto e para a luz da vida, também obscura e modestamente quero entrar na treva e na paz do túmulo. Portanto, se falecer em Portugal, desejo que o meu funeral seja simples, sem qualquer ostentação inútil, que só serve para lisongear a vaidade humana. Se no além, como diz o grande poeta, «memória desta vida se consente», apenas me bastam as lágrimas e as magoadas preces daqueles a quem fiz bem e sentirem a minha falta...».

Dispôs depois dos seus bens como melhor entendeu fazê-lo e as suas disposições terão integral execução.

E fechou o tetamento por etas palavras verdadeiramente dignas de memória:

«Terminam assim as minhas disposições testamentárias, sentindo não possuir uma grande fortuna, para deixar todos os que viveram do meu amparo ao abrigo da desventura, e ainda para melhorar as condições materiais e financeiras das simpáticas instituições de beneficência da minha terra natal, afim de lhes permitir uma eficiência mais larga à sua obra ou acção altruista de assistência. Procurei sempre fazer o maior bem possível e evitar praticar o mal, pelo que desço à cova com a tranquilidade na consciência, embora me atribuissem por vezes factos cuja responsabilidade me não cabe, porque nunca os consenti, nem os ordenei. No entanto, se porventura alguém por mim se considerar ofendido, com o mais sincero arrependimento lhe peço perdão, apagando da minha memória o gravame de uma acusação. Despeço-me assim deste mundo e que no outro «Na mão de Deus, na sua mão direita, escanse afinal meu coração». Braga, 19 de Outubro de 1940. Manuel Monteiro»,

E aqui dou por findo o meu depoimento, pedindo àqueles que me deram a honra de me escutar que, de pé e em silêncio, comigo se recolham um momento, em piedosa homenagem à memória do grande Bracarense Dr. Manuel Monteiro.

Braga, 19 de Janeiro de 1953.

ALVARO MACHADO VILLELA

Encerramento

Após o discurso do senhor Dr. Machado Vilela, que foi muito aplaudido, ergueu-se o Senhor Governador Civil substituto, Dr. Cunha Matos, para encerrar a sessão.

Felicitou calorosamente o Município, na pessoa do ilustre Presidente da Camara, elogiando a interessante e justa homenagem que tinha promovido. Saudou também afectuosamente os oradores pelas palavras brilhantes, e pelas merecidas referências que tinham feito à saudosa memória do Dr. Manuel Monteiro.



Livros do Registo

17.º Livro

(Continuado da pág. 136 do vol. IV)

PRIVILÉGIO dos Meninos Orfãos da cidade de Lisboa, a favor de João Gonçalves Ribeiro, da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira para nela pedir esmola — fl. 44, v.

Privilégio das Táboas Vermelhas de N. Senhora da Oliveira, da vila de Guimarães, a favor de Manuel Alves de Magalhães e Araujo, Mestre de Campo de auxiliares, morador no logar de Gandarela, da freguesia de S. Clemente de Basto — fl. 45.

Petição a favor de Joaquim José, filho de Cristovão da Rocha, armeiro, desta cidade, (a) fl. 45.

Privilégios dos Meninos Orfãos a favor de Manuel Cerqueira, da freguesia do Salvador de Trandeiras, do termo desta cidade — fl. 46.

Identico de Simão da Costa da rua dos Sapateiros desta cidade. — fl. 46, v.

Privilégio de S. Magestade a favor dos cidadãos desta cidade que lhe fez mercê para os seus caseiros na forma dos privilégios dos cidadãos da uniuersidade (sic: no texto, da cidade) de Coimbra — fl 46, v.

(a) A petição tem por objecto reconhecer-se que a criança interessada serviu de «Menino de S. Cristóvão» na procissão, o que lhe merecia privilégios.

Certidão em como serviu de vereador Francisco Gonçalves no Couto de Tibães a favor de Custódio Gonçalves [seu neto] morador na freguesia de Frossos, do termo desta cidade — fl. 49, v.

Privilégio dos meninos orfãos da cidade de Lisboa a favor de Manuel Fernandes, espingardeiro, morador na rua da Regua, para pedir esmola na freguesia de Santiago de Esporões — fl. 50.

Certidão de soldado e cabo de esquadra Tomé Soares, que serviu no Rio de Janeiro dos estados do Brasil, da Companhia do capitão João Gonçalves Preto de uma companhia de infantaria da ordenança — fl. 50, v.

Ano de 1741

Licença de espingarda ou clavina, a favor do licenciado António Ferreira de Figueiredo — fl. 51.

Certidão de que serviu de juiz ordinário no Couto de Vimieiro Manuel Pereira, pai do suplicante Manuel Pereira, morador na freguesia de S. Vicente de Penso — fl. 51.

Privilégio da Trindade a favor de Bento Ferreira da freguesia do Salvador de Trandeiras — fl. 51, v.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé Primacial, a favor de Custódio Gomes Cerqueira, da freguesia de Santa Maria de Lamas — fl. 52.

Identico a favor de Geraldo Francisco, sapateiro, da fonte da Córcora — fl. 52.

Privilégio de mamposteiro da Bula a favor de Manuel Nogueira, da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira — fl. 52, v.

Carta de examinação a favor de Jacinto Lopes Sapateiro, da freguesia de Crespos; (passada a 5 de abril de 1729.) — fl. 53.

Petição e mais documentos a favor de Manuel Marques, da rua da Regoa. [Faz a comprovação de ter servido como almotacé no Couto de Pedralva] — fl. 53.

Privilégio de Santo António de Lisboa a favor de Manuel Ferreira de S. Martinho [de Dume] — fl. 56.

Carta de examinação a favor de Manuel Fernandes, alfaiate, morador na freguesia de S. Paio de Pousada, passada aos 14 de Dezembro de 1740 — fl. 56, v.

Privilégio das Táboas Vermelhas, a favor de Domingos Francisco, da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira — fl. 56, v.

Certidão de como foi Juiz, do Couto de Tibães, Luis Fernandes, da freguesia de S. Pedro de Merelim — fl. 57. v.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de António Fernandes. mo-

leiro, morador nos moinhos de Silveira, para pedir esmola na freguesia de Ferreiros — fl. 58.

Identico a favor de Jerónimo Duarte, da freguesia de S. Pedro de Merelim, para pedir esmola na dita freguesia — fl. 58, v.

Provisão de Sua Majestade para arma e caçar com munição, a favor de Geraldo António Lanhas Peixoto, morador nesta cidade — fl. 58, v.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Manuel Carvalho, morador na freguesia de S. Pedro d'Este, para mamposteiro menor — fl. 59.

Privilégio dos Meninos Orfãos do Colégio de Jesus, a favor de Domingos Rodrigues da Cunha, da freguesia de S. Pedro de Merelim, para na dita freguesia pedir esmola — fl. 59, v.

Certidão de como serviu de Juiz ordinário Diogo de Arantes, no Couto de Rendufe, a favor de Pedro de Arantes, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 59, v.

Certidão em como servia de almotacé na Povoa (a) Francisco Tinoco, morador na freguesia de S. Pedro (*sic!* aliás S. Paio) de Pousada do termo desta cidade — fl. 60.

Despacho de S. Alteza a favor de Simão Antunes da freguesia de S. Pedro de Merelim, em que o isenta de quadrilheiro e jurado — fl. 61.

Escritura da fiança que deu o Dr. Paulo Alves do seu oficio de Juiz dos Orfãos desta cidade de Braga — fl. 61 v.

Escritura da fiança que deu João Francisco de Oliveira, proprietário de um dos oficios de escrivão dos orfãos desta cidade — fl. 61 v.

Carta de examinação e marca de Ourives de ouro, a favor de João Pereira Val, (b) natural desta cidade — fl. 62.

Marca de marcar peças de ouro, (c) a favor de Salvador de Matos, ourives do ouro, morador na rua Nova de Sousa — fl. 62, v.

Carta de examinação a favor de Manuel Dias, ourives do ouro, morador na Rua Nova (d) — fl. 63.

Carta de examinação a favor de Catarina, aolteira, filha de João Domingues, da freguesia de Santa Maria de Palmeira, lugar de Pedra Cavalgada, [para o oficio de tecedeira] — fl. 63.

Escritura de fiança que deu Jerónimo da Cunha Coutinho, proprietário

---

(a) No título está assim designada, simplesmente; no texto, porém, especifica: «vila do Castelo de Lanhoso.»

(b) A marca consiste na letra V.

(c) Afecta a forma de um D em aberto.

(d) A marca, aposta no registo, é um D.

de um dos ofícios de escrivão dos orfãos e a Provedoria desta cidade, para entrar a servir o dito seu ofício — fl. 63, v.

Privilégio de estalagem a favor de Pascoal Barbosa, da vila de Ponte de Lima (a) — fl. 64.

Instrumento a favor de Manuel da Costa, tratante, morador na rua Direita da Cruz de Pedra, desta cidade, para poder usar de espingarda com bala — fl. 64.

Privilégio de mamposteiro da Bula a favor de Manuel Carvalho, morador na freguesia de S. Pedro d'Este — fl. 64, v.

Carta de examinação a favor de José Francisco Ferreira, ourives da prata, morador na Rua Nova de Sousa, desta cidade, como também registei a marca do dito (b) — fl. 65.

Carta de examinação de sombreireiro a favor de Serafim Alves, morador na rua do Assento, de S. Victor — fl. 65.

Justificação de instrumento de geração a favor de António Pereira, morador à porta de S. Francisco, desta cidade (c) — fl. 65 v.

Licença de espingarda com munição a favor de João Francisco, da freguesia de Santa Eulalia de Tenões — fl. 66.

Ano de 1742

Carta de examinação de Maria Luís, [tecedeira] moradora na Ponte de Guimarães — fl. 65, v. (d).

Petição, com certição junta de idade, a favor de Bento Pereira, do logar de Passos, freguesia de S. Victor (e) — fl. 65, v.

Carta de examinação de ourives, e marca (f) a favor de Paulo Lourenço, ourives de ouro, e morador na Rua Nova de Sousa — fl. 66.

Carta de examinação a favor de Jerónimo da Silva, ourives do ouro, morador na Rua Nova de Sousa (g) — fl. 66, v.

Privilégio de Santo António, a favor de António Peixoto, da freguesia de S. Miguel de Frossos do termo desta cidade, para na mesma freguesia pedir esmola — fl. 67.

Titulo da propriedade do ofício de escrivão da Imposição, Real d'Agua

---

(a) A concessão era gosada na mesma vila, embora se registasse em Braga.

(b) A marca consistia nas iniciais IF, abertas, para resaltar o seu relevo.

(c) Por virtude do documento registado, ficava livre de servir os cargos do concelho.

(d) O termo está datado de 13 de Fevereiro *de 1741*; é manifesto o erro, atendendo as datas do anterior e do seguinte. É já do ano de 1742.

(e) Para ficar escuso de quadrilheiro.

(f) Consistia nas iniciais PL, abertas, mas invertidas no punção.

(g) Tinha por marca um simples S.

e Engeitados, a favor de Mariana de Santa Escolástica, filha de Francisco Dantas de Barros (a) — fl. 68, v.

Privilégio da Santíssima Trindade, a favor de José Roiz Tinoco, da rua do Souto, para pedir esmola na capela de S. João Marcos. — fl. 69, v.

Petições e despachos a favor de António Francisco da Silva, desta cidade e mestre de meninos, [para ser livre de certos cargos, vista a Arte Liberal que exercia] — fl. 70.

Privilégio dos meninos orfãos, a favor de António Fernandes, da freguesia de S. Pedro de Merelim — fl. 71.

Carta de examinação a favor de António Ferreira, moleiro da freguesia de Santa Maria d'Adaufe — fl. 71, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Lopes, moleiro, da freguesia de Santa Maria d'Adaufe — fl. 71, v.

Privilégio do Tabaco, a favor de João Ribeiro, da freguesia de S. Pedro d'Escudeiros, do termo desta cidade — fl. 72.

Carta de examinação a favor de Alexandre Pereira, cutileiro, e morador na rua dos Chãos de cima — fl. 72.

Privilégio do SS. Sacramento da Santa Sé Primaz, a favor de Custódio da Silva, seleiro, da rua de S. Marcos desta cidade — fl. 72 v.

Carta de examinação a favor de Cristovão Roiz, sapateiro, morador na rua de Janes — fl. 73.

Carta de examinação a favor de Domingos Alves, sombreireiro morador na rua da Ponte de Guimarães — fl. 73.

Privilégio dos meninos orfãos a favor de António da Costa, da freguesia de S. Vicente de Penso — fl. 73, v.

Carta de examinação a favor de Manuel Fernandes de Barros, alfaiate, morador na rua de Janes — fl. 74.

Carta de examinação a favor de Manuel de Sousa, ourives da rua Nova de Sousa — fl. 74.

Registo de uma marca (b), do precedente — fl. 74, v.

Provisão de cabo d'esquadra a favor de António Francisco, [da companhia do alferes José Vieira], da freguesia de Crespos — fl. 74, v.

Carta de examinação de Francisco Ferreira Jacome, ourives, morador na rua do Souto — fl. 75.

Marca de ourives (c) do precedente — fl. 75.

(a) O título estabelece várias pensões à mãe e irmãos da beneficiada, e usufruto a favor do pai, desistente do ofício: está transcrito na integra.

(b) Descreve-a como sendo um «esse», mas não está impressa, como as outras.

(c) Num rectângulo de cantos arredondados, as iniciais FF abertas.

Carta de examinação a favor de Domingos Cardoso, tecelão, desta cidade — fl. 75, v.

Carta de examinação de Felício de Paiva, ourives do ouro, morador na rua dos Gatos — fl. 75, v.

Marca do ourives Felicio de Paiva (a), morador na rua dos gatos — fl. 76.

Petição de Manuel Alves de Sousa, da Porta de S. Francisco [para vender carne de marrã (b)] — fl. 76.

Identica de Luisa de Magalhães, da rua dos Chãos, com semelhante despacho — fl. 76, v.

Identica de António Ferreira da rua da Cruz de Pedra — fl. 77.

Identica de Teresa de Sousa, do Campo da Vinha — fl. 77, v.

Identica de Domingos Jacome, da rua da Ponte de Guimarães — fl. 78.

Identica de Basilio Alves, da rua da Cruz de Pedra — fl. 78, v.

Carta de examinação de Manuel da Costa Luís [alfaiate], da rua de Janes — fl. 80.

Privilégio de Santo António de Lisboa, a favor de Manuel de Sousa, da freguesia de S. Maria de Lomar — fl. 80, v.

Privilégio das Taboas vermelhas da Senhora da Oliveira, a favor de António da Silva Magalhães e Castro, cavaleiro professo na ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, natural da cidade do Porto, [referente ao Casal de Pedra, da freguesia de Santo Estevão de Urgeses] — fl. 80, v.

Ano de 1743

Privilégio da Santíssima Trindade, a favor de Domingos Tinoco, da freguesia de S. Paio de Pousada, para pedidor das esmolas na dita freguesia — fl. 81.

Privilégio dos Meninos Orfãos da cidade de Lisboa a favor de João Gonçalves, mestre pedreiro, mamposteiro menor, para pedir na freguesia de de S. Miguel de Frossos — fl. 81, v.

Licença de espingarda a favor de António José da Silva; da rua dos Pelames — fl. 81, v.

Petição, [para ser isento dos cargos da Republica] e despacho de S. Alteza o Sereníssimo Senhor D. José Arcebispo e senhor de Braga, a favor de Lourenço Gomes da freguesia de S. Pedro de Lomar (c) — fl 82.

(Continua)

(a) Consistia na letra F, aberta em fundo quadrado.

(b) Foi-lhe concedido vendesse por meudo, não por grosso.

(c) Alegou servir, em carretos que fazia, e dirigia, o celeiro «do Micho», e o P. Manuel Pires da Costa, recebedor do mesmo «Micho» confirmou que não só o trazia ao celeiro, mas deste o transportava a muitas igrejas e comendas a que era distribuido. O «micho» era o pão concedido às classes necessitadas ou desprovidas.

Livro das Vereações

(Continuado da página 142 do vol. IV)

Vreacoens feitas do Anno de cinconta e hu' por diante

tl.º 166

Que nhuã Pessoa não entre no forno da Villa em quanto se o pão cozer não tendo pão nelle —

Itte' Acordarão por serem informados que se aggravarem a elles . regedores. muitas pessoas honradas desta Cidade que mandão cozer seu pão ao forno da Cidade que se chama da ifãte e assi muitas. padeiras que o dito pão vã e o mandão cozer ao dito forno se vão m.tas pessoas solteiras. e outras que não tem que fazer no dito forno e tomão e furtão do dito pão que as ditas pessoas mandão e vão cozer ao dito forno e visto por elles regedores querendo remedear que se não tome o alheio a seus donos. mandarão que nhuã pessoa de qualquer estado e condição que seia que não for ou mandar cozer o dito pão não va nem entre no dito forno no tempo que se o dito pão cozer ne' quando o levarem e trouxerem sob pena da pessoa que o assi' não cumprir pagar por cada ves pera o Concelho e quem o accuzar da Cadea quinhentos rs. e esta vreação se não entendera no forneiro ou forneira e pessoas que os aiudarem e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão — || — (a)

(a) Riscado, sem explicação, no original. Em Ms. II escreveram em epocas sucessivas e tres diversas caligrafias, as seguintes observações: — «Não ha forno e era bem q. ouvesse — Se fosse de graça — Não tem razão.»

tl.º 167

Que nhuã Pessoa tenha courama de fora da terra ne' faça obra della. — (a)

Itte' Acordarão pella informação que tomarão da courama que vem de Inglaterra ser muito preiudicial a obra della e durar m.to pouquo per onde os çapateiros desta Cidade se lanção todos a fazer obra delle e o pouo se aggrava não aver muito regimento e mandarem que da dita courama se não faça obra alguã e por tanto acordarão visto como os çapateiros desta Cidade não querem ne' tem outra courama se não a sobredita cousa tão preiudicial a republica avendo da terra m.ta courama que soporta a obra della e dura e o povo assi o requer mandarão que se lancasse pregão por esta Cidade e arrabaldes. e lugares acustumados. que nhuã pessoa de qualquer sorte que seia não tenha nhuã courama de fora da terra em sua caza ne' a venda nem compre ne' faça obra della de nhuã sorte que seia sob pena da pessoa que o assi não comprir e a dita courama e obra della lhe for achada em sua caza ou em outra qualquer parte pagar por cada ves pera o Concelho e quem o accuzar vinte Cruzados da Cadea e a dita courama e obra della ser toda queimada, e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro dara fee do pregão. — || : —

tl.º 168

Que nhuã pessoa nesta Cidade e arrabaldes faca palheiro em sua Caza —

Itte' Acordarão mais por se a elles aggravare' os moradores desta Cidade que muitas pessoas não olhando o preiuizo que fazem em meterem palha em suas cazas. assi aos vezinhos como assi mesmos por onde muitas vezes se ia vio muitas fazendas e cazas ardidas pello fogo se soltar pella dita palha por tanto mandarão que se apregoasse que nhuã pessoa de qualquer sorte que seia não meta palha pouca nem muita de qualquer sorte que seia em sua caza pera ter nella que passe de hu' dia sem a noite e isto nesta Cidade e arrabaldes. sob pena da pessoa que o assi' não comprir e o contrario fizer pagar por cada vez. pera o Concelho e quem o accuzar dez cruzados. e tendo qualquer pessoa em seu emxido caza apartada sobre si afastada das mais cazas. e bem afastada que ainda que se o fogo aleuante não faca preiuizo na tal caza podera ter toda a palha que quizer, e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro der a fee do pregão — || : —

(a) Nota de Ms. II: «Tem Sn.ça em contrario.»

tl.º 169

Que nhuã Pessoa tire pescado nem Sardinhas pera fora da Cidade sem licença: —

Itte' Acordarão pera mais proueito da republica que nhuã Pessoa de qualquer estado e condição que seia per si nem per outrem tire pescado de qualquer sorte que seia nem sardas nem sardinhas pera fora desta Cidade e termo sem licença da Camara sob pena da pessoa que o assi' não comprir pagar pera o Concelho e quem o accuzar per cada vez. dous mil rs. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão. — ‖ : —

tl.º 170

Que toda a Pessoa que uender candeas. de cebo as uenda em lugar que todos as vejão —

Itte' Acordarão que por serem informados que as pessoas que vendem candeas de cebo as tem escondidas pera as venderem escondida mente pellas fazerem mais piquenas do que he postura e querendo a elle prouer. mandarão. que toda a pessoa que as vender as venda em lugar que todos as veião e dali as comprem sob pena da pessoa que as não tiver em lugar publiquo que todos as veião e dos que as tivere' em os taes lugares. venderão e não de outras que estiverem em caza escondidas sob pena da pessoa que da dita maneira as não vender pagar per cada ves pera o Concelho mil rs. e mandarão que se apregoase e o pregoeiro desse a fee do pregão. — ‖ — (a)

tl.º 171

Que nhuã Pessoa passe as posturas. —

Itte' Acordarão mais que toda a pessoa que passe as posturas. da Cidade e vender a majores preços que pague por cada vez pera o Concelho. da cadea mil rs. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão.

(a) Em Ms. II falta a folha 73 que continha este titulo e os tres seguintes.

tl.º 172

Que se não conçeda cousa alguã do C.º sem foro nas tomadas.

Itte' Acordarão porquanto muitas pessoas tomam os recios e servidoens do Concelho. e são condenados perante os Almotaçes que paguem pena e ceivem o tomado os quaes nunqua ceivão que pera tirar as taes tomadas. e mas execuçoens que quando alguã pessoa pedir alguã cousa ao Concelho das cousas semelhantes. que parecendo bem aos regedores. da Cidade de darem alguã cousa do concelho o não concedão sem foro — ||.

tl.º 173

Que os Almotaces possão tomar hu' sirgueiro pera varejar os outros. —

Itte' Acordarão porquanto forão informados que os cirgueiros vendião obras de çeda e çeda que não era boa o que fazião por não serem visitados e era preiuizo, mandarão que os Almotaces escolhão hu' delles. o que lhe parecer pera cõ elle fazerem correição. e cõdenarem os culpados e a pessoa que não for examinada vir a Camara pera se lhe dar quem examine. — || —

tl.º 174

Que nhuã Pessoa venda sombreiros, salvo os sombreireiros. —

Itte' Acordarão mais por tirarem colojos e enganos que ninguem venda sombreiros se não os próprios sombreireiros muito bom sombreiros novos e sem engano os quaes não venderão cõ quaireis sob pena da pessoa que sombreiros vender se não os sombreireiros pagar por cada ves pera o Concelho e quem o accuzar quinhentos rs da Cadea e os sombreiros que venderem que não forem bons e desenganados e sem quaireis pagar por cada ves. pera o Concelho e quem os accuzar quinhentos rs. e os cirgueiros não venderão sombreiros senão as guarniçoens delles sob a dita pena.

tl.º 175

Que nhuã Pessoa tome peixe sem licença do Almotaçe nem o Almocreve o dee. —

Itte' Acordarão que por serem informados que quando vem pescado. fresco e seco a esta Cidade muitas pessoas sem temor de Deus e da justiça o tomam antes que o Almotaçe vá a repartilo e estando elle presente e depois que se vai da maneira que cada hu' o quer fazer. e as vezes os Almocreves consentem nisso que por todas as vias he mao regimento e desobediencia ao regimento da Cidade e iustiça e por tanto ordenarão que daqui por diante qualquer pessoa de qualquer estado e condição que seia que tomar peixe de qualquer sorte que seia na praça do peixe e em qualquer outra parte desta Cidade e arrabaldes. sem licença do Almotaçe que pague de pena por cada vez pera o Concelho Alcaide meirinho seus homeñs que por mandado do Almohace fizer a diligencia quinhentos rs. da Cadea. e o Almocreve que consentir tomar ou dar o dito peixe sem licença do Almotaçe que pague por cada vez. a dita pena e o Almotaçe que pague por cada vez. a dita pena e o Almotaçe que em sua presença se tomar o dito peixe e não fizer logo a execução que pague pera os Cativos dez. cruzados. e pera o Concelho e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão — ‖ : —

tl.º 176

Que nhúã pessoa faça Cazas de novo sem licenca da Camara —

Itté Acordarão mais que toda a pessoa que fizer cazas de novo. as não assentem não façio sem licença desta Camara pera que a Camara as va primeiro ver se he licito fazerem-se e achando que he licito fazeremse se dará a dita licença e onde ão de ser e serão sobradadas. e de outra maneira se não facão as taes cazas. que se quizerem fazer assi na Cidade como arrabaldes. como as que se querem fazer para a Ponte de Gnimarães — ‖ . —

tl.º 177

Que nhuã Pessoa traga espada nua de noite.

Itte' Acordarão mais por verem roim costume preiudicial em toda a pessoa querer trazer de noute espada nua que toda a pessoa de qualquer sorte e condicão que seia que des o sol posto tee o sol levado do outro dia for achado cõ Espada nua seia prezo e da cadeia pague por cada vez pera o Concelho Alcaide seus homens. dous mil rs. e a espada e mais armas cõ que for achado perdidas. pera o dito Alcaide seus homens que primeiro os accuzarem e prenderem.— || —

Revogouse esta vreação e ficou cõ a pena da Ord. do Reino.

tl.º 178

Que nhuã Pessoa entre nos açougues cõ espada.—

Itte' Acordarão mais pella muita devassidade que vai na gente que entra no açougue sem temor de Deos e da justiça que toda a pessoa que entrar nos ditos açougues pague por cada ves pera o Concelho. Alcaide meirinho seus homeñs que os accuzarem. quinhentos rs. da Cadea. e a pessoa que nos ditos acougues entrar. cõ espada alem de pagar a dita pena por cada vez perca a dita espada, e mandarão que estas vreaçoens se appregoassem e o pregoeiro desse a fee — || —

(Continua)

Semanas Sociais Portuguesas

Nesta cidade de Braga realizou-se há pouco tempo, a IV reunião das Semanas Sociais, organizadas por dirigentes da Acção Católica, que têm para o efeito uma Comissão Permanente. Os trabalhos da reunião de Braga tiveram por tema principal a *Educação,* e estão já publicados em tomo, como se fizera com os anteriores.

O alto valor desses estudos, o saber dos insignes prelectores, a projecção que teve a Semana em toda a sociedade portuguesa, e, por outra parte, a grandeza dos actos de que foi rodeada a memorável Semana, — sem contar, o que nos daria novo incentivo, a decidida intervenção da Câmara Municipal na preparação e desenvolvimento da reunião — obriga-nos a dedicar alguma atenção a esse grande acontecimento da vida cultural de Braga.

Não podemos, todavia, neste momento, para não interromper o ritmo da «Bracara Augusta» fazer mais que esta singela referência, que vai como simples lembrança, deixando para outro número que esperamos não será muito demorado mais extensa, embora em sintese, recordação desses trabalhos.

EFEMÉRIDES MUNICIPAIS

Ano de 1952

Novembro, 6 — Resolve a Camara proceder a reparações em *caminhos* de Lomar e Espinho, e aceitou a obra concluida de outro em Celeirós.

— Tambem aceitou o trabalho feito de *obras* diversas que ordenara.

— Deliberou a permuta de uns lotes na Rua Abade da Loureira, para melhorar o alinhamento de transversal futura.

Novembro, 13 — Deliberou coadjuvar a Obra das Mães para a Educação Nacional na realização da *Semana da Mãe*.

— Vendeu as arvores derrubadas nos largos estavam a ser remodelados.

— Concedeu diversas servidões requeridas.

— Resolveu vender lotes edificáveis na Avenida Marechal Gomes da Costa.

— Poz a concurso a construção da *Estrada Marginal* do Rio Cávado.

Novembro, 14 — Em reunião extraordinária, a Camara apreciou e aprovou o ante-projecto do *Novo Mercado* Municipal.

Novembro, 27 — Adjudica-se a construção de uma *estrada* em Ruães.

— Foram aceites obras concluidas em Cabreiros e em Dume.

— A Camara assumiu os encargos legais para funcionamento do 2.º logar da *escola* feminina de Real.

— E' adjudicado um terreno na Rua Abade da Loureira.

Dezembro, 4 — Providenciou a Camara o *abastecimento de água* à escola de S. Pedro d'Este, e ao lugar da Bela Vista.

— Igualmente providenciou sobre a estabilização do *caminho* público em S. Julião de Passos.

— Adjudicou lotes de terreno para edificação na Avenida.

Dezembro, 11 — Foram aprovadas diversas alterações nas carreiras de autocarros.

Dezembro, 18 — A Camara fez a distribuição pelas juntas de freguesia, da parte que a cada uma competirá, em 1953, dos subsidios normais.

— Foi resolvido vender lotes disponíveis na Rua Abade da Loureira.

Dezembro, 27 — Foi adjudicada a obra de reparação da escola de Panoias.

— Foram aprovados os *Orçamentos* ordinários da Camara, da zona de Turismo e dos Serviços Municipalizados para o ano de 1953.

— Resolve a Camara manter, no ano de 1953, a cobrança dos impostos e taxas até então em vigor.

— Deliberou também a Camara colocar, oportunamente, com a devida solenidade, na escadaria dos Paços do Concelho, um busto do Senhor Presidente do Conselho, comemorando o XXV aniversário da sua entrada para o Governo da Nação.

Ano de 1953

Janeiro, 3 — Nesta primeira reunião do ano, foram distribuidos pelo modo seguinte os Pelouros do Município:

Aos Ex.mos Senhores: — Presidente, — Secretaria, Tesouraria, Impostos, Jardins e Limpeza; — António Fernandes de Araú-

jo, Obras urbanas e rurais; — Fernando Magalhães Salgado, Matadouro e Mercado; — José Maria Rodrigues, Desportos; — Carlos Fernandes Brandão, Incendios e Cemitério; — Dr. Sérgio da Silva Pinto, Cultura e Assistência; — Dr. Olindo Casal Pelayo, Turismo.

— Para o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados: — os Ex.mos Senhores, Presidente, António Maria Santos da Cunha, José Maria Rodrigues, Vereador, e Casimiro da Cunha e Silva, Conselheiro Municipal.

— Foram reconduzidas as Comissões Municipais de Higiene, Arte e Arqueologia, Turismo e Estética, que tinham sido designadas em 4 de Janeiro de 1952.

— Deliberou a Camara também, providenciar acerca de um muro de suporte junto ao Parque da Ponte.

— Concedeu subsídio á Mocidade Portuguesa Feminina.

— Resolveu subsidiar, pela zona de Turismo, o Club de Caçadores.

Janeiro, 8 — Adjudicados dois lotes edificáveis na Rua Abade da Loureira.

Janeiro, 15 — Aceite a *obra* concluida na Avenida Marechal Gomes da Costa.

— Entregou a reparação do fontenário em S. Pedro de Este.

Janeiro, 25 — Deliberou, segundo proposta do vereador Sr. José Maria Rodrigues, conceder subsídio ao Sporting Club de Braga.

— Foram tomadas providências para despejo de prédios, e rápida construção nos terrenos marginais, para o prolongamento da *Rua Francisco Sanches* até ao Largo de S. João de Souto.

— Aceites vários trabalhos concluidos: na escola de S. Pedro de Merelim; caminho em Dume; estrada marginal do Cávado; Largo do Monte d'Arcos; cemitério de Nogueira, caminho em Fraião; muro de suporte em Morreira.

— É concedido subsidio à Junta de freguesia de Celeiroz para beneficiar o Cemitério, e canalizar água para um fontenário.

— Delibera confiar ao escultor sr. Raul Xavier o fabrico de um busto de Salazar.

Janeiro, 29 — Deliberou a Camara aceitar a doação, feita pelo sr. António Peixoto, de terreno para regularização do Largo de Infias e rua para Monte d'Arcos.

— Adjudicou a construção da rede de esgotos e aguas pluviais na *R. Francisco Sanches*, agora prolongada.

— Adjudicou a pavimentação de um troço da rua Alberto Matos.

— Resolveu que se fizesse, em Cunha, a obra dum caminho entre os logares da Igreja e de Levegadas.

Fevereiro, 5 — Resolve a Camara entrar em negociações para adquirir terrenos necessários para implantar a Escola Tecnica e para urbanizar.

— Assume a responsabilidade de despesas dos cursos de educação de adultos em S. Vicente.

— Delibera a realização de diversas *obras* em Gualtar, Palmeira, rua das Palhotas, Navarra e Priscos.

Fevereiro, 12 — Estabeleceu as condições da adquisição que deseja fazer, de terreno para a Escola Tecnica e para urbanização.

— Foi aprovada uma postura sobre transito no *Aerodromo*.

— Deliberou a Camara adjudicar uma empreitada na construção da *Estrada Marginal* do Cávado.

— Resolveu subsidiar a Comissão das Solenidades da *Semana Santa*. Também, a pedido da mesma comissão, declara franca, para a Lavoura, a feira do dia 31 de Março.

— Ficou a Câmara inteirada do agradecimento do Sr. Sub-Secretário da Educação Nacional pela protecção dada às crianças pobres das *escolas:* e bem assim dos agradecimentos de várias escolas pelo desenvolvimento dado às Cantinas Escolares.

— Determinou obras em *caminhos* de Lomar e de Semelhe.

Fevereiro, 15 — Reune o Conselho Municipal. Sancionou várias deliberações da Camara, que necessitavam essa sanção; além de despachos a requerimentos de particulares, contava-se nelas a postura sobre transito no Aerodromo.

— Foi lido e aprovado por unanimidade o Relatório da Gerência do ano transato.

— O Conselho prosseguiu com a apreciação das directrizes da administração pública e apresentou sugestões e lembranças sobre a orientação de actividades futuras.

Fevereiro, 19 — Foi deliberado pôr em reclamação o lançamento do *Imposto de Turismo*, taxa fixa.

— Adjudicada a execução de várias

obras: no Estádio; no lavadouro e fontenário de Real; no Cemitério da Graça; e num caminho em Gondizalves. E' resolvido o alargamento dum caminho em Arentim.

Fevereiro, 26 — Cedeu a Camara para alinhamento uma faixa de terreno em Gualtar.

— Deliberou a criação de vários cursos de adultos, tendo na reunião anterior, aprovado a despesa resultante dessa campanha.

Março, 5 — Foi aprovada a *Conta de Gerência* do último exercício.

— A Camara delibera ceder, à Juventude Católica Feminina, terreno destinado à construção de *casas para pobres*, em Nogueira.

— Deliberou vender terreno à Junta das Construções para o Ensino Tecnico e Secundário, com destino à implantação da *nova Escola* Comercial e Industrial.

— Resolve também pôr à venda lotes edificáveis na *zona urbanizada* circundante.

— Adjudicou a execução de *obras:* num caminho de Tadim; na vedação da escola de Tenões; na pavimentação dum caminho na Graça.

— Deliberou encerrar ao transito o caminho de S. Tomé, em Priscos.

Março, 12 — A Camara fixou a projecção dos gavetos no *cruzamento das ruas* Francisco Sanches e do Souto.

— Aprovou as obras em *caminhos* de Trandeiras e Celeiros.

Março, 17 — Reuniu extraordinàriamente o *Conselho Municipal.* — Sanccionou várias deliberações da Câmara que disso necessitavam, especialmente a venda e cedência de terrenos ultimamente deliberadas.

Março, 20 — A Camara aceita a doação de terreno oferecido para implantação da *escola* de Nogueiró, e resolveu entabolar negociações com proprietários visinhos para ampliar essa instalação.

Março, 26 — E' fixada a *numeração* de prédios na Avenida Marechal Gomes da Costa.

— Resolve secundar a representação que a Escola Comercial e Industrial «Carlos Amarante» vai dirigir ao Sr. Ministro da Educação Nacional acerca da organização dos cursos seguidos nessa escola.

Abril, 5 — Realiza-se a *Visita Pascal.* Como sempre a visita da Sé começa no edifício dos Paços do Concelho, onde o Senhor Presidente, com toda a Camara e Funcionários, e muitas pessoas do povo, que se lhes juntam a recebem. Trocaram-se discursos de saudação entre o Sr. Presidente da Camara e o Rev. Abade Conego Dr. António José Ribeiro.

Abril, 10 — Resolve a Camara adjudicar a obra de um *caminho* em Nogueira.

— Delibera vender terreno para alinhamento à O. P. F. C. (Obra de Previdência e Formação das Criadas).

— Foram aprovadas as *Contas* de gerência dos Serviços Municipalizados.

— Aceitou, concluida, a obra do *caminho* de Semelhe.

Abril, 16 — Resolve vender um *terreno* em Pedralva.

— Envia às instâncias superiores o plano de *urbanização* à volta da futura Escola Tecnica, prestes a construir-se.

— Aprovou alterações ao Regulamento do Transito.

Abril, 23 — Aceites as *obras* do caminho da Boavista em Trandeiras, e das escolas de S. Lazaro, Sobreposta e S. Pedro d'Este.

— Adjudicou *obras* na fonte de S. Pedro d'Este, e no caminho de Figueiredo.

— Modifica a deliberação relativa à cedência de terreno para edificar *casas para pobres;* a entrega será ao benefício paroquial de Nogueira, que tem personalidade jurídica para o receber.

— Delibera a Camara permutar terrenos em ordem à construção da *estrada* marginal do Cávado.

— Aceita a ampliação de direitos a favor da Camara na cessão de *águas* para o fontenário de Real.

Abril, 30 — Autorizou a Comissão Paroquial fabriqueira de Sobreposta a modificar o alinhamento do adro da igreja.

— A Camara alterou disposições do Regulamento do Imposto para o Serviço de Incêndios.

— A Camara altera disposições do Regulamento do Imposto de Turismo.

Maio, 7 — Aceitou concluídas obras de *caminhos* em Sequeira e Tadim.

— A Câmara aprovou *taxas* para o serviço de bombeiros a particulares.

— Delibera a Câmara pôr à venda lotes na Avenida Marechal Gomes da Costa.

Maio, 14 — Resolve a Câmara conceder *subsídios* a várias instituições e obras educativas.

— Fica inteirada do reforço concedido e do prazo estabelecido para o *prolongamento* da Rua Francisco Sanches.

— Aprovou o plano da *electrificação* em S. Julião de Passos.

— Tomou conhecimento do apoio dado pela revista «Scientia Ivridica» à propaganda escrita a favor da *Universidade* bracarense.

— Estabeleceu condições para a cedência de terrenos para casas do *Património dos Pobres*.

— E' aprovado o *1.º orçamento suplementar*.

Maio, 21 — A Câmara delibera realizar obras no ginásio do *Estádio* para pista de patinagem.

— Foram alteradas algumas disposições da *Postura* de Trânsito.

Maio, 28 — A Câmara registou os honrosos termos com que D. Berta Craveiro Lopes e o Senhor Presidente da República haviam respondido às saudações enviadas depois da sua viagem à Espanha.

— Deliberou a Câmara promover *concertos públicos* na Avenida, durante o verão, pela Banda do Colégio dos Orfãos.

— Resolve adjudicar terrenos à Empresa de Melhoramentos de Braga, para construção na Avenida Marechal Gomes da Costa.

— Deliberou pôr à venda *lotes para construção* nas imediações da nova Escola Comercial e Industrial.

— O Senhor Presidente convida os Senhores Vereadores a se associarem às manifestações projectadas para o dia 31 de Maio, com motivo do Jubileu Sacerdotal e Episcopal do Ex.mo Sr. Arcebispo Primaz, e pede autorização para, em nome da Câmara, convidar a população a associar-se.

Junho, 3 — Delibera a Câmara aumentar no próximo ano a verba destinada a expediente da Biblioteca Pública, por não lhe competir assumir outros encargos.

— Aprova um *novo traçado* para a rua de ligação ao quartel, em construção, do Regimento de Infantaria n.º 8.

— Adjudicada a construção do *lavadouro-fontenário* em S. Pedro de Este.

— Aprova alterações ao contrato com a Sociedade do Café Avenida por *ocupação* do terreno municipal.

— Delibera fazer obras numa rua do Bairro da Misericórdia.

Junho, 11 — Despachou a Câmara vários pedidos para obras, e em processos de servidão.

— Adiou para o dia 19 a próxima reunião que normalmente se efectuaria no dia 18.

Junho, 19 — A Câmara autoriza a execução de uma obra no *caminho* de Celeirós.

— Concede subsídio para melhoramentos à Junta de freguesia de Tadim.

— Resolve adquirir terrenos necessários à regularização da *Estrada Marginal* do Cávado.

— Delibera adquirir algumas parcelas de terreno para estabelecer concordâncias regulares na ligação da *estrada* de Ruães.

— Foram vendidos em hasta pública lotes edificáveis nas imediações da *Escola Técnica* que vai ser construída.

— Na acta desta reunião é expresso um voto de saudação a S. Eminência o Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, por motivo do seu Jubileu episcopal, ocorrido no dia 17.

Junho, 21 a 28 — Realizam-se com notável brilho as *Festas da Cidade*, patrocinadas pela Câmara Municipal, e auxiliadas pela sua Comissão de Turismo.

Junho, 25 — De regresso de Salamonde, após a inauguração de uma barragem e instalação hidro-eléctrica, passa nesta cidade Sua Excelência o Presidente da República que tomou na estação de Braga o comboio especial para Lisboa. Ao Chefe do Estado foram prestadas significativas homenagens, em que tomou parte importante a Câmara Municipal.

ÍNDICE

do IV volume — 1952-1953

Sumário do fascículo 1-3 (22-24)

A legitimidade dos governantes à luz da doutrina cristã — Prof. Dr. Marcelo Caetano . 5
Antologia de Poetas Minhotos (ineditos) *Poemas sobre ciganos* — Amandio césar . . . 22
A melhor vista. — Andorinhas — Antònio Corrêa de Oliveira. 26
Poema — Não confundamos o luar e a morte. — Inda há-de vir a tal manhã de nevoeiro. — Nossa Senhora das Rosas. — Este poema é o baladar de um sino — António Manuel Couto Viana 29
A Fonte de Ídolo e o culto de Asklepios em Bracara — Dr. F. Russel Cortez 32
A Lusitânia Suévico-Bizantina — Dr. Francisco José Velozo 46
O Dr. Manuel Monteiro e a «Chanson de Roland» no romântico português — Escultor António de Azevedo 70
Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo — Dr. Domingos Araújo Afonso 75
Ainda o Sarcófago Romano-cristão de Sé de Braga — Cónego Manuel de Aguiar Barreiros 96
Breves notícias genealógicas — Homens de Braga — I. Gente de guerra — Joaquim Chaves 101
Pró-Braga. — *Documentário & Notas para a Defesa e Progresso da Cidade Primaz* — Balconius. 105
A Sé. » 108
Vocabulário Minhoto — *Subsídios para o Léxico Português* — Manuel de Boaventura. . 111
Gabinete de Leitura — *Eça de Queirós no centenário do seu nascimento*. 122
Arquivo Municipal — Livros do Registo *17.º livro* — Redação 132
Livro das Vereações — Redacção 137
Conferências Culturais — Constantino Coelho 143
Correspondência recebida » » 153
Efemérides Municipais 154

Sumário do fascículo 4-(25)

Uma lição de política para a Europa. — *Conferência.* — Eng. Daniel Barbosa 163
Oestrymnis — *Atlantida* — *Campo Eliseo* — Dr. Francisco José Velozo. 186
Antologia de Poetas — Abraço ao Carlos Queiroz. — Lembrança de Fernando Pessoa. — Despedida de Francisco Bugalho — Alberto de Serpa 228
Confiteor — Prisão — Amor e trevas — Poema de Londres — Mas a vida continua — Primavera — Adolfo Casais Monteiro 231

Signo — Tantos outros — Quase romantismo — António Manuel Couto Viana 235
Sinfonia incompleta — Musica ainda — António Pedro. 237
Sonetos imperfeitos. — *I. Genese.* — *II. História.* — *III O Super Homem* — António Ramos de Almeida 239
Notas bio-bibliográficas de — Amandio Cesar
Novissimas Inscrições Romanas de Braga — P. Arlindo R. da Cunha. 242
No Bom Jesus do Monte — *Esboceto de impressões íntimas* — D. António Pereira Coutinho 253
Mais duas palavras sobre o Sarcofago bizantino de Braga — Dr. Alberto Feio 256
Onde teria sido o porto Romano de Braga — Dr. M. J. Oliveira Machado 260
A Fonte do Ídolo e o culto de Asklepius em Bracara — Dr. F. Russell Contez 265
Gabinete de Leitura. — *Cry, the beloved Land, por Alan Paton* — António Alves Dória 281
Homenagem ao Dr. Manuel Monteiro no 1.º aniversário do seu passamento — Discursos de António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara, Dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador, e Prof. Dr. Machado Vilela 298
Arquivo Municipal — Livros do Registo — Redacção. 310
Livro das Vereações — Redacção 313
Semanas Sociais Portuguesas — Redacção 316
Efemérides Municipais 317

EDIÇÕES «BRACARA AUGUSTA»

1 — Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista — *Pelo Dr. Francisco José Velozo*

2 — O primeiro tratado de Aliança anglo-português — *Pelo Dr. Sérgio Silva Pinto*

3 — El lagarto en el folklore gallego-português — *Por F. Bouza Brey*

4 — Fragmentos preciosos de códices medievais — *Pelo P.e Avelino de Jesus da Costa*

5 — O bispo de Braga Balcónio e a primeira conversão dos suevos — *Pelo Dr. Sérgio Silva Pinto*

6 — Abertura da Porta Santa no Jubileu de Roma — *Por José Constantino Ribeiro Coelho*

7 — Dois bronzes romanos — *Pelo Dr. Alberto Feio*

8 — Braga no romance contemporâneo — *Pelo Dr. Feliciano Ramos*

9 — Guerra Junqueiro — *Pelo Dr. Alfredo Pimenta*

10 — De João Penha a João Saraiva — *Por D. Maria Virgínia Veloso*

11 — La Chanson de Roland no românico português — *Pelo Dr. Manuel Monteiro*

12 — A Lusitânia suévico-bizantina — *Pelo Dr. Francisco José Velozo*

13 — O arcaismo no canto popular minhoto — *Pelo Dr. Manuel Faria*

14 — S. Martinho de Dume — *Pelo P.e Avelino de Jesus da Costa*

15 — O Santo e a Dumo — *Por Manuel de Boaventura*

16 — Uma figura nacional — Carlos Amarante — *Pelo Dr. Alberto Feio*

17 — A Lusitânia suévico-bizantina — II — *Pelo Dr. Francisco José Velozo*

18 — Um sarcófago romano-cristão do século IV — *Pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros*

19 — Relógio de Sol — *Pelo Dr. Amândio César*

20 — O interesse nacional do monacato de São Frutuoso Bracarense — *Pelo Dr. Francisco José Velozo*

21 — Um sarcófago bizantino da Sé de Braga — *Pelo Dr. Alberto Feio*

22 — Los Descubrimientos en el atlántico y la rivalidad Castellano-Portuguesa hasta el tratado de Tordesillas — *Por António Álvaro Dória*

23 — O cvlto do Imperador no «Conventvs Bracaravgvstanvs» — *Pelo Dr. F. Russell Cortez*

24 — Uma obra de Arte da Renascença — *Pelo Dr. Manuel Monteiro*

25 — Antero Vivo — *Por António Álvaro Dória*

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL